UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

O ARTESANATO DE SI:
uma leitura do devir matriarcal a partir de Rachel de Queiroz

por

JAILMA DOS SANTOS PEDREIRA MOREIRA

Salvador - BA
maio de 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

O ARTESANATO DE SI:
uma leitura do devir matriarcal a partir de Rachel de Queiroz

por

JAILMA DOS SANTOS PEDREIRA MOREIRA

Orientadora: Profa. Dra. Rachel Esteves Lima

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Letras.

Salvador - BA
maio de 2008

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA

M838 Moreira, Jailma dos Santos Pedreira.
O artesanato de si : uma leitura do devir matriarcal a partir de Rachel de Queiroz / por Jailma dos Santos Pedreira Moreira. - 2008.
208 f.

Orientadora : Profª Drª Rachel Esteves Lima.
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2008.

1. Queiroz, Rachel de, 1910-2003. 2. Política na literatura. 3. Crítica feminista. 4. Trabalhadoras rurais. 5. Mulheres do campo. 6. Economia solidária. 7. Subjetividade. I. Lima, Rachel Esteves. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III.Título.

CDD - 869.909
CDU - 821(81).09

AGRADECIMENTOS:

À professora Dra. Doralice Alcoforado, Dora, como a chamávamos, pela orientação e pelas lições de vida, de cuidado de si, durante os anos de convivência no período do mestrado e doutorado;

Às professoras Dra. Gema Galgani Esmeraldo e Dra. Rachel Esteves Lima, pela preciosa leitura de meu texto de qualificação;

À professora Dra. Rachel Esteves Lima pela disponibilidade em assumir, em última hora, a orientação da tese, e pela leitura cuidadosa do texto em seu processo de bricolagem final;

Aos que acompanharam os bastidores do artesanato do meu texto: meu companheiro Osmar Moreira, pela orientação intempestiva e solidária, pela proposta constante de anarquia sígnica, pela lição de compromisso teórico-político; minha família, pelo apoio ao meu processo de escrita-devir, pela compreensão na distribuição do espaço-tempo afetivo e pelo envolvimento, também, no projeto de pesquisa;

Às mulheres que, de uma forma bastante singular, me ajudaram a tecer essa tese: Sônia Lima, do Mulieribus, pela generosidade na abertura para o diálogo e empréstimo de seu material bibliográfico; Alvaíza Cerqueira, do MOC, pela disponibilidade em falar do seu trabalho e do MOC, ainda que em fim de expediente cansativo; Cecília Sardenberg e Ana Alice Alcântara, do NEIM, pela concessão de um espaço, para entrevistas, em suas agendas repletas de compromissos; e às mulheres do MMTR de Santa Luz – BA, entre elas Jessicleide Nascimento, Sonete Silva, Célia Monteiro, Andréia Pereira, Simone Nascimento e Valmira Lopes - estas duas últimas também do grupo Mulheres de Fibra, - pelo acolhimento, pela parceria constante no engendramento de uma pesquisa-ação e no reconhecimento do meu lugar intervalar de fala, visto que era percebida não só como pesquisadora, mas também como mulher e ex-moradora de Santa Luz;

Aos professores do PPGLL, entre eles, as Professoras Dras. Eneida Cunha, Antônia Herrera, Lígia Teles, Fátima Ribeiro, Florentina Souza e Rachel Lima pelas aulas, pelas provocações e toques importantes para uma revisão do campo disciplinar da literatura, contribuindo de forma decisiva para a minha formação como pesquisadora;

Aos meus colegas de curso; aos colegas da UNEB; aos companheiros e companheiras dos encontros e seminários promovidos pelo NEIM, REDOR, Mulieribus, entre outros; aos amigos e amigas de Santa Luz pelas ricas e diversas discussões, pelo compartilhamento de propostas, inquietações, leituras e releituras;

À Profa. Isabela Vasconcelos, pela tradução do resumo para o inglês;

Aos meus alunos da UNEB-Campus II, em específico aos orientandos de Iniciação Científica, pelas discussões teórico-práticas, pelo trabalho iniciado de pesquisa, sobre mulheres e seus movimentos, na microrregião de Alagoinhas – BA;

Ao Núcleo de Estudos da Subalternidade (NUES), do Campus II da UNEB, pela prática constante de um laboratório do pensamento, pelo intenso debate promovido nos seus encontros e seminários;

À PPG, UNEB, pela bolsa PAC tão importante para as demandas materiais do trajeto de pesquisa.

RESUMO

Este trabalho promove um estudo de algumas imagens/metáforas da obra ficcional de Rachel de Queiroz e sua repercussão nos seus escritos autobiográficos, nos julgamentos de uma certa crítica literária e nos impasses e conquistas de instituições feministas como o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEIM), o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Relação de Gênero (Mulieribus) o Setor de Gênero do Movimento de Organização Comunitária (MOC) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Além desse trabalho experimental de transformar metáforas em conceitos para ampliar o alcance dessa produção estética, esquecida e apagada por um sistema literário, outro objetivo da pesquisa foi o de visibilizar uma rede de mulheres, em movimento, tendo como elo de articulação uma outra Rachel de Queiroz, agora como personagem conceitual. O método utilizado nessa difícil e instigante tarefa envolveu desde a bricolagem e o confronto de cenas literárias, cenas teóricas e historiográficas, a entrevistas com estudiosas do feminismo e outras mulheres em movimento, e, como resultados, a constatação de que nenhuma luta feminista contra o patriarcado e o capital mundial integrado é possível sem que escritoras proliferem a anarquia dos signos, sem que mulheres analfabetas, e sertanejas, façam do artesanato, ainda refugo da produção capitalista, uma forma de invenção de si mesmas. O devir matriarcal em Rachel de Queiroz é, portanto, a lição de que sem experimentar, anarquizar, falsificar, jogar, nenhuma cultura política subjetiva, assim como nenhum agenciamento do espontâneo e do cotidiano como prática política transformadora, é possível.

ABSTRACT

This study examines some images/metaphors of the fictional work of Rachel de Queiroz and their impact on her authobiographical writings, on the judgements about a particular literary critique and on some impass and conquers of feminist institutions such as the Centre of Interdisciplinary Studies about the Woman and gender relations (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero) (NEIM), the Interdisciplinary Centre of Studies about the Woman and gender relation (Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Relação de Gênero) (Mulieribus), the Sector of Gender of the Movement of Community Organization (Setor de Gênero do Movimento de Organização Comunitária) (MOC) and the Movement of Rural Working Women (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais) (MMTR). Further to this experimental work of transforming metaphors into concepts so as to expand the abovementioned esthetic production, forgotten and faded by a literary system, this research also aimed to make a network of women in movement visible, having Rachel de Queiroz, now seen as a conceptual character, as a linking of articulation. The method used for this difficult and challenging task encompassed bricolage and the confrontation of literary scenes, theoretical and historiographical scenes, as well as interviews with feminist scholars and other women in movement. Results show that no feminist fight against the patriarchate and the integrated world capital is possible if the women writers do not proliferate the signs anarchy, if illiterate women, from the countryside (*sertanejas*), do not make the handicraft, still seen as discard of the capitalist production, a way of invention of themselves. The upcoming of the matriarch in Raquel de Queiroz's work is therefore the lesson that without experimenting, going through anarchy, falsifying and playing, no subjective political culture is possible, in the same way that spontaneity and daily life cannot be regarded as a political practice of transformation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO……...…….01

CAP. I REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS: O ESTÉTICO-ÉTICO-POLÍTICO..... 12

Karl Marx e a estranha família de Rachel de Queiroz.....13

Rachel de Queiroz: militância, militares e devir anarquista..... 22

Entre linhas de tempo e vida em Rachel de Queiroz: modos de (re)contar, modos de (re)inventar-se.....36

CAP. II O RETORNO DO SUJEITO: MODOS DE INSERÇÃO E DE (AUTO)REPRESENTAÇÃO.....47

Nossa contranarrativa em questão: possibilidades e tensões nos estudos teóricos feministas.....48

O retorno do sujeito: entre crítica literária, cultural e feminista.....58

O devir matriarcal do NEIM: estratégias e demandas na mediação.....79

CAP. III O ARTESANTO DE SI: NÓS, PONTOS E ALINHAVOS, NA TEIA DA AGÊNCIA.....104

A reinvenção de sertanejas: movimentos de mulheres.....105

Arte, mercado e cultura: lições das Mulheres de Fibra(s).....143

CONCLUSÃO.....181

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....192

INTRODUÇÃO

Ocorre até mesmo a Platão, perguntar se este puro devir não estaria numa relação muito particular com a linguagem.

Gilles Deleuze, *Lógica do sentido*

...Numa coisa eu posso lhe garantir que estou tranqüila: percorra todo o meu trabalho, desde a adolescência, quando comecei a trabalhar em jornal e você nunca encontrará uma só palavra contra a liberdade, contra os direitos humanos...

Rachel de Queiroz
Cadernos de Literatura Brasileira

...a ação organizada das mulheres aparece como propulsora para a luta por transformações efetivas nas relações que permeiam a sociedade brasileira.

MMTR/Mulieribus/e outras organizações
Manifesto 8 de março

Não se pode aprender a arte de viver, a tekne tou biou, sem uma askesis, que é preciso entender como um adestramento de si mesmo.

Michel Foucault, *O que é um autor*

O artesanato de si: uma leitura do devir matriarcal a partir de Rachel de Queiroz tem como objetivo cartografar linhas do devir matriarcal de Rachel de Queiroz, observando como esse se dissemina na crítica literária, cultural e feminista, nos estudos de gênero, representados pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher e relações de gênero (NEIM), pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Relação de Gênero (Mulieribus), e pelo setor de gênero do Movimento de Organização Comunitária (MOC), bem como no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), quando se vê mediado por esses últimos. Interessa-nos discutir o processo de mediação de mulheres feito por outras mulheres tendo em vista a produção da subjetividade feminina sertaneja. Nesse ponto, interessa-nos saber como Rachel de Queiroz pode ajudar nesse processo, como esta pode ser atualizada, que lições aprender com Rachel de Queiroz, bem como com as demais mulheres que reunimos nessa tese como proposta de encontro-confronto para reflexões, re-significações, dos seus movimentos de engendramento de um novo sujeito feminino.

Nesse sentido, também procuramos observar a reversão política que operam, ao tempo em que também politizamos nosso olhar, a literatura, de modo a percebermos o intertexto dessas mulheres, a relação entre devir e linguagem, entre escrita e subjetividade. Percebermos como nesses vários lugares discursivos a força deslocadora da literatura, como nos sugere Eneida Maria de Souza[1] na esteira de Derrida, está presente. Como Rachel de Queiroz, enquanto essa força sinuosa, complexa, contraditória, agindo em duas direções ao mesmo tempo, feito devir, comparece mesmo quando parece ausente, comparece nos fazendo suspender os sentidos e questionar, inclusive, o olhar que as feministas em questão têm para com a literatura, para com o texto e a linguagem.

A percepção e o uso de Rachel de Queiroz enquanto força desterritorializadora nos fez retomar essa inquietação para com a recepção da literatura, para com as suas potencialidades. Inquietação que já nos acompanha desde outras pesquisas e experimentos nessa área. Desde 1998, quando fazíamos uma especialização, já alinhando literatura e cotidiano da mulher sertaneja, via representação em cordéis e no imaginário de mulheres que sem saber ler os comprava, já nos intrigávamos com as (im)possibilidades do campo literário. Depois, no mestrado, discutindo Rachel de Queiroz, o incômodo se deu pelo fato de percebermos que a pesquisa sobre essa escritora não era considerada com teor político nos encontros de Ciências Humanas, mais especificamente no X e XI Encontro anual da Rede feminista do Norte e Nordeste (REDOR) e no VII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre a Mulher e Relações de Gênero realizado pelo NEIM[2].

Falávamos da estereotipização feminina e do movimento contrário a isso de Maria Bonita, personagem de Rachel de Queiroz, do cânone literário patriarcal que não enxergava a questão de gênero, da micropolítica de mulheres rurais na feira sertaneja, e o potencial político da literatura era rechaçado, não percebido. Ao mesmo tempo, nesse VII Simpósio do NEIM, sua avaliação final apontou para a necessidade de trazer a mulher rural para o debate, considerando sua ausência na cena científica. Com isso, nos pusemos a refletir

---

[1] Cf. SOUZA, Eneida Maria de. O não-lugar da literatura. In: *Crítica Cult*, p.84.

[2] O X encontro da REDOR foi realizado em Salvador – BA, em conjunto com o VII Simpósio Baiano de Pesquisdoras(es) sobre a Mulher e Relações de Gênero, de 29 de outubro a 01 de novembro de 2001, e ambos tiveram como tema: *Feminismo, ciência e tecnologia.* Já o XI encontro da REDOR realizou-se em Aracaju – SE, de 29 de outubro a 01 de novembro de 2002, e teve como temática: *Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos.*

como a literatura enquanto pensamento, enquanto arte de pensar o impensado, como disse Guacira Louro[3] em recente simpósio do NEIM, era excluída por certos estudos de gênero, por certas teóricas feministas, da mesma forma que mulheres foram excluídas do espaço científico, foram consideradas incapazes de raciocinar, vistas somente como objetos de contemplação e de certo prazer.

Ficamos a refletir e decidimos, nessa pesquisa, ativar ainda mais a potência do texto, da linguagem, da escrita, para além de um simples raciocinar, provocando a volta do pensamento, unindo a razão à desrazão, fazendo a linguagem sair da linguagem, como nos diz Eliane Moraes[4], na esteira de um Foucault literato, amante da palavra insensata. Um conceito de literatura, de Rachel de Queiroz, enquanto força nômade, que nos faça mostrar seu imbricamento com a produção subjetiva, com o movimento alavancado por essas mulheres que encontramos. Um pouco na linha do que nos diz Rose Braidotti: "precisamos aprender a pensar de maneira diferente... precisamos nos reinventar"[5]. Sobre isso Gilles Deleuze[6] também nos ajuda quando diz que o devir, o paradoxo, destrói o bom senso enquanto sentido único, bem como o senso comum enquanto designação das identidades fixas.

Assim, dessa etapa anterior de pesquisa retivemos o incômodo e resolvemos nessa tese melhor mapear isso: as formas da literatura se fazendo presentes, o seu não lugar, as formas de esta ser percebida e rechaçada, e assim divulgada, inclusive por críticas feministas literárias, na sua proposta de transformar a realidade de mulheres, as representações sobre elas. Com isso fizemos Rachel de Queiroz circular de outras formas não costumeiras e já rechaçadas em seu teor político. Fizemos Rachel de Queiroz politizar, com a ajuda dessas mulheres, o olhar já politizado, convidando o ausente a se perceber na cena da mediação e também a ativar o movimento de atribuição de outros sentidos.

---

[3] Tal fala de Guacira Louro constitui-se em um trecho de sua explanação na mesa redonda "Transversalização de gênero na educação" do XIII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre a Mulher e Relações de Gênero, realizado pelo NEIM de 29 a 31 de outubro de 2007, em Salvador- BA. Nessa explanação a pesquisadora e professora enfatizava a formação subjetiva, as tradições disciplinares, a percepção da diferença, bem como suas estratégias teóricas, a prática de grupos de estudos na universidade em que trabalha e a importância da literatura, da arte, nesse processo de intervenção.

[4] Cf. MORAES, Eliane Robert. A palavra insensata. In: REVISTA CULT. S.m.r

[5]Cf. BRAIDOTTI, Rose. Diferença, diversidade e subjetividade nômade. In: *Labrys: Estudos Feministas; Études Feministes*, n. 1-2, jul.-dez 2002 (http://www.unb.br/ih/his/gefem), p. 12, acessado em agosto de 2007.

[6] Cf. DELEUZE, Gilles. Primeira série de paradoxos: do puro devir. In: *Lógica do sentido*, p. 3.

Como instigação da dissertação do mestrado, de pesquisas anteriores, também nos ficou a própria Rachel de Queiroz e a proposta de explorar uma outra face sua, um outro traço da sua textualidade. Nesse ponto, também nos interessa nessa tese, além do já dito, encarar o seu movimento de apoio ao golpe militar de 1964 no Brasil, depois de militar no comunismo, assumindo-se em determinado momento como trotskista e fundando o PCB (Partido Comunista Brasileiro) no Ceará, chegando, inclusive, a ser presa nessa luta contra a ditadura do Estado Novo, a favor da liberdade, dos direitos humanos, como ela disse na epígrafe desta introdução.

Interessa-nos retomar essa cena não para recair na via moralista e excludente de ter que julgá-la, e provavelmente condená-la, mas, seguindo uma linha solidária e transvaloradora, para perguntarmo-nos o que fazer com Rachel de Queiroz, como fazê-la devir ativa, como tirar proveito, também, desse episódio, desse ponto artesanal do seu texto, como aprender algo, aprender inclusive sobre a noção de sujeito, de formatação, de produção de subjetividade que a textualidade de Rachel de Queiroz aponta e de como essas noções são também significadas nos outros movimentos das mulheres que aqui reunimos.

A cena textual de Rachel de Queiroz serviu-nos como inquietação que funcionou como uma espécie de hipótese para essa pesquisa: seria o devir matriarcal de Rachel de Queiroz, na linha de uma militância que se torna militar, uma espécie de inversão nos moldes patriarcais? Estaria essa inversão, nesses moldes ou não, perfilando a escrita de vida das mulheres acadêmicas, do MOC, do MMTR, da militância na mediação?

Nesse sentido, interessou-nos sobremaneira discutir a produção de subjetividade sertaneja, o processo de reinvenção de mulheres, o processo de mediação junto a mulheres trabalhadoras rurais, saber como estas estavam se vendo nesse processo, como viam suas mediadoras e como estas deixavam (entre)ver a percepção que tinham das mulheres trabalhadoras rurais, das parceiras, bem como de si mesmas nessa dinâmica[7].

Contra a noção essencializante, literalizante, logo despolitizada, que paira sobre a literatura, o texto e a subjetividade, buscamos contextualizar o movimento dessas mulheres, a escrita de si, expondo as relações de forças, as relações de sentido, as práticas discursivas,

[7]É essa dinâmica de reinvenção de si que estamos chamando de devir matriarcal. Devir enquanto abertura de práticas de sentido, matriarcal enquanto abertura de possibilidades para si, realizada por mulheres, configurando formas de autogoverno, de contradiscursos, de modos de vida. Assim, o matriarcal será pensado seguindo uma linha antropológica diferencial, associado ao devir e lido através de uma perspectiva filosófica e cultural, implicando no “vir a ser”, no processo de reinvenção de mulheres, na sua economia do desejo.

a atividade ressignificadora. Buscamos trabalhar com uma noção de subjetividade cultural, a partir do momento em que não a concebemos de outra forma, não concebemos o sujeito fora das relações econômicas, sociais, políticas, cotidianas. Trabalhamos com a noção de subjetividade cultural sem deixar de fora o que lhe é ponto de entrada e de saída, a linguagem, a significação.

Subjetividade cultural para a qual Jean-Paul Sartre[8] já chamava a atenção na década de 50, quando escrevia e combinava, *Marxismo e existencialismo*. Neste texto, ainda bastante atual, Sartre vai desconstruir a idéia de uma filosofia abstrata, bem como a noção de um materialismo sem idéias. O filósofo não vai separar essas duas correntes, pelo contrário, vai falar de um marxismo heurístico para ser vivo, vai se interessar pelo homem e sua práxis teórica, e, nessa linha, pelas ambigüidades, paradoxos, conflitos, não entidades, não fetichismo, pelo homem em meio às contradições da realidade, pelas realidades singulares, pelos detalhes incômodos em contraponto a singularidades gerais, a simplificações grosseiras, a um a priori que transformou o marxismo em algo cristalizado, burocrático, impedindo o devir.

Por fim, Sartre vai tratar, absorvendo o momento em que foi possível visualizar as duas filosofias se afirmando juntas, de uma subjetividade que representa um momento do processo objetivo, o da interiorização da exterioridade, uma verdade da microfísica em que o experimentador faz parte do sistema experimental. Guardadas as diferenças, como as que fazem, hoje, soar mal alguns conceitos, como, por exemplo, o de totalidade, nos exigindo mais força ressignificadora, o texto, como disse, é oportuno e atual.

É com ele que podemos falar de uma busca pela singularidade, de um trajeto retraçado durante a pesquisa, de um olhar para os conflitos, um perseguir de certos separatismos, como literatura, linguagem, texto, escrita, teoria, mulher, natureza, em oposição à prática, política, transformação, homem, razão, como ponto a ser ressignificado, olhado de viés, de um perseguir das relações de forças como pressuposto para restituir em nós a potência, pressuposto para buscar-encontrar nessas mulheres modos de reinvenção de si e de outra(o)s.

---

[8]Cf. SARTRE, Jean-Paul. Marxismo e existencialismo. In: *Crítica da Razão Dialética: precedido por Questões de método*, p. 19-39.

Nessa linha, como nos sugere Eneida Leal Cunha[9] em *Literatura comparada e estudos culturais: ímpetos pós-disciplinares*, a proposta foi de ouvir os sujeitos com os quais estávamos nos interrelacionando, de ampliar os nossos canais de escuta para percebermos os embates, os impasses, as demandas, bem como os gritos, o movimento fora-dentro do Movimento, as estratégias, as ressignificações, a escrita de si, o devir. De ouvir o movimento dessas mulheres, movimento contraditório, complexo, a nos exigir uma percepção das várias camadas textuais que o compunham. Ouvir o que esse movimento, o entrecruzar das linhas textuais do devir dessas mulheres queria-teria a nos dizer.

Nesse sentido, o movimento pareceu-nos ser, e é assim que o transcrevo, um convite diferencial dentro da diferença, como a lei revolucionária de mulheres zapatistas[10] requerendo também igualdade no Exército de Libertação Nacional do qual fazem parte, ou como a fala de Maria Conceição Borges Ferreira[11] no I Fórum Estadual de Cultura,

---

[9]Cf. CUNHA, Eneida Leal. Literatura comparada e estudos culturais: ímpetos pós-disciplinares. In: ANTELO et al. (orgs.) *Leituras do ciclo.*

[10] A lei revolucionária de mulheres zapatistas transcrita pela jornalista Laura Greenhalgh no texto *Chiapas, sudeste mexicano: vítimas da miséria cotidiana, as mulheres indígenas rompem com um passado de subordinação e partem para a luta*, exibe nos seus dez artigos reivindicações não só para com o Governo, com relação a trabalho, salário justo, educação, alimentação e saúde, bem como para com os seus companheiros do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no que diz respeito ao questionamento de uma cultura patriarcal que ocultava repetições de cerceamento na sua própria organização da luta cotidiana. Já no primeiro artigo elas reivindicam o direito de participar do movimento revolucionário, no quarto, o direito de tomar parte nos assuntos da comunidade, no terceiro e sétimo, respectivamente, reescrevem uma tradição ao se afirmarem com direitos de decidir sobre o número de filhos que podem ter e cuidar e de eleger seu parceiro, não sendo obrigadas por força a contrair matrimônio. Para um maior conhecimento do movimento revolucionário do EZLN, muitos textos podem ser indicados, dentre eles o de YÚDICE, George. A globalização da cultura e a nova sociedade civil. In: ALVAREZ, Sônia E., DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (orgs) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*, p 427-464. Também a título de maior conhecimento pode ser visitado o site http://www.ezln.org.mx/index.html, mas para nós fica a sugestão de um rastreamento do movimento diferencial de mulheres no cerco da revolução, indicado também em artigos contidos na referência final desta tese.

[11] Tal intervenção de Maria Conceição B. Ferreira ocorreu após explanação, feita por um representante do Ministério da Cultura (Minc) do Governo Federal, do projeto Mais Cultura, em um dos momentos de finalização da Conferência Estadual de Cultura da Bahia, realizada na cidade de Feira de Santana em novembro de 2007. Juca Ferreira, representante do Governo, expunha os dados estatísticos de exclusão e invisibilidade cultural ao tempo em que demonstrava propostas do Governo através do Minc e de outros ministérios e parcerias para atender aos princípios conceituais de cultura como bem simbólico, como direito a acessibilidade, a cidadania e como vetor econômico. Com isso, Ferreira explicitava propostas do Governo, via o Programa Mais Cultura, para concretizar as relações entre cultura e renda, cultura e cidadania enfatizando a perspectiva de uma cidade cultural através de qualificação de bairros, de espaços de multiuso e de favelas, por exemplo, com vistas a atender uma população em situação diversa de vulnerabilidade social, de baixa renda, uma população de mulheres, de trabalhadores, dentre outros, a fim de se romper com uma centralização da cultura. Após essa proposta diferencial, que se coadunava com o próprio evento, uma conferência para ouvir o que as pessoas têm a dizer sobre cultura, Maria Conceição Ferreira, do lugar conquistado na mesa, enquanto integrante do grupo de mulheres trabalhadoras rurais da região, lembrava que o campo não podia ser desligado da cidade, dizia sentir falta de uma ênfase para o rural, para as mulheres e homens do campo, e

alertando para o esquecimento da mulher rural no novo plano arrojado, intitulado Mais Cultura, do Ministério da Cultura do Governo Federal. Convite à escuta do movimento sutil, sorrateiro e ao mesmo tempo radical dessas mulheres.

Para seguirmos as trilhas desses movimentos, seus imbricamentos, seus embaraços e desembaraços, para cartografarmos linhas do devir matriarcal em Rachel de Queiroz, e também nas mulheres dos estudos feministas, do NEIM, do Mulieribus, do MOC, do MMTR, tendo em vista o processo de mediação, de engendramento de outro sujeito feminino, para respondermos às inquietações que moveram a pesquisa, buscamos, além do já dito em termos de metodologia, fazer um levantamento bibliográfico que atravessou vários campos e que nos exigiu um não esquecimento dos nossos objetivos com a tese, bem como do potencial literário-cultural que estávamos e estamos ativando.

Buscamos também ler folderes, manifestos, cartilhas, agendas, estatutos, *sites*, fazer entrevistas, questionários, contatos por telefone, por e-mail, assim como acompanhar os movimentos dessas mulheres através de participação em Congressos, Seminários, Simpósios, encontros avaliativos, reuniões, feiras, eventos preparativos e comemorativos para o 8 de março, acampamentos, marchas, visitas às comunidades na zona rural, atos na câmara de vereadores, dentre outras atividades, que só nos levavam a expandir o texto literário, considerando-o cultural.

Nessa pesquisa de campo, na observação de outras textualidades, dos dados levantados, pudemos perceber a forma como se configura, como é tecida, a rede entre essas mulheres: do *site* bem elaborado do MOC e de outras instituições, dos incipientes e sem informações ou com estas não atualizadas, passando pelos encontros e projetos articuladores dos grupos de estudos sobre mulheres e de assessoria às mesmas, como o NEIM, o Mulieribus e o setor de gênero do MOC, até os contatos através de um orelhão que atende a toda comunidade ou graças aos velhos carros a gás que as mulheres rurais do Miranda, povoado em Santa Luz, fretam para chegar, pelos caminhos de terra seca, à sede e aos encontros do MMTR. Uma rede literalmente esburacada, bem precária em alguns pontos, mas tecida pela vontade de participar, de fazer movimentar o movimento, de afirmar a potencialidade do sujeito feminino, de pôr em prática o devir matriarcal.

---

lembrava, por fim, após parabenizar aquela política diferencial, da auto-estima, do fator humano, como base para o desenvolvimento.

Foi também nessa linha, de tessitura singular de rede, que buscamos articular Rachel de Queiroz com essas outras mulheres em movimentos. Fazê-las se encontrar, para provocar, talvez, outros encontros, rompendo uma formação disciplinarizada, um analfabetismo que ronda não só as mulheres trabalhadoras rurais, que nos solicita também um desaprendizado. Dessa forma, Rachel de Queiroz se faz presente no primeiro capítulo, no qual procuramos cartografar linhas do seu devir matriarcal, selecionar e reter traços do seu texto-vida, bem como nos demais, enquanto personagem conceitual, que, como nos dizem Gilles Deleuze e Félix Guattari[12], subsiste, funciona como personagem-pensamento-ação a produzir movimentos subjetivos.

Com isso, podemos dizer que Rachel de Queiroz faz vibrar as linhas textuais da tese, fomentando pensamentos, ressignificações, devires. Funciona como mediadora, junto às mulheres aqui reunidas, através de cenas e trechos do seu movimento de escrita de si que trazemos para provocar reflexão, ou mesmo através da sua força deslocadora aliada à potência da literatura enquanto não-lugar, como aqui já dito, enquanto pensamento-ação nômade a suspender os sentidos.

Com Rachel de Queiroz, então, assim configurada, pudemos metaforizar os conceitos e conceitualizar as metáforas, produzir um texto que quer, ao relatar os movimentos diversos, contraditórios, radicais, de mulheres, também movimentar, também provocar na leitora, no leitor, o devir; e por isso pergunta, insiste em questionar, provocando o pensar do pensar, a suspensão das naturezas, dos papéis de leitor, de escritor... afinal, como sempre nos lembra Deleuze, “escrever é um caso de devir”[13]. Sendo assim, ao perguntar, procuro fazer com que o leitor também se pergunte, confundindo os textos, intercalando-os, confrontando-os de forma que outros acontecimentos, subjetivos, teóricos, possam daí emergir.

Nessa proposta de escrita, dividimos a tese, *O artesanato de si: uma leitura do devir matriarcal a partir de Rachel de Queiroz*, em três capítulos, cada um contendo tópicos que podem ser lidos de uma forma independente, ainda que seguindo a linha, a força nômade, a rede de articulação que estabelecemos.

---

[12] Cf. DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. Os personagens conceituais. In: *O que é a filosofia*, p.81-109.
[13] Cf. DELEUZE, Gilles. A literatura e a vida. In: *Crítica e clínica*, p.11.

O capítulo I, intitulado *Representações literárias: o estético-ético-político* trata do movimento estético-ético-político-cultural de Rachel de Queiroz, de suas contradições, e de como este movimento não linear e contraditório foi percebido pelo olhar do crítico, foi ampliado, numa perspectiva de escrita-domínio de si, pela própria escritora que vira personagem.

No tópico I deste capítulo, *Karl Marx e a estranha família de Rachel de Queiroz,* tratamos da recepção do texto-vida de Rachel de Queiroz, por parte de uma crítica sociológica. Crítica que, na contramão do que nos diz Marx, a julga como culpada por seu apoio ao golpe militar de 1964, sendo indiferente às relações de forças que a (des)territorializa(ra)m, inclusive à força-reserva criativa, também em relação, da sua escrita ficcional.

No tópico II, *Rachel de Queiroz: militância, militares e devir anarquista,* buscamos, trazendo para cena a potência ficcional do seu texto-vida, a personagem Noemi, enquanto personagem conceitual, reencenar o segredo do eterno retorno, as várias redes de relações, as várias Rachéis de Queiroz em confronto, o apagamento estratégico de uma delas, nos possibilitando fazê-la devir ativa.

Em *Entre linhas de tempo e de vida em Rachel de Queiroz: modos de (re)contar, modos de (re)inventar-se,* tópico III, o devir ativo é ampliado pela via da memória, pelo movimento de Rachel de Queiroz frente à proposta de recontar a sua vida. Nesse sentido, o tópico retoma uma noção de sujeito fragmentado e aponta para um saber narrativo e dramático, contra qualquer ilusão de totalidade apregoada pelas metanarrativas de emancipação. Aponta para o princípio de (re)seleção, para o auto-domínio, enquanto pontos significativos na escrita de si.

Já no capítulo II, intitulado *O retorno do sujeito, modos de inserção e de (auto)representação,* buscamos discutir o movimento da teoria e da crítica feminista, literária e cultural frente à noção de sujeito, de literatura, de textualidade, de interdisciplinaridade, revelando os modos de inserção das mulheres, de busca de inclusão para si, para outras mulheres, para outros saberes e temáticas, bem como seus modos de percepção de si e de outras(os) nesse processo.

No tópico I deste capítulo, *Nossa contranarrativa em questão: possibilidades e tensões nos estudos teórico-feministas,* procuramos refletir sobre a contranarrativa das

teóricas feministas, buscando observar a concepção que estas expressam a respeito da linguagem, da textualidade e da atividade literária, bem como os pontos significativos e problemáticos que elegem como possibilidade de liberar o devir matriarcal.

O tópico II, *O retorno do sujeito: entre crítica literária, cultural e feminista*, esboça um mapeamento da crítica literária feminista na sua propensão à crítica cultural. Nesse ponto, buscamos rastrear linhas da crítica literária feminista ao tempo em que averiguamos a noção de sujeito, de representação literária, de subjetividade que perpassa tais olhares críticos, bem como as linhas de ação dessa crítica no que diz respeito à construção de um sistema literário próprio feminino, de uma escrita feminina, de um projeto de resgate de escritoras, de combate ao cânone literário e de definição da diferença. No embate de forças críticas e no movimento de suspensão de sentidos, pontos alternativos e a radicalidade cultural dessa crítica emergem, quando, para além das contradições reativas, das inversões, se afirma a potencialidade da feminização da escrita, as poéticas da subjetividade, o transbordamento dos signos na escrita apontando para o devir também da literatura.

No tópico III, *O devir matriarcal do NEIM: estratégias e demandas na mediação*, trazemos para cena uma imagem dos estudos de gênero no Norte e Nordeste, com um destaque para a Bahia. O tópico, por conseguinte, foca a atividade do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) enquanto propagador desses estudos, enquanto articulador de estudiosas de gênero nessas duas regiões, através da Rede feminista do Norte e Nordeste (REDOR) que o NEIM fomentou e ajudou a criar. Nesse sentido, nesse ponto, busca-se delinear atividades, estratégias, do Núcleo, que apontam para a configuração do seu devir matriarcal, sua busca de espaço, seu processo de mediação, seu potencial de reinvenção, de mobilização de mulheres, de reconfiguração de um perfil de intelectual, bem como para seus desafios perante uma institucionalidade, uma interdisciplinaridade mais radical, uma formação disciplinar.

Quanto ao capítulo III, *O artesanato de si: nós, pontos e alinhavos, na teia da agência*, este trata, mais especificamente, do processo de mediação junto às mulheres trabalhadoras rurais de Santa Luz, nordeste da Bahia. Explora o processo intersubjetivo, a escrita de si, os trançados com as(os) outras(os) e consigo, as subjetivações, as reinvenções, as inquietações, as demandas, bem como os alinhavos e pontos criativos apontando para a

mais valia simbólica, para o segredo do artesanato, para o domínio do domínio, para o espelho patriarcal disseminado, para a liberdade de criar outros modos de existência, de tomar a si e à vida, como um livro, um artesanato, uma obra de arte.

O tópico I desse capítulo, *A reinvenção de sertanejas: movimentos de mulheres*, trata do processo de mediação realizado pelo setor de gênero do Movimento de Organização Comunitária (MOC) e pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Relação de Gênero (Mulieribus) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) junto às mulheres do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Santa Luz, no semi-árido baiano. Tal processo revela as inquietações, a não unilateralidade, as especificidades, a militância diversa, a relação com os saberes na dinâmica das trocas subjetivas, do olhar para si através do outro, no movimento diverso e uníssono que rasura uma sintaxe, uma linguagem patriarcal-global homogeneizadora.

Já o tópico II, *Arte, mercado e cultura: lições das Mulheres de Fibra(s)* trata do movimento subjetivo de mulheres trabalhadoras rurais de Santa Luz, que fazem artesanato de sisal e compõem o grupo Mulheres de Fibra. Nesse tópico buscamos observar como essas mulheres lidam com as diversas forças discursivas que as atingem, desde planos internacionais e nacionais de governo, de Estado, até os comportamentos que os seus maridos têm e esperam-prescrevem para elas. O tópico enfoca as relações de forças e as formas como as mulheres de fibras as potencializam através de uma rede de articulações, de uma economia cultural solidária que encenam contra um capital patriarcal mundial. O artesanato de si nessas mulheres aponta para a arte da sobrevivência, para a vontade de uma outra inclusão, para a subumanidade nesse mundo, bem como para pontos singulares nesse trançado que nos envolve a todos.

Os segredos desse artesanato de si, os pontos criativos, os nós, se disseminam em todo o texto, em trilhas entrecruzadas, não perceptíveis, que nos levam a pensar o devir matriarcal em Rachel de Queiroz, a possibilidade de inversão nos moldes patriarcais, os impasses, as perspectivas, a importância da mediação, inclusive para o mediador. Levam-nos a perguntar pelas lições que podemos aprender com Rachel de Queiroz, com essas mulheres, essas fibras discursivas aqui reunidas. Assim, a tese, como já dissemos, é um convite à escuta, ao encontro, ao devir matriarcal em diferença.

CAPÍTULO I

REPRESENT*AÇÕES* LITERÁRIAS: O ESTÉTICO-ÉTICO-POLÍTICO

...a escrita tem (...) uma função etopoiética: é um operador da transformação da verdade em ethos.

Foucault, A escrita de si. In: *O que é um autor*.

KARL MARX E A ESTRANHA FAMÍLIA DE RACHEL DE QUEIROZ

Toda a questão está em saber de que revolução se trata! Trata-se, sim ou não, de acabar com todas as relações de alienação (...) Uma revolução, em qualquer domínio que seja, passa por uma libertação prévia de uma energia de desejo.

Felix Guattari, *Revolução molecular*

O estranho movimento sinuoso de Rachel de Queiroz. A estranheza de uma crítica literário-sociológica que repete, sem se dar conta, um tipo de discurso contra o qual parece ser contra. Diante destas percepções, é procurando, também, certa estranheza no texto de Marx, por demais conhecido, que procuramos tecer comparações entre as suas reflexões para com a crítica de Bauer e seus seguidores e os comentários críticos de Alfredo Bosi[1] sobre Rachel de Queiroz, os quais põem em cena um certo pensamento sociológico brasileiro que se quer filiado a Marx..

Para Marx no seu livro *A sagrada família*[2], feito em parceria com Engels, ou *Crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores*, o alvo a ser derrubado

---

[1] BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. É importante enfatizar que, propositalmente, neste tópico apenas destacamos Alfredo Bosi como um representante e seguidor de uma linhagem crítica sociológica que será aqui mostrada na sua possível contradição reativa, na sua cena genealógica de interpretação de outras interpretações, no seu engajamento político tão necessário, mas na sua pouca atividade metacrítica, ainda possível de ser repetida. Para um maior conhecimento de linhagens críticas sobre a escrita de Rachel de Queiroz indicamos o texto que fizemos, denominado "O fato estético e o multicultural: complexificando a leitura de Rachel de Queiroz" e incluso em nossa dissertação de mestrado, tópico III do capítulo II, registrada na referência final desta tese.

[2] MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A sagrada família ou Crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores*. Este livro, escrito em 1844, é tomado como elemento fundamental do nosso jogo desconstrutor nesse tópico. O mesmo traz, em meio à discussão sobre problemas franceses, pontos iniciais de um materialismo histórico que Marx depois iria desenvolver e que em tal livro se expressa na crítica que faz ao espírito absoluto, abstrato e transcendental da perspectiva crítica de Bruno Bauer e demais jovens hegelianos que o seguem nessa linhagem. Perspectiva crítica esta que foi publicada, na época, em fascículos na Gazeta Literária Universal e foi resumida por Marx como incapacidade de especulação, ou sua reprodução caricatural. Para nós interessa, no ataque que os autores fazem a Bauer e outros jovens hegelianos como, Edgar Bauer e Szeliga, a possibilidade de começar a refletir sobre a produção de pólos opositivos, como transformação somente no plano das idéias ou somente no plano social, ou, dizendo mais claramente, a separação que se faz-fez das idéias do plano social e a posição do sujeito, do crítico, da literatura nesse complexo relacional. Outras pistas sobre essa questão e as idéias revolucionárias de Marx e Engels neste livro, podemos encontrar, ainda que de forma rápida, em SANTIAGO, Silviano. O trabalho do alfaiate. In. *Ora (direis) puxar conversa!* Nesse pequeno texto, no seu final, Santiago deixa-nos uma instigação ao dizer que é a partir de *A sagrada família* e de resenhas de livros sobre a boemia parisiense feitas por Marx e Engels, que Walter Benjamin vai articular a sua célebre leitura da poesia de Baudelaire, a de um poeta lírico no apogeu do capitalismo. Santiago também nos incita a pensar sobre a quebra de ingenuidade instaurada pela crítica cultural ao se distanciar do radicalismo oitocentista das "belles lettres". "O trabalho do alfaiate" ainda nos leva a refletir sobre o trabalho do sujeito(crítico), suas impressões digitais nas idéias (re)produtoras de si e de outros sujeitos e con-textos.

é a especulação idealista e transcendental que impede uma efetiva transformação do e no social. Neste livro, os autores e principalmente Marx, já que seus artigos são maioria no mesmo, investem numa empreitada contra a filosofia crítica de Bauer e seus consortes. Investem numa defesa da objetividade, da materialidade da realidade, da consideração de suas nuanças, da complexidade do social e, inclusive, da possibilidade da Massa, em meio a esse complexo por vezes opressor, sentindo na pele a exploração, rebelar-se e efetivar uma revolução, uma ação crítica. Para os autores essa Crítica crítica reflete a aplicação dela sobre si mesma de uma forma fechada, na medida em que esse sujeito crítico está distanciado da realidade, se colocando de fora desta e efetivando com isso "o suicídio do homem, ou seja, da humana faculdade de pensar"[3].

Trabalhando, em uma boa parte do livro, sobre a materialidade discursiva de Proudhon, Marx vai nos mostrar exemplos de uma leitura transformadora: a leitura-tradução de Proudhon feita pela Crítica crítica e o outro Proudhon que ele resgata, retomando e comparando seus textos com os transcritos por tal Crítica; o Proudhon, portanto, que ele vai chamar de Crítico em oposição ao da Massa, ou seja, o abstrato, caricatural, em oposição ao real, ao humano. Uma leitura que transforma o sujeito-objeto-texto lido em possibilidade de intervenção, considerando as condições reais, e outra que pode amortecer essa possibilidade, excluindo-a também dos humildes, dos operários, da Massa, da humanidade perceptível em sua vivência concreta.

O ataque, dessa forma, se dá contra a categorização descarnada, o idealismo, da crítica feita por Bauer, Edgar e outros do grupo que propagavam a profundidade da Crítica crítica, transformando-a com isso, segundo Marx e Engels, em "Calma do conhecimento", algo para além das crises, ou melhor, conforme declaração da mesma, "acima da contradição", acima do movimento paradoxal de tese e antítese que produz a realidade. Todo investimento então, poderíamos dizer, é a favor de uma objetividade, ou melhor, é contra o subjetivismo de uma crítica que descarta o sujeito, o sujeito em meio as suas condições reais de existência. Os autores de *A sagrada família* usando da ironia, até mesmo da caricatura como estratégia para desnaturalizar, desmontar a retórica transcendente da Crítica crítica, afirmam relendo-a e expondo os seus absurdos, sua lógica distanciada do real, miraculosa, apagando o sujeito e suas possibilidades de particip*ações* ativas e reativas: "... a máquina é uma máquina, na Crítica ela possui uma vontade e porque ela não precisa descansar, o operário também não precisa, ficando

[3] Idem. Ibidem, p. 23.

assim submetido a uma vontade estranha.[4]" Como dizíamos, todo investimento é contra, por conseguinte, como sugere o capítulo V do livro, o comércio de mistérios. *A sagrada família,* portanto, aponta para o teor metafísico que tal crítica, que se intitula altamente crítica, carrega ao propagar feito evangelho a consciência de si como espírito. É nesses termos que ela se expande: "é o espírito que tudo vivifica; a carne não serve para nada[5].

Para Marx, portanto, o inimigo a ser combatido na Alemanha seria justamente esse espiritualismo, esse idealismo especulativo que nega o homem individual real. Assim, ele nos diz logo no prefácio do seu livro "o que nós combatemos na crítica a Bauer é justamente a reprodução caricatural da especulação. Para nós ela é a expressão mais requintada do princípio germano-cristão que joga sua última cartada transformando a própria crítica em um poder transcendental"[6].

Essa era a filosofia dos jovens hegelianos, seguidores de Bauer, difundida na *Gazeta Literária Universal* entre setembro de 1843 e outubro de 1844. Essa era a repetição caricatural, na Alemanha, de um socialismo que se queria revolucionário, já que o próprio Marx no seu manifesto, vai nos dizer de vários tipos de socialismos reacionários, entre eles aquele considerado o verdadeiro.[7] Temos nessa repetição caricatural, por conseguinte, a ostentação de uma crítica que se coloca como absoluta na sua redundância de críticidade, mas que separa as idéias de uma conjunção material acreditando numa revolução, que não passaria pela transformação social.

Essa revolução foi pregada articulando palavras-chave como "consciência, razão, idéia e espírito", as quais certamente funcionaram como recalque da e na ação cotidiana do sujeito, visto que passava ali a se separar a sua expressão em linguagem de uma potência transformadora da realidade. Como o sujeito poderia exprimir-se sem linguagem, sem idéias? Como sem idéias, sem linguagem, exprimir o sujeito? Onde, em que plano, esse jogo de saída e de entrada ao mesmo tempo se engendra? Onde estariam a linguagem, as idéias, o sujeito? Num plano transcendental separado da sua capacidade de representar-transformar o mundo e se auto-representar-transformar?

Pensando nisso, talvez pudéssemos trazer para essa cena de debate, de idéias em ação, a estranheza causada em muitos pelo movimento de vida da escritora Rachel de

---

[4] Idem. Ibidem, p. 14.
[5] Idem. Ibidem, p. 7
[6] Idem. Ibidem, p. 7
[7] MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *O Manifesto comunista*.

Queiroz[8]. Por um bom tempo esta foi excomungada do plano literário, suas obras deixaram de ser lidas e ainda hoje falar no assunto engendra certo "mistério" que logo se resolve: a justificativa é simples, ela apoiou o golpe militar, ela é culpada. Parece uma retórica evangélica, cujas alternativas já pré-determinadas são somente duas: culpar ou inocentar. Para fugir dessa herança de poder absoluto que ronda a crítica que se diz mais crítica, tentemos analisar o movimento de vida da escritora, de outras formas, estranhas visto que diferentes, e para isso recorreremos ao tão conhecido Marx.

Primeiro, poderíamos pensar numa espécie de aura que cobre os artistas, os grandes autores. Rachel de Queiroz quando começou sua carreira, com o romance *O quinze*, foi considerada um "fenômeno," e enquanto tal talvez se esperasse que essa vivesse num plano que não fosse o terreno, o material. Entretanto, quando essa tem uma ação prática notória, quando se desvincula de uma luta contra a exploração dos trabalhadores para se juntar àqueles que seriam contra a revolução-transformação de uma ordem social vigente no Brasil, isto não passaria despercebido por uma crítica radical.

Segundo, poderíamos pensar novamente numa espécie de separação, que, feito disjunção de corpo e alma, espírito e carne, desvincula texto e vida, expressão-representação via linguagem no plano aberto do papel e no plano talvez mais fechado do cotidiano. Criam-se categorias como autor e escritor que, embora unidas são vistas em separado. Dessa forma, sua literatura, seus romances, suas idéias-representação de mundo, de homens e principalmente de mulheres rebeldes, revolucionárias, portanto anti-reacionárias, foram eclipsadas. Sua literatura permaneceu num plano inacessível, plano das idéias, que não se mistura com o social. Assim, ou não era vista, como já dito, porque sua prática, num momento dita anti-revolucionária, fez com que estranhássemos qualquer outra possibilidade de revolução em seus textos ficcionais, ou, quando vista, era para justamente reafirmar a conformidade com o social, mesmo quando dava visibilidade ao movimento revolucionário de tantas personagens femininas, ou para se lamentar-corroborar o hiato: uma ótima narradora, mas uma inimiga do movimento revolucionário de transformação do social.

Foi seguindo esse espírito crítico que Alfredo Bosi[9], na sua sociologia crítico-literária, afirmou ser Rachel de Queiroz uma corroboradora do *status quo* devido a sua trajetória curvilínea, seu movimento ideológico contraditório que a fez passar do

---

[8] Cf. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. O ethos Rachel, In. *Cadernos de literatura brasileira*.
[9] Cf. BOSI, Alfredo. Op. cit.

comunismo ao trotskismo e depois ao liberalismo. Dentro dessas considerações a peça *Lampião*[10], de 1953, a qual trazia, para além de uma outra imagem de Maria Bonita, a tão difundida temática sobre a injusta divisão de terras no Brasil, a luta dos cangaceiros fora-da-lei para que essa fosse modificada, não foi reconhecida com o teor de revolucionário, mas considerada popularesca e ingênua.

Nesse sentido, vale toda uma reflexão acerca de uma linhagem crítica seguidora de uma dialética hegeliana, seguidora, talvez pudéssemos dizer, da santificada família dos críticos que Marx rejeitava. Reprodutora, portanto, de um olhar que não reconhece uma micropolítica no cotidiano do povo, que, pelo contrário, considera sempre suas artes de fazer como arte popular, ou popularesca, ingênua.

Se, na época, já se afirmava isso, o alerta aqui vai para a repetição dessa afirmação, a não percepção, como diria Stuart Hall, de que a cultura popular "não é a esfera onde o socialismo ou uma cultura socialista – já formada – pode simplesmente ser expressa. Mas é um dos locais onde o socialismo pode ser constituído[11]". E é por isso que tal cultura importa, acrescenta Hall. Nesse sentido, o que se quer colocar em questão não é o movimento revolucionário de perceber política na cultura ou mesmo politizá-la, ou o ato louvável de aproximação entre intelectuais e o povo, mas sim o posicionamento do sujeito político frente diversas textualidades culturais, as perspectivas políticas delas, a percepção de formatação dos saberes, do olhar intelectualizado, ou seja, do enredamento do intelectual também na cena discursiva. Silviano Santiago[12], sobre isso, em texto que atribuía a emergência das minorias sociais no Brasil, em parte a um movimento anti-hegeliano de inflação do ego, já nos alertava para o fato de que o intelectual deve saber que o seu saber também recalca.

Assim, nossa provocação seria, portanto, para se pensar como a fuga do real tem se dado em outros sentidos, por exemplo, a fuga do sujeito crítico de uma noção do real, de uma textualidade real que também o abarca, o seu vacilo em não se perceber, para além de crítico que julga determinada realidade, como também objeto e sujeito desta.

---

[10] QUEIROZ, Rachel. *Lampião*. In: Obra reunida. Vol. 5.

[11] Cf. HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: *Da diáspora*, p. 263.

[12] Cf. SANTIAGO, Silviano. Prosa literária atual no Brasil. In: *Nas malhas da letra*, p. 35-36. Também como sugestão para se pensar a posição do intelectual nas malhas do poder, a sua vontade de dar consciência perante aqueles que não a teriam, e mesmo a noção de teoria enquanto prática e vice-versa, o texto de Foucault já se tornou um clássico imprescindível: FOUCAUL, Michel. Os intelectuais e o pode. In: *Microfísica do poder*. No mais, fica ainda como pista, na linha sugerida por Marx, e ampliada por nós, de produzirmos releituras ativas, a provocação de repensarmos, na materialidade discursiva deste autor, os conceitos por ele empregados, por exemplo, o de consciência.

Nessa linha, o alerta serve, a nós nesse momento, para perguntarmos pelos revolucionários de hoje, lembrando Marx, pelos outros sentidos de uma cópia caricatural do método hegeliano e marxista, na medida em que se efetiva uma leitura reativa, redutora da capacidade de intervenção[13]. Leitura possível de se perceber em certos olhares, certa militância política, mesmo que como uma espécie de vacilo, de repetição do que se quer combater. Assim, se há um ranço revolucionário, inclusive herdado de certo hegelianismo, que se sacralizou entre nós como base para uma luta política, é preciso repensá-lo. Observar se este ranço revolucionário não aponta para uma linhagem crítica e transformadora que investe numa vontade de dar consciência, que acaba por considerar o outro como totalmente ingênuo, inerte ou acéfalo. E, mais uma vez lembrando Marx, de como tal postura, ainda possível de ser seguida hoje, acaba por revelar um sujeito crítico dotado de um poder absoluto, de uma racionalidade transparente, ou transcendente, incapaz de qualquer desvio, embaralhamento na rede social, de qualquer necessidade de repensar essa vontade, esse grau de liberdade na (sua) consciência.

Em nosso contexto, poderíamos dizer que foi buscando essa linearidade, essa racionalidade retilínea no movimento dos sujeitos no cotidiano, no movimento do povo, na linguagem da massa, certamente, que Bosi questiona o movimento curvilíneo de Rachel de Queiroz. Para uma família de críticos que seguem nessa linhagem talvez Marx dissesse hoje o que afirmou em ironia contra os Bauer:

> ...a linguagem popular não pode permanecer incompreensível à Crítica crítica. Ela mostra que o caminho do homem letrado permanece necessariamente tortuoso se o indivíduo engajado não possui força suficiente para estabelecer uma linha reta; por isto, naturalmente, ela atribui operações matemáticas ao escritor[14].

Assim, procuremos estranhar o que muitos já comungam e já propagam feito evangelho: Rachel de Queiroz, a mulher das letras, militante engajada numa época, não seguiu uma linha reta, logo, naturalmente apliquemos a operação matemática já sacralizada, deve ser considerada culpada, excomungada. Essa não nos parece uma

---

[13] Na linha de produção de uma leitura ativa de Marx, seguindo a via de uma especulação não caricatural, visto que não distanciada de uma realidade atualizada, das suas (im)possibilidades, Stuart Hall nos dá as seguintes pistas a partir de sua experiência: "trabalhar na vizinhança do marxismo, sobre o marxismo, contra o marxismo, com ele e para tentar desenvolvê-lo". Cf. HALL, Stuart. Estudos culturais e seu legado teórico.In: *Da diáspora*, p. 203.

[14] MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A sagrada família, ou Crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores*, p. 10.

solução já pré-definida, pré-consagrada e, portanto, até fácil, redutora, miraculosa porque isenta da complexidade material do cotidiano? Uma solução milagrosa para o mistério que se fez: por que Rachel de Queiroz se curvou?

Por que tanto abstracionismo? É preciso atentarmos para o humanismo real, talvez dissesse Marx. E, como disse, é retomando o seu enfoque nas relações sociais que repensamos essa estranha família de Rachel de Queiroz, que repensamos Rachel de Queiroz num campo de forças, como o autor de *O capital* nos sugeriu plagiando a Crítica crítica, que certos críticos brasileiros, em sua cópia experimental de uma dialética dita revolucionária, deixaram de ativar em suas leituras. Dessa forma, instigada por Marx, creio que não devemos deixar de pensar Rachel de Queiroz na sua relação individual com os coletivos, nas suas relações transindividuais, intersubjetivas, se quisermos ser mais próximos de uma terminologia contemporânea. Pensá-la em sua materialidade discursiva, na suas relações sociais, na sua rede de amizades, como um campo de forças, consciências engendrando e se engendrando, idéias em práticas, práticas nas idéias.

Assim, temos a imagem de várias Rachéis, várias rodas de amigos, vários movimentos de um corpo que, como tal, não consegue ser retilíneo, ainda mais se o quisermos visualizar contra uma ordem. Talvez, não sem muita estranheza, pudéssemos ouvir isso em Marx, em Rachel de Queiroz, na sua literatura, no seu livro *Tantos Anos*[15], espécie de biografia ou memórias narradas em parceria com sua irmã.

Primeiro, uma mulher que se movimenta para ter os seus livros publicados, para ser reconhecida como escritora. Uma mulher que passa a trabalhar nos jornais *O ceará* e depois *O povo*. E, nesse ambiente, os amigos Djacir Meneses, Suzana de Alencar Guimarães, Jader de Carvalho, entre outros, a introduziriam no Partido Comunista Brasileiro e ela, de tal forma envolvida, chega a fundá-lo no Ceará, o que vem fortalecer e dar unidade ao chamado Bloco Operário. Exercia a função não só de trazer as correspondências do Rio de Janeiro, mandadas da União Soviética, via Uruguai, para o seu Estado, assim como de tradutora de textos em espanhol. Esse período de intensa agitação, segundo conta a escritora, teria chegado ao limite no dia em que os líderes do partido impuseram modificações no seu romance *João Miguel*[16], como condição para sua publicação.

---

[15]Cf. QUEIROZ, Rachel. QUEIROZ, Maria Luiza de. *Tantos Anos*. As informações, aqui descritas, sobre Rachel de Queiroz e sua rede de amizades podem ser encontradas em tal livro.
[16] O romance *João Miguel* foi publicado em 1932.

Depois visualizamos Rachel[17] num outro enredamento social: o primeiro casamento, com um bancário, o que, por conta das devidas transferências impostas pelo Banco, lhe permitiu aumentar ainda mais o círculo de conhecidos e de lugares habitados. Agora já é possível perceber a simultaneidade de laços, de forças afetivas, persuasivas, de rodas de amizades: os cafés literários, os encontros no Itamaraty, os grupos clandestinos de que participava com o marido, Zé Auto, em São Paulo, onde moraram por um tempo. Agora, afirmava Rachel, nessa coletividade, o trotskismo e, nesse grupo liderado por Livio Xavier, Mário Pedroso, Aristides Lobo, Plínio Melo e Arnaldo Pedroso Horta, sua função seria traduzir, datilografar, os textos menores de Trotski. Após a morte de sua filha, de meningite, aquele movimento deixa de lhe encantar, assim como o seu casamento.

Uma outra Rachel que nos aparece, em meio a esse movimento, já é uma mulher desquitada que iria novamente se casar, dessa vez com um médico, após a sua decisão de se transferir para o Rio de Janeiro. Novo lugar de morada, novas relações, novos entrosamentos. Rachel, então, de militante comunista passa a se reunir com militares. Nesse grupo reencontra parentes e passa a ceder os seus méritos literários, já reconhecidos, como arma de divulgação na imprensa do pensamento-ação desse golpe político que ela vai chamar de revolução de 64. Rachel, atormentada por uma ditadura do Estado Novo, parece agora enredada pelo falso liberalismo do liberalismo, assim como em outros momentos se vira contrariada com a censura no PCB e seduzida com a possibilidade de liberdade de expressão no trotskismo.

Com Alfredo Bosi temos que pensar a diferença entre golpe e revolução, a diferença que beira o grau de transformação do *status quo*, diria ele. Contra Bosi, temos que pensar também no seu movimento que se quer não-reacionário. Movimento que pode rechaçar outros movimentos, outras revoluções. Recomecemos, portanto, nos perguntando como essa múltipla Rachel é vista por ele. Como já percebemos, seu movimento curvilíneo, sinuoso, foi rechaçado. Certamente se esperava uma identidade racional firmada num *self* estável. Entretanto, partindo de uma perspectiva sociológico-marxista que analisa a história de vida política da escritora, talvez devêssemos dizer que

[17]O fato de grifarmos o nome Rachel de Queiroz, por vezes, sem o sobrenome, deve-se ao movimento de fluidez de fronteiras que esta tese encena. Este argumento também é válido, em toda a tese, para a demarcação da nossa escrita, entre a primeira pessoa do singular e a primeira do plural, expressando as nossas marcas singulares, bem como a nossa configuração enquanto agente coletivo de enunciação.

esse tipo de crítica, ao contrário de uma identidade imanente, enxerga ali um sujeito histórico, uma identidade sociológica vinculada a estruturas sociais[18].

Esta seria a prática interpretativa do pensamento de Marx, quando em forma de acontecimento libera toda a transcendência do sujeito. Entretanto, como tantos outros interpretaram a sua frase célebre, afirmando os homens como aqueles que escrevem a sua história, mas sob condições históricas? Frase que, inclusive, engendrou a práxis-teórica do materialismo histórico?[19] Ou ainda: como Rachel de Queiroz é vista sob condições históricas, condições materiais, relações de forças? Talvez totalmente aprisionada, condicionada, cooptada, sem nenhuma possibilidade de trabalho criativo. Até porque seu trabalho, considerado artístico, ficcional, é aprisionado a uma impotência revolucionária.

Entretanto, pelo relato de vida de Queiroz, pelas formas de sua inserção-funcionamento nos movimentos citados, como ignorar o teor político-revolucionário do seu trabalho literário? Nesse sentido, por que um de seus romances foi vetado? Por que Rachel foi transformada em arma escritural pelos movimentos de militância política no País? Nesse raciocínio, se a escrita criativa de Queiroz, por vezes é considerada impotente, despolitizada, voltando para a cena originária dos baixos começos, poderíamos nos perguntar: Quem separou a potência do sujeito-linguagem do que ela pode, a ponto de Marx bradar por uma revolução sem frases?[20] Depois dessa reflexão, mas ainda tendo-a como linha, poderíamos ainda prolongar as perguntas: Qual o papel revolucionário da fraseologia de Rachel? Poderíamos pensar em uma frase-ação, que funciona, inclusive, para conter a ação das frases, escondendo seu jogo constituinte de forças discursivas ?

Os traços que indicam o retorno dessa crítica idealista metafísica não estariam justamente nessa crença em certas separações, no desligamento, por exemplo, entre representação e subjetividade? É seguindo as pistas de Balibar[21], ao reafirmar a preocupação de Marx para com o idealismo, que nos perguntamos pelo sujeito das idéias. Sujeito que fica neutralizado por um absolutismo crítico-científico, uma ciência burguesa, um poder transcendental que o isola do plano material. É nesse sentido que

---

[18]No livro *A identidade cultural*, de Stuart Hall, encontramos um mapeamento de formas de percepção da identidade aliadas a forças de pensamento como o de Marx, Freud, Foucault, Saussure e de teóricas do movimento feminista, que ajudam a desconstruir noções de sujeito, apontando para uma identidade móvel pós-moderna.

[19] Cf. MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã.*

[20] Cf. Idem. Ibidem.

[21] Cf. BALIBAR, *Etiene. A filosofia de Marx*.

nos reportamos novamente a Bosi como membro dessa família de críticos críticos: onde fica a sua autoconsciência? Onde fica a consciência de que esta é também formada nas relações sociais transindividuais? É também cooptada, aprisionada? Ou não seria o crítico um sujeito histórico-sociológico? Como, inclusive, aprender na textualidade múltipla de Rachel, nas suas personagens, no seu jogo textual, outras formas de luta, de reinventar o mundo e a si mesmo, relativizando a fixidez de uma identidade? Aliás, assumir uma perspectiva político-transformadora não implicaria se assumir também como possibilidade de mudança no encontro-confronto social?

Dessa forma, revolução aqui se diferencia de edificação, de alinhamento, implica movimento, desalinhamento, tensão na relação, e diz da própria materialidade que engendra e é engendrada. Nesse sentido, tratando-se de uma crítica que se quer crítica, talvez fosse necessário, ao analisar Rachel, recuperar o olhar estranho, visto que não mais miraculoso, ao se familiarizar com seu texto-vida. Recuperar a múltipla Rachel de Queiroz, as várias Rachéis em confronto apontando para a viabilidade de outra seleção, para a revolução subjetiva, para os modos de fazer devir ativo o reativo, enfim, para as possibilidades criativas de afirmação-transformação ou negação das ficções sociais, do texto-vida, do sujeito que se quer distanciado dessas relações curvilíneas, conflituosas, prático-discursivas. Recuperar a Rachel múltipla implica também na possibilidade de se lançar um outro olhar para a literatura.

RACHEL DE QUEIROZ: MILITÂNCIA, MILITARES E DEVIR ANARQUISTA

Fazei sempre o que quiserdes, mas sêde em primeiro lugar daqueles que podem querer.

Nietzsche, *Assim falava Zaratustra*

Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida (...) Fim último da literatura: pôr em evidência no delírio, essa criação de uma saúde, ou essa invenção de um povo, isto é, uma possibilidade de vida.

Gilles Deleuze, *Crítica e clínica*

Contra uma noção de jogo alegórico da linguagem ou ativando o seu jogo, algumas questões nos instigam: como fazer devir ativo algo reativo? Como retomar a trajetória de Rachel de Queiroz que tanto incomodou aos críticos? Como repensar a perspectiva, as possibilidades de um olhar crítico? Como lidar de outra forma com a relação literatura, autor-escritor e sua vida? Quais as representações fixadas nesses conceitos? Quais as relações de força entre eles? Que linha ativa é possível reabilitar no movimento linguagem que os engendra, na sua complexidade pendendo para um plano ativo e reativo? Por que negar a negação? Que sujeito destruir, que outra Rachel reativar? O que pensar do movimento desse movimento? Que outros (não)parâmetros foram eleitos? Que noções de representação se esboçam e a que valores estão atreladas? Que outra noção de política é preciso engendrar, visualizar?

Motivada por tais inquietações, talvez devêssemos retomar a trajetória de Rachel de Queiroz, que provocou e provoca tanto incômodo àqueles que lançam sobre ela uma perspectiva. Como já dissemos, para o historiador e crítico Alfredo Bosi[22], ao analisar seu texto literário, mais especificamente a peça *Lampião*[23], Rachel teria chegado num ponto de tradicionalismo ou reafirmação do *status quo*, após ter trilhado o caminho político quando militava a favor do Comunismo no Brasil.

Para Heloísa Buarque de Hollanda[24], a complexidade da trajetória de Rachel afastou dela muitos leitores-críticos, assim como a afastou do cenário literário. A própria Heloisa Buarque admite ter mantido certo distanciamento de Rachel de Queiroz após o seu envolvimento no golpe militar, seu apoio à ditadura. O certo é que sempre representou um desafio ao entendimento, uma propensão ao julgamento, tamanha reviravolta de Rachel: de militante comunista a partidária do militarismo. A concluir pelos distanciamentos operados em relação a ela, a imagem que se cristalizou foi a da militar, a imagem que se apagou foi a da militante. Rachel tornou-se militar, mas o verbo "tornou-se" ao invés de apontar para um movimento paradoxal, coexistência de contrários, como nos sugere Deleuze[25], fixa-se num modo de representação de um pensamento crítico, de construção de sujeitos, nessa perspectiva do olhar moralizante que julga.

---

[22] BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*, p. 396.
[23] QUEIROZ, Rachel. *Lampião*. In: Obra reunida. Vol. 5.
[24] HOLLANDA, Heloisa Buarque. O ethos Rachel, In: *Cadernos de Literatura brasileira*, n. 4.
[25] DELEUZE, Gilles. Do puro devir, In: *Lógica do sentido*, p. 5-12.

Rachel de Queiroz[26], ao auto-analisar-se, no final das contas, define-se como uma "doce anarquista". Para nós interessa perguntar: como expandir essa anarquia de Rachel encarando suas outras representações, suas outras encenações? Como pensar, nesse campo de forças, seu texto literário imbricado ao seu texto-vida? Como retirar da sua representação literária elementos que nos possibilitem reengendrar uma outra noção de política, de crítica, de estética, do sujeito Rachel?

Uma outra Rachel talvez só seja possível se destruirmos essa que se cristalizou, se tomarmos a imagem sedimentada como cena não para ser julgada, nem para cairmos numa falsa neutralidade, mas para instigar uma transvaloração; talvez essa atividade só seja possível se resgatarmos uma outra Rachel militante, não para refixá-la, mas para ampliar as suas possibilidades, pensar seus cerceamentos, sua sujeição, os modos de captura de seus desejos, assim como uma anarquia metodológica, uma apropriação ético-estético-política.

Poderíamos tomar várias das suas personagens como possibilidade conceitual para nos fazer refletir sobre esse caminho percorrido e atribuído a Rachel. Entretanto, focalizaremos no seu romance *Caminho de pedras*[27], o movimento da personagem Noemi como vetor de relações a serem aqui tratadas.

Caminho de pedras é tido como um romance político. Trata da agitação revolucionária dos operários em terras cearenses, da formação dos grupos, dos cursos políticos de conscientização, das contendas internas entre "burgueses intelectuais" e "proletários operários", entre uma teoria e uma defesa da prática, da perseguição policial por causa da militância. É também uma história de um envolvimento amoroso, ou um casamento desfeito, ou os enfrentamentos de preconceitos por conta dessa situação. Seria uma história de resistência para com aquilo que sugere o título: um caminho de pedras. Uma história de querência, desejo, de sonho, luta e afirmação da vida, tendo a morte sempre presente.

Noemi será pensada aqui enquanto personagem conceitual, como nos indicam Deleuze e Guattari[28]: enquanto sujeito desejante, intercessor de uma vontade, elemento minoritário contra as representações psicosociais, vetor do devir, visto que esta não será uma representante da escritora. Seria o contrário, Rachel seria um invólucro dessa personagem conceitual. Diriam-nos Deleuze e Guattari: "Eu não sou mais eu, mas uma

---

[26]Cf. Entrevista com Rachel de Queiroz, In: *Cadernos de Literatura brasileira*, n. 4.
[27] QUEIROZ, Rachel. *Caminho de Pedras*, In: Obra reunida, vol. 1.
[28] DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?*, p. 83-109.

aptidão do pensamento...”[29]. Com isso a literatura nos leva a pensar o pensar, pensar a própria noção de literatura ou a representação literária, a condição do autor e a personificação, assim como as vias possíveis nesse processo. Alertam-nos tais filósofos: “o personagem conceitual nada tem a ver com uma personificação abstrata, um símbolo ou uma alegoria, pois ele vive, ele insiste”.[30]

De início, já temos uma outra percepção para com a linguagem e a crítica. A crença na insistência da vida, no movimento afirmativo de quem manobra a linguagem, (esse “quem” aponta para os sujeitos, os críticos...) assim como a percepção não de um distanciamento reativo introjetado na noção de abstração, alegoria ou símbolo. Isso nos lembra novamente o título do romance: Caminho de pedras, não como uma vontade de eliminá-las iludindo-nos com uma harmonia, mas no sentido de lidar com elas, as pedras, as fixações, a complexidade, o imbricamento discursivo e suas relações de poder, atentando para outras vias possíveis nessa linguagem, que também aprisiona, retém o distanciamento ou o jogo de aproximação, ambos possíveis de serem considerados ativos.

Noemi fica seduzida com a possibilidade de um outro mundo que o curso de política tornou-lhe visível. Começou a participar das reuniões do Bloco Operário, freqüentava rotineiramente tal curso mesmo a contragosto do marido, um ex-envolvido no movimento, um desiludido para uns, um covarde-traidor para outros, como sentenciavam os membros do Bloco Operário. Rachel de Queiroz, enquanto outro nome de Noemi, movida pela sua linha desejante, se interessa pela luta comunista a favor do proletariado. Esta seria sua causa política. Como já dito, traduz textos dos correspondentes estrangeiros, repassa as informações, participa das reuniões no Rio de Janeiro e, em São Paulo, abre as portas da sua casa para tramar a fundação do Partido Comunista no Ceará. Para Rachel de Queiroz, sua família sempre a apoiou nessas empreitadas; para nós, o impasse, gerado pelo marido de Noemi, nos faz lembrar das pedras, dos pré-conceitos, das representações assimiladas. Faz-nos lembrar dos assujeitamentos, das possibilidades de captura do desejo que aflorara. Faz-nos lembrar da militante Rachel que passa a agir como militar. Momento em que confabula com os generais da época e o seu sonho de revolução passa a se chamar de golpe, cerceamento da liberdade. Liberdade que seria o brilho nos olhos de Noemi, a força transcrita nas

[29] Idem Ibidem, p. 86.
[30] Idem Ibidem, p. 86.

páginas de Rachel, enquanto sedução pela possibilidade de um outro mundo, enquanto desejo-Noemi-Rachel de Queiroz que queremos reter:

> Era apenas uma alma livre, ouvindo a história de outras almas livres. Fugira do seu centro habitual de gravidade, perdera a noção do pão nosso de cada dia. Naquele momento nada era moral nem imoral, nada proibido nem permitido; não havia hora, não havia espaço: só a embriaguez do momento de revelação, das possibilidades de libertação[31].

Este seria o pensamento-acontecimento-Noemi. A sua vontade, a afirmação da possibilidade de, enquanto personagem conceitual, ser sujeito. Esta seria a promessa de liberdade que o ideal revolucionário comunista passara-lhe. A primeira sensação após o ingresso no curso de política. O desejo aflorado e as vias de sedução. A afirmação de um grau zero na escritura-mundo, sem moral, sem permissão nem proibição, momento de engendramento de representações, ou de percepção da possibilidade política enquanto distanciamento na cena da representação, da possibilidade criativa, ética, de auto-afirmação de si e de outro mundo.

Enquanto grau zero, a cena também nos remonta para campos de forças e de projeções. O sujeito desejante Noemi, enquanto vontade de intercessão, nos faz buscar seus traços, por vezes apagados, em uma Rachel de Queiroz militar. Estariam eles visíveis nas afirmativas desta de que era deixada de fora de muitos dos planos militares, os mais cruéis, visto que diziam das punições, das torturas para com os “inimigos”? Ou teríamos traços desse desejo de liberdade-Noemi quando Rachel de Queiroz, ao saber da prisão de membros que compunham sua “família”, durante o regime militar, intercede pela sua soltura?[32]

A própria Rachel de Queiroz teria sido presa por conta da sua militância clandestina no movimento comunista. Algumas das vezes não fora capturada por conta das suas influências, uma família de renome e conhecimento. Entretanto, não conseguiu ficar de fora da prisão, causando conflitos na família, e uma intercessão desta em prol da sua libertação. A mesma linhagem familiar, o nome e o renome, teriam emaranhado Rachel de Queiroz no movimento militar. Para ela, uma crença na boa vontade do

---

[31] QUEIROZ, Rachel de. Op. cit., p. 36.

[32] Essas e outras informações, relatos e argumentos de Rachel de Queiroz com relação ao seu trânsito comunismo-trotskismo-militarismo-anarquismo podem ser conferidos nos seguintes textos: 1) Entrevista de Rachel de Queiroz, In: *Cadernos de literatura brasileira*. 2) QUEIROZ, Rachel de. QUEIROZ, Maria Luiza de.*Tantos anos*.

companheiro familiar, o amigo íntimo, Castelo Branco, para outros, talvez, o enredamento parental, a filiação de classe, como proprietária de status, de nome, de representações a seguir, a cercear outros espaços, a firmar os latifúndios. Tudo isso, embora a Noemi tenha feito figurar uma abolição dos espaços e das horas.

As horas que pareciam não se entrecruzar, a Noemi distante da Rachel de Queiroz, a personagem conceitual distante da personagem-autora. Onde estaria a escritora (de si), o sujeito Noemi-Rachel, perguntaríamos nos lembrando do embaralhamento das histórias das personagens femininas, das temporalidades presentes no filme *As horas?*[33] O sujeito deveria mostrar-se para percebermos o seu esconder-se, percebermos certa noção de reserva e de distanciamento. Mas não seria esse apagamento um sintoma de uma ausência que remete a uma presença? A ação de forças sobre outras forças? Para além de contentarmo-nos com a noção fixada do tornar-se, do "Rachel tornou-se militar", reencadeamos essa mudança incômoda para um tipo de questionamento acerca das promessas de liberdade, das forças, das suas mutações, das suas projeções.

Que promessa de liberdade teria capturado Rachel? Que promessa de liberdade teria desiludido Rachel? O que visualizara para si, para o mundo, enquanto promessa de liberdade, a Noemi-Rachel?

Tais questionamentos nos remetem a um outro texto de Alfredo Bosi[34] no qual fica perceptível o seu incômodo frente às acomodações do termo liberalismo nas plagas brasileiras. Sem reter o pessimismo de Bosi, talvez devêssemos acrescentar às suas inquietações uma genealogia da liberdade, do termo liberal antes mesmo de partir para as acomodações dessas noções em nossas terras. Entretanto, guardadas as diferenças de análise e contexto, o que detivemos desse texto de Bosi é a sua constatação de uma certa concomitância entre a liberdade, apontada por uma ideologia liberal, e o escravismo, praticados em nosso solo em pleno século XIX. Liberar os portos, liberar o capital, liberar o mercado, liberar a concorrência, mas não liberar o sujeito, o trabalhador escravo. Sendo assim, liberdade e escravidão faziam parte da mesma promessa de avanço da nação que deveria contar com o apoio de todos os brasileiros.

Retomando Rachel-Noemi, nos instigando a pensar em modos de cerceamento, talvez devêssemos resgatar a experiência narrada pela escritora[35] a respeito da sua

---

[33] Cf. SCOTT, Rudin. FOX, Robert. *As horas.*
[34] Cf. BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*, p. 194-245.
[35] Cf. QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luiza de. Op cit., p.39-42.

desilusão para com o Partido Comunista. O seu livro *João Miguel* teria sido censurado por líderes do partido, visto que Rachel teria configurado para um pobre, ou operário, um crime, um assassinato por conta de bebida, além de ter desenhado uma personagem feminina, em certo sentido, liberta de possíveis compromissos com seu companheiro, que fora preso.

Uma mulher que trai uma representação para si, um pobre que trai uma "unidade" de caráter e a dignidade da classe. Diante disso, não seria possível aprovar a publicação do romance a não ser que fossem feitas mudanças na constituição desses personagens de modo a seguir as representações recomendadas. Assim também, para Rachel, vetando a sua criatividade, sua liberdade criadora, sua manobra com a linguagem, não seria possível permanecer no partido.

A militância pareceu assumir tons de cerceamento, nos fazendo lembrar a vontade de conscientizar outros, tão expressa em *Caminho de Pedras*, quando trata dos questionamentos dos operários "politizados" para com a "ação" dos intelectuais. A ação de conscientização, de ditar o que se deveria fazer, agora parecia ser inversa. Parecia, para nós, que ficava de fora outros modos de luta, por vezes já rechaçados enquanto representação literária. Têm ficado de fora outras possibilidades literárias. Tem ficado de fora a complexidade de um voltar-se sobre si mesmo, de uma desintegração.

A atuação militar de Rachel, aqui já conjecturada não como vontade de encontrar uma verdade, mas como vontade de refletir sobre concepções, práticas e representações nela instaladas, nos leva a pensar numa promessa que parece encontrar acolhida num espaço de desilusão aberto pelo cerceamento do Partido Comunista. Entretanto, antes de aliar-se ao militarismo, encontramos uma Rachel envolvida pelo trotskismo, envolvida pela possibilidade de revoluções a todo instante, como define estrategicamente, quando tem o apartamento do colega Livio Xavier, junto ao seu, invadido pelos caça-comunistas declarando-lhes voz de prisão[36]. Nesse movimento, poderíamos dizer que os traços de uma Noemi são percebidos no engajamento de Rachel nas arenas de luta organizada, na vontade de mudança, de revolução constante, de afirmação de uma liberdade que, decisivamente, não a cerceie.

Entretanto, a armação do golpe de 64 traz, como já dito, o reconhecimento familiar, o reconhecimento afetuoso do seu nome, da sua contribuição enquanto autora consagrada. O curso político, então, seria dado de outra forma, mais sutil, nos moldes de

[36] Idem. Ibidem, p. 63-66.

um convencimento, um tratar bem, uma imagem de integração nacional contra a desordem, que já seduzira Rachel, enquanto possibilidade, num outro momento. A liberdade foi institucionalizada na forma de um amor à pátria, numa narrativa que se queria unívoca. No casamento estranho entre ser livre e ser escravo a uma disciplina. Para nós, na sedução e na possibilidade de captura de encenação de uma liberdade ética, e não moralizante, como afirmou Noemi.

Nesse sentido, o incômodo com o tornou-se, "tornou-se militar", configura-se enquanto encadeamento do desejo em uma direção reativa, enquanto captura do desejo, enquanto assujeitamento de uma senhora de si que desconfiou e aboliu qualquer forma de monitoramento da sua escrita (de vida) como aconteceu no Partido Comunista. Todavia, como já dissemos, é o "tornou-se" ou o "tornar-se" que nos aponta não só as vias de uma fixação, como também as de liberação e as conjunções entre ambas.

Se a Rachel de Queiroz fora militante, se fora militar, quem é, nesse tempo provisório de escrita, Rachel de Queiroz? Ou melhor, fugindo do ranço da definição: quem pode ser Rachel de Queiroz? Como restituir a ela o que ela pode? Como lidar com o seu traçado? Que relações visualizar? Como não separar e ao mesmo tempo separar a Noemi da sua escrita de vida?

Se Noemi, enquanto personagem conceitual aponta para o sujeito desejante, teríamos então a Rachel de Queiroz, nesse caminho de pedras, enquanto personagem. Noemi marca a escrita de Rachel de Queiroz, Rachel de Queiroz deixa-se marcar por Noemi, deixa-se também assujeitar, vira personagem, personificação do militarismo, do disciplinamento, e, por incrível que pareça, personificação do cerceamento.

O incômodo acompanha-nos. Entretanto, a Noemi, enquanto mulher que enfrenta os pré-conceitos da sociedade cearense por conta da sua decisão em abandonar o marido e unir-se a outro por quem se apaixonara, nos faz perguntar pelos enfrentamentos e cerceamentos de Rachel em seus outros caminhos, ou outros lados desses caminhos, da sua trajetória, da política. O personagem conceitual nos remete aos personagens psicosociais, a múltiplas encenações de Rachel: enquanto mãe, filha, mulher, autora-escritora, por exemplo. Para cada uma dessas Rachéis a complexidade dos caminhos de pedras que não se separam, mas se bifurcam.

A Rachel de Queiroz filha parece já ter um certo domínio de si ao resolver aventurar-se no mundo literário e político. Publica cedo, aos dezenove anos, o seu primeiro romance famoso, e passa já a trabalhar num jornal. Ainda jovem, lidera grupos de discussão política para formação do Partido Comunista. Enquanto mulher atravessa

representações, encena outras, percorre diversos lugares ainda não familiarizados para a figura feminina, como a Academia Brasileira de Letras. Torna-se escritora, participa de grupos de literatos, de políticos, viaja sozinha por várias cidades, casa e descasa, afrontando a moral que tanto discriminou Noemi. A família parece sempre apoiá-la, segundo seus relatos. Entretanto, é, às vezes, na ilusão desse apoio familiar que se deixa desejar por outrem, que incorre numa espécie de apoio moralizador da "família brasileira," que se assume outra noção de revolução.

A escritora de si, a defensora da liberdade criadora contra todo tipo de cerceamento, passa a ser autorizada a escrever. Os mecanismos de reconhecimento, de familiarização e legitimação apontam também para uma via de enquadramento, disciplinarização ou regularização discursiva. Rachel de Queiroz passa a ser enquadrada no movimento regionalista, aquele que, grosso modo, valorizaria as tradições. Sua escrita é apreciada conforme parâmetro da época, domínio da linguagem, através de um estilo extremamente enxuto. Linguagem de homem, para Graciliano, já que a escrita feminina "teria" outros moldes. Um parâmetro água com açúcar, diria-nos Rachel de Queiroz [37], reforçando a via complexa da sua defesa do feminismo, reforçando a sua rejeição a essas formas tidas como "femininas". Como estratégia de inclusão, assumiria o parâmetro masculino-legitimado.

Nesse sentido, se a escrita nos aponta outras vias com Noemi, é a atividade de escritora que nos leva a pensar nas possibilidades de assujeitamento de Rachel, na Rachel enquanto autora imbricada nas relações patriarcais, de poder, que também atravessam o cânone literário. A nominação de Rachel enquanto persona literária, enquanto fenômeno, aponta para uma familiarização ou reconhecimento de sua textualidade dentro dos parâmetros literários de uma época. Contrapondo o já dito, o que mais sua linguagem, além da expressividade via estilo direto e enxuto, teria a nos dizer? O que tem a nos dizer, a nos fazer pensar seus personagens conceituais?

Se Rachel de Queiroz, enquanto regionalista, afirma as tradições, que outra tradição feminina, tradição de humanidade ela reinventa? Com isso, que outra noção de tradição entra em cena? Que afrouxamento há no termo que parece ter se fixado numa temporalidade distanciada, num "tornou-se" asfixiado a um passado imóvel? A Noemi aponta certamente para uma linhagem não familiar, não reconhecida pela sociedade nos

---

[37] Cf. Entrevista com Rachel de Queiroz. Op cit. Nessa entrevista a escritora fala tanto das suas estratégias de inserção na arena literária, como dos modos de recepção do seu romance, *O quinze*, por Graciliano Ramos.

moldes desse tradicionalismo fixado. Aponta para uma política dentro da política. Uma percepção de que um outro mundo é possível partindo da constatação de que os dois homens que com ela caminhavam "eram homens, apenas. Nada os separava; ao contrário, a grande humanidade os unia" [38].

Novamente uma tentativa de voltar à linha do marco zero: a humanidade. A humanidade representada por sexos, por gêneros, por classes, por categorias. A humanidade representada, criada , engendrada. Uma vontade de retorno ao processo da humanidade em seleção. Talvez a afirmação de um devir animal para que outra humanidade se invente. Um tipo de política que passa pela linguagem, pela literatura, pelas representações. Uma vontade de anarquizar as significações, logo, anarquizar a anarquia. Uma política dos signos, do movimento do pensar e de situar as coisas, as pessoas no mundo. Um certo domínio da escritura. A sensação política de Noemi. O sujeito se fazendo em Rachel. O movimento de Noemi bifurcando-se na trajetória de Rachel. A Rachel escrevendo personagens conceituais (para si).

O ângulo é de uma mulher que sabe da fixação do "ser mulher", o ângulo diz de uma singularidade que aponta para um corte nos modos de luta já serializados: a linha divisória da política de classes, a linha divisória entre o real, com todas as suas possibilidades de ação, e o ficcional, com todas as suas possibilidades vetadas pela (noção de) abstração. A sedução de uma mulher pela possibilidade de participar do curso de política, a sua micropolitica do pensar, do refazer a política ensinada, do representar, do sentir, do escrever apontando para uma outra coisa: uma fulguração, a imagem de um acontecimento, um ruído nos modos de percepção.

Onde estaria o ruído de Noemi na Rachel de Queiroz militarizada? Onde estaria a Rachel de Queiroz politizada pelo comunismo, depois da não separação dos homens em classe, na categoria da humanidade? Como, entretanto, não perder de vista a parcialidade de Noemi-Rachel de Queiroz, enfrentando as representações do feminino, para não cairmos nessa imagem da humanidade, enquanto unificação apagando as diferenças, as singularidades enquanto processos criativos? Como repensar, também, nessa humanidade apontada por Rachel de Queiroz, um outro modo de pensar o feminismo? Como não perder de vista o devir animal aí instalado?

Onde estaria a Rachel de Queiroz? A Rachel de Queiroz familiarizada? A grande autora Rachel de Queiroz? O nome Rachel de Queiroz? Rachel de Queiroz parece ter se

---

[38] QUEIROZ, Rachel. *Caminho de Pedras*, p 36.

esvaído, talvez na marca de uma humanidade requisitada por Noemi. Rachel de Queiroz poderia ser qualquer uma, qualquer um de nós, sujeitos a assujeitamentos, a termos os nossos desejos, nossa vontade de liberdade, capturados. Rachel de Queiroz seria estrategicamente restituída ao anonimato, como meio de resgatarmos certa potência típica dos anônimos, potência não visualizada por conta do engodo (necessário, como forma de reconhecimento) da necessidade-vontade de nomeação, de se fazer, nesses moldes, existir.

Não importa quem tenha escrito *Caminho de pedras*, não importa se é Rachel de Queiroz ou Noemi, ou Maria ou João. Não importa quem fala. Esse seria o princípio da indiferença, que segundo Foucault[39] apontaria para o princípio ético-estético, que poderíamos visualizar na escrita contemporânea. Para Foucault, nesse sentido, a escrita não deve ser vista como simples meio de expressão, ou arte de escrever apontando para um fetichismo. Seria na escrita que poderíamos encontrar o sujeito se refazendo. Esse refazer-se teria uma ligação com a morte; a morte que seria rejeitada por certa tradição literária, já que mesmo quando se mata o grande herói seria para afirmar a imortalidade da obra, do autor. Um outro exemplo dessa imortalidade nos dado por Foucault seria o gesto sôfrego de Xerazade, para evitar a morte, as mil e uma histórias para que ela não venha. No caso da morte na escrita, enquanto atividade ética, esta se faria pela constatação do sacrifício da própria vida inerente a esse movimento. Movimento que se manifestaria no apagamento dos caracteres individuais.

Em *Caminho de pedras*, não encontramos uma heroína Noemi, mas um sujeito em transmutação, morrendo e vivendo, apagando e se refazendo. Uma mulher que sofre com uma destinação, ao mesmo tempo que luta contra ela. Uma mulher que resiste a um caminho de pedras, a um apagamento dos que estavam ao seu lado, seja o marido que vai embora, seja o companheiro do Bloco, que é preso, mas que acima de tudo gravita vida, vangloria-se com a possibilidade, nas páginas finais, de poder gerar vida, carregar vida em si.

Sendo assim, trata-se de uma mulher que se agarra à vida, na sua intensidade provisória, aprendendo a lidar com a morte. Morte em que nunca havia pensado, que lhe toma a cabeça, e que se faz marcante na culminação da doença do seu filho. Morte de um casamento, de um cotidiano, de uma Noemi conhecida por todos, pelo patrão, pela companheira de trabalho, pelo marido, pela comadre que a ajudava nas tarefas do lar,

---

[39] Cf. FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?*, p. 34-37.

pela sociedade dita como tradicional. Morte de uma mulher que seguia as representações atribuídas para mulheres, que aprendera a não ter certos sonhos, desejos, porque aprendera que era pecado, aprendera que afrontaria uma moral.

Em Noemi a morte de uma certa mulher; em Rachel de Queiroz a morte de uma certa militância militar; em caminho de pedras o sujeito, liberando-se do nome, matando certa representação de si, refazendo-se. A escrita enquanto maquinaria desejante, a cena-acontecimento de Noemi enquanto fulguração, reserva ilimitada da/na linguagem, enquanto sujeito outro, sem nome, que aparece no seu esconderijo. A cena-desejo de Noemi, então, aponta para a cena da escrita, aponta para o grau zero que implica também numa morte, a morte de representações fixadas, e a refeitura dos seres, dos movimentos ou reengendramento de representações. Um processo criativo ou um distanciamento na cena da escrita que aponta para uma outra percepção da atividade do escrever ou da escritora, enquanto criadora de si e de outros mundos, partindo do morticínio de representações, de modos de pensar e de saber moralizadores do sujeito.

Rachel de Queiroz, que já afirma certa anarquia não se submetendo a representações para mulher enquanto filha, enquanto esposa, enquanto mulher nos anos trinta, sem tanta liberdade de perambulação, nos leva a repensar essa morte que é vida, reencenação e escritura. Essa vida que é morte, possibilidade de captura. Dessa forma, esse esconder-se e mostrar-se, como política da significação alimentada pela reserva imaginária que se assentou no literário, nos leva a pensar um movimento subjetivo via signos, via representação-criação-encenação, quebrando parâmetros clássicos para a política, para a representação, para o literário. O movimento de Noemi, o movimento de Rachel de Queiroz consideradas, enquanto sujeitos-personagens femininas, podem ser vistos também como forma de luta contra certa nomenclatura.

Nesse sentido, as perguntas típicas “quem fala”, “de onde fala” ou “para quem fala”, nos fazendo lembrar do “direito exclusivo de quem fala”, “o tabu do objeto” e o “ritual da circunstância,” problematizados por Foucault[40], enquanto necessidade de averiguação da ordem discursiva, parecem ajustar-se a esse movimento contra algo que um desejo Noemi-Rachel de Queiroz faz irromper. A possibilidade de contradição desses parâmetros em relação ao princípio de indiferença também apontado por Foucault, enquanto princípio ético-estético, pode ser revista atentando-se sempre para o mundo de representações e de regulações que encenamos e com as quais convivemos.

---

[40] Cf. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*.

Perguntar por quem fala, sobre o que fala e as circunstâncias relativas ao espaço e ao tempo dessa fala implica tornar visível esse mundo de representações e de regulações; implica também visualizar modos singulares, criativos, de transgressão dessas representações, modos correlacionados de fuga, afirmação de desejos contra algo que oprime, cerceia, captura. A indiferença talvez esteja bastante ligada a essa atividade sígnica, essa política subjetiva que a maquinaria desejante da escrita encena, cria, quando faz acontecer um movimento distanciado, um engendramento, por exemplo, de personagens conceituais.

A política subjetiva aqui, então, é feminina e não é. Aponta para um questionamento dos lugares estabelecidos para mulheres assim como para uma problematização acerca do ato de estabelecimento dos lugares, aponta para lugares fluidos, ou para a abolição dos tempos e lugares fixados, como diria Noemi. Ela participa do curso de política ministrado pelo movimento comunista, mas tem outra fulguração política, para além das classes, das categorias, ao ponto de visualizar a humanidade já representada e que precisaria ser reengendrada, refeita.

Rachel de Queiroz desconfia da unidade desse partido, como se já alertasse para as possibilidades de captura já ali naquele espaço, desconfia de um outro meio de opressão, o cerceamento da criatividade ou do movimento de uma personagem feminina fora de um estilo de representação não questionado por tal política. Com isso um outro tipo de politização entra em cena. Aliás, se observarmos a trajetória política de Rachel de Queiroz, via esse outro parâmetro de politização, encontraremos muito mais um movimento disruptor. Por esse critério, se observarmos *Caminho de pedras*, a noção de política, de luta, também se amplia, fraturando as fronteiras da classe, perfurando unidades, sinalizando modos de captura, ampliando o grupo de trabalhadores contra os meios de exploração de si.

Nesse sentido, se a luta de uns é para tomar certo poder estatal, se a luta de outros é para cercear outros poderes e garantir o Estado enquanto única forma de poder, talvez devêssemos, retomando outras vias dos caminhos de pedras, da trajetória de Rachel de Queiroz, atentar para os micropoderes, micromovimentos, desvios possíveis do significado, fulgurações, ou levantamento da cortina, mostrando que no fundo do palco tudo também é encenação, que se espraia nos diversos auditórios.

Micropoderes não enquanto tipos de indiferença para com o poder estatal, no sentido de não considerar seu grau de sedução, o alcance das suas possibilidades. Micropoderes, subjetivos como os de Rachel de Queiroz-Noemi, enquanto forma de

minar, refuncionalizar estados, ampliando fronteiras e possibilidades. Micropoderes, enquanto devir mulher da mulher, instigando-nos a uma luta solidária (os trabalhadores, os militantes capturados e os anarquistas) contra formas disseminadas de um capital mundial integrado, de uma política patriarcal, que não se esquiva de lançar seus tentáculos contra toda forma criativa de vida, de manejo com a linguagem já sobremarcada.

Um tipo de associação mais livre, sem unidade. Uma associação de outras linhas do Caminho, os desvios, as curvas para repensarmos o patrão, a pátria e o Estado. Pensar as representações que ajudamos a fazer destes e que estes, enquanto comunidades de sujeitos, ajudaram a fazer de nós. Matar uma imagem da militância, matar um movimento militar, um patriarcalismo familiar que, por vias diversas, se assente em nós, em Rachéis, em outros sujeitos, e restituir a anarquia metodológica, a anarquia no caminho traçado como forma de autogoverno.

Talvez com o movimento de Noemi-Rachel pudéssemos visualizar nesses engajamentos uma certa percepção de poder e sua relação com o sujeito. Uma vontade de tomar o poder e de afirmar um sujeito comunista, uma vontade de afirmar um poder militar negando os sujeitos e, com a possibilidade de um autogoverno, a afirmação de micropoderes e a crença no sujeito enquanto potência. Devir anarquista, restituição de Rachel, da sua potência e do literário. Crença num personagem conceitual que insiste. Afirmação da afirmação e negação da negação, por uma vontade de afirmar a vida.

Afirmar a vida na sua dimensão trágica, na sua dimensão plástica. O movimento de Rachel enquanto escritora (de si e do mundo), o movimento de Noemi enquanto ajudante do fotógrafo, apontam para esse processo de manejo das linhas do caminho de pedras, do traçado. Aquilo que talvez fosse pano de fundo do romance - Noemi enquanto ajudante do fotógrafo - o trabalho cotidiano da personagem, um momento morno para se chegar ao clímax de cenas marcantes com o marido, com o filho, com o futuro companheiro, no nosso caso, interessa-nos como pano de frente ou movimento que aponta para a exterioridade das representações, das produções subjetivas.

Noemi cotidianamente dedica-se, na ante-sala do fotógrafo, a restituir as imagens conforme a vontade dos fotografados. Com um engrossar de linha, com um traçado mais sinuoso, apagando uma sombra, Noemi vai restituindo, reconfigurando os sujeitos que, ao serem fotografados, já são marcados pela lente em perspectiva do fotógrafo que adora desenhar-fotografar jovens formosas e para isso capricha no ângulo e nas orientações de encenações, de posicionamentos.

O trabalho de Noemi aponta para essa inserção na escrita, para o ato de sobremarcar, para um ser em perspectiva de seleção, para um distanciamento que talvez não seja percebido enquanto possibilidade de mexer nas representações, de reinventá-las, de tornar personagens sujeitos. Atividade criadora que torna visível a mobilidade política do "tornar-se", a possibilidade anárquica, a possibilidade libertária, como afirmara Noemi, de transvaloração, de reencenação de si e do mundo. Devir, trabalho criativo que convida o sujeito(político), por um princípio ético-estético, a embaralhar as cartas do jogo, a duplicar as cenas, a sempre suspender os sentidos por uma questão de vida ou morte.

ENTRE LINHAS DE TEMPO E VIDA EM RACHEL DE QUEIROZ: MODOS DE (RE)CONTAR, MODOS DE (RE)INVENTAR-SE

Deve-se ter em si mesmo uma espécie de livro que se relê de vez em quando.
Michel Foucault. *A hermenêutica do sujeito.*

Se quiser conto, se não quiser não conto.
Rachel de Queiroz, *Tantos Anos.*

Como problematizar, através da escrita de Rachel de Queiroz, dos seus relatos, das suas encenações e criações, uma noção de tempo e de sujeito que nos possibilite repensar a subjetividade feminina e a nossa possível relação estética e ética com os saberes? Como pista para desenrolar a questão, comecemos com a retomada que a autora faz da sua vida no livro *Tantos anos*, escrito em parceria com a irmã, Maria Luiza de Queiroz. Retomada que serve para repensarmos a cena do retorno em diferença, o gesto de perlaboração da escritora sobre si, nos fazendo ampliar o tópico anterior pela via da memória.

Rachel de Queiroz inicia o livro sobre si reclamando da irmã, da sua insistência para que ela escrevesse um livro de memórias:

> _ E então?
> _ Então, o quê?
> _ As memórias!
> _ Você sabe que eu não gosto de memórias. Nunca pretendi escrever memória nenhuma. É um gênero literário (...) onde o autor se coloca abertamente como

> personagem principal e, quer esteja falando bem de si, quer confessando maldades, está em verdade dando largas às pretensões do seu ego – grande figura humana ou grande vilão. Mas grande de qualquer modo. O ponto mais discutível em memórias são as confissões, gênero que sempre abominei, pois há coisas na vida de cada um que não se contam. (...) Vamos fazer um acordo: não vou falar espontaneamente. Você terá que me extorquir as lembranças do passado, as coisas que testemunhei, as pessoas que conheci. Se quiser conto, se não quiser não conto. Prometo apenas não mentir, fugindo ao perfil clássico e invertido de 'memórias'.[41]

Para Rachel de Queiroz o gênero memória seria refutável pelo fato de terminar numa construção de uma grande figura humana ou um grande vilão. Um ou outro, o certo é que seria grande de qualquer modo, ou seja, sempre uma celebração. Rachel de Queiroz ainda nos diz que outro fator que condena no gênero seria a propensão, nele imbutida, para confissões. Portanto, já de início, no atrito literário com a irmã, afirma que a condição para o livro sair seria a sua liberdade para contar o que quisesse e para não contar o que não quisesse, limitando-se, entretanto, na contramão do que se visualiza no perfil clássico e invertido do gênero, segundo ela, a uma certa fidelidade ao ocorrido.

Do que nos diz Rachel sobre o gênero memória, sobre as formas de lidar com o tempo passado fica a sua recusa ao maniqueísmo: vilão ou mocinho ou, em termos mais enfáticos, à elevação do sujeito louvada por ele mesmo. Também fica, nesse primeiro registro, a contradição de quem quer fugir das confissões e promete não mentir. Dito isso, Rachel de Queiroz, provocada por sua irmã, retoma o passado, suas histórias. Entretanto, para o que já foi dito, podemos confabular sobre essa possível recusa de Queiroz em escrever suas memórias.

Ficamos pensando como ela esteve vinculada a isso. Sua escrita enquadrada num movimento literário denominado de regionalismo parecia significar já de imediato uma valorização das tradições, dos modos e tempos de viver locais, interioranos, ultrapassados para aqueles que se instituíam na luta a favor do progresso e da modernização do país. Maniqueísmo aqui vira forte dualismo, modo de ver dicotomizado. Talvez com Rachel de Queiroz já pudéssemos quebrar certas oposições.

Heloísa Buarque de Hollanda[42], ao entrar no seu apartamento no Rio teve a sensação de estar entrando numa fazenda nordestina já que as acomodações, os móveis, a decoração, todo o ambiente era uma refeitura daquele outro espaço. Para Heloísa, portanto, Rachel de Queiroz, na contramão de um movimento atual, seria uma outra

---

[41] Cf. QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luiza de. *Tantos anos*, p. 11.
[42]Cf. HOLLANDA,Heloisa Buarque de. *Ethos Rachel*.

espécie de migrante, aquele que não sai do seu lugar mesmo quando sai, que, mesmo de fora, fala de dentro do seu espaço de origem, promovendo um encontro, ou confronto, entre temporalidades diversas.

A nós interessa pensar na possibilidade de ampliar os sentidos, os modos de ver, de situar e temporalizar. Talvez devêssemos, para a rígida separação - o que é regional ou local e o que não é - complexificar essas distâncias. Buscar na metrópole um traço local. Buscar no espaço local vestígios de uma cidade global, ou melhor, buscar, em ambos, os traços de uma cidade subjetiva singular, as marcas de uma seleção das imagens, do tempo, da memória.

Ao invés do saudosismo, da reminiscência, da preservação de um passado atribuído à regionalista, queremos pensar Rachel de Queiroz de uma outra forma, como ela mesma nos sugere em entrevista concedida aos *Cadernos de Literatura*: como uma não típica regionalista. O que dizer das suas personagens, e dela enquanto personagem feminina que atravessou o século XX e adentrou no XXI? Acaso teríamos nessas imagens de mulheres uma réplica do retrato de um tempo em que às mulheres eram negados direitos, voz e vez?

O que percebemos é uma Rachel de Queiroz enfrentando a vida, quando, por exemplo, aos dezoito anos, já professora, fora chamada pelas alunas para representá-las junto ao diretor autoritário. O que encontramos na escrita de Queiroz são personagens destemidas: Santa de *João Miguel*, com sua resistência política, Conceição em *O quinze* questionando o casamento e interessando-se pelo estudo e não-estudo da população sertaneja, Maria Bonita afrontando Lampião em sua peça de mesmo nome[43], entre outras da galeria que constrói, encenando outras possibilidades de produção de si. Com isso, temos o traçado de mulheres que retracejam o seu destino, que falam, gritam e se fazem ouvidas.

Quando reconta a história das mulheres que conhecera, das mulheres da sua família, em geral o que vem à tona, quando destaca a potência de todas elas, o fazer e o não fazer, uma certa liberdade, é a imagem da matriarca. Uma ilha de matriarcas no sertão, na linha da escrita, da leitura e do recontar de Rachel de Queiroz, diria Heloísa Buarque de Hollanda.[44] Para nós, analisando a textualidade de Queiroz, seu texto-vida, sua vida-texto, seus modos de lidar com o recontar, fica a encenação de um devir para as mulheres, um devir matriarcal.

---

[43] Cf. livro *Tantos Anos*, já citado, e a Obra reunida de Rachel de Queiroz.
[44] Cf. HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Op cit.

Dessa forma, a resposta de Rachel de Queiroz, a uma possível réplica de um tempo, certamente não corresponde a uma assertiva presa a uma suposta fidelidade factual. Dessa perspectiva, a sua relação com o conceito de tempo e de passado é móvel. No seu olhar, outros ângulos são vistos, como dissemos, outras mulheres são delineadas, apontando para o cinza fotográfico da memória, para o não mentir atrelado a um intenso trabalho perlaborativo.

Por conseguinte, se as mulheres no passado de Rachel de Queiroz, nas suas narrativas, parecem outras, a valorização, como estávamos pensando, talvez deva ser para o olhar que vê o que passou e que reconta, reinventa. Olhar que, para além das dificuldades, das interdições ao feminino existentes em cada época, aponta sempre para as possibilidades, para outros relatos. Olhar sempre de um presente possível, já no passado, que nos mobiliza a pensar-delinear o aqui e o agora com toda a precariedade. Dessa relação exclui-se o passado fixado e o futuro como expurgador das culpas durante um tempo decorrido. Daí talvez não se querer confessar nada em suas memórias, daí também Rachel impor a sua deliberada arbitrariedade em selecionar o que quiser para ser relatado.

Das cenas retomadas por Rachel de Queiroz sobre sua vida em *Tantos Anos* ficamos com a imagem da jovem questionadora de um tempo. Postura irrequieta, curvilínea, que sempre a acompanhou e incomodou aos críticos, assentados talvez numa suposta linearidade. Fica a imagem da jovem senhora que fora/dentro do livro desconfia do narrar memorialístico. Desconfia talvez dos egos dos escritores escrevendo os mundos, recalcando os outros, que sempre deixam vestígios.

Lembrar a sua vida em parceria com a irmã já aponta para esse constante entrelaçamento com o outro.Um livro de si feito com mais de uma mão. A escrita de si trazendo a escrita-perspectiva de mundos. A Rachel de Queiroz primeira, de um tempo que se negava à mulher; a Rachel que pareceu viver um outro tempo, tamanha era a sua investida. Para um tempo em que a mulher não estudava, uma Rachel de Queiroz autodidata, para um tempo em que se batalhava o voto feminino, uma Rachel de Queiroz que ajudou a fundar o partido comunista no Ceará, para um tempo em que a Academia de Letras reiterava a simbologia do cânone composto só de homens, a Rachel de Queiroz que foi a primeira mulher a adentrá-la; para um tempo em que a mulher era discriminada por gerir o seu destino, uma Rachel de Queiroz que casou e descasou e que transitava com uma certa liberdade entre o Ceará, o Rio e outros Estados.

Uma certa liberdade percebida na sua primeira cena pública, com o seu romance *O quinze*, aos dezenove anos[45]. A escrita deveria ser burilada, enxugada, cortando todos os penduricalhos que poderiam denotar um estilo feminino água com açúcar, para que pudesse ser aceita no rol daquela escrita masculinizada. Talvez o gesto quisesse dizer: não aquilo que fizeram do feminino, mas sim ao estilo considerado masculino de escrever como estratégia para ser aceita. E nessa luta, contra o que fizeram do feminino, talvez tenha irrompido a escrita de Rachel, bastando lembrar da não vitimização, da não fragilidade de nenhuma de suas personagens.

Essa liberdade incerta aponta para esse enredamento nas malhas culturais, esse depender do outro, esse fazer-se e refazer-se em relação ao outro. Essa subjetividade social, esse sujeito em certo sentido sujeitado a forças que o capturam, que o produzem, que tomam as rédeas da sua contra-narrativa. Assim percebemos Rachel de Queiroz na época do golpe militar: numa sujeição a um querer outro que se tornara seu. Assim também percebemos certos comportamentos de mulheres e de homens que se sujeitam a modelos construídos, a modos de pensar que interiorizam, a saberes que foram naturalizados. Talvez devêssemos com a escritora desconfiar do maniqueísmo desses saberes, desconfiar das memórias que repetiram esses saberes. Desconfiar, também com Rachel de Queiroz, dos perigos reativos das estratégias masculinizadas de inserção, perceber a diferença, sem desconsiderar o risco, entre mover-se estrategicamente e ser capturada por uma tática que apontava para outra perspectiva, outra práxis-teórica. Ou seja, perceber a repetição – como uma espécie de inversão - somente como provisoriedade, como estratagema criando um tempo de diferenças, mas desconfiar sempre do perigo do mesmo na repetição, ou de uma diferença que não faz diferença.

Retomar a retomada que Rachel faz da sua vida em tantos anos é estar atenta a isso: a esse sujeito insubordinado e subordinado que se esboça, esse sujeito Rachel que é escritor e personagem ao mesmo tempo. Esse sujeito diverso, múltiplo, contraditório e sempre em via de fazer-se e refazer-se. Rachel de Queiroz, no seu livro *Tantos Anos*, reencena, sem procurar confessar culpas, seu devir reativo no cenário da ditadura, assim como encena o seu devir ativo no contexto do Estado Novo. O desejo da escritora, também personagem de um cenário de luta e restrição, de fazer publicar seu romance *João Miguel*, sem modificar, por exemplo, o retrato da personagem feminina, como queria o líder do Partido Comunista que fora obrigada a consultar, contrapõe-se a uma

[45] Cf. *Cadernos de literatura brasileira*, já citado, edição dedicada integralmente á escritora.

outra Rachel que faz repetir um desejo de um grupo com o qual ela interage no período de um golpe militar.

A vontade de fidelidade, portanto, revela o seu perigo: a repetição pode ser de uma memória imposta ou capturada, de práticas de sentido que sobrepujam o devir ativo, o desejo, a desconfiança, amortecendo o corpo e a vida. Suas personagens também carregam essa contradição discursiva, essa subjetividade (en)gendrada. A Maria Bonita, da peça *Lampião*[46], já no primeiro ato irrompe contra todo o constructo de fragilidade e passividade atribuído a mulheres, mas recai no modelo de subjetividade produzida para homens sertanejos quando solicita do seu primeiro marido um estatuto de coragem e valentia já fixado em Lampião.

Dessa forma, para a vontade de fidelidade de Rachel de Queiroz, talvez devêssemos lembrar da sua infidelidade ao Partido Comunista, quando este impusera os caminhos da sua narrativa, o delineamento da sua personagem feminina. Esquecer da fidelidade, também em nós instituída, talvez insurja como uma questão de saúde ou, então, deveríamos lembrar de não esquecer dessa vontade de fidelidade interiorizada como sintoma de que se deve ter desconfiança, como signo de um capital cultural mundial integrado, um capital patriarcal colonizador, que incessantemente reestabelece seus meios de captura das subjetividades. O não-mentir postulado no início, como nos mostra uma das Rachéis, deve obedecer, portanto, a um desejo singular, que se torna infiel a um outro ponto de vista que cerceie o seu modo de ver, um ponto de vista que, feito lei factual, tem fixado a mulher num lugar e tempo pré-determinados.

Com Rachel de Queiroz no ato de escrever sobre si, de retomar seus tantos anos, de criar suas tantas personagens, que são como máscaras para ela, que também é uma personagem, assim como escritora, percebemos a multiplicidade de sujeitos ou o sujeito uno em sua multiplicidade, a subjetividade em contradição e produção pelas linhas subordinadas e insubordinadas de quem escreve, lê e reescreve. O tecido da memória é como página em branco, ou bloco mágico, como diria Freud[47], feito superfície sobremarcada, de cera ou resina, que se faz recoberta por folha fina sempre pronta a ser sulcada, e que ao ser levantada possibilita junto à resina mnemônica visibilizar as marcas e remarcas que apagam e se acendem.

Nesse ponto, pensando na forma de retomar as linhas de tempo e de vida de Rachel de Queiroz, pensando nos seus relatos de tempo-vida de mulheres, nos relatos

---

[46] QUEIROZ, Rachel de. *Lampião*. In: Obra reunida. Vol. 5.
[47] Cf. FREUD, Sigmund. *O bloco mágico.*

que fazemos sobre as nossas vidas, talvez devêssemos nos perguntar que traços dessa superfície queremos desrecalcar e com que propósito? Que traços queremos delinear? O que lembrar? O que esquecer? Por que desconfiar desses conceitos? Que estratégias saudáveis buscar nesse jogo de linguagem que reconstitui quem fomos como passo para buscar o que queremos ser? Como lidar com essa significação sobre os sujeitos estando atenta a uma fixidez dos saberes, a uma fluidez das práticas de reterritorialização, a uma racionalidade que quer ditar o traçado da escrita e temporalizar as relações que temos com o tempo?

Talvez experimentar ler Rachel de Queiroz, seu ato de releitura, seu corpo transfigurado, extenuando comportas temporais e sempre aberto a outras significações, nos ajude a pensar nessas questões. Podemos, inclusive, no seu ato de seleção das marcas que quer ativar, nos perguntar que outros saberes Rachel de Queiroz engendra sobre si, sobre as mulheres, sobre os homens, sobre o mundo. Por enquanto, talvez pudéssemos ter como resposta a possibilidade, que ela torna visível, de engendramento de outros saberes, neste caso, através da obra de arte, a qual mesmo fugindo de uma tal infidelidade, inscreve outras óticas, outras significações para mulheres, na cultura.

Uma espécie de saber narrativo e dramático se esboça em e com Rachel. Saberes que, segundo Eneida Maria de Souza[48], na esteira de Lyotard e Barthes, apontam para uma desmitificação das metanarrativas legitimadoras da ciência e da integridade ilusória do sujeito. Nesse sentido, segundo Souza, Barthes privilegia o saber da escritura como enunciação, colocando-o em desacerto com o saber da ciência, enquanto que Lyotard, valendo-se da metáfora do relato, denuncia a inoperância confirmada dos grandes textos circunscritos a projetos totalizantes e autoritários. A literatura é enfatizada nas suas maquinarias desejantes e traduziria, na sua estrutura dramática, o inconsciente e a linguagem. O texto, a escritura ou o saber dramático suplantando o saber epistemológico, operando nos interstícios da ciência, promoveria uma reflexão incessante sobre o saber ao tempo em que efetivaria a encenação de subjetividades, o distanciamento e simulação do sujeito-ator na cena enunciativa.

Assim, o sujeito é percebido enquanto bloco, escrito e reescrito, marcado e remarcado; a escrita de sua vida, sua biografia, como biografema[49], uma imagem sempre fragmentada contra o estereótipo insustentável da totalidade e da fidelidade. Nessa linha, para o sujeito cognoscente teríamos, então, o sujeito como texto, ser de

---

[48] Cf. SOUZA,Eneida de. *Tempo de pós-crítica* e Notas sobre a crítica biográfica, este in: *Crítica cult*.
[49] Idem. Notas sobre a crítica biográfica. In: *Crítica cult*, p.113.

papel, ser de linguagem que se dilui e surge na escrita que o substitui e o suplementa. Para Rachel de Queiroz teríamos a força da sua enunciação dizendo já de início da sua necessidade de seleção dos traços. Contra certos esquecimentos que recalcaram mulheres, suas perspectivas, suas inquietações, suas contradições discursivas, parece rememorar, perlaborar, inventar suas personagens de forma que, por vezes, não separamos a escritora de si e a personagem que se apropria da história, feito Maria Bonita na peça *Lampião*[50], a personagem que toma pé do seu discurso; a mulher que aproveita o espaço da escrita, espaço sobremarcado como o da memória, para reinventar-se, para reinventar-nos, utilizando então, já de uma forma ativa, a estratégia do esquecimento.

O esquecimento que, como nos alerta Deleuze, relendo Foucault, não se opõe à memória pois ela é sempre esquecida para se refazer. Essa memória do futuro "é o verdadeiro nome da relação consigo, ou do afeto de si por si.[51]" Como diria o próprio Foucault[52], a memória-esquecimento estaria na releitura da escrita pessoal, de modo a se reatualizar o que contém, a fazer um exame das riquezas nela depositadas, lançando um olhar retrospectivo sobre a própria vida, transvalorando, esquecendo, apagando, como diria Freud.

Nessa linha de seleção de imagens, de marcas e, com isso, de possibilidade de esquecimentos ativos, seu texto também tem caráter de relato pela rasura que faz a um saber oficial, por deixar a porta aberta para uma estética que aponta para outras possibilidades, assim como para a necessidade de uma ética, de uma politização que fuja da moral, da consciência, da culpa, da coerção sorrateira, da fidelidade que, tornando-se infiel, ativa as maquinarias desejantes da literatura dramática do inconsciente, que deve repercutir no social. Perguntar por quem rememora, quem escreve, o que quer e o que pode com essa escrita; que peso atribuímos a ela perante os discursos biológicos, matemáticos, historiográficos e tantos outros que, pautados por uma cientificidade ou legitimidade cotidiana, negaram a mulheres o seu direito de se expressar dizendo o que elas deveriam ser, é questão chave em Rachel de Queiroz.

Para isso, talvez devêssemos reter a fala-imagem da escritora que aponta para um certo domínio de si: "Se quiser conto, se não quiser não conto". Reter a sua inquietação em retomar o passado e sua história. Retomar afirmando-se enquanto sujeito

---

[50] QUEIROZ, Rachel de. *Lampião*. In: Obra reunida. Vol. 5.
[51] Cf. DELEUZE,Gilles. *Foucault*, p.115.
[52] Cf. FOUCAULT, Michel. A hermenêutica do sujeito. In: *Resumo dos cursos do Collége de France*, p. 129.

da enunciação, afirmando sua perspectiva, sua fragmentariedade contra qualquer ilusão de fechamento. Retomar para saber de si, ou seja, produzir um saber não fixo sobre si. Um saber de si que fique vinculado ao cuidado de si e não uma espécie de apagamento dessa necessidade nos moldes de uma vontade de saber que se afirmou como vontade de verdade, consciência de si, saber a ser desvelado pela via da interioridade e da transcendência, repercutindo numa renúncia de si e do viver aqui e agora.

Essa seria a exigência que visualizamos na memória coletiva, na encenação de personagens no texto Rachel de Queiroz: ouvir o outro em nós. Retomar as outras perspectivas, outras temporalidades, inconscientes, infiéis, maquínicas, por uma questão de saúde. Daí atentar para o devir literário, o devir do sujeito no texto e com o texto, o devir Rachel de Queiroz de Rachel de Queiroz, que faz do seu recontar uma memória em diferença, uma reinvenção dos papéis femininos e do espaço-tempo em que estes são encenados.

Pontos de uma rede

Dessa forma, se nesse momento temos uma Rachel de Queiroz ativa, senhora da sua escrita de vida, que fora apagada por uma percepção crítica que se isola das relações de forças contextuais, que não se considera sujeita a tais forças, é retomando o que essa crítica ignorou enquanto potência literária, que fizemos Rachel de Queiroz devir ativa, que restituímos suas múltiplas possibilidades, inclusive a de militante, já aberta também para ampliações.

Uma perspectiva crítica literário-sociológica, que se alinha ao marxismo, mas que acaba incorrendo naquilo que Marx mais condena no socialismo, que se intitula crítica crítica, dos irmãos Bauer: o absolutismo crítico, a sua transcendência. Os irmãos Bauer rejeitam a perspectiva de transformação no social, afirmam-na somente no plano das idéias. A crítica que apaga Rachel de Queiroz desconsidera o potencial revolucionário, as reservas criativas, libertárias, das suas idéias ficcionais, visto que as condiciona ao seu movimento de vida, no sentido de considerá-las despolitizadas, ou seja: Rachel de Queiroz tornou-se de militante comunista e trotskista a adepta do golpe militar no Brasil, logo, seus textos também acompanharam sua trajetória curvilínea.

Alfredo Bosi, enquanto autor dessa crítica sobre Rachel de Queiroz, vai enfocar o social como objeto, arena política de transformação, e separar o texto ficcional dessa

arena, na medida em que os une em uma perspectiva condicional, determinista, retirando deste a perspectiva de arena, de forças em relação. O que fica perceptível é que também a noção de social de Bosi beira uma transcendência, visto que fica isenta desta as relações de forças, as relações transindividuais, diria Marx, que não são consideradas na análise que faz o crítico de Rachel de Queiroz, ou somente são vistas como unilateralidade, na medida em que estas teriam cooptado-a por total. Forças que nem mesmo aparecem como enredamento da sua perspectiva crítica, visto que a efetiva enquanto poder supremo que julga e condena Rachel de Queiroz pela sua "misteriosa traição", seu gesto-ação de vida não linear.

O abstracionismo toma a cena crítica, a posição do crítico, fazendo-nos, com Marx, reivindicar o humanismo real, a posição do sujeito histórico também para o seguidor dessa linhagem: o crítico em questão. Ficou, então, cristalizada, a imagem da Rachel de Queiroz militarizada, para além de toda a sua atividade política anterior, para além de todas as possibilidades de resistência, de politização no continuum complexo do seu texto ficcional. Fica a imagem de um poder crítico absoluto, transcendental, e com isso se vão as possibilidades ativas, radicais, também dessa perspectiva da crítica. Fica já a sugestão de uma autocrítica, de uma outra noção de revolução, enquanto desalinhamento, de sujeito enquanto multiplicidade e produção, e de um devir revolucionário nas pessoas.

Seguindo essas pistas e os pontos apagados por Bosi é que buscamos retomar a textualidade considerada ficcional da escritora, uma das suas personagens, a Noemi, para nos ajudar a restituir Rachel de Queiroz em sua multiplicidade, as várias Rachéis esquecidas - a militante comunista, a trotskista, a que não deixava cercear sua criação, a moça que casava e descasava enfrentando códigos morais, - fazendo devir ativa a Rachel de Queiroz que se tornou reativa.

A Noemi investe em uma política de suspensão dos sentidos, das significações, das separações, para além do curso de política que aprendera na militância do Bloco operário. Investe em um grau zero da escritura-mundo, no acaso, enquanto cena originária, baixo começo, forças em relação, nos permitindo a possibilidade de fazer emergir outra Rachel de Queiroz, tornando visível a possibilidade de outros acontecimentos, o sujeito Rachel de Queiroz enquanto texto, conjunto de traços se entretecendo dentro e fora, a percepção de invenção, reinvenção, na mão de quem lê-vê-ouve, escreve e reescreve.

A pergunta então, antes esvaída em uma miraculosidade, por que Rachel de Queiroz virou militar?, se multiplica: quem é que é Rachel de Queiroz? O que pode ser Rachel de Queiroz? E é ela mesma quem nos incita a esse exercício de ressignificação sobre si: inventar personagens para si, tornar-se sujeito-escritora de si, ativar seus personagens conceituais em si.

Exercício de ressignificação de si que é ampliado pela via da memória, pela sua escrita autobiográfica, tematizada no tópico III deste capítulo. É pela via da memória que Rachel de Queiroz vai nos apontar o esquecimento enquanto possibilidade ativa. Esquecimento como algo inerente à memória. Esquecimento ativo que irrompe contra o reativo e que aponta para o domínio, perdido pela crítica sobre Rachel de Queiroz, das forças, da prescrição, aponta para a seleção e a reinvenção. Esquecimento que se filia ao desejo, "se quiser conto, se não quiser não conto" de Rachel de Queiroz. Que se filia aos afetos e conclama por saúde, por um saber saudável sobre si que se alia aos modos de contar sobre si. Que se alinha à perspectiva de seleção, aos esquecimentos ativos. Alinha-se a exercícios de memorização, releitura de si, autocrítica, possibilidade de reinvenção, como fez Rachel de Queiroz no seu texto-vida.

Rachel de Queiroz reinventou personagens, reinventou a si, nos alertou para a possibilidade de reinventar, reencenou um devir matriarcal, nos deu pistas para expandir e fazer pensar esse devir, numa empreitada contra o aprisionamento da mulher ao "ser", contra uma imagem totalizadora e reativa do sujeito feminino. Nesse sentido, como ele, o devir matriarcal, se expande, se dissemina na escrita de outras mulheres? Como se delineia a sua força crítica, a autocrítica dessas mulheres? Quais os impasses, as armadilhas, as relações de forças presentes em seus contradiscursos? Como neles se esboça a noção de sujeito, de linguagem, de literatura, a possibilidade de reinvenção, o exercício da memória? Como, enfim, se configuram os relatos de vidas dessas outras mulheres, suas contranarrativas, o devir matriarcal?

Eis os pontos da rede que atravessam este capítulo e a tese: a) a tematização de uma crítica "crítica" que apaga, silencia, persegue, em vez de admitir a multiplicidade do olhar e da prática escritural; b) a emergência do silenciado, como um teatro da linguagem crítica e reencenação de personagens conceituais; c) a escrita autobiográfica, em sua multiplicidade e forma, como possibilidade de seleção e cuidado de si.

CAPÍTULO II

O RETORNO DO SUJEITO: MODOS DE INSERÇÃO E DE (AUTO)REPRESENTAÇÃO

Um velho de cabelos brancos é tão inexperiente e crédulo quanto um menino, diante da vida cai nos mesmos tropeços.

Rachel de Queiroz, A cobra que morde o rabo. In: *Rachel de Queiroz* (Coleção melhores crônicas)

Vivemos na ambivalência.

Cecília Sardemberg,. In: Entrevista gravada.

NOSSA CONTRANARRATIVA EM QUESTÃO: POSSIBILIDADES E TENSÕES NOS ESTUDOS TEÓRICOS FEMINISTAS

> *As teorias feministas, como outras formas de pós-modernismo, deviam nos estimular a tolerar e interpretar a ambivalência, a ambigüidade e a multiplicidade (...) Se fizermos nosso trabalho bem, a "realidade"parecerá ainda mais instável, complexa e desordenada.*
>
> Jane Flax, *Pós-modernismo e política*

Como se configuram as contranarrativas feministas frente a linhas de forças contemporâneas? Quais os impasses nesse embate? Quais as possibilidades e tensões nos estudos teóricos feministas? Podemos começar dizendo que os estudos feministas lidam de diferentes maneiras com as questões levantadas pelo debate pós-moderno. Algumas teóricas se reconhecem nesse campo de luta, ou seja, consideram como também suas as questões levantadas pela filosofia pós-moderna, valorizam a contribuição desses estudos descentrados para ampliar o debate feminista na academia, para, inclusive, nos fazer repensar sobre a nossa pretensa ausência de teoria ou sobre o campo minado que pisamos quando buscamos diuturnamente outras linhas de combate. Mas há também quem renegue a contribuição desses estudos ou quem, numa posição de extrema vigilância, vacila em não repensar o seu texto fazendo deste uma arma contra si mesmo. As tensões existem e os olhares, num ataque-defensivo para com a textualidade contemporânea, multiplicam-se. E é justamente sob esse prisma, textual, que procuro analisar os focos interpretativos, as posições e fixações do contradiscurso feminista.

O pós-modernismo, ou a pós-modernidade como queiram, é visto, por vezes, de forma unilateral. Heloísa Buarque de Holanda[1] afirma que para uma grande maioria este é muito mais um movimento de reação que de resistência, logo, lembrando o debate configurado entre Habermas e Lyotard, o pós-modernismo repudiaria o modernismo para celebrar o *status quo*. Dessa forma, vira interpretação comum ligar, de forma depreciativa e apressada, o movimento ao neoliberalismo com sua política e economia de mercado ditas plurais. Diante dessa associação reducionista e unilateral a aproximação, a troca ou

[1] Cf. HOLLANDA, Heloísa Buarque. Políticas da Teoria. In. HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.) *Pós-modernismo e política*, p. 7-14.

apropriação entre os estudos feministas e os estudos pós estruturalisatas é feita sob constantes receios, por vezes veiculados por uma fixidez de significado, de conceito, de leitura e até de método.

De qualquer forma, é esse contexto que vai, propiciando de algum modo nossas politizações, nos colocar frente a alguns desafios e perigos. Segundo Heloísa Buarque de Holanda[2], o pós-estruturalismo, ao falar de um sujeito difuso e descentrado e nomeá-lo como feminino, traria o perigo de uma reuniversalização da subjetividade que comprometeria a eficácia discursiva e teórica do feminismo e sua recusa ao essencialismo. Um outro perigo seria, diante da prática política exemplar do feminismo na defesa da cidadania, este ser identificado como o discurso do "outro", o local do pânico no despontar do novo milênio.

O perigo da universalização aponta para a dificuldade em lidar com o descentramento, com a mobilidade dos signos que, não praticada, recai na fixidez de um pólo e no medo de ser visto como o "outro", determinado em sua fixidez binária como par opositivo ou local do pânico. Se o pós-modernismo, como nos diz Heloísa Buarque de Holanda, instaura a crise da representação e do social, enquanto a crítica feminista luta pela necessidade de significação (e esta seria uma diferença entre ambos), poderíamos rasurar esse texto dizendo que a luta pelo significar pode cair na cilada do refixar, enquanto que, reconceitualizando a noção de crise de representação, o pós-modernismo aponta para um escapar da fixidez ou para a necessidade de um constante ressignificar. É com essa abertura que se solicita, para uma intervenção tática menos escorregadia, uma metaforização de conceitos como "pluralismo", "crise", entre outros, que têm um valor pré-estabelecido.

Heloísa Buarque de Holanda continua a nos falar das reações do feminismo frente às forças textuais contemporâneas. Segundo ela, tanto na corrente anglo-saxônica como no feminismo francês há uma busca pela identidade e isto deve ser somente uma necessidade tática, visto que esta busca está comprometida com a economia humanística e com a estrutura da lógica patriarcal. Um outro problema seria a centralidade da linguagem desarticulada com a variedade das práticas sociais que entram na constituição dessa mesma linguagem. Heloísa Buarque de Holanda denuncia que há ainda certas análises feministas

---

[2] Cf. HOLLANDA, Heloísa Buarque. Feminismo em tempos pós-modernos. In. Cf. HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, p. 7-19.

da produção literária que centram suas reflexões numa suposta e natural especificidade da linguagem e/ou escrita feminina ou ainda na afirmação de uma identidade feminina.

Heloísa Buarque de Holanda visualiza uma flexibilização no feminismo que segue em direção a uma radical crítica da cultura. Para ela as teorias críticas feministas sofreram uma revitalização com os estudos sobre os processos de construção da subjetividade feminina nos países periféricos. E é justamente essa politização da subjetividade que nos sugere a teoria pós-colonial e a filosofia pós-moderna, ao contrário da noção problemática de identidade. A linguagem então, nesse outro olhar, nesse outro modo de interpretar, tem um outro sentido: não está deslocada das forças sociais, presa a uma pureza ou centralidade que só revela uma não abertura à mobilidade dos signos culturais.

Se há um enfoque, dessas teorias, na linguagem é porque se descobre que ela tem uma performatividade na nossa vida, nos nossos atos, no nosso cotidiano, nas relações de opressão. O teórico Homi Bhabha[3], nos seus estudos pós-coloniais, verifica o quanto o discurso do colonizador, na sua estratégia estereotípica de identificação e de conhecimento, produziu e nomeou seres deformados, cuja diferenciação recebia, nas relações de forças textuais, a marca do inferior. Daí se pensar numa escrita que nomeava, e tomava posse da terra e da mulher, fazendo repetir um eterno feminino, é um passo. Dessa forma, a nossa luta é com e contra a linguagem, ou como diria Heloísa Buarque de Holanda: "a realidade pós-moderna apresenta-se assim como realidade tática cuja eficácia é diretamente proporcional à sua luta contra a linguagem e ao seu compromisso com a desarticulação dos vários e sutis sistemas de dominação ainda hegemônicos"[4].

Portanto, como vimos, precisamos pensar em termos táticos, mas, eficazes. A propósito, necessitamos também repensar o conceito que temos sobre linguagem e texto, porque volta e meia fazemos leituras ainda marcadas por uma estabilidade que nos remonta a estereótipos discursivos que queremos combater. É o que vai nos dizer Jane Flax[5] quando afirma sua preocupação em "pensar o pensar", ou, pensar mais como pensamos acerca das relações de gênero ou de quaisquer outras relações sociais.

---

[3] Cf. BHABHA, Homi K. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In: *O local da cultura*, p. 105-128.
[4] Cf. HOLANDA, Heloísa Buarque de. Políticas da teoria. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.) *Pós-modernismo e política*, p. 14.
[5] Cf. FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.) *Pós-modernismo e política*, p. 217-250.

Nesse intuito, Jane Flax se propõe a rever o movimento teórico dos estudos feministas. A princípio demonstra ainda operar com a dicotomia teoria e prática, já que afirma que, sem as ações políticas feministas, as teorias permaneceriam inadequadas, ineficazes. Em seguida, agenciando uma metateoria, como contribuição da filosofia pós-moderna, se propõe rever os embates, as tensões e as respostas que as teóricas feministas têm sugerido para as questões levantadas.

Segundo Jane Flax, a teoria feminista tem uma afinidade com a análise das relações sociais e com a filosofia pós-moderna. Aliás, para ela, a teoria feminista seria um tipo de filosofia pós-moderna, visto que os filósofos pós-modernos procuram colocar em radical dúvida crenças provenientes do Iluminismo como: a existência de um eu estável e coerente, o império da razão universal e transcendental, a ciência como exemplo do uso correto da razão, como paradigma para todo conhecimento verdadeiro, e a linguagem como vetor de transparência do real, ou seja, a idéia de uma correspondência entre palavra e coisa , como se os objetos não fossem lingüisticamente (ou socialmente) construídos, mas apenas trazidos à consciência pela nomeação e pelo uso correto da linguagem. Segundo Jane Flax, "as feministas, como outros pós-modernistas, começaram a suspeitar que todas essas afirmações transcendentais refletem e reificam a experiência de umas poucas pessoas - predominantemente homens brancos ocidentais".[6]

Nesse contexto tático e desconstrutor, a fixação do natural e do metafísico é uma barreira comum, que faz com que repensemos as coordenadas de nossas questões: o gênero não pode mais ser tratado como fato simples e natural e ao focarmos a mulher como nossa problemática deveríamos ter o cuidado para, ironicamente, não privilegiarmos o homem como não problemático ou livre das relações de gênero; em outras palavras, deveríamos pensar mais na questão das relações.

Os estudos das relações de gênero, então, conforme Jane Flax, parecem ter dois níveis de análise: o gênero por vezes é tratado como uma construção ou categoria do pensamento que nos ajuda a entender histórias e mundos sociais particulares e, noutras vezes, (ou concomitantemente, podemos admitir) como uma relação social que entra em todas as atividades e parcialmente as constitui. Nessas linhas, para Jane Flax, as teóricas feministas têm procurado, para o estudo das relações de gênero, causas e explicações

[6] Idem. Ibidem., p. 224.

falhas, inadequadas e predominantemente deterministas, como, por exemplo, a localização da origem dos sistemas de gênero na transformação de bruto sexo biológico em gênero ou a *aplicação* acrítica de Marx, a localização da causa fundamental dos arranjos de gênero na organização da produção ou na divisão sexual de trabalho ou, ainda, a estrutura das práticas de educação de crianças como a raiz das relações de gênero, ou mesmo a questão já tocada da centralidade da linguagem.

Parece-me que o que perpassa é novamente uma questão de mobilidade, de jogo de cintura, de vigilância, sim, de adequação ou desterritorialização constante dos signos, dos valores, dos modos de pensar. Jane Flax, ao tratar da estratégia teórica da centralidade da linguagem, afirma que o problema de se pensar sobre (ou somente em termos de) textos, signos e significação é que eles tendem a tratar de uma vida que pertence a eles mesmos ou a se transformarem no mundo como se a atividade humana modelar fosse a crítica literária ou a escritura. Essa abordagem negaria a existência de uma variedade de práticas sociais concretas, relações de dominação, que entram e se refletem na constituição da própria linguagem. Além disso, muito da escritura feminista francesa parece assumir uma disjunção radical, construída em bases ontológicas, entre signo/mente/masculino/mundo e corpo/natureza/feminino. Dessa forma, a recuperação ou reconstituição da experiência feminina - escrita do corpo - seria incoerente, já que o corpo, visto como pré-lingüistico e pré-social, nada teria a dizer.

De outro ângulo, fica claro que há uma fixidez nos conceitos de texto e linguagem. No texto não haveria relações de força, ele estaria fechado numa totalidade que imprime para si uma regra e um modelo de feitura e de leitura. Assim, também a linguagem, como é pensada, remete para uma experiência primeira e pura associada à experiência feminina ou à escrita de um corpo vazio de escritos. Tanto o texto como a linguagem, associados à experiência primeira, viram locais inatingíveis, distanciados, presos a um fenômeno literário que se subscreve nas nuvens, portanto distanciado da guerra terrena de relatos. Nada mais metafísico. Defesa perigosa para quem quer combater um texto que, em seu significado patriarcal fixado, nos deixou à margem da sua grande narrativa, como se fôssemos incapazes de alcançar essa escritura sacralizada, purificada, distanciada, ainda que a sintamos de forma viva e nociva no cotidiano.

Talvez devêssemos dizer o quanto é necessário pluralizar as leituras, atribuir outros sentidos para a escrita do corpo, do desejo, do inconsciente, rever o olhar sobre o texto, sobre a linguagem. Joan Scott[7] nos ajuda nesse movimento quando faz uma apropriação ativa do pós-estruturalismo. Para ela, que inicia o seu ensaio enfatizando a importância e a necessidade da teoria, o pós-estruturalismo deu-lhe os elementos de clarificação que estava procurando. Como um movimento que repensa a estruturalidade fechada da noção de texto, para Scott o pós-estruturalismo oferece conceitos bastante úteis para as feministas como: desconstrução, diferença, discurso e linguagem. Sendo este último focado pelas feministas como ponto escorregadio e ineficaz nas suas teorias, é com Scott que procuramos clarificar o campo interpretativo fechado e pouco produtivo que se tem atribuído à linguagem. Sem prestar atenção na linguagem, nos diz Scott, "e nos processos mediante os quais se constituem os significados e as categorias, só se impõem modelos super-simplificados no mundo, modelos que perpetuam a compreensão convencional em vez de abrir novas possibilidades interpretativas".[8]

A análise da linguagem providencia, em contraponto a oposição materialista/idealista que ronda essa abordagem, de um ponto crucial de entrada, um ponto de partida "para entender como são concebidas as relações sociais e, portanto, como estão organizadas as instituições, como se vive as relações de produção e como se estabelece a identidade coletiva"[9]. Se os pós-estruturalistas insistem que as palavras ou os textos não têm significados intrínsecos ou imutáveis, que não há uma relação transparente entre eles e as idéias, entre a linguagem e o mundo, as perguntas, então, seriam: como mudam os significados? O que estes processos revelam sobre como o poder é constituído e manejado? Como analisar textos específicos (incluindo as práticas culturais) em termos de significados históricos e contextuais?

É com o conceito de discurso que Scoot encontra meios de responder a essas perguntas, visto que o discurso seria "uma estrutura histórica, social e institucional específica, de enunciados, termos, categorias e crenças"[10]. A elaboração de significado implicaria o conflito e o poder para controlar determinado campo de forças discursivo

---

[7] Cf. SCOTT, Joan. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In: *Debate feminista*, p. 203-222.
[8] Idem. Ibidem., p. 205.
[9] Idem. Ibidem., p. 205.
[10] Idem. Ibidem., p. 206.

residiria em alegações referidas a um saber científico incrustado não somente em escritos convencionais, mas também em organizações disciplinares e profissionais, em instituições e em relações sociais. Dessa forma, tudo isso constitui textos ou documentos para serem lidos.

Entretanto, a questão se coloca com algumas diferenças no posicionamento de Nelly Richard[11]. Para esta teórica, contra a armadilha que fixa o signo mulher numa essência natural e metafísica, a crítica feminista deveria levar prioritariamente em conta a linguagem e o discurso, logo, a teoria como possibilidade de tomada de consciência do caráter discursivo do real-social. Contudo, essa abordagem semiótico-discursiva do social e do cultural na América Latina tem sofrido enérgicas reações, seja porque a teoria feminista internacional circule através daquelas lógicas de reprodução universitária, globalizadas pela academia, subordinando o feminismo latino-americano ao seu registro hegemônico; seja porque o cenário latino-americano, marcado por condições históricas e sociais de exploração, miséria e desigualdade firmando o patriarcado, suscite uma reação, já convencionalmente fixada, para com o discurso e a filosofia, que prega a necessidade, localizada no seu oposto, de ação e compromisso político.

O fato é que, segundo Nelly Richard, a relação de conflito que tem se estabelecido entre a periferia latino-americana e a teoria internacional de centro tem tomado a forma de uma oposição entre experiência (vista como o mundo prático da vida cotidiana e da intervenção direta na vida social) e discurso (tomado como o mundo abstrato da reflexão especulativa, que permanece prisioneira do academicismo), o que acaba sendo um deslize do feminismo latino-americano, visto que esta oposição só reforça a codificação de uma outridade do feminino e do latino-americano, que se baseia numa mitologia do natural como consciência espontânea e narrativa primária de um corpo de origem. Além disso, também nos alerta Nelly Richard, fixar o feminino na imagem do corpo-natureza da América Latina, como território virgem, desistoriciza o significado político das práticas subalternas que reinterpretam, hibridamente, os signos da cultura dominante no interior de suas brechas de poder.

---

[11] RICHARD, Nelly. Diferença sexual, gênero e crítica feminista. In: *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*, p. 142-172.

Dessa forma, contra a ditadura de um mercado literário globalizado, a crítica literária deveria agir como um vetor de descentramento do significante a interrogar os mecanismos de centralização do sentido e da identidade presentes nas formações discursivas, incluindo a da literatura de mulheres ou da crítica feminista latino-americana. O feminino, então, tornar-se-ia um conceito-metáfora que serve para nomear diferenças que tornariam ambíguo o significado de qualquer oposição binária, pontua Nelly Richard.

Entretanto, mostrando-se bem familiarizada com os conceitos desconstrutores da filosofia pós-moderna, Nelly Richard também escorrega (talvez propositalmente) nos binarismos que capturam, inclusive, o nosso pensar sobre o pensar. A autora fala dos pontos movediços da nossa contranarrativa, elege como tópico problemático a experiência e a representação, mas não consegue escapar dessa dicotomia. Até aponta uma solução para uma questão que emerge quando se dá a tensão ativa entre feminismo e pós-modernismo: a fragmentação e a dispersão operadas por este e a significação-identificação emancipatória batalhada por aquele. Para Nelly Richard, lidar com a instabilidade visualizada pela filosofia pós-moderna ou interpretá-la ativamente solicita de nós não mais gestos unilaterais ou dicotômicos, mas duplos e desdobrados, solicita-nos mobilidade ou uma multilocalização estratégica que nos permita deslizar entre as políticas da identidade e as poéticas da subjetividade.

Contudo, Richard, diante da desconstrução pós-moderna, questiona os rumos da apropriação de um debate já instaurado pelo feminismo. Segundo ela, a desconstrução não é algo novo, não deveria ser patenteada pelo pós-modernismo derridiano, visto que o feminismo já a efetivava há muito. Parece nesse momento não reconhecer nenhuma contribuição da filosofia pós-moderna no sentido de expandir a briga feminista nos terrenos mais fechados, territorializados e hierárquicos de poder: a academia. Pelo contrário, seu questionamento recai, numa reincidência com matizes diferenciais, sobre como a hipertextualização pós-estruturalista generaliza os textos e as diferenças, apagando a radicalidade da diferença sexual colocada pelo debate feminista. O feminismo teria virado uma alegoria no hipertexto filosófico, um corpo descarnado, o que tem provocado, por parte das feministas, uma reafirmação deste corpo não mais como essência, mas como afirmação da materialidade eficiente da filosofia feminina.

Diferença sexual nos lembra outros deslizes, essencialistas, e alegoria da linguagem nos lembra a retórica, com seu potencial de linguagem performático esvaziado. Entretanto, o debater-se de Nelly Richard fica mais evidente quando esta coloca a falta de solidariedade ou interlocução dos ditos parceiros desconstrutores. Para a teórica, o feminino da desconstrução fica geralmente circunscrito ao plano especulativo da abstração filosófica e os autores aliados do feminino não se sentem obrigados em estabelecer um compromisso nem com as mulheres reais da luta política nem com a ação teórica do feminismo, o singular concreto das mulheres é apagado pela generalização pós-moderna da diferença como lugar exclusivamente textual de uma nova multiplicidade, agora descarnada.

A via de questionamento de Richard é extremamente perigosa: os pares opositivos abstrato e concreto nos remontam a outras oposições das quais fomos alvo, a reivindicação de uma prática política, ou melhor, o suposto distanciamento desta numa teoria filosófica desconstrutora nos remonta à problemática do texto, do hipertexto, da centralidade da linguagem, da experiência como prática política concreta e da representação como especulação filosófica distanciada.

Talvez uma mexida nos termos, mas ainda um binarismo redutor que se fixou no separatismo teoria e prática, tão convencionalmente pensado e assimilado. Para isso, mais uma vez Joan Scott[12] parece nos trazer um depoimento rentável de quando se propôs a escrever a história das mulheres. Segundo ela, os historiadores das mulheres, que rejeitam a teoria em nome da política, estão curiosamente aliados àqueles historiadores tradicionais que consideram o pós-estruturalismo (e consideravam a história das mulheres antes) uma antítese aos princípios de sua disciplina.

Aliás, para Scott, essa oposição entre teoria e prática é falsa e a insistência nesse separatismo pode revelar a resistência de um lugar enunciativo de poder, geralmente denominado de política, bem como ocultar o intrincamento desses conceitos. Dessa forma, a ambivalência marca a escritura tática das mulheres, a sua teoria-prática. Como tratar das questões que um olhar sobre elas levanta? Um olhar inclusive sobre a textualidade contemporânea e suas reservas de sentido? Penso que talvez não tenhamos ainda atentado para a radicalidade semiótico-discursiva. Diante da incógnita deixada por Heloísa Buarque

[12] Cf. SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*, p. 63-95.

de Holanda[13], quando afirma a potência do contradiscurso feminista numa época em que se fala do fim das ideologias e da ineficácia dos discursos contestatórios, penso que talvez não tenhamos atentado ainda para essa potência da nossa contranarrativa. Mas, como vimos, acho que precisamos desterritorializar, sempre, o nosso sensor vigilante. Suplementando a preocupação de Jane Flax, diria que precisamos pensar sobre as formas como pensamos o pensar. E isto, para o olhar que geralmente é capturado pelo significado já fixado, é preciso dizer, não é um jogo alegórico de linguagem.

[13] HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Feminismo em tempos pós-modernos. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, p. 7-19.

O RETORNO DO SUJEITO: ENTRE CRÍTICA LITERÁRIA, CULTURAL E FEMINISTA

> *Podemos falar, tão separadamente, de escrita masculina e de escrita feminina, se a linguagem criativa, a textualidade poética são espaços de deslocamentos e transferências do "eu", que excedem o realismo biográfico-sexual do ser "homem" ou "mulher", para remodelar, incessantemente, as fronteiras da subjetividade cultural?*
>
> Nelly Richard, *Intervenções críticas*

Como a crítica literária feminista tem lidado com uma ausência-presença do sujeito? Pretendemos, nesse tópico, levantar algumas questões sobre e para a critica literária feminista ao tempo em que destacamos e rastreamos um ponto nevrálgico das suas solicitações. Referimo-nos ao desejo feminista de visibilidade, ou melhor, de conferir uma identidade às mulheres, de fazer com que estas sejam vistas como sujeitos, de criar estratégias para que suas falas e/ou os discursos críticos feministas sejam ouvidos, recebendo legitimidade das instituições científicas e comunidades interpretativas. Referimo-nos, mais especificamente, a uma noção de sujeito operada por uma crítica feminista, a um atrelamento desta ao projeto iluminista, à modernidade, sendo que contra eles se declara.

Nesse sentido, algumas questões impulsionam o nosso pensamento: como tem agido a crítica literária feminista? Com que olhar se debruça sobre o texto literário? Como se caracteriza, nesse meio, o projeto de conferir visibilidade, identidade, autonomia às mulheres, seus discursos, suas experiências? Considerando um movimento da crítica literária em direção a uma perspectiva cultural, como nos afirma Santiago[1] ao apontar o declínio da arte e a ascensão da cultura, desde fins da década de 70 e início dos anos 80, como se situa o pensamento acadêmico feminista frente os deslocamentos do olhar crítico literário? Que importância teve ou teria, inclusive, um pensamento feminista para esse

[1] Cf. SANTIAGO, Silviano. A democratização no Brasil (1979-1981) Cultura versus arte. In: *O cosmopolitismo do pobre*.

movimento da crítica literária à cultural? Como percebemos isso, ou, como não percebemos isso?

Para Rachel Lima[2], que rastreou os passos de uma crítica literária desde a sua configuração nos rodapés até o espaço catedrático, situando a busca de especialização e de autonomia que se vislumbrava adquirir com o adentramento desta na universidade, com um estudo menos impressionista, mais científico, sistemático sobre o literário e sua literariedade, o que se percebe na cena acadêmica contemporânea, nos estudos literários, nas teses e dissertações, portanto, na crítica literária, é o retorno, em diferença, do sujeito.

Entretanto, afirmar a volta em diferença do sujeito para muitas das teóricas e críticas feministas talvez ainda seja algo problemático. A questão é que, como nos diz Cecília Sardenberg[3], as mulheres sempre foram vistas como objetos e, ainda, desqualificados; portanto, sua maior luta seria mostrar-se como sujeito tão capaz quanto aquele que a objetificava e a inferiorizava através de um discurso considerado universal e neutro, racional, filtrado pela ciência e instituído como verdade absoluta.

A luta, portanto, de certas mulheres, por conta dessa ordem de verdade, implicaria numa necessidade destas, sempre relegadas ao plano da emotividade e da imaginação, demonstrarem possibilidade de raciocínio e, numa escala de valores instituída, capacidade de imparcialidade científica, logo, capacidade de comprovar suas teses, de defender seus objetos de pesquisa. Essa era a escada, cheia de tropeços, a seguir.

O impasse se dava nos moldes de um segundo assujeitamento, visto que, se o primeiro se dava pela invisibilidade e indiferença atribuídas às muitas mulheres e suas problemáticas, este segundo assujeitamento se efetuava através da solicitação de um auto-apagamento da produtora daquele saber "outro" que tanto lhe dizia respeito, tanto estava atrelado a sua luta cotidiana. Ou seja, para as mulheres que estavam ali para falar da história das mulheres, de questões até então somente vistas por uma ótica, ou até mesmo nem vistas, de questões que a elas diziam respeito, do recalcamento que sofreram, como cobrar uma não intromissão daquela que falava naquilo que estava sendo falado? Teriam,

---

[2] Cf. LIMA, Rachel Esteves. Tendências teóricas da crítica contemporânea. In: *Revisitações*.

[3] Cf. SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. (orgs). *Feminismo, Ciência e Tecnologia.*

elas mesmas, que tratar seus assuntos, suas temáticas, a mulher em questão, como objetos de pesquisa, esquecendo, novamente, numa via inversa e perversa, o seu traço sujeito ali demarcado, ali conquistado?

Era preciso ser neutra para fazer ciência, e já que não se podia dizer quem falava, muitas mulheres, ou melhor, uma certa perspectiva feminista começou a perceber que aquela neutralidade científica tinha nome: logocentrismo, fonocentrismo, falocentrismo. Algumas mulheres adentraram esse espaço, marcado por uma vontade de verdade universal, e carregaram com elas todos esses questionamentos sobre a separação "imparcial" entre sujeito e objeto de conhecimento, entre questões cotidianas "do lar ou do privado" e as questões acadêmicas e se caracterizaram, como nos diz Stuart Hall[4], num dos movimentos que mais imprimiu rachaduras nessa identidade científica cartesiana, então fincada nessa noção de neutralidade e de objetividade.

Além desse movimento que implodia esse teto unificado da razão, que descentrava essa identidade estável e coerente iluminista ou mesmo aquela noção de identidade suturada numa estrutura social, outros sismos, como diz Hall, também foram responsáveis pelo abalo dessa instituição de poder, entre eles as releituras de Marx, que vão pôr em questão a autonomia dos agentes da história; a lingüística de Saussure, afirmando a instabilidade ou não autonomia dos enunciados; o inconsciente tematizado por Freud, que ganha cena enquanto linguagem que age e desbanca a plena autoridade da consciência; e os estudos de Foucault, a nos chamar atenção para uma microfísica do poder.

Se todos esses abalos, que apontam para uma outra ótica, se o feminismo no seu desejo de conferir um valor científico aos discursos de mulheres, relevância para as suas temáticas, acabam rasurando essa ordem já localizada, mas considerada universal, aí então é possível falar em um outro sujeito que volta à cena. Em termos literários, esse sujeito se apagava na entidade abstrata do autor, que na sua autoridade se garantia como gênio e guardava o segredo do texto. Para isso, uma noção de hermenêutica, não associada ao pensamento nietzschiano com relação à interpretação, postulava o desvelamento de uma idéia através de um olhar que buscava na profundidade do literário um já dito talvez jamais dito.

---

[4] HALL, Stuart. *Identidade Cultural*.

Também contra isso os movimentos contemporâneos como o pós-estruturalismo, o pós-modernismo e os estudos pós-coloniais passam a afirmar a necessidade de se conceber o sujeito enquanto agência dentro da dependência, agência nas e das diversas forças culturais que constituem a sua subjetividade. Um sujeito instável, fragmentado, descentrado de uma única posição, um sujeito múltiplo a encenar vários papéis frente às várias interpelações.

Para muitos seria esse o sujeito encenado pelo feminismo, o sujeito que o feminismo nos faria visualizar; entretanto, o que podemos perceber é que esse sujeito feminista desterritorializador ainda, por vezes almeja um porto seguro para discutir, para se definir, mesmo que se vá contra essa homogeneização da mulher, da diferença, ainda opera rejeitando a indefinição, ou tendo extrema dificuldade de considerá-la como categoria, estratégia possível de luta. Fica claro, portanto, que há ainda um atrelamento do feminismo a um projeto de emancipação, o qual também abarcou outros campos subjetivos do saber, como os estudos literários e fica mais claro ainda que esse atrelamento, sedimentando um modo de pensar, certos saberes, tem dificultado à crítica feminista revisá-lo, tem dificultado uma desvinculação ou ressignificação desse projeto quando o mesmo é colocado agora sobre a mesa de mulheres há tanto tempo por ele excluídas.

A pergunta de Sabrina Lovibond, trazida por Vera Queiroz, é emblemática para a questão: "Como pode alguém me pedir para dizer adeus às metanarrativas emancipatórias se minha própria emancipação é ainda assunto pendente e incerto?"[5]. Para um pensamento feminista e critico literário atinado com outras teorias como a intertextualidade, a própria interdisciplinaridade, não se cai mais no engodo do total aprisionamento nem da total liberdade, ou seja, não se opera mais por totalidade, não se opera mais por dualismos dialéticos: ativo ou passivo, livre ou preso, dos quais tanto fomos alvos na fixidez do que seria o homem e a mulher, do que caberia ao homem e não à mulher. Opera-se com e na linguagem, metaforizando os conceitos e conceitualizando as metáforas. Altera-se os termos, a concepção que temos deles, se reinventa-os nos percebendo dentro e fora desse processo, sempre parcial e contingente.

---

[5]Cf. LOVIBOND, S. Feminismo e pós-modernismo. Apud. QUEIROZ, Vera. *Crítica literária e estratégias de gênero*, p. 118.

Para alguns críticos contemporâneos, então, esse pensamento feminista, ligado a um viés emancipatório e moldado por bases iluministas, estaria em atraso, predicado que a crítica literária da cultura vê com cuidado devido à possibilidade de repetição de um sentido de dependência embutido no conceito de atraso, que reafirma uma origem, um centro e, logo, uma visão de tempo linear, causal e evolutiva. Para uma separação assimétrica e hierárquica possível numa concepção de atraso, para um outro tipo de apagamento que não gostaríamos de atribuir à crítica feminista literária nessa guerra de relatos, é preferível afirmar, junto com muitos discursos feministas, a necessidade de um olhar mais acurado para os nossos vacilos, sem menosprezar as nossas dores, nossas dificuldades de desenredamento, transformando-os em oscilações táticas, em questionamentos propostos de um outro modo, atento às modificações do contexto e às forças reativas que habitam em nós.

Para Heloísa Buarque de Hollanda[6] essa perspectiva cultural já é vigente na crítica feminista. Talvez por conta da sua penetração nos diversos locais de cultura, por conta das suas estratégias de gênero, demonstrando-se a interdependência, a intersubjetividade, o processo relacional que se procura desrecalcar, a consciência de que o feminismo continua alimentando o multiculturalismo, assim como se alimentando das várias práticas-teóricas contemporâneas.

No sentido de rastrear a agência dessa crítica cultural feminista é que Heloísa Buarque de Hollanda vai nos falar de duas tendências do feminismo nos últimos anos: a do feminismo anglo-americano e a do feminismo francês, que, se antes se colocavam como contraditórias, a primeira, vista somente como temática, enquanto que a segunda, partiria em busca de uma unidade perdida, hoje já se percebe um entrecruzar dos seus movimentos e um repensar dessa sua efetividade.

Para Heloísa Buarque de Hollanda, a corrente anglo-saxônica, prestigiada pela teoria literária, se preocupa em denunciar os aspectos arbitrários e manipuladores das representações da imagem feminina na tradição literária, particularizando a escrita das mulheres como o lugar privilegiado para a experiência social feminina. Com isso, ter-se-ia dois compromissos: o primeiro seria denunciar a ideologia patriarcal que permeia a crítica

[6] Cf. HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Feminismo em tempos pós-modernos. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *O feminismo como crítica da cultura.*

tradicional, determinando a constituição do cânone da série literária, o que resulta num questionamento da legitimidade do que é considerado literário ou não e na problematização

dos paradigmas de um essencialismo e de um universalismo que determinam os critérios estéticos dessa mesma crítica.

O segundo compromisso seria com o desenvolvimento de uma arqueologia literária que seria efetivada através do resgate dos trabalhos das mulheres que foram recalcados ou excluídos da história da literatura. Com isso, procura-se recuperar uma identidade feminina permeada por diversas experiências que colocariam em questão pressupostos mitológicos de uma crítica literária que, via de regra, sempre identifica a escrita feminina com a sensibilidade contemplativa e a linguagem imaginativa.

Já a vertente do feminismo francês estaria preocupada em identificar uma subjetividade feminina e para isso lançaria um outro olhar sobre a psicanálise, diferentemente do feminismo americano que nos anos 60 teria declarado guerra ao falocentrismo freudiano. Dessa forma, essa corrente do pensamento francês irá procurar a psicanálise para melhor entender o inconsciente como possibilidade de emancipação e a partir da segunda metade dos anos 70 a consolidação do pensamento teórico de Derrida e Lacan iria ajudar a definir as bases desse feminismo.

Além dessas duas linhas da crítica feminista, Heloísa Buarque de Hollanda também nos fala da importância de uma perspectiva feminista latino-americana, que acrescenta questões ao debate cultural a partir de uma inquietação sobre a constituição da narrativa da nação em seus lugares de vida e como esse gesto colonizador situou as mulheres numa zona de recalque. A própria especificidade da condição de mulheres nessas sociedades vem impondo um questionamento das teorias européias e norte-americanas, por vezes ainda vistas como modelos a serem aplicados.

Ainda com relação às tendências da crítica feminista, a autora nos chama a atenção também para um pensamento feminino já antenado com um tipo de dominação sorrateira e reatualizada por um sistema informacional polimorfo. Contra isso, seria exemplar o tipo de política defendida por Donna Haraway[7], que escreve o manifesto para os cyborgs, seres-

[7] Cf. HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tadeu Aguiar da. (Org.). *Antropologia do ciborgue*.

artefatos que fundem e confundem as categorias organismo e máquina, o que seria um achado enquanto objeto de identificação para o feminismo.

Essa é uma abordagem inovadora que propõe uma avaliação do desenvolvimento científico e tecnológico não num sentido determinista, mas como um sistema histórico que engendra relações sociais específicas. Um tipo de teoria-prática que nos permite senão pensarmos uma "profusão de espaços e identidades permanentemente parciais, com sua permeabilidade de fronteiras no corpo pessoal e político"[8] ao menos nos empurra radicalmente para uma desnaturalização das nossas categorias de pensamento, das noções com que operamos, do conceito de sujeito que refixamos, colocando-nos de frente com maquinarias construtoras, com a possibilidade de outros dispositivos, com a apropriação estratégica, com processos de produção de subjetividade. Um tipo de abordagem, portanto, mais ousado e visto com receio pelas taxonomias do feminismo tradicional.

Em se tratando das duas primeiras correntes, que de certa forma direcionam a crítica feminista, as reticências seriam pontuadas não por uma ousadia em experimentar reapropriações ativas, mas por uma espécie de ranço detectado nessas duas perspectivas feministas quando operam ainda segundo uma vontade de definição, mesmo que em graus diversos de complexidade, seja de uma identidade feminina, seja do lugar da diferença.

Dessa forma, como já dito em outro momento, Heloísa Buarque de Hollanda nos alerta para o perigo dessa busca de identidade - ainda que funcionando como necessidade tática na luta contra as instituições do poder patriarcal – visto que comprometida com a economia humanística e com a estrutura da lógica patriarcal. Portanto, um dos riscos seria ao afirmar a mulher enquanto outro, estar reafirmando a identidade hegemônica do mesmo.

Outro ponto de risco, reincidente, diz respeito à centralidade da linguagem, nem sempre articulada, por subcorrentes do feminismo francês, com a diversidade de práticas sociais que entram na constituição dessa mesma linguagem ou a insistência na proclamação de uma experiência feminina ou de uma escrita do corpo sem a explicitação das relações concretas que a "determinam".

Para Heloísa Buarque de Hollanda, portanto, as propostas de investimento no poder do imaginário feminino, nos aspectos libertários dessa linguagem e até mesmo no projeto de uma feminização da sociedade seriam armadilhas às quais o pensamento feminista está

---

[8] Cf. HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Op. cit., p.18.

exposto. A pergunta pela existência, ou não, de uma linguagem feminina desembocaria quase sempre no desejo de potencializar o "lugar obscuro" onde se origina e se constrói esta linguagem como par opositivo da lei implacável da racionalidade masculina ocidental.

Não se pode negar, entretanto, as diferenças e os traços recorrentes numa "escrita feminina" que uma análise da produção literária verifica, nem tampouco o potencial subversivo do contradiscurso feminino que merece ser explorado. Entretanto, alerta Heloísa Buarque de Hollanda, somente identificar esse potencial não é suficiente, pois: "As noções de linguagem feminina ou mesmo de identidade feminina, enquanto construções sociais, exigem a avaliação das condições particulares e dos contextos sociais e históricos em que foram estruturadas"[9].

Por esse prisma, os sistemas de interpretação feministas teriam como tarefa fundamental a reflexão sobre a noção de identidade e sujeito, tendo que levar em conta a multiplicidade de posições cabíveis que a noção de sujeito sugere, assumindo-se uma perspectiva historicizante. De outra forma, ao observar a ambigüidade manifesta em certas análises feministas da produção literária que se apóiam numa suposta e natural especificidade da linguagem e ou escrita feminina, ou na afirmação de uma identidade feminina, o gênero vira uma categoria analítica ao invés de esboçar o estudo de um processo relacional, no qual o mesmo foi criado enquanto conceito-estratégia para desmistificar a separação simplista pautada numa natureza e expor, como já dito, uma complexidade, o campo intrincado de forças culturais.

Essa seria uma conquista dessa intervenção, a modificação de uma paisagem, de um modo de ler-pensar-viver colocado em evidência pelos estudos de gênero após as estratégias de se afirmar, nas décadas de 60 e 70, a identidade e a diferença, conseguindo com isso forçar a abertura de canais de expressão institucionais: imprensa feminista, estudos sobre a mulher enquanto área de conhecimento, ou seja, um espaço alternativo de produção de um saber, de engendramento de um movimento que, num âmbito maior, afirmava a necessidade de se pensar a alteridade.

Substituindo, portanto, a vontade de garantir identidade, que na sua impressão teórico-prática abriu caminhos, os estudos das relações de gênero passariam a privilegiar "o exame dos processos de construção destas relações e da forma como o poder as articula

[9] Idem. Ibidem, p. 14.

em momentos datados social e historicamente, variando dentro e através do tempo e inviabilizando o tratamento da diferença sexual como natural”[10].

O alerta de Heloísa em relação ao compromisso com a perspectiva historicizante nos remete, logo de início, a um outro sentido de história, a uma desnaturalização inclusive da própria história, que passa a ser vista não como a explicação de fatos e acontecimentos em sua relação causal, monolítica e linear, registrando uma suposta imparcialidade no factual. O texto de Heloísa Buarque de Hollanda, contra essa universalização do sentido da história, nos remete à necessidade de fazer emergir outras noções de história, múltiplas, plurais, descontínuas, em nossas análises, em nossas interpretações de outras interpretações, em nosso uso e produção de saberes, em nossas auto-análises, muitas vezes pouco radicais porque não conseguimos ouvir outras vozes e fazer uma avaliação das condições particulares e dos contextos socio-históricos em que todos estes textos foram e são estruturados.

Dessa forma, não se pode esquecer: paralelo ao movimento desconstrutor, deslocador, que queremos com as nossas intervenções textuais, houve um movimento que construiu uma textualidade que foi naturalizada - recalcando inclusive o caráter de movimento político parcial que a instituiu - ou incorporada ao sistema histórico convencionado. A ênfase, portanto, é na emergência e na proveniência de forças contra uma natureza das coisas, dos procedimentos, da linguagem. Ênfase no movimento desconstrutor e construtor, no acaso e no sistema de verdade que normatizou e legitimou acontecimentos.

Com isso, o olhar desnaturalizado, fincado numa teoria-prática, incidiria numa análise das territorializações específicas, abrindo foco para as mobilizações, as vozes, que foram marginalizadas, as desterritorializações que podem emergir nessa e dessa textualidade. Isso serve também para repensarmos a lição, que tão bem aprendemos em bancos escolares, de aplicação de métodos e/ou modelos, de ficarmos presos a um modo de pensar, a uma morfologia do texto, a um trabalho com elementos pré-estabelecidos que resulta, ainda que trabalhando com contextos diferenciados, num fechamento, numa totalidade, devido ao condicionamento a uma estrutura estagnada ou fixada.

Ainda como alerta, para não cairmos num outro ângulo que a questão parece apontar, um localismo ingênuo e inerte, talvez fosse importante dizer que essa perspectiva

[10] Idem. Ibidem., p. 15.

de Heloísa Buarque de Hollanda nos leva a considerar a contingência, o intrincamento, o local imbricado no global. De um modo geral, uma crítica à transparência da linguagem, à unicidade, à separação e suposta pureza ou identificação de uma linguagem feminina sem atentar para as contaminações, as correlações, as contradições, a dinâmica conflituosa, a teoria que é prática ou vice-versa. Logo, essa relação com a história, com o contexto, com o que entendemos por esses conceitos, relação que fazemos ou que por vezes não fazemos, precisa ser revista.

Se os olhares críticos feministas, sobre os textos literários, procuram mostrar as imagens estereotipadas de mulheres denunciando a ideologia patriarcal que as constitui, é preciso também não ficar preso somente ao papel de delator, ou melhor, é necessário perceber que o olhar do leitor reescreve o texto e, nesse sentido, é preciso cuidado para não ir contra uma fixidez de papéis e acabar reproduzindo esses modelos porque não se consegue, naquela materialidade discursiva, para além de denunciar, mostrar uma outra possibilidade, refuncionalizar a imagem, atribuir a ela outro valor, ressignificar naquele mesmo texto seu traçado produzindo outro texto.

Dessa forma, se as arqueologias literárias feministas têm o mérito de questionar uma exclusão do cânone literário, um preceito de literariedade que norteia essa legitimação canônica, um modo de ler pré-fixado, que somente visualiza as adjetivações já feitas ou os valores depreciativos nelas embutidos, precisaria também ser questionado. Talvez fosse necessário, tomando a perspectiva historicizante citada por Heloísa Buarque, encarar, pensar os vacilos.

Se o resgate de escritoras alijadas da história da literatura pode criar uma força suplementar e questionar a sistematicidade do sistema literário, é também possível que essa força tenha o seu potencial subversivo camuflado por conta de um olhar de gênero estreito que cria causalidade, um determinismo entre as mulheres escritoras, sua vida, sua obra. Os três elementos: sujeito (mulher que escreve), vida e obra são tomados por um conceito operatório que os concebe em campos isolados, fechados e somente os abre para uma linear união entre os mesmos.

É nesse sentido, de articular uma metateoria ou um "pensar sobre o pensar" que Jane Flax[11] elabora o seu texto evidenciando o atrelamento da crítica feminista ao projeto iluminista e à filosofia pós-moderna. Além de evidenciar a necessidade de afirmar, considerar e interpretar essa ambigüidade, Jane Flax se queixa, como já dissemos em um outro momento, de um modo de análise da crítica literária feminista que, ao pensar sobre e somente em termos de textos, signos ou significação, tendem a tratar de uma vida que pertence a eles mesmos ou a se transformarem no mundo como se a atividade humana modelar fosse a crítica literária.

Para nós é proveitoso retomar a queixa de Jane Flax por conta da possibilidade de podermos colocar em questão um conceito, que se repete, de crítica literária ou, mais especificamente, um conceito de texto, o modo como a crítica cultural tem operado e ampliado essas noções, assim como a ocorrência de certas remodelações, mudanças de nomes e formas reativas de repetição que comprometem uma crítica radical, cultural, conceitual, visto que não engendram uma atividade da, com e na linguagem. Ou, como diria Heloísa Buarque de Hollanda, continuam repetindo uma separação entre esta e as práticas sociais, seja, aqui nesse caso, pela via do estético, da noção de representação, do aprisionamento a um modelo de ler, de conceber, de funcionalizar-analisar o texto, a literatura, o fazer crítico literário.

Estaríamos diante da potencialidade da crítica cultural feminista, e, no olhar de Flax, estaríamos diante de uma fragilidade da crítica feminista, visto que atrelada à crítica literária. Por quê?

Bem, para Jane Flax o problema, como já foi dito, está no modo como certas analistas de gênero têm transformado tudo em texto, incorrendo, com isso, na sublimação de uma realidade dolorosa de muitas vidas, de muitas mulheres. Para nós, como já disse, evidenciar a textualidade do mundo e no mundo seria uma via ativa de desconstrução de estereótipos, de modos de pensar e de ser; seria, portanto, uma espécie de oxigênio, um revigoramento para a crítica literária, pelo fato de abrir as portas das análises estruturais de narrativas e fazer deslizar o olhar sobre outras possibilidades de estruturas, outras combinações, outros traçados tão cotidianos. Um revigoramento provocado também pelo movimento feminista, que aspiramos também dele, que visualizamos nele, já que na sua

[11] FLAX, Jane. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa

prática-teórica desconstrói e constrói textualidades, modifica os significados, os valores atribuídos aos homens e às mulheres no que diz respeito aos seus comportamentos e funções, expõe relações de forças, de poderes escriturais institucionais.

Dessa forma, se o nosso artifício é justamente pela via textual, que se expande, como lidar com o argumento de Jane Flax que condena a textualização, argumentando que a crítica feminista ou o seu potencial de análise ficaria apagada pela análise literária que subordina toda situação, todo olhar aos seus termos?

A primeira pergunta a ser feita talvez seja sobre o que está se chamando de análise ou de crítica literária. Novamente a questão vai para o sentido atribuído, o uso dos conceitos, como operamos com eles, como mexemos no seu sentido fixado, assim como podemos perceber no texto de Heloísa Buarque de Hollanda pistas para se pensar um outro sentido de história. Assim sendo, o aprisionamento se dá não pela análise literária em si, mas pela forma como a concebemos e a fazemos. Retomando ainda Hollanda, o problema, então, não é a feminização da sociedade ou a escrita do corpo, mas em que sentido esses conceitos têm sido operacionalizados.

Ou seja, se ainda vacilamos e encaramos a escrita do corpo enquanto experiência originária subversiva e primitiva, nos moldes como nós, colonizados, fomos vistos, como nós, mulheres, fomos vistas por um olhar patriarcal, estamos reforçando uma separação corpo/natureza/mulher e cabeça/cultura-signo/homem com toda valoração que lhe foi introjetada. Quer dizer que se continuarmos tomando o corpo enquanto pré-lingüístico, a linguagem enquanto transparente, então a realidade será somente uma, inacessível, ou representável no sentido de cópia de segunda categoria de algo inatingível, e a análise literária deverá ser questionada, visto que encarada somente como atividade de literato e/ou de homem patriarcal fechado nos gabinetes, distante do espaço terreno, a ganhar méritos por ser intelectual-gênio nefelibata.

O que se percebe também com isso é que evidenciar a textualidade do mundo aponta para nos encararmos também enquanto texto, assim como nossos campos disciplinares, nossas instituições, nosso fazer científico. Isso quer dizer que enquanto texto-mundo a historicidade está presente porque é uma narrativa, porque é um procedimento, porque é uma marca humana nesse texto-mundo. Logo, tal noção ampla de texto aponta

---

Buarque de. (Org.). *Pós-modernismo e política*.

para as relações humanas, relações de dominação, de opressão e, enquanto texto, também para as possibilidades de escape, de reescritura, de outras interpretações, sem perder de vista nossa constituição e inserção nesse processo, as reservas da linguagem, a parcialidade do sujeito e as linhas de força. Uma imagem a se pensar seria a de um mosaico de textos, de citações, enquanto campos de forças a brigar por papéis, a remover comportamentos, a fixar procedimentos, inclusive para o fazer crítico literário.

O texto de Nelly Richard[12] é importante para pensarmos essas questões até porque retoma a pergunta citada por Heloísa Buarque de Hollanda - "existe uma linguagem feminina?" - e propõe também uma feminização da linguagem articulando não uma não-historicidade ou um lugar obscuro, não um recalque das forças culturais "glocais", pelo contrário, abordando a energia subversiva, sem perder de vista o embate, os caminhos inversos, as contradições, a simultaneidade que aponta para a diferença no reino do mesmo.

As inquietações de Nelly Richard emergem após o primeiro Congresso Internacional de Literatura Feminina Latino-americana em 1987, quando um grupo de mulheres chilenas, deliberadamente corria o risco de assumir a marca do gênero sexual como local de dêsafio e questionamento das hegemonias discursivas.

Um dos saldos do Congresso teria sido perceber no atual contexto discursivo outras formas de a tradição da literatura marginalizar a produção feminina sob o falso reconhecimento paternalista ou quando o mercado promove essa literatura como uma "diferença" exaltada pela feira do consumo para multiplicar de modo banal a "diferenciação de seus produtos".

Passado o encontro, e considerando questões nele abordadas, Nelly Richard se propõe a comentar certas tendências da crítica literária feminista que se debate em torno da especificidade e da diferença do "feminino", em torno da marca de sexo e de gênero na escrita e, especificamente, na literatura de mulheres.

A questão primeira que lança é se seria a mesma coisa falar de "literatura de mulheres" e "escrita feminina," ou melhor, se quando se fala de escrita feminina se estaria se perguntando como o feminino, em tensão com o masculino, ativa as marcas da diferença simbólico-sexual e as recombina na materialidade escritural dos planos do texto.

---

[12] RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas: arte, cultura gênero e política*, p. 127-141.

Para Nelly Richard a "literatura de mulheres" arma um *corpus* sociocultural que sustenta a pergunta feita à crítica literária feminista se há certas caracterizações de gênero que podem tipificar uma "escrita feminista". Tentando rastrear essas caracterizações, busca, no nível expressivo, um estilo do feminino e, no nível temático, um argumento que ligue certas "imagens da mulher" a uma identificação compartilhada entre personagem e narradora. Esse tipo de crítica literária, que busca diante dessas caracterizações rastreadas uma correspondência linear com "a mulher", geralmente baseia-se em uma concepção representacional de literatura, segundo a qual: "o texto é chamado a expressar, de maneira realista, o conteúdo experiencial das situações de vida, que retratariam a "autenticidade" da condição mulher, ou então, na chave feminista, o valor positivo-afirmativo da conscientização antipatriarcal"[13].

Como nos diz Nelly Richard, esse tipo de crítica não percebe a materialidade sígnica do complexo escritural, a energia significante que é posta em jogo pela maquinaria textual e com isso incide em sérios problemas e limitações, como a concepção naturalista de texto e o tratamento conteudista do "feminino", que o assumiria enquanto referente pleno de uma identidade-essência.

Para o primeiro problema teríamos uma visão de texto como simples veículo expressivo de conteúdos vivenciais, incidindo num tratamento realista da literatura de mulheres, o qual se veria desafiado pelo tipo de obra que, na sua desestruturação dos códigos narrativos, violenta a estabilidade do universo referencial e todo pressuposto de verossimilhança dos mecanismos de personificação e identificação feminino-literárias.

Já a segunda limitação do modo de pensar-analisar da crítica literária feminista torna-se problemática pelo fato de estabelecer uma relação segura e imutável entre as "mulheres que escrevem" e o "escrever como mulher", não levando em conta a forma como identidade e representação se juntam e se separam no transcurso do texto devido ao dispositivo de remodelagem simbólica da escrita.

Diante disso, Nelly Richard logo chama a atenção para a demanda de uma outra percepção, posição, nessa relação, ou seja, afirma que para evitar os possíveis vacilos na análise (literária) feminista seria importante incorporar a escrita como produtividade textual

[13] Idem. Ibidem., p. 130.

e a identidade como jogo de representações para que se possa construir e desconstruir o “feminino”no/do texto.

Entretanto, a questão, às vezes, descamba para um outro lado, porque se se superam as análises temáticas de associação de imagens de mulheres a identidade da definição do gênero, o ser mulher, e sua representação literária, muitas vezes não se tem mais aquela resposta para a pergunta: o que faz de uma escrita ser considerada feminina? A resposta não se dá devido ao receio de rebaixamento para a categoria particular enquanto literatura feminina, diante da categoria geral da literatura masculina e para que isso não aconteça se afirma uma neutralização das possíveis diferenças: não se responde à questão ou não se a formula em termos de gênero. Ou seja, passa-se a dizer que não há literatura masculina ou feminina, mas literatura boa ou má.

Ao afirmar que a escrita e a linguagem são indiferentes à diferença genérico-sexual recai-se no mesmo jogo, até então procedido, o de esconder a parcialidade, o operativo de ter universalizado, à força, as marcas do masculino como representante absoluto do gênero humano e com isso reforça-se o poder estabelecido que se vale do neutro, do im-pessoal, para falar em nome do universal.

A teoria feminista já demonstrou a arbitrariedade deste operativo de força, deixando muito claro que a língua não é esse veículo neutral e transcendente que afirma um idealismo metafísico, mas um suporte modulado pela hegemonização cultural masculina dominante. As marcas desse operativo de violência sociomasculino estão impregnadas na linguagem, na escrita literária e nas normas culturais, subordinando os textos às suas regras de universalidade.

Com isso, para não cair nessa armadilha, a crítica literária feminista acredita ter dois objetivos: evidenciar o abuso de autoridade que obriga às mulheres seguirem tais catalogações e estimular valores afirmativos, experiências diferenciais próprias, de modo que garantam um sistema de referências autonomamente feminino, o qual desobrigue as obras das mulheres de serem lidas por uma ótica oficial que falseia suas características ou marginaliza suas singularidades.

Diante do velho impasse, tornam-se visíveis certos rumos e outras questões que daí advêm. Ou seja, quando mulheres adentram as instituições e se deparam com a obrigação da neutralidade axiológica para produzirem ciência percebem o quão perverso seria

apagarem sua indignação em nome de uma suposta neutralidade que em geral sempre as tinha recalcado, sempre as tinha impedido, inclusive, de adentrar nos meios literários. Para isso, a proposta então seria: contra a "neutralidade" masculina, a parcialidade feminina. Em termos mais arrojados, a proposta seria a constituição de um sistema de propriedade-identidade do feminino que seria a base de um outro saber independente.

Se não se queria ser cooptada pela pretensão de neutralidade e universalidade masculina, a propensão seria para uma separação, para a afirmação da vontade de uma outra identidade, trabalhando, portanto, somente com duas óticas também já fixadas, a masculina e/ou feminista.

O problema, portanto, seria a não abertura para o relacional, a crença em uma não contaminação, a apropriação reativa de uma política masculina, a efetivação de um texto enquanto categoria, já que não se observa a sua tessitura. O privilégio, em via inversa, do feminino sobre o masculino, a separação de ambos da cena complexa da cultura, como se isso fosse possível, como se essa cena não emaranhasse esses elementos. Se novamente voltarmos àquela questão sobre o que seria o feminino, a escrita feminina, todas as respostas, as limitações, apontam para o complexo, para a consideração do masculino, para a possibilidade do feminino no masculino, do eu no outro ou vice versa.

Os estudos sobre linguagem, textualidade e cultura, não mais na perspectiva dualista de alta e baixa cultura, apontam para a ambivalência, o intertexto, a relação de forças fazendo emergir outros acontecimentos. Se se recalca isso, pode-se, contra a normatização, reafirmá-la novamente. E é justamente nesse plano, do texto enquanto relação de forças, que se pode produzir, revertendo, uma outra coisa, assim como o feminismo tem feito. O que não se quer é que se apague essa possibilidade de abertura para outras possibilidades. A via de escape, portanto, não seria abrir uma porta e fechar as janelas.

Para Nelly Richard, relendo Ludmer e Kristeva, a escrita feminina não deve ser vista como categoria masculina ou feminina, visto que "enquadrar a linguagem na chave monosexual seria restringir o potencial transimbólico (transgenérico) da criação, como fluxo e transbordamento da identidade e do sentido"[14]. Ao invés de uma escrita feminina, uma subjetividade criativa a combinar várias marcas de identidade num processo flutuante de significação e desorganização dos pertencimentos de gênero. A escrita, portanto, como

[14] Idem. Ibidem., p. 132.

região na qual se ampliam e se diversificam os traços de subjetivação e identificação simbólica. Para além dos condicionamentos biológico-sexuais e psicossociais a influenciar o comportamento do escritor ou escritora frente à literatura, a escrita colocando em funcionamento o cruzamento de várias forças de subjetivação.

Daí sugerir que ao invés de uma escrita feminina, seria mais conveniente

> falar, qualquer que seja o gênero sexual do sujeito biográfico que assina o texto, de uma feminização da escrita: feminização que se produz a cada vez que uma poética, ou uma erótica do signo, extravasa o marco de retenção/contenção da significação masculina com seus excedentes rebeldes, para desregular a tese do discurso majoritário[15].

É uma produção que não se faz em separado, que atenta para os excedentes da significação masculina, que ativa esses excedentes, expõe seus limites enquanto liminaridade. Dessa forma, qualquer literatura que se pratique como dissidência da identidade da cultura masculino-paterna, qualquer escrita que se faça cúmplice da ritmicidade transgressora do feminino-pulsátil, que se faça pronta para alterar as pautas da discursividade masculina/hegemônica, levaria o coeficiente subversivo, contradominante, o "devir minoritário" de um feminino como forma de desterritorialização.

Mais uma vez é preciso dizer que essa liminaridade emerge na contradição, na relação de tensão entre mais de um. O que permitiria, como nos diz Nelly Richard, levando em conta os estudos de Kristeva sobre as duas margens que bordeiam a fala, a inferior (feminino) do psicossomático e a superior (masculino) do lógico conceitual, às quais não são margens que se excluem rigidamente mas fronteiras que se cruzam, compreender a idéia de contradição móvel, entre pulsão e conceito, fluxo e segmentação que marca a oposição entre masculino e feminino.

Dessa forma, somente desfazendo-se da coincidência natural entre determinante biológico (ser mulher) e identidade cultural (escrever como mulher) é que se poderia visualizar o feminismo, nas brechas da travessia da escrita, no entrecaminho da experiência do gênero (o feminino) e sua representação enunciativa, como uma política dupla entre subjetividade minoritária (enquanto margem sexuada desafiadora das normas hegemônicas)

---

[15] Idem. Ibidem., p. 133.

e políticas do signo (como articulador e potencializador de várias formas de transgressão de identidade).

Somente no plano desnaturalizador do mito da identidade una, da crença determinista entre função anatômica e papel simbólico, o valor contestatório do feminino se estenderia, na mobilidade dos signos masculino e feminino engendrando as dinâmicas da subjetividade frente às interpelações e interdições da identidade.

Diante disso, nunca é demais lembrar que a relação entre mulher e transgressão não está nunca garantida a priori assim como também não se pode condenar o "ser homem" a ser fatalmente partidário das codificações de poder da cultura oficial. Daí se afirma a necessidade de ouvir as vozes descanonizantes, visto que a transgressão da norma sociomasculina dependeria de uma certa dinâmica dos signos que se orientasse para a ruptura das significações monológicas.

Se se superprotege a produção das mulheres, a crítica feminista, recriando um gueto do sexo, isolando-a de outros discursos enquanto produção superior que não teria matizes de obediência e desobediência, de ação e reação nas batalhas da cultura, se elimina a visualização das suas contradições, ambigüidades, do seu debate-embate enérgico e disruptor.

Enfim, não se percebe as suas próprias diferenças no processo do pensar crítico, como, por exemplo, as diferenças vitais no modo de ação de um pensamento contestatório que articula sua oposição considerando definidos os processos de significação, então veiculando sua mensagem com os significados já constituídos; e outro pensamento que considera ideológico o processo de significação e, como tal, este seria o alvo, visto que os modos de significação, de representação, constituem formas de subjetividade.

Considerando, portanto, o processo de significação enquanto ideológico, e daí a luta pela interpretação, o fato de nenhuma tradição estar hermeticamente selada pela continuidade de uma voz, seria preciso pensar o feminino em tensão com a intertextualidade cultural e não numa dimensão isolada, até para podê-lo afirmá-lo como língua ativa no seu diálogo com uma tradição que, não se pode negar, consta no seu trajeto.

Levando em conta os estudos de Kristeva e atentando para sua complexidade é que se pode repetir que não basta ser mulher ou escrever sobre a mulher para que o trabalho com a língua produza e não simplesmente reproduza a diferença genérico-sexual. Por conta

disso, Nelly Richard sugere refazer a velha pergunta: ao invés de se buscar o que seria o próprio de uma escrita - “mulher”- como se o texto fosse veículo de expressão de atributos pré-determinados pelas razões de gênero, ignorando a realidade da literatura - buscar “como textualizar as marcas do feminino, para que a diferença genérico-sexual se torne ativo princípio de identificação simbólico-cultural”[16].

Nessa vontade de intervenção, de buscar uma feminização da escrita, de textualizar as marcas do feminino, aponta-se para um deslocamento do que foi significado, dos conceitos, do feminino, da literatura, da crítica, do sujeito. E a escrita passa a ser a arma e o lugar desse deslocamento.

É com e nas reservas da linguagem que se visualiza o feminino enquanto metáfora ativa da marginalidade limítrofe e, enquanto tal, o fim da linha, a finitude, a fronteira se abrindo a outras significações, outras vozes, outros saberes, outros olhares sobre o mesmo.

É o que nos ensina a psicanálise quando afirma que o sujeito do inconsciente sexual jamais coincide consigo mesmo devido à diferença masculina/feminina que o atravessa enquanto contradição interna, assim como a feminilidade não se realiza por completo devido não a uma vacância castradora mas a uma potência que, baseando-se na inadequação do consenso sociomasculino, rearticula o feminino enquanto menos (défict simbólico) e/ou mais (excedente pulsátil) em relação às fronteiras de pertencimento-pertinência das configurações de identidade social.

Portanto, se a luta de mulheres passa por uma vontade de serem consideradas sujeitos pensantes, é preciso construir, tomando por base as próprias irrupções que essa luta provocou, uma outra noção de sujeito. Enquanto pensamento contemporâneo, ou filosofia pós-moderna, como afirma Flax, encarar a propalada morte do sujeito no sentido de morte de uma concepção de sujeito enquanto ego transcendental da racionalidade metafísica, e repensar a sua identidade sexual não como auto-expressão de um eu unificado “mas como uma dinâmica tensional, cruzada por uma multiplicidade de forças heterogêneas que a mantêm em constante desequilíbrio”[17].

Do atrelamento à modernidade, e aqui pensando numa modernidade estética, talvez se devesse reter a experiência limite da linguagem operada pelas vanguardas, operada também pelo abalo sísmico das reivindicações conceituais-culturais feministas. Ou seja,

[16] Idem. Ibidem., p. 137.

reter a experiência de se evidenciar para além da linguagem da realidade a realidade da linguagem e com isso se evidenciar o sujeito enquanto ser discursivo, ser de papel, processo de linguagem.

Para o desejo de emancipação enredado numa linha que separa, para a vontade de definição e a transformação da linguagem enquanto algo transparente, para a busca ainda de uma identidade, Teresa de Lauretis[18] nos sugere pensar em termos de subjetividade múltipla, observando as tecnologias do gênero, ou seja, estando atento ao caráter gendrado das coisas, dos conceitos, do sujeito, assim como o seu potencial de engendrar outros significados, outros textos, outras realidades. Pensar inclusive o sujeito do feminismo como aquele engendrado pela tensão entre uma negatividade crítica da teoria-práxis feminista e a política afirmativa da sua prática-teórica.

Se, aliás, podemos falar hoje num deslocamento da crítica literária para a cultural ou das significações de ambos os termos, isso se dá graças a um (en)gendramento de forças, de olhares, de interpretações. É nessa perspectiva que podemos dizer que, ao observar o movimento feminista a questionar valores e conceitos normatizados, historicizados, cotidianizados, que inferiorizam mulheres, mais claramente percebemos a realidade enquanto semiótico-discursiva. Para o caráter universal disseminado, ouvimos daquele movimento um grito local para o considerado banal ou privado. Contra a barreira da naturalização, conflituosamente o feminismo descobria as marcas do sujeito, solicitava o posicionamento enquanto necessidade. Seguindo esses traços se pode falar de uma crítica literária como cultural, da análise literária como uma análise do texto-vida, e, como tal, uma análise das dobras e excessos do significado.

É através dessas trilhas abertas que nos preocupamos com outras substancializações, com outras linhas de poder-saber que se cruzam e se separam. Se já se sabe que não há sujeito uno, que o outro está no eu e vice-versa, a preocupação é principalmente sobre como estamos lidando com essa relação, como estamos buscando uma subjetividade criativa, como estamos aproveitando a potência desauratizada do estético-ético-político, como estamos nos relacionando com esse outro tão próximo e tão necessário para agenciar as nossas frentes de batalha, como temos refletido sobre o perigo do investimento num

---

[17] Idem. Ibidem., p. 138.
[18]LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.*

sistema próprio, como essa linha para com o outro tem se voltado sobre nós mesmas como imposição de auto-reflexão, como estamos, dentro das instituições, criando as nossas redes solidárias, que tipo de saberes estamos produzindo, como estamos agenciando uma mediação, que imagem coletiva estamos (re)produzindo, como estamos lidando com o ressentimento, que leitura estamos fazendo da marginalidade, a partir de nós mesmas. Como, nesse mundo de interpelações, estamos assumindo a marca do gênero sexual?

Talvez daí pudéssemos pensar na feminização da escrita, na escrita como devir, na textualização do feminino, na análise feminista literária radicalmente cultural, na força da subjetividade múltipla, na potência da multidão, incapaz de ser representada a não ser em sua parcialidade, contra as armas da identidade pessoal e institucional.

O DEVIR MATRIARCAL DO NEIM: ESTRATÉGIAS E DEMANDAS NA MEDIAÇÃO

> *O feminismo, tanto na teoria quanto na prática, teve e tem uma função social eminentemente política, por seu potencial profundamente subversivo, desestabilizador, crítico, intempestivo, assim como pela vontade que manifesta de tornar o mundo mais humano, livre e solidário, seguramente não apenas para as mulheres. Por tudo isso, não pode recuar diante do enorme desafio que é uma avaliação contínua das próprias subjetividades e dos estilos éticos/estéticos de existência que promove, impedindo a ação das forças reterritorializantes paralisadoras, pois modos feministas de existir só devem se tornar incômodos enquanto movimentos intensos de afirmação da vida.*

Margareth Rago, *Poéticas e políticas feministas*

Que modos de reescrita da realidade semiótico-discursiva poderíamos assinalar? Que outros embates no terreno das representações travamos? De que outras militâncias podemos falar? De que demandas? De que processos subjetivos? Quais os impasses nesse percurso, nessa contranarrativa, que nos levariam a refletir sobre a questão do fazer devir ativo algo reativo, atentando para como algo ativo torna-se reativo?

Nessa linha, pensamos em fazer um mapeamento da atividade de mediação desenvolvida por grupos de mulheres, nesse caso o NEIM, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, junto a "ativistas feministas", ou grupos populares, como, por exemplo, organizações de mulheres rurais. Interessa-nos pensar os impasses e as possibilidades abertas nessa atividade de mediação, suas características singulares, a especificidade de mulheres engendrando outras mulheres apontando para o reengendramento de si, para a produção de subjetividades. Talvez esta questão, a relação do si consigo, a auto-representação, os autoquestionamentos, ganhe a cena do texto, visto que consideramos esse posicionamento fundamental na atividade de mediação.

De início, acredito ser oportuno retomar as leituras que Gilles Deleuze[1] faz dos processos de subjetivação na trajetória foucaultiana, ou seja, como e por que Foucault chegaria na questão da produção subjetiva.

---

[1] Cf. DELEUZE, Gilles. *Foucault* e DELEUZE, Gilles. *Conversações.*

Em princípio Deleuze vê em Foucault, no seu pensamento, subjetivação enquanto dobra da linha do fora, a relação da força consigo ou uma dobra da força, a relação do si consigo. Para Deleuze, até chegar nesse ponto, da relação do si consigo, Foucault passaria por crises. Primeiro, analisaria as formações do saber e os dispositivos de poder, relações pautadas por códigos morais, para chegar a *A vida dos homens infames*, como linha que impunha um questionamento: como ultrapassá-la? Depois da produção de *A vontade de saber*, seguiu-se um silêncio no pensamento-escrita-ação de Foucault; este ficou, depois de 1976, oito anos sem publicar. Até a emergência de um acontecimento: a percepção da linha que impedia algo mais, que limitava, enquanto linha do fora. A percepção da necessidade de dobrá-la, por uma estético-ética da existência, em nome de um cuidado de si.

A linha do fora se configuraria de forma coextensiva ao dentro. O fora portanto, como o mais longínquo que qualquer mundo exterior, mas também como o mais próximo que qualquer mundo interior. A relação que não é relação: o fora-dentro. O fora para além do saber e poder. (Des)ligamento. Para além do já conhecido (saber), para além do querer dominar (coagir). O domínio passa a ter outro sentido; enquanto abertura para outras possibilidades, nos alertando para a subjetivação enquanto processo sempre variável e singular. O domínio enquanto luta pela subjetividade se apresenta ou deveria se apresentar como direito à diferença, à variação.

O processo de subjetivação, essa terceira dimensão a que chega Foucault, segundo Deleuze, essa dobra da força, essa reduplicação, também pode ser chamada de memória. Uma memória absoluta ou memória do lado de fora. Uma memória do futuro. Essa memória enquanto nome da relação consigo, ou do afeto de si por si, teria para Deleuze marcas de um pensamento kantiano, visto que, para Kant, o tempo era a forma pela qual o espírito se afetava a si mesmo, assim como o espaço era a forma pela qual o espírito era afetado por outra coisa: o tempo era auto-afecção, construindo a estrutura essencial da subjetividade.

O tempo como subjetivação, portanto, chama-se memória. Não esta curta memória que se opõe ao esquecimento, mas a absoluta memória que duplica o presente, que reduplica o lado de fora e que não se distingue do esquecimento, pois ela é ela própria e é sempre esquecida para se refazer. Percebe-se então em Foucault, esse outro espaço, a linha

do fora, o Foucault topologista, o tempo na linha do fora, a memória, a relação do si consigo.

Dessa forma, Deleuze, ao cartografar a linha conflituosa de/em Foucault, vai afirmar as suas crises produtivas, suas dimensões, o reengendramento do percurso: da fenomenologia enquanto intencionalidade, o autor de *As palavras e as coisas* chegaria na epistemologia que afirmaria que tudo é saber. Na epistemologia se abriria à estratégia que o faria chegar na linha do fora. Percurso, segundo Deleuze, diferente do de Heidegger, que iria da fenomenologia à ontologia.

"As dobras ou o lado de dentro do pensamento" é como Deleuze intitula o último capítulo do seu livro sobre Foucault. O saber, o poder e o si seriam a tripla raiz do pensamento foucaultiano, do pensamento-ação que assim será definido: primeiramente ver e falar, mas com a condição de que o olho não permaneça nas coisas e se eleve até as visibilidades e de que a linguagem não fique nas palavras ou frases e se eleve até os enunciados; seria o pensamento como arquivo. Segundo, pensar é poder, isto é, estabelecer relações de forças, com a condição de compreender que as relações de força constituem ações sobre ações; seria o pensamento como estratégia. E por fim, nos últimos livros de Foucault, o pensamento seria percebido enquanto processo de subjetivação, a invenção de novas possibilidades de vida; seria o pensamento artista.

O diagrama foucaultiano, então, seria visto na perspectiva de criação de condições para processos de subjetivação, como nos afirma Deleuze: "cabe aos extratos (saber) produzir incessantemente camadas que fazem ver ou dizer algo novo. Cabe à relação com o fora colocar novamente em questão as forças estabelecidas. E finalmente, cabe à relação consigo chamar a produzir novos modos de subjetivação"[2].

Nesse sentido, e entendendo o feminismo como encenação do diagrama descrito acima, é que nos perguntamos quais as perspectivas e impasses nos processos de subjetivação engendrados pelo NEIM. Que pontos movediços a sua práxis-teórica nos aponta? Como na sua autorepresentação percebemos ou poderíamos perceber um investimento contra uma série instituída assim como um investimento em relação a si num sentido de autocrítica, numa radicalidade que deveria sempre dobrar o lado de fora?

---

[2] Cf. DELEUZE, Gilles. *Foucault*, p. 127-128.

A pergunta de Margareth Rago, "Que sujeitos o feminismo tem produzido?", no seu texto *Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos*[3], é bastante significativa para nós. A autora vai nos falar de um pós-feminismo não enquanto marca temporal que apontaria para algo que viria depois, um movimento posterior. Tal conceito, na argumentação de Margareth Rago, aponta para "uma nova relação que o feminismo contemporâneo estabelece consigo e com as imagens de si que projeta para o mundo"[4]. Uma relação metacrítica que tem a ver com muitas das conquistas ao longo dos últimos trinta ou quarenta anos, assim como tem relação com a percepção de que essa luta mostrou-nos que a desconstrução, por exemplo do sexismo, não implicou em sua ruína automática.

Talvez a luta esteja no seu início, se considerarmos o muito que há para combater e a demanda de renovação das estratégias. Contudo, há um reconhecimento das muitas mudanças na sociedade, nos sujeitos por causa dessa empreitada feminista; há uma percepção da disseminação de suas causas e principalmente uma modificação no movimento, nas mulheres que encabeçaram e encabeçam essa brigada contra as formas de exclusão do feminino na sociedade patriarcal.

Uma das suas mais ferrenhas críticas foi contra o sujeito, enquanto homem universal, assim como contra a identidade da mulher. O feminismo desnaturalizou essa identidade universal, por exemplo, a feminina, desconstruindo uma ordem masculina que ligava origem a fins e servia de definição de uma suposta essência feminina, a partir da maternidade enquanto missão. Entretanto, nos alerta Margareth Rago, ao criticar o ideal de feminilidade que vigorou até os anos 60, que dessexualizava a mulher e que associava romanticamente o feminino com o privado, o feminismo abriu mão do corpo, da estética e da moda apropriando-se do modo masculino de existência que questionava e desconstruía. Surgiu então a figura da oradora revolucionando, assim como os homens, o espaço público. Seria essa imagem um exemplo de figurações ou produções de si que podem ser percebidas enquanto estratégias de luta, de reconhecimento, de inclusão.

Hoje já se pode perceber outras representações das feministas, que têm criado novos padrões de corporeidade, beleza e cuidado de si propondo outras estéticas feministas de existência. Outros modos de vida foram encenados e a figura da mulher militante por seus

---

[3] Cf. RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (orgs.). *Poéticas e Políticas Feministas.*
[4] Idem. Ibidem., p.31.

direitos deixou de ser atribuída, por exemplo, à imagem estereotipada de velha e feia, “mal amada e sapatona”. Portanto, outras imagens da feminista, da mulher enquanto oradora avessa ou não à maternidade, necessariamente sem desejo sexual, parecem ter ficado para trás.

Entretanto, nesse campo minado, hoje, o maior incômodo de Margareth Rago diz respeito ao redesenho da figura da “coronela,” que tem percebido na cena atual, nas instituições, nos escritórios, nas escolas, nas ongs... Um tipo de imagem que tem sido reproduzida do espelho patriarcal que tanto se combate. Para Rago, essa noção de coronela acompanha o rastro do homem cordial, definido por Sergio Buarque, em *Raízes do Brasil*, e interpretado por ela enquanto poderio expandido do espaço privado no espaço público que deveria ser de compartilhamento. Estratégia de masculinidade que não cabe em tempos atuais, visto que a própria (noção de) masculinidade já não se sustenta, já vem sendo questionada.

Margareth Rago encerra o seu texto falando da contribuição de Foucault e Deleuze para pensarmos o movimento do nosso pensamento-ação. Citando Rose Braidoti, afirma uma subjetividade nômade como uma desconstrução permanente do falologocentrismo europeu. Por fim, solicita uma auto-avaliação constante das subjetividades que o feminismo promove, impedindo a ação de forças reterritorializantes.

Pensando nesses impasses, repetições, o que destacar, enquanto forças reterritorializantes nos modos de existência, nos corpos, nos espaços que o NEIM tem produzido? Quais as linhas da sua cartografia? Quem é que é o NEIM? Como ele se (auto)representa?

O NEIM, conforme consta no seu *site*[5], foi criado em 1983 por um grupo de pesquisadoras baianas. Primeiro como um programa da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, e depois, em 1995, tornou-se órgão suplementar dessa mesma universidade. Por conta da sua ligação com a academia, suas ações são muito em cima do tripé que a sustenta: pesquisa, ensino e extensão. Para a professora Elizete Passos, coordenadora do NEIM em 1997, o núcleo surge impulsionado pelos “movimentos reivindicatórios feministas daquele período, centrados principalmente no questionamento

[5] Cf. www.neim.ufba.br/ Acesso em maio de 2005.

acerca da divisão social do trabalho e nos papéis sociais definidos para homens e mulheres”[6]; entretanto, mais distanciados das acirradas brigas que envolviam essa questão, núcleos como o NEIM decidem partir para o campo da investigação.

O início da década de 1980 também, conforme Ana Alice Alcântara[7], coordenadora atual do NEIM, é um momento em que feminismos provindos das articulações dos seus grupos autônomos adentram a academia, partidos políticos, sindicatos e meios de comunicação. Eles assumem novas estruturas organizacionais, assim como chegam ao aparelho de Estado com a criação de Delegacias Especiais de Atendimento às mulheres vítimas da violência, Conselhos Estaduais e Municipais da Condição Feminina e em 1985 chegam a criar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça.

A época também era de fim de um regime militar, de abertura para a visibilidade de organizações, de lutas que eram travadas numa certa clandestinidade. As instituições abriam tímidas portas para uma pressão feminista, assim como linhas nítidas pareciam caminhar rumo a um imbricamento, bem como a uma rejeição do mesmo.

Segundo dados do seu sítio na internet, o NEIM é formado pelos lugares epistemológicos destinados a Educação, Ciência Política, Antropologia, Enfermagem, Literatura, Sociologia e História. Ativando cada uma dessas áreas de formação encontramos pesquisadoras e, por conseguinte, linhas de pesquisa que perpassam questões como gênero e educação; gênero, geração e envelhecimento; mulher e literatura; mulher e política; mulher, saúde e sexualidade; relações de gênero, família e trabalho. Suas publicações refletem o trabalho desenvolvido nessas linhas, além de uma articulação com outras pesquisas. Seu “compromisso seria contribuir com o processo de superação das desigualdades de gênero e com a formação de uma consciência crítica acerca da importância da mulher na sociedade”[8].

Além disso, encontramos listados como seus objetivos mais específicos o estímulo à realização de estudos e pesquisas interdisciplinares sobre a questão da mulher e relações de

---

[6] Cf. PASSOS, Elizete Silva. Apresentação, In: Catálogo de pesquisas e pesquisadoras(es) sobre mulher e relações de gênero na Bahia, p. 7.
[7] Cf. COSTA, Ana Alice Alcântara.Trajetória e perspectivas do feminismo para o próximo milênio. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACÊDO, Márcia. Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares, p.30.
[8] Cf. página,já citada, do NEIM na internet.

gênero; o desenvolvimento de ensino sobre o tema; o fornecimento de subsídios para formulação de políticas públicas com fins à eqüidade de gênero; o desenvolvimento de atividades de extensão e assessoria visando soluções práticas para problemáticas ligadas à mulher; a participação em eventos nacionais e internacionais sobre mulheres e relações de gênero e a manutenção de centro de documentação com publicações sobre o assunto, o qual foi criado em 1984.

Com essa bricolagem de descrições e auto-descrições do NEIM, vamos aos poucos compondo uma imagem do mesmo ao tempo em que vamos nos perguntando sobre as suas auto-avaliações, suas produções subjetivas, sua força-tarefa observável em pontos de sua trajetória. Nesse sentido, após quinze anos de existência o NEIM, através do seu sítio na internet, afirma como seu princípio fundamental "a articulação entre a teoria acadêmica e a práxis feminista". Nessa linha, e nesse período que aponta para a época de registro no sítio, de uma posição distanciada, assim se observa: "tem ao longo dos seus 15 anos desenvolvido várias ações de articulação, promoção conjunta de eventos, assessoria a movimentos sociais e organizações da sociedade civil e do Estado" [9].

Relação teoria acadêmica e práxis feminista, articulação, trabalho conjunto, assessoria a movimentos sociais e outras organizações parecem se juntar às ações projetadas pelo NEIM, como uma tradução e ampliação de objetivos e como mapa de percurso e questões relevantes. Nos seus 19 anos de existência, as coordenadoras do NEIM, Ana Alice Alcântara e Cecília Sardenberg, se referem ao mesmo como núcleo que guarda a distinção de ser o segundo sobre estudos de gênero e da mulher surgido no Brasil, bem como o que tem a mais longa história de atividade continuada. Nesse sentido, o NEIM se constitui a cada dia em um espaço privilegiado para a permuta de informações e aprofundamento de questões teórico-metodológicas como auto-observa suas coordenadoras:

> Ao longo de seus dezenove anos de existência, o NEIM tem promovido uma série de eventos nacionais, regionais e locais, com o intuito de incentivar o avanço dos estudos feministas, articulando espaços para o debate e intercâmbio entre profissionais da área. Nessa perspectiva, em 1995, reconhecendo a necessidade de estreitar os laços entre essas

[9] Cf. *Site* já citado.

> profissionais atuantes no estado da Bahia, (...) o NEIM promoveu o I Simpósio Baiano de Pesquisadoras e Pesquisadores sobre a mulher e Relações de Gênero[10].

Nessa mesma linha articuladora o NEIM teria, em 1992, promovido o encontro entre pesquisadoras, sobre a temática de gênero e mulheres, das regiões Norte e Nordeste fundando, portanto, a REDOR, Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, uma organização não-governamental que é composta por pesquisadoras(es) associadas(os), hoje mais de 130, e pela filiação organizativa de núcleos nas duas regiões. Quanto ao processo de engendramento dessa rede de pesquisadoras, assim se referem Alcântara e Sardenberg:

> Em 1992, depois de meses de articulação e planejamento no sentido de concretizar uma proposta formulada - dentro de um ônibus, em meio a uma verdadeira "enxurrada paulista"- pelas poucas companheiras dos estados do Norte e Nordeste que participaram do Encontro de Núcleos da Mulher realizado pelo NEMGE/USP (em 1991), o NEIM conseguiu reunir, pela primeira vez, um grupo de 20 pesquisadoras representando núcleos de instituições de ensino e pesquisa dessas regiões [11].

Quanto ao objetivo da REDOR, este seria definido pelas coordenadoras do NEIM como articulação de um espaço para troca de experiências, para análise dos problemas enfrentados no desenvolvimento dos estudos sobre mulher e gênero nas diversas universidades e, o que consideram mais importante, para formulação de estratégias para "romper o bloqueio ao acesso a informações e recursos que mantinham as pesquisadoras das nossas duas regiões em situação de desigualdade em relação às nossas companheiras do Sul e Sudeste"[12].

Nesse sentido, os depoimentos de Maria Luzia Álvares e Eunice Ferreira dos Santos[13], coordenadoras no período 1996-1998 da REDOR, e pertencentes ao Grupo de Estudos e Pesquisas "Eneida Morais" sobre Mulher e Relações de gênero – GEPEM, da

---

[10] COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. Introdução, In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar (orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*, p 13.
[11] Idem. Ibidem., p. 13.
[12] Idem. Ibidem., p. 14.
[13] Cf. ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira. Introdução, In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira (orgs.). *Olhares e diversidades: os estudos sobre gênero no Norte e Nordeste*.

Universidade Federal do Pará, reforçam a idéia da importância da Rede enquanto estratégia de recuperação da presença feminina na história e na vida social, dos igarapés às caatingas do Nordeste, no espaço urbano como no rural e em diversos outros espaços político-culturais.

Para essas mulheres, os resultados das pesquisas sobre tal temática, nessas duas regiões, "têm beneficiado a quebra do ocultamento em que se achavam esses estudos, têm conquistado lugar na produção científica contemporânea incorporando questionamentos ao saber e aos conhecimentos já instituídos sobre a história regional"[14]. Tal posicionamento, ainda segundo Álvares e Santos, beneficia as ciências humanas, que contaria com outra perspectiva, outro saber na lista daqueles realizados nessa regiões e criaria condições de interlocução com outros espaços geográficos onde a produção acadêmica seria significativa.

Na assembléia da REDOR[15], em 2005, a professora Maria Luzia Álvares reafirmaria a sua gratidão ao NEIM, pelo fato de este ter lhe dado a sensação de pertencimento e inclusão. Aliada a ela, outras pesquisadoras da Paraíba, Ceará e Alagoas, reiteraram a relação afetiva para com o núcleo responsável pelo estímulo à formação de tantas ali presentes e ausentes.

É nessa perspectiva que integrantes da REDOR confirmam um certo isolacionismo regional, espaços temáticos desconsiderados, logo, um desejo e um esforço reconhecido da REDOR de formação e inclusão em um lugar legitimado, de mulheres, de pesquisadoras, de questões puxadas por essas em regiões consideradas distanciadas de um centro de conhecimento.

Para isso, houve um investimento múltiplo em troca de informações, em publicações, em estímulo a fim de equiparar essas mulheres com outras que estivessem, talvez, mais articuladas. Uma proposta de inclusão que se sabe e se quer diferencial. Uma inclusão que aponta, como já vimos, para uma luta que se solidifica nos encontros da REDOR. Luta que se faz mediação ao se engendrar uma rede que busca fortalecer a cooperação entre núcleos. Luta que é representada, portanto, enquanto força, ou melhor,

---

[14] Idem. Ibidem., p. 10.

[15] Assembléia que aconteceu no Seminário Internacional – Enfoques Feministas e o século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina – realizado no XII Encontro da REDOR em conjunto com o XI Simpósio Baiano do NEIM em Salvador, de 6 a 9/12/2005.

militância para criar tempo e espaço de encontros, para manter tais grupos temáticos mesmo quando situados em instâncias de exclusão, como afirma Elvira Barreto do NTMC, Núcleo Temático Mulher e Cidadania da Universidade Federal de Alagoas, por ocasião do VI Encontro da REDOR, realizado em Maceió:

> Não é exagero explicitar que a manutenção da maioria dos Núcleos Temáticos se realiza em condições pouco favoráveis e muitas vezes hostis em algumas instâncias e espaços da academia, o que vai emprestar a tudo isso um caráter de militância. Esse caráter militante tomou conta do VI REDOR como condição de realização[16].

Assim, forçando espaços como condição de sua existência, a partir de 1995, o NEIM passou a promover anualmente simpósios baianos de pesquisadoras(es) sobre a mulher e relações de gênero, ao tempo em que, desde 1992, a REDOR já vinha articulando encontros com pesquisadoras e pesquisadores do Norte e Nordeste em várias capitais dessas regiões, sendo que o I, em 1992, o X, em 2001, e o XII, em 2005, foram realizados em Salvador, sob a coordenação do NEIM.

O NEIM se disseminou, engendrou grupos e pesquisadoras(res) assim como fez visíveis os que já existiam, em outros espaços "compartilhados". Promoveu, em articulação, produções subjetivas. Buscou sempre esse espaço para articulações. É o que nos fala Sardenberg enquanto vice-diretora do NEIM, em 2003, ao coordenar o IX Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero, o qual comemorava os 20 anos do NEIM com um Seminário Internacional sobre o feminismo acadêmico:

> Ao comemorar o seu 20º aniversário – os seus 20 anos de teoria e práxis feministas na academia – o colegiado do NEIM asseverou ser pertinente articular também um espaço para a permuta de experiências nacionais e internacionais, que levem a reflexões sobre as conquistas, tensões e perspectivas do feminismo acadêmico e sua contribuição para o avanço das lutas das mulheres. Isso nos permitirá não apenas avaliar as nossas próprias realizações e tropeços em um contexto mais amplo, mas, sobretudo, traçar propostas e

[16] Cf. BARRETO, Elvira. Celebração de um banquete. In: ALVARES, Maria Luiza; SANTOS, Eunice Ferreira (orgs.). *Olhares e diversidades*, (contracapa do livro).

> estratégias de âmbito local, nacional e mesmo internacional para o avanço do projeto feminista nas ciências, na academia e na sociedade brasileira como um todo[17].

Continuando nessa linha de buscar espaço, dois anos depois, em 2005, o NEIM conseguiu institucionalizar o primeiro programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em gênero no Brasil. A sua força-tarefa parece ser rumo a uma produção diferenciada de conhecimento, visto que articulada às questões feministas de gênero, rumo a uma formação de novas pesquisadoras nesse campo da ciência. Para isso, força a abertura de espaços, produz lugares de discussões e de engendramento de outros sujeitos. Lugares que se expressam nos vários espaços articulados para os cursos de capacitação e assessoria que oferece, seja em fábricas, acampamentos, associações, comunidades populares; lugares de produção de subjetividades como os vários grupos de estudos, pesquisa e extensão, semelhantes ao NEIM, que este ajudou a formar; lugares, por fim, como os espaços que o NEIM, através dos seus Simpósios Baianos e Encontros da REDOR, tem promovido.

É nessa perspectiva de invenção de espaços, de produção de lugares de auto-afecção, assim como de reconhecimento, que poderíamos retomar para discussão a perspectiva de Margareth Rago quanto à necessidade de cuidado, de auto-avaliação, em paralelo a um auto-questionamento constante dos lugares, dos sujeitos que ajudamos a produzir e que nos ajudam em nossa reelaboração de nós mesmas. Os lugares, portanto, enquanto invenção de outras possibilidades, outras subjetividades via diagrama foucaultiano aqui reencenado pelo NEIM nas suas estratégias de produzir, forçar um adentramento institucional de um outro saber-poder. Lugares inventados enquanto espaços de desterritorializações, mas, também sujeitos a reterritorializações.

Logo, na perspectiva de Margareth Rago, a mulher consegue adentrar num espaço que antes para ela não seria permitido, já que para muitas mulheres o espaço seu de destino era o considerado privado, o recesso do lar. Nesse sentido, elas adentram o espaço público, mas têm levado consigo um ranço do seu aprisionamento ao espaço do lar, ou têm sido reaprisionadas por um tipo de cerco que tanto combatiam. Nessa linha, a coronela percebida por Rago nos dias atuais não consegue lidar com a perspectiva de

---

[17] Cf. SARDENBERG, Cecília. In. XI Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre mulher e relações de gênero. Seminário Internacional: o feminismo acadêmico em debate. Salvador, 25-28/11/2003. Livro de resumos. Salvador: NEIM, 2003. Apresentação.

compartilhamento que o espaço público deveria sugerir, portanto privatiza-o, exerce, sobre o mesmo, uma perspectiva de autoridade que tem sentido de cerceamento.

Nessa linha, para Heloísa Buarque de Hollanda[18], a escritora Rachel de Queiroz ao inventar, em suas narrativas, outros lugares para mulheres sertanejas, outro regime de visibilidade e dizibilidade acerca das estratégias de poder, do senso político feminino, configura para nós a imagem da matriarca, a qual define como aquela que busca por um "espaço de domínio próprio". Nessa perspectiva, ao explorar o perfil das matriarcas viventes no Ceará do século dezenove, sua busca de espaço de domínio próprio, seu domínio da economia doméstica e o alargamento dessa, seus poderes restritos e sua ampliação passa, para Heloísa Buarque, a impressão de ter existido uma ilha matriarcal em pleno sertão oitocentista.

Nesse sentido de busca de espaço e de reengendramento de sujeitos, nos interessa pensar as suas reterritorializações, visto que já os percebemos enquanto estratégias prático-teóricas de produção de desterritorializações. Dessa forma, pensar as reterritorializações solicita-nos rachar as palavras e repensarmos as práticas que repetimos com elas, pensar as suas múltiplas possibilidades de sentido. Assim sendo, se o espaço público pode ter o sentido de privado, pode ser privatizado, a que prática de sentido a definição de matriarca de Rachel de Queiroz nos remete, para pensarmos a possibilidade de uma repetição reativa desse traço em mulheres?

O perigo reativo da busca de um espaço de domínio próprio, perfil da matriarca desenhada por Rachel de Queiroz, segundo Heloísa Buarque de Hollanda, estaria no elemento que aponta também para a sua produtividade. Ou seja, o termo "próprio", visto que este tanto parece designar algo singular, uma forma, um espaço de domínio diferencial, como também parece apontar para um sentido de apropriação enquanto privatização, cerceamento, um sentido de propriedade.

Nesse ponto, nos perguntamos: como pôr em relação essas definições de espaços e de sujeitos femininos com o movimento de busca de espaço coordenado pelo NEIM? Que relações podemos fazer entre essas práticas? Como, retendo as repetições reativas nessas definições, visualizar possíveis reterritorializações nos espaços articulados pelo NEIM?

---

[18] HOLLANDA, Heloísa Buarque de. O ethos Rachel. In: *Cadenos de literatura brasileira*.

A propósito, retomemos tal busca por esse espaço sempre articulado para trocas, discussões, várias falas num movimento interdisciplinar. Espaço, talvez devêssemos primeiramente dizer, de corte numa série científica instituída. Corte contra uma serialização do saber, do conhecimento, das práticas científicas. Desnaturalização dessas práticas. Válvula de escape contra forças paralisantes. Dessa forma, o NEIM emerge contra as formas de poder doentias, apodrecidas, existentes na academia, contra um certo isolacionismo entre universidade e comunidade, como nos diz Ana Alice Alcântara[19], ao avaliar, no XI Simpósio do NEIM, os desafios do feminismo acadêmico, tomando por base a experiência desse Núcleo.

O NEIM, portanto, parece emergir contra certos separatismos, a exemplo do distanciamento entre sujeito e objeto de pesquisa. Aproxima-se desse objeto de formas diversas como, por exemplo, através dos múltiplos tentáculos que estende, da formação rizomática de grupos e pesquisadoras(es) fazendo-se chegar de um ponto a outro do Norte-Nordeste, estabelecendo linhas de conexão dos igarapés à caatinga, como já foi dito, neste texto, por uma das pesquisadoras enredadas pelo NEIM, via REDOR.

É assim que acontece na região Nordeste da Bahia, no semi-árido sisaleiro. Nessas plagas o NEIM chega via MULIERIBUS, grupo de estudos de gênero da Universidade Estadual de Feira de Santana, o qual se articula àquele seja através dos Simpósios Baianos, seja via REDOR, nas parcerias das atividades realizadas, como produção de seminários, e principalmente no fato de que a capacitação, o engendramento de novas pesquisadoras em gênero, articulado pelo NEIM, também afetou o MULIERIBUS, visto que no histórico de formação de suas pesquisadoras constam marcas de um projeto de ensino diferencial disseminado pelas integrantes do NEIM, nesse caso, pelas suas fundadoras como Ana Alice Alcântara e Cecília Sardenberg, via cursos, orientação e participação em bancas de pós-graduação.

O NEIM, como foi dito, se estende, busca espaço, chega junto ao seu objeto de pesquisa: mulheres diversas, mulheres rurais e suas relações de gênero. Mas como retorna sobre si? Que imagem traz do outro tão aproximado de si mesmo? Que diferenças são ativadas, que repetições, distanciamentos são reativados?

---

[19] Depoimento de Ana Alice Alcântara Costa, na mesa-redonda “Desafios do feminismo acadêmico” inclusa na programação do XI Simpósio do NEIM já citado.

Diferencialmente, o Núcleo procura militar na academia em favor de uma ciência interessada, que se comprometa com as lutas subalternas de mulheres. Assim sendo, o NEIM, na sua singularidade, se afirma enquanto movimento acadêmico e social, atuando numa intercalação de espaços para forçar outras aberturas, outros lugares. Atua enquanto mediador de si e de outras. Nesse sentido, luta pela inclusão das mulheres que estão na sua rede associativa ao tempo em que evidencia em suas pesquisas e projetos de extensão outras mulheres também distanciadas de um certo centro de visiblidade, mulheres como as do movimento de trabalhadoras rurais do sertão do sisal que, pela mão do MULIERIBUS, ganham a cena científica e política.

O NEIM, por conseguinte, forma pesquisadoras que encenam diferencialmente a figura do intelectual. Teríamos na trajetória do NEIM uma intelectual que ao falar do outro fala de si. Uma intelectual vacinada contra esse discurso em nome do outro, visto que foi através desse movimento ventríloquo que muitas dessas mulheres não foram contempladas ao seu contento nas esferas, por exemplo, científicas. Uma intelectual, portanto, que emerge contra esse falar que silencia.

Entretanto, até que ponto essa questão se mostra bem resolvida? Até que ponto essa articulação de espaços, essa mediação, aponta para uma inserção e um distanciamento necessários? Inserção como condição para se assumir repetidora, incluída nessa malha gregária da cultura, da linguagem. Inserção, portanto, como condição para se forçar um deslocamento em si, para se buscar uma linha do fora, para além do saber e do poder, ou seja, do já conhecido, do domínio já regulamentado. Inserção para além de se perceber semelhante a mulheres rurais e um distanciamento para além de se perceber diferente, enquanto intelectuais acadêmicas, das trabalhadoras ativistas da região sisaleira. Um deslocamento que perpassasse a linha do fora dessa relação, que fizesse perceber outros ângulos da questão. Uma autocrítica que permitisse flagrar reterritorializações nesse movimento de busca de espaço.

É nessa perspectiva que encaminhamos a nossa discussão, trazendo para a cena a constatação de uma das coordenadoras do MULIERIBUS no que diz respeito ao contato, através dos cursos ministrados, com mulheres rurais da região sisaleira da Bahia. Para Sônia Lima[20] essas mulheres falam bastante de gênero, mas não sabem muito bem o que

[20] Informações obtidas na entrevista de campo realizada em novembro/2005.

dizem. Os cursos ministrados por ela teriam, então, certo princípio de esclarecimento para aquelas mulheres no que diz respeito a tal questão.

Nesse sentido, a pergunta contra possíveis reterritorializações recairia sobre a noção de capacitação, sobre certa vontade de esclarecimento. Quais os perigos reativos na capacitação que por vezes praticamos? Qual o traço nocivo que pode se assentar em nossa vontade de ensino e esclarecimento, de forma a se ficar atenta quanto ao seguimento daquilo que achamos correto? Como atentar para as transgressões, traições daquilo que passamos e do que recebemos enquanto possibilidade ativa? Como, não atentando para isso, estamos considerando o outro e como, nesse jogo, estamos nos denominando? Como estamos sendo capturadas e quais forças cercam o nosso olhar, de modo a não perceber outras possibilidades, outros modos de lutas, outros feminismos fora de um centro que, por vezes, legitimamos, inclusive refixando-o em outra zona regional?

Nesse sentido, teríamos novamente uma separação entre teoria e prática? Mesmo quando nas definições, nos ensinamentos do NEIM, já se anuncia uma união entre teoria e práxis feminista? Até que ponto não há nessas práticas-teóricas possibilidades de repetições reativas? Sônia Maluf, ao discutir sobre as produções teóricas feministas, a práxis acadêmica, as publicações sobre mulheres e relações de gênero no espaço da *Revista de Estudos Feministas* constata que, ao cabo, não se trata de uma separação dicotômica entre "teoria e prática, mas entre diferentes práticas acadêmicas confrontadas a diferentes práticas militantes, e entre diferentes saberes e teorias acadêmicas, confrontados a diferentes teorias e saberes militantes e locais"[21]. Para além da consideração de outros lugares de produção de práticas-teóricas, estamos falando aqui da consideração de outros lugares de práticas teóricas feministas para além da academia, dos lugares de capacitação e disciplinamento.

Acompanhando questionamentos atuais, o princípio de gênero parece trazer novas reflexões, aberturas, mas também cerceamentos. Enquanto gênero, parece ter sido aceito como operador das lutas feministas porque aponta para um avanço no sentido de uma abertura para o processo relacional e cultural na construção de sujeitos, como homens e mulheres; de outros ângulos, o trato com o gênero enquanto categoria operacional tem levantado outras percepções.

---

[21] Cf. MALUF, Sônia Weidner. Os dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância. In: *Revista de Estudos Feministas*. Vol 12, p. 241.

Para algumas teóricas feministas os estudos de gênero têm levado o projeto feminista, de adentramento em espaços e de articulação, a uma volta a separatismos. Ou seja, a ênfase nesses estudos teria levado essas estudiosas a um certo grau de especialização, a uma formação em "generólogas", o que, reativamente, as distanciaria de uma base.

Para Sônia Alvarez[22], ao avaliar os encontros diversos de ativistas feministas da América Latina e do Caribe, essa questão parece reencenar um velho dilema, o da autonomia. Para algumas feministas, esses novos feminismos articulados, por exemplo, com ongs, Estado, instituições diversas, estariam comprometendo as causas feministas. O que Sônia Alvarez percebe é que esse dilema, ou esses caminhos díspares - articulação especializada e trabalho de base - têm gerado uma hierarquia dentro dos movimentos feministas, um certo domínio do espaço, do tempo de fala, da voz-imagem representacional que ganha a cena. Para ela, entretanto, a rentabilidade da questão estaria em tornar essa tensão em algo ativo. Potencializar a tensão ativa e criativa das articulações assim como das disparidades, dos questionamentos muitas vezes a serem tomados como alertas, outras vezes como velhas dicotomias.

Para Ana Alice Alcântara[23], em sua reflexão sobre o feminismo no XI Simpósio do NEIM e XII da REDOR, realizados conjuntamente, o gênero tem ocultado a mulher, propiciado posicionamentos patriarcais dentro do campo, agora aberto por demais e recalcando o porquê da luta, a bandeira feminista. Quanto à questão da desarticulação, esse parece não ser o caso do NEIM, o qual também parece encenar a tensão ativa nas suas articulações.

O núcleo busca especialização, no sentido de formar o seu quadro ao mesmo tempo em que se aproxima das bases mais distanciadas, sendo sua própria rede associativa uma base considerada distanciada de centros de conhecimento e necessitada (em tempos atuais talvez nem tanto, já que muitas voltam dos seus doutorados) de aprimoramento, capacitação. A questão, então, parece recair sobre essa forma de aproximação, certo perigo da militância e da coordenação, as representações implícitas do outro e de si que aparecem

---

[22] ALVAREZ, Sônia E. A "globalização" dos feminismos latino-americanos. In. Alvarez, Sônia E., DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (orgs.).*Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*, pp. 383-426.

[23] Reflexão sobre o feminismo acadêmico feita por Ana Alice Alcântara Costa em mesa e Simpósios já citados.

nesse processo. Um certo cuidado, que, aliás, é perceptível em algumas ações discursivas que rastreamos.

O NEIM se afirma enquanto núcleo interdisciplinar, assim como se configura na esteira dos novos movimentos sociais. Engendra uma ong, que é a REDOR, atua no ensino e pesquisa acadêmicos (graduação e pós-graduação) bem como na extensão, realizando parcerias com movimentos populares, com empresas, representantes do poder público, como deputadas e vereadoras, entre outros agentes e instituições. Nesse sentido, na busca de políticas públicas, de legitimação de espaços, investe numa atividade de pressão e de cuidado de si, seguindo firme em seus propósitos, abrindo e construindo espaços.

Nessa linha, investe numa proposta de questionamento constante contra a ciência e a própria busca de espaço. Lança, como fez Cecília Sardenberg, a pergunta: "Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?"[24]. Elege a questão do feminismo acadêmico, da ciência e da tecnologia, da relação do feminismo com a universidade, como temas dos seus Simpósios. Convida o poder público, representado por mulheres, não só para pressioná-lo acerca dos compromissos com a causa feminista como também para saber de suas trajetórias de luta naqueles espaços. Alia-se às reivindicações de mulheres de grupos populares diante de legislações que não contemplam suas necessidades, seus desejos. Nesse sentido, falando de dentro de uma instituição, parece se colocar contra a instituição em suas diversas representações, ou, ao menos, se colocar na posição de pressão, de reivindicação, de autocrítica perante suas malhas reativas e reterritorializadoras.

É nessa perspectiva que encontramos Ana Alice Alcântara, ao historicizar a trajetória do feminismo, nos alertando para as dificuldades de articulação entre Estado e feministas. Dificuldades que confirmam a defesa da autonomia por grupos de mulheres que se recusavam, na década de 1980, a essa relação, mas que na sua visão trouxe resultados positivos. A percepção do terreno escorregadio, do poder gregário é expresso na reflexão de Alcântara:

> Apesar das conquistas obtidas, resultantes dessa parceria, não tem sido muito fácil a convivência do feminismo com esses organismos estatais de promoção feminina que, em função dos hábitos e práticas autoritárias comuns ao Estado brasileiro, fazem com que o

[24] Cf. SARDENBERG, Cecília. Da crítica feminista a ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar (orgs.) *Feminismo, ciência e tecnologia*.

> movimento esteja sempre atento para impedir as tentativas desses órgãos e/ou suas dirigentes, de coordenar ou até mesmo dirigir, as lutas feministas no país[25].

Nessa mesma linha de alerta e de pressão para com o poder público, encontramos novamente Ana Alice Alcântara reivindicando, em nome da atuação do NEIM junto ao Centro da Mulher Suburbana e à Comissão de Mulheres da Federação das Associações de Bairros, a manutenção de creches pelo Estado. Creches que foram (re)estruturadas através do trabalho investigativo do NEIM, mapeando as condições de funcionamento e as características principais da clientela das mesmas, que resultou em subsídios para a proposta de emenda popular sobre o assunto, entregue à Câmara Municipal de Salvador quando da elaboração da Constituição Municipal. Para aqueles que acham que a sociedade civil organizada, articulada em parcerias, está sendo totalmente cooptada, comandada pelo Estado, que se vê desobrigado das suas ações diante da atuação daquela, o convite feito ao NEIM pelas mulheres de bairros populares, serve de reflexão, e o alerta de Ana Alice Alcântara, ao analisar e registrar a tradução dessa luta, confirma, de certa forma, o movimento de pressão e de atenção do NEIM, frente às armadilhas dos poderes instituídos:

> Com a constatação das dificuldades enfrentadas pela comunidade em oferecer um serviço de qualidade àquela população e, mais do que isto, consciência de que esse serviço é da inteira competência do Estado, o movimento popular sentiu-se na obrigação de reivindicar do Governo mais recursos para a construção, ampliação e manutenção das creches. Além disso, a população em geral e, no particular, as mulheres, não devem ser continuamente penalizadas por um trabalho que, voluntário, não pode ser permanente na substituição das responsabilidades do governo. Assim sendo, cabe ao Estado o pagamento de salários, para que as mulheres tenham as condições mínimas de sobrevivência garantida[26].

Nesse sentido, o NEIM parece atento aos perigos da institucionalização na sua busca de espaço institucional para outros saberes, para as pesquisadoras feministas; na sua vontade de inclusão, de quebra de distâncias geográficas que dificultam a visibilidade, na

---

[25] Cf. COSTA, Ana Alice Alcântara. Trajetória e perspectivas do feminismo para o próximo milênio.In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACÊDO, Márcia. (orgs.) *Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares*, p.31.

[26] Cf. COSTA, Ana Alice Alcântara. Introdução. In: COSTA, Ana Alice Alcântara (org.) *Creche comunitária: uma alternativa popular*, p.14.

sua articulação múltipla e interdisciplinar. É dessa perspectiva, de articulação, de busca de espaço, mesmo sabendo da posição de alerta do NEIM, que retomamos o XI Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulheres e Relações de Gênero, realizado em dezembro de 2005.

O Simpósio traz a marca constante do NEIM de vontade de articulação e de expansão de espaços, visto que o mesmo, além de lançar seu programa de pós-graduação, realizava seu encontro em parceria com a REDEFEM (que firmava naquele espaço conjunto o V Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas), com a REDOR (que realizava também o XII Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e relações de Gênero) e com representantes dos Programas de Estudos da Mulher e de Gênero da América Latina e do Caribe (estes realizando em conjunto o VII Encontro de Centros e Programas de Estudos da Mulher e de Gênero em Instituições de Educação Superior de América Latina e do Caribe). Uma articulação local, regional, nacional e internacional. Um encontro que nos levou a repensar a busca e articulação de espaços como marca do NEIM.

A cena que se quer reter desse encontro é aquela referente à mesa redonda *Feminismo e Foucault*. Primeiro, quem acompanha o NEIM desde 2001, ao menos os seus simpósios e os encontros que promove conjuntamente com a REDOR, como é o meu caso, não pode deixar de considerar o estranhamento ou a inovação daquela abordagem, contemplada em uma mesa redonda. A impressão que sempre tive é que jamais se poderia naquele espaço reconhecer uma contribuição teórica de algum dos integrantes daquele grupo considerado “desconstrutor, masculino, pós-moderno”.

Entretanto, a fala de Margareth Rago, uma das que compunham tal mesa, propondo uma reflexão sobre Foucault, as subjetividades e as heterotopias feministas, ajudava, em conjunto com suas companheiras de sessão, como Tânia Navarro Swain, falando sobre os diálogos do feminismo com Michel Foucault, a provocar um bem e um mal-estar no auditório, que se encontrava completamente lotado.

Algumas destas mulheres, que ali estavam, e que procuravam entender aquela forma explícita de diálogo com o filósofo pós-estruturalista, perguntavam sobre “síntese,” buscando, como já dito, uma forma de compreender melhor aquela explanação, o pensamento foucaultiano e sua importância para a luta feminista. Entretanto, para Tânia

Navarro Swain, em resposta a tais perguntas, as dicotomias, assim como a tendência à "síntese" do nosso pensar-agir, deveriam ser abolidas, e não seria por aí que se encontraria a fértil relação entre Foucault e os feminismos.

Para aquelas que expressavam um bem-estar, este se traduzia num burburinho que ressoava mesmo nas falas inscritas, como, por exemplo, as das companheiras da REDOR do Ceará, que afirmavam o quanto esperavam por aquele bom encontro, o quanto se sentiam tocadas com aquelas palavras, com aquele pensar-teórico, o quanto se sentiam maravilhadas com a proposta daquela mesa.

Aquelas mesmas pessoas que fizeram ruído, que se expressaram de forma positiva, participavam dos encontros da REDOR, das reuniões e encontros organizados pelo NEIM e não demonstravam, ao menos não tão explicitamente, essa relação fértil com outras abordagens teóricas que não ganhavam a cena visível, não ganhavam forma literalmente explícita como aconteceu nessa sessão. Por conta de que forças isso agora ganha uma visibilidade? Ou melhor, por que certas forças, certas falas, certas abordagens, modos de pensar-teorizar não ganhavam visibilidade? Que abordagens, que falas ganham a cena nos encontros da REDOR e do NEIM?

Como pensar, com isso, uma busca de espaço articulado ainda frágil, ainda restrito, ainda excludente ou mesmo privativo? E como pensar essa busca de espaço articulado como possibilidade de emergência de outras vozes, outras sensações, outros afetos, outras parcerias mais produtivas, menos rancorosas e mais livres no seu nomadismo estratégico? Como repensar o interdisciplinar dentro do espaço engendrado pelo NEIM? Como não pensar, nesse momento, nos perigos da coordenação, como há pouco nos alertou Ana Alice Alcântara? Como lidar com a bandeira feminista, tão defendida por esta, em contraponto à abertura das relações de gênero, com seu perigo reativo mas também com suas fricções ativas?

Margareth Rago, nesse encontro em que o NEIM fez 22 anos de luta, retoma um Foucault topologista e enfrenta aqueles que não o encaram, dizendo das dificuldades, por exemplo, para um historiador, diante de um arqueologista que não dá continuidade à cronologia do tempo linear e, por isso, retorna, em meio ao processo, aos gregos. Para as feministas, o desafio lançado seria abrir mão das polaridades, já que Foucault, para elas,

seria proveitoso nesse campo porque ao invés de homem e de mulher, ele estaria falando do sujeito humano.

Por que Margareth Rago, defensora da atividade político-estético-subjetiva do feminismo, lida tão bem com essa prerrogativa foucaultiana? Por que para outras militantes, como Ana Alice Alcântara Costa, refutar certa abordagem de gênero e talvez certa noção de sujeito humano é garantir que a mulher não seja esquecida? Que tipo de esquecimento ou que tipo de memória diferencial ambas estão praticando? Que tipo de domínio de si nesse jogo é perceptível? Que memória-esquecimento está sendo reterritorializada? Como não esquecer, de acordo com Costa, as dores, as exclusões por que passaram mulheres, como vetor de direcionamento da luta feminista, mas ao mesmo tempo, já em parceria com Rago, como esquecer ativamente essa história, como possibilidade de saúde, possibilidade de efetivar uma memória do futuro, memória diferencial que redireciona estrategicamente a luta?

Quais são os impasses que reterritorializam a busca de espaço de domínio próprio, espaço que se quer articulado interdisciplinarmente? Qual seria o devir matriarcal do NEIM? Quais forças ou saberes-poderes que ainda regulam, dentro de um modo já conhecido de luta grupal, o pensar teórico-prático do NEIM? Como pensar a ciência feminista, apontada por Sardemberg, na linha de uma perspectiva feminista como sugere Ana Alice Alcântara, esquecendo-se das polaridades e afirmando tal perspectiva não como "uma exclusividade das mulheres"?[27] Como rever os nossos esquecimentos ativos e reativos? Como radicalizar a nossa autocrítica passando, como nos sugerem Deleuze e Foucault, pela linha do fora?

Para Sônia Alvarez[28], que também participou desse encontro nos 22 anos do NEIM, o desafio passaria justamente pela perspectiva de uma radicalização dos feminismos acadêmicos em paralelo aos movimentos locais, como o de mulheres rurais. Para Alvarez o feminismo acadêmico deveria reforçar interfaces com outros países, outras culturas, com movimentos de mulheres produtoras de um conhecimento alternativo. Nesse sentido,

---

[27]Cf. COSTA, Ana Alice Alcântara. Trajetória e Perspectivas do feminismo para o próximo milênio. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACÊDO, Márcia. (orgs.) *Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares*, p. 26.

[28] Sônia Alvarez, participou, em conjunto com Ana Alice Alcântara, da mesa "Desafios do feminismo acadêmico". Sua fala, nessa mesa, foi por ela assim intitulada: Disciplinamento ou radicalização dos feminismos latino-americanos no séc. XXI: lições dos movimentos.

deveria procurar alianças com outros conhecimentos inter, trans ou não-disciplinares e não só lutar pelo reconhecimento disciplinar.

Dessa perspectiva, nos perguntamos: como tem sido o diálogo com esse outro tipo de conhecimento alternativo, que inclusive essas mulheres inseridas na rede traziam e agora parece subsumido a uma uniformização do saber diferencial? Seria esse o perigo da institucionalização: uma visibilidade que também oculta? Uma fixidez, um disciplinamento? Como retomar o movimento do espaço intervalar característico da inter-relação, do interdisciplinar?

Nessa linha é que retomamos a pergunta sobre como se dá a relação do NEIM com o outro, inclusive em si mesmo, nessa busca por articulação e institucionalização de espaços. Como representa, vê outros sujeitos e, por conta dessa inter-relação, vê-se a si mesmo? Como dosar, dobrar ou olhar de viés para a vontade de capacitação? Como mulheres, tomadas como objetos de pesquisa, mulheres distanciadas geograficamente de centros de produção de conhecimento, marcam a perspectiva institucional do NEIM, ganham a cena dos seus encontros, mesmo quando esse, enquanto mediador, coloca-se ao lado dessas mulheres na luta em prol de seus direitos e de políticas públicas que as contemplem?

Nesse sentido, ao invés de somente mapear as realidades distanciadas de tais mulheres e traduzir em números percentuais que apontam para taxas de avanço e retrocesso na discriminação sexual, por exemplo, como também aprender com elas? Tomá-las potencialmente, e ao mesmo tempo, como sujeito de conhecimento não deixando fechado o cerco propício a reterritorialização, via malhas da institucionalização e do disciplinamento? Nessa dinâmica, é necessário tomar a si, também, como objeto constante de auto-avaliação radical efetivando uma forma de ser sujeito de si.

Como deixar a porta aberta de modo que o “próprio” na busca de espaço matriarcal aponte sempre para singularidades e que a coronela seja aqui reinventada na medida positiva de um domínio das forças que tentam nos dominar? Como explorar o espaço de compartilhamento gerado nas articulações dos encontros propostos pelo NEIM de forma a explorar o interdisciplinar e o contradisciplinar promovendo choques ou crises produtivas?

O XI Simpósio do NEIM é rico para se falar sobre isso. Primeiro, na sua articulação já se encontra o propósito de Silvia Lúcia Ferreira, Ana Alice Alcântara e Cecília

Sardenberg de contemplar na programação várias tradições disciplinares[29]. Em segundo momento, temos o próprio encontro como um acontecimento promovido pela articulação, nesse mesmo espaço, dessas várias tradições, desses vários lugares de fala que alavancaram tantos outros lugares aparentemente não bem situados num tipo de arranjo (inter)disciplinar.

As falas na assembléia da REDOR, também inclusa na programação, apontam para uma revisão inclusive da forma dos encontros, de modo que, para além de apresentações de resultados de pesquisas ou leituras de trabalho com vistas à publicação, se investisse mais em um tempo para auto-avaliação, auto-reflexão das operações teóricas e dos rumos que aquela encenação-representação nos levaria.

Aliás, essa questão, de repensar as teorias, sempre foi presente nas pautas avaliativas de finais de encontros da REDOR. A diferença é que muitas vezes, quando se colocava esse ponto, havia na vontade de capacitar membros da REDOR e do NEIM - e para isso há na REDOR uma secretaria específica - além de um desejo de superação da separação entre teoria e prática também uma certa monitoração para com certas práticas de sentido, ou uma certa capacitação disciplinar, um disciplinamento. O que se propôs na assembléia da REDOR traduzia uma sinalização de abertura, a mesma que se verificou quando da recepção da mesa sobre Foucault.

Também nessa assembléia foram propostas mudanças nos grupos de trabalho (GT's) de modo que se pudessem articular outras questões como masculinidades e metacrítica feminista. Para Cecília Sardenberg, a rede precisava ser rearticulada ou retecida, visto que entre tantas dificuldades se colocava a burocracia da universidade, além de um tempo maior, o espaço de dois anos, conforme deliberado em assembléia anterior, que teriam as associadas e associados da REDOR ficado sem se encontrar. Foi colocada também, nessa assembléia, a sobrecarga de trabalho e a proposta experimental de uma coordenação colegiada da Rede. No mais, muitas das falas reforçavam os problemas institucionais que geravam aquele momento de crise.

Dessa forma, como perceber a crise como algo produtivo? O XI Simpósio do NEIM, enquanto curto-circuito para outras falas, outros encontros, também aponta para

---

[29] Cf. FERREIRA, Silvia Lúcia; COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília. I Seminário Internacional: Enfoques feministas e o séc. XXI: feminismo e universidade na América Latina, p. 5. Livro de resumos.

esse sentido. Um sentido ativo de interdisciplinar enquanto deslocamento, e não como agrupamento de sujeitos ou campos disciplinares. Um sentido, portanto, de uma revisão ativa dos lugares epistemológicos que nos (in)formam, revisão dos modos de rompimento (sua via dupla e inversa) com certos isolacionismos, ou melhor, uma revisão da noção de isolacionismo, não nos permitindo uma certa visibilidade dos agenciamentos já feitos, de outras lógicas, arranjos, abordagens, lutas, lugares de produção de conhecimento.

A perspectiva de articulação, de inter-relação, de interdisciplinar, parece ser produtiva enquanto abertura no sentido de possibilitar um mal-estar ativo sobre si, uma forma de desconfiar dos modos de representação do outro, de auto-representação, da radicalidade auto-avaliativa, das nuanças desse processo. De que forma não se contribui para a repetição de estereótipos, mesmo quando se investe pesadamente contra os mesmos? Elizete Passos[30] ,nos seus estudos sobre o impacto dos estudos de gênero na UFBA, quando retoma a emergência do NEIM, visto na época como "clube da Luluzinha" por seus pares, nos incita a perguntar: até que ponto não reforçamos, nós mulheres, essa imagem quando da pouca abertura radical dos nossos espaços de luta e conquista, dos nossos compartilhamentos? Até que ponto não reforçamos certos separatismos, não paramos no caminho da inversão, não ficamos presas no cerco, não perpassamos, por uma questão de saúde diferencial, a linha do fora?

A pesquisadora Tânia Navarro Swain[31], em resposta à pergunta instigante: "Que estamos ajudando a fazer de nós mesmas" lança mão do velho dilema: "mas quem sou eu nesse *nós*?" Para além de uma vontade de identificação, a questão é muito mais lançada no sentido de revisão das nossas representações identitárias, das nossas lutas perpassadas por uma linha demarcatória que nos aprisiona. Nesse sentido, Swain questiona até mesmo certos homossexuais, os quais ainda teriam a dicotomia masculino-feminino como parâmetro único de operacionalização. A questão aqui é repetir a pergunta: que estamos ajudando a fazer de nós mesmas? É preciso pensar a força-tarefa do NEIM, como uma força-tarefa a se dobrar sobre si mesma. Assumir, como nos sugere Ana Alice Alcântara,

---

[30] Cf. PASSOS, Elizete. Impacto da perspectiva de gênero e dos estudos sobre mulher na Universidade Federal da Bahia. In. PASSOS, Elizete et al. (orgs.). *Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares*, p. 42.

[31] SWAIN, Tânia Navarro. Identidade nômade: heterotopias de mim. In. RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*, p. 325-341.

em sua reflexão sobre o feminismo acadêmico em mesa já citada, que se coloca como desafio um outro funcionamento acadêmico, institucional e teórico. E nessa empreitada interventiva, de produção de outros saberes, de outros sujeitos femininos, assumir, como nos sugere Margareth Rago, a subjetividade nômade, a auto-avaliação constante como estratégia contra forças reterritorializantes que cercam o NEIM mesmo com toda sua posição de alerta.

Nesse sentido, a teoria/prática, o sujeito/objeto, o local/global, o conhecimento acadêmico/não acadêmico, a vontade de capacitação passam a ser revistos, assim como a militância, a coordenação, o domínio próprio, a coronela, a matriarca passam a atuar no campo da diversidade, das múltiplas possibilidades de sentidos, de práticas-teóricas, de abordagens, de lutas, de feminismos. Com isso, a busca por espaço articulado, o desejo de inclusão expresso no NEIM, pode apontar para outra noção de lugar, o entre-lugar, que diz da vontade de que entrem quem está de fora, assim como da estratégia intervalar contra polarizações. O entre-lugar também aponta para o interdisciplinar que, na sua radicalidade, também é contra-disciplinar ao potencializar um não-lugar enquanto vetor que garante o direito à variação subjetiva e ao nomadismo, alimentado pelo fora da linha, como antídoto contra as reterritorializações.

CAPÍTULO III

O ARTESANATO DE SI: NÓS, PONTOS E ALINHAVOS, NA TEIA DA AGÊNCIA

...esse trabalho de reinvenção de si implica uma dimensão intersubjetiva, pois o indivíduo se constitui na relação com o outro, e não isoladamente, e, fundamentalmente, comporta uma atitude ética, pois se trata do exercício da liberdade.

Margareth Rago. *Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos.*

Eu sou um produto da minha terra, não é? Não teria como ser diferente. E falo a linguagem que o povo fala na minha região; neste sentido, estou longe daquele regionalismo (...) Eu me louvo de ser espontânea.

Rachel de Queiroz. *Cadernos da literatura.*

A REINVENÇÃO DE SERTANEJAS: MOVIMENTOS DE MULHERES

Não seriam duas dimensões distintas interiores à linguagem em geral, uma sempre recoberta pela outra, mas continuando a "sub-vir" e a substituir sob a outra?

Gilles Deleuze, *Lógica do sentido.*

O sentido único da direção não se mantém por muito tempo; ela serve de quadro a trocas que a levam a tornar-se mais igualitária.

Michel Foucault, *O que é o autor?*

Em se tratando do trabalho mais específico de mediação com as mulheres trabalhadoras rurais, vamos começar este tópico com uma cena de *O Quinze* de Rachel de Queiroz, romance conhecido por retratar a miséria nordestina em tempos de seca:

> – A bênção, Mãe Nácia – E Conceição, com o farol de querosene pendendo no braço, passou diante do quarto da avó e entrou no seu, ao fim do corredor.
> Colocou a luz sobre uma mesinha, bem junto da cama (...) e pôs-se um tempo à janela, olhando o céu. E ao fechá-la, (...) ía dizendo:
> – Eh! A lua limpa, sem lagoa! Chove não...
> Foi à estante. Procurou (...) um livro. Escolheu uns quatro ou cinco, que pôs na mesa, junto ao farol.
> Aqueles livros - uns cem, no máximo, eram velhos companheiros que ela escolhia ao acaso (...)
> Pegou no primeiro livro que a mão alcançou, fez um monte de travesseiros ao canto da cama, perto da luz, e, fincando o cotovelo neles, abriu (...) o volume.
> Conceição o folheou devagar, relendo trechos conhecidos (...)
> E ao repô-los na mesa, lastimava-se:
> – Está muito pobre, essa estante! Já sei quase tudo decorado! Levantou-se, foi novamente ao armário. E voltou com um grosso volume (...)
> Até que Dona Inácia, ouvindo o cuco do relógio cantar doze horas, resmungou de lá:
> – Apaga a luz, menina! Já é meia-noite!
> (...)

> Conceição tinha vinte e dois anos e não falava em casar. As suas poucas tentativas de namoro tinham-se ido embora com os dezoito anos e o tempo de normalista; dizia alegremente que nascera solteirona.
>
> Ouvindo isso, a avó encolhia os ombros e sentenciava que mulher que não casa é um aleijão...
>
> – Esta menina tem umas idéias!
>
> Estaria com razão a avó? Porque, de fato, Conceição talvez tivesse umas idéias; escrevia um livro sobre pedagogia, rabiscara dois sonetos, e às vezes lhe acontecia citar o Nordau ou o Renan da biblioteca do avô. Chegara até a se arriscar em leituras socialistas, e justamente dessas leituras é que lhe saíam as piores das tais idéias, estranhas e absurdas à avó.
>
> Acostumada a pensar por si, a viver isolada, criara para seu uso idéias e preconceitos próprios, às vezes largos, às vezes ousados, e que pecavam principalmente pela excessiva marca de casa.[1]

Na página 80 encontramos uma continuidade dessa mesma cena, que, aliás, tem o tom que perpassa todo o romance:

> Dona Inácia tomou o volume das mãos da neta e olhou o título:
>
> – E esses livros prestam pra moça ler, Conceição? No meu tempo, moça só lia romance que o padre mandava...
>
> (...)
>
> – De que trata? (...)
>
> Conceição ante aquela ouvinte inesperada, tentou fazer uma síntese do tema da obra, procurando ingenuamente encaminhar a avó para suas tais idéias:
>
> – Trata da questão feminina, da situação da mulher na sociedade, dos direitos maternais, do problema...
>
> Dona Inácia juntou as mãos, aflita:
>
> – E minha filha, para que uma moça precisa saber disso?... [2]

Neste romance de Rachel de Queiroz, percebemos que, em meio à paisagem de miséria, secura e desalento do sertão, a personagem Conceição se destaca como aquela que se sobrepõe aos desígnios de uma perversa naturalização dos papéis femininos e pode selecionar suas leituras, rejeitar aquelas já decoradas, contrastando com todo o ambiente

---

[1] Cf. QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*., p. 3-5.
[2] Idem. Ibidem., p. 80.

que convida para uma subordinação, uma aceitação do destino, uma não possibilidade de releitura, de reescrita, um definhamento das potencialidades humanas.

No sertão do sisal, em meio à falta de possibilidades para mulheres pobres do campo, em meio a uma paisagem que também convida para uma naturalização da miséria e das desigualdades sociais e de gênero, também se destacam as personagens do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Podemos percebê-las tendo acesso a outros tipos de leituras sobre si, rejeitando textos, ensinamentos, idéias já decoradas, normatizadas que, nessa outra seleção de textos que fazem, nessa outra leitura que experimentam, se desconfiguram enquanto norma a ser seguida, pois elas desobedecem-nas, visualizando uma história que escondia no factual a potencialidade de narrar, que apagava as possibilidades humanas do sujeito feminino.

Já de início poderíamos dizer da diferença de lugares dessas mulheres em um cenário muito próximo. Conceição é uma mulher que estudou e tornou-se professora, o contrário dessas mulheres trabalhadoras rurais, cuja escolaridade, aponta, em poucos casos, no máximo, para a conclusão do nível médio. A maioria encontra-se no ensino fundamental e algumas nem mesmo assinam o nome. Esse é o nível de escolaridade das mulheres a que tivemos acesso, ressaltando-se que, mesmo aquelas que tiveram um estudo formal, muitas vezes não têm habilidade para leitura-compreensão de textos escritos. Entretanto, apesar dessa diferença marcante, que não deve ser esquecida, pelo contrário, deve nos levar a posteriores reflexões sobre a noção de saber, de aprendizado e o papel das escolas, a leitura e o texto que queremos enfatizar são outros e isso deve, inclusive, oxigenar a nossa possível reflexão sobre essa diferença, já demarcada.

Conceição tem ao seu dispor uma estante para selecionar principalmente os textos feministas e socialistas que gosta de ler e que faz com que tenha “idéias estranhas” e até mesmo “absurdas” para a velha senhora, sua avó, que sentenciava para a neta, diante de sua afirmação de não querer casar, que quem não casa é um “aleijão”. Mas, e as mulheres trabalhadoras rurais, quem disponibiliza para elas uma estante para seleção? Como visualizar uma prateleira cotidiana de possibilidades de leitura e escrita, que parecia camuflada a um só livro-cartilha, ou catecismo, para lembrar dona Inácia, a impor os passos, os comportamentos, os saberes de si? Quais idéias assimilam, quais elas estranham,

que textos decorados rejeitam, para qual noção de saber apontam, quais suplementos, quais parcerias, que trocas podem estabelecer no mercado cultural?

Se a Conceição está “acostumada a pensar por si” e por isso até mesmo “a viver isolada” que reflexões é possível tecer sobre isso, no âmbito das mulheres trabalhadoras rurais, em específico de Santa Luz - BA? Como desconstruir essa imagem de isolamento? Ao mesmo tempo, como levar em conta a pergunta de dona Inácia: “Pra que uma moça precisa saber disso?” Saber de tais idéias? Como ampliar a resposta de Rachel-Conceição: “criara para seu uso idéias”? Que sentidos atribuir para o “pecado da marca excessiva de casa”?

Penso que a relação com os mediadores pode nos ajudar a pensar sobre tais questões que alinham indagações do tipo: como essas mulheres rurais se posicionam diante de um outro saber que se dispõe a reorientá-las? Como são vistas e como se vêem nesse processo? Quais as inquietações, como se configura o movimento fora-dentro do Movimento? Quais as trocas nesse processo? Como se desenham os movimentos de reescrita, de reinvenção de sertanejas? Para tanto, selecionamos cenas ou enfoques da relação entre o setor de gênero do MOC (Movimento de organização Comunitária), o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Relação de gênero (Mulieribus) da Universidade Estadual de Feira de Santana e o MMTR (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais) da região do sisal, em específico do município de Santa Luz.

Com relação ao MOC, poderíamos dizer que este foi selecionado pelo fato de ser o principal potencializador do MMTR da região do sisal, logo, também do grupo de Santa Luz. O MOC é uma organização não governamental, sediada em Feira de Santana - BA, que, oriunda do trabalho social da Igreja Católica, foi fundada em 1967 e conseguiu sua autonomia em 1970. Enquanto Movimento de Organização Comunitária, o MOC lida com diferentes setores populacionais como trabalhadoras e trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares, pequenos produtores urbanos, professores rurais, excluídos dos meios de produção, organizações populares, crianças e adolescentes em situação de risco social.

Na leitura dos seus múltiplos textos disponibilizados em relatórios anuais, boletins informativos, acessíveis em seu *site* http://www.moc.org.br/, percebemos o MOC enquanto um movimento arrojado e articulado com diversas parcerias, que tem provocado impactos

efetivos na realidade do sertanejo e da sertaneja, impactos na tessitura social da região. Sua perspectiva metodológica é definida como um processo "em que todos são considerados sujeitos da ação"[3], nesse sentido, recusa uma linha de beneficiamento assistencialista e incide em um respeito entre os sujeitos envolvidos no desenvolvimento de um trabalho coletivo, buscando uma melhoria de vida dos sertanejos de um modo geral. Nessa proposta, o conhecimento surge como possível de se advir das pessoas carentes e aponta não só para uma produção coletiva do mesmo, bem como para uma troca entre saberes técnicos e comunitários com vistas a uma transformação da realidade e da vida dos sujeitos assessorados pela entidade.

Nessa linha, o MOC atribui para si a missão de contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável do semi-árido baiano, através da capacitação, assessoria educativa, incentivo e apoio a projetos referenciais, buscando o fortalecimento da cidadania, a melhoria da qualidade de vida e a erradicação da exclusão social. Desenvolve, sistematicamente, uma série de programas intitulados: Programa de água e segurança alimentar, Agricultura familiar, Comunicação, Criança e adolescente, Educação do campo, Políticas públicas e Gênero. Para cada um deles cria ações estratégicas como construção de reservatórios de água, as chamadas cisternas, inclusive através de cursos destinados às mulheres, assistência técnica rural, crédito e cooperativismo, assessoria de comunicação, comunicação voltada para a comunidade, formação de professores e de monitores ligados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, trabalho específico com leitura, ações voltadas à juventude, aos conselhos municipais, enfim, ao fortalecimento da sociedade civil.

Com relação ao Programa de gênero interessa-nos mapear o seu movimento, a relação com as mulheres rurais e com o grupo Mulieribus, ou mesmo com a Universidade Estadual de Feira de Santana, bem como, dessa perspectiva do setor de gênero do MOC, passar em revista o discurso solidário desta entidade, aberto às possibilidades e atuações dos novos sujeitos. Enfim, visualizar nessa abertura a importância das mulheres em movimento.

---

[3] Cf. *site* do MOC, http://www.moc.org.br/, acessado em 20 de maio de 2006. Confira no *site* o item "O MOC" e o subitem Metodologia, entre outros, como: Missão, Histórico, Público prioritário e Área de atuação.

Nesse intento, uma primeira subdivisão, que encontramos no sítio do MOC na internet, com relação ao seu setor de gênero, refere-se a uma atividade com mulheres do campo, jovens lideranças e uma assessoria aos outros programas. No relatório de atividades 2006, o Programa de gênero define como sua finalidade "promover e incentivar condições que possibilitem a promoção da eqüidade entre mulheres e homens e, por outro lado, fomentar a participação ativa das mulheres rurais na vida sociopolítica, econômica e cultural dos territórios[4]" em que vivem.

Assim, na relação com as mulheres rurais, o setor de gênero considera como questão motivadora, a seguinte: "como intervir em sua realidade, para o empoderamento das mulheres trabalhadoras rurais na luta por seus direitos, evocando e fomentando a participação das mesmas em políticas públicas?"[5] Para tanto, tem trabalhado, junto a tais mulheres, diversas questões como: relações sociais de gênero, identidade, auto-estima, violência física e simbólica, múltiplas jornadas de trabalho, exploração sexual, linguagem sexista, metodologias participativas, organização de grupos, desenvolvimento rural, economia solidária, políticas afirmativas, crédito rural, associativismo, cooperativismo de crédito, agroecologia, entre outras. Ressalta que a perspectiva é inclusiva e define como sistemática de ação, três linhas:

> fortalecimento político e gerencial das organizações de mulheres rurais para interferir em políticas públicas; fortalecimento e articulação dos grupos de produção femininos para inserção da produção nos mercados locais; e a transversalidade de gênero junto aos programas e projetos do MOC e seus públicos de atuação[6].

No que diz respeito à primeira linha, o programa de gênero do MOC tem procurado promover a autonomia e o empoderamento dessas mulheres, tanto do MMTR como das secretarias ou coletivos de mulheres dos Sindicatos Rurais, através de assessoria na definição de um estatuto e, logo, legalização e oficialização de alguns MMTRs de alguns municípios; através de capacitações e formações para liderança, de modo que tais mulheres possam participar nos espaços institucionais e não institucionais de tomadas de decisão,

---

[4]Disponível em sítio do MOC, http://www.moc.org.br/, acessado em 15 de junho de 2007. Ver item Publicações – Relatório 2006.
[5] Loc cit.
[6] Loc cit.

buscando seus direitos, inclusive, de participação igualitária em conselhos, assembléias, fóruns etc.

Com isso, tem conseguido garantir a participação de integrantes do MMTR, inclusive na composição da diretoria, no CODES Sisal (Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira), entendido como espaço de elaboração de políticas e de medidas em prol da melhoria de vida de agricultores e agricultoras da região; participação, junto com outras entidades da sociedade civil, dos comitês municipais de documentação, ligados ao Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural assumido pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); participação no programa P1MC (Um milhão de cisternas), nas comissões que decidem seleção e acompanhamento de famílias contempladas, priorizando mulheres chefes de família e, também, participação no curso de pedreira, o que tem possibilitado a construção, por elas mesmas, do reservatório de água próximo às suas casas, o que as livra das latas de água na cabeça que traziam de longas distâncias.

Destaca-se também a participação nas Conferências regional, estadual e nacional de políticas públicas para mulheres; nos grupos gestores municipais, bem como no fórum da sociedade civil, viabilizando, inclusive, o controle do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil); no Fórum de Educação no campo; participação no PRONERA (Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária), assim como nas cooperativas de crédito rural, acessando a linhas de crédito de programas como PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), Mulher Empreende e do COGEFUR (Conselho Gestor do Fundo Rotativo), que já se vinculam à linha dois, voltada para o fortalecimento da produção feminina e inserção desta no mercado.

Nessa linha dois de ação, também se busca dinamizar a participação dessas mulheres nos espaços de geração de renda e para isso trabalha-se com diversos cursos, entre eles a proposta de formação-capacitação de multiplicadoras, principalmente jovens, para que atuem junto às suas comunidades. Nesse ponto, o apoio é forte da DISOP (Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social), da SPM (Secretaria Especial de Políticas para Mulheres) e da Petrobrás, esta prioritariamente voltada ao Projeto *Mãos que trabalham*, criado em 2006, na linha de uma capacitação dentro dos princípios da

economia solidária, para "contribuir na autonomia e independência financeira de trabalhadoras rurais"[7], de modo que se torne em alternativa sustentável de trabalho e renda.

Também relativo à segunda linha, pode-se elencar a criação da rede de Produtoras, depois cooperativa (COOPEREDE), da sua sede e de outros lugares alternativos, como espaços de vendagem dos produtos feitos pelas mulheres, bem como a parceria de alguns grupos produtores femininos com a Arco-Sertão (Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia)

Na terceira linha de ação, acima mencionada, o setor de gênero volta-se para uma transversalidade junto aos seus outros programas; com isso incide em um processo pedagógico das equipes de trabalho junto aos seus públicos de ação através da capacitação e monitoramento das atividades dos mesmos. Assim, no Programa de Educação Rural busca-se desenvolver uma proposta pedagógica que contemple a transversalidade nas práticas e valores do professorado de escolas rurais e monitores da jornada ampliada do PETI, trabalhando, por exemplo, a representação de homens e mulheres em livros didáticos, os usos lingüísticos, a educação igual para meninos e meninas, a experiência e o conhecimento das mulheres.

Com relação ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Programa de Gênero busca fomentar a participação das mulheres no planejamento e gestão da propriedade rural, na construção de políticas de acesso a crédito junto às cooperativas de crédito rural e demais instituições financeiras, na discussão sobre as condições de trabalho, na construção de demandas de interesse das mulheres, na horizontalidade de gênero na constituição de políticas públicas de acesso e controle dos recursos hídricos. No Programa de Políticas públicas, o setor de gênero busca sensibilizar e capacitar representantes da sociedade civil para incorporarem nas suas ações a dimensão de gênero e as questões específicas de atenção às mulheres rurais. Também no Programa de Comunicação, a assessoria de gênero é feita no sentido de capacitar e motivar radialistas, comunicadores(as), para refletirem e tornarem visíveis as questões de gênero, oferecendo um tratamento adequado à imagem da mulher nos meios de comunicação.

---

[7] MOC - *Um ano de mãos que trabalham* - 12/06/2007. Disponível no sítio do MOC, já citado, no item "Notícias – Arquivo 2007". Acesso em 15/06/2007.

Todo esse trabalho que o próprio MOC descreve em seus relatórios e visibiliza em seu sítio, é feito em um regime de parceria local, regional, nacional e internacional. Nessa parceria encontra-se o Mulieribus da Universidade Estadual de Feira de Santana, que se faz presente enquanto órgão também articulador, junto com o MOC e outras entidades, das mulheres trabalhadoras rurais, principalmente nos momentos tradicionais de reunião e luta dos Movimentos de mulheres: a caminhada do 8 de março juntamente com os seminários, a feira solidária e demais atividades que integram a Semana da Mulher.

Em entrevista com uma das coordenadoras do Programa de Gênero do MOC, Alvaíza Cerqueira[8], podemos perceber melhor a dinâmica inter-relacional entre este setor, o Mulieribus e as mulheres trabalhadoras rurais. Podemos perceber os impasses, as posições, as questões colocadas e ao mesmo tempo a movimentação rizomática dessas mulheres e os seus efeitos.

Conforme Alvaíza Cerqueira, a discussão sobre gênero, ainda que não levasse esse nome, começou no MOC por volta de 1976-1977 e por intermédio da professora Sônia Coutinho. O primeiro trabalho com as mulheres ocorreu por conta do processo que se desenvolvia com os sindicatos de Feira de Santana, procurando garantir que estes estivessem realmente nas mãos dos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, se percebia a não abertura também destes para as mulheres trabalhadoras rurais, ou seja, a ausência destas mulheres naquele espaço e então começaram a luta para sindicalizá-las, tirá-las de casa e até mesmo conseguir que estas chegassem à presidência de algumas destas entidades.

Mas Cerqueira reforça como foi árduo o trabalho para chegar a esse ponto, como foi difícil o setor de gênero, as mulheres que atuam nele e, em conjunto, as mulheres rurais, serem ouvidas e respeitadas no próprio MOC:

---

[8] Como parte da pesquisa de campo realizamos as seguintes entrevistas, gravadas em fitas cassetes: 1) Com Cecília Sardenberg e Ana Alice Alcântara (da coordenação do NEIM) em outubro/2007; 2) Com Sônia Lima (do Mulieribus) em novembro/2005; 3) Com Alvaíza Cerqueira (do Setor de gênero do MOC) em maio de 2005; 4) Com mulheres integrantes do MMTR, de Santa Luz – BA, em janeiro de 2005; 5) Com mulheres do MMTR pertencentes ao grupo Mulheres de Fibra e com alguns membros da comunidade do Miranda, povoado em Santa Luz, onde elas residem e trabalham, em abril de 2006. Além das entrevistas orais foram distribuídos, entre as mulheres trabalhadoras rurais, questionários que foram elaborados contendo, além dos espaços para o preenchimento sobre dados de identificação, 3 perguntas que incidiam no sentido de saber como elas se viam antes e depois do ingresso no MMTR e que questionamentos-sugestões faziam ao mesmo e aos seus agenciadores. Com relação ao conteúdo das entrevistas orais, estas, realizadas em diversos espaços como universidade, sede do MOC, residências e outros, tiveram o tom de conversa informal e buscavam respostas, reflexões, para as inquietações da tese. Neste tópico trabalharemos com as entrevistas descritas nos itens 2, 3 e 4, além dos questionários citados.

> Quando a gente começava a falar das questões das mulheres, aí eles saíam da sala, não ouviam a gente, faziam piadinhas: - Lá vem esse povo com essa história de mulher pra cá. Ou pegavam coisas sem importância e davam para gente: - Bota isso para o povo que trabalha com as mulheres! (...) Antigamente era terrível. Era uma coisa pavorosa você se sentar com os técnicos para conversar sobre essas questões. Hoje já há uma aceitação, são mais sensíveis. A gente já consegue operar essas questões[9].

No que diz respeito à relação entre as mulheres do Programa de Gênero do MOC e as mulheres trabalhadoras rurais, Cerqueira nos informa que esperava muito mais, que ainda não conseguiu muita coisa, que "a mulher rural continua pobre, não tem acesso a direitos." Mas, que, em meio a sua ânsia por transformações em ritmo mais acelerado, aprende com elas "que não é bem assim". Uma das definições que atribui ao seu trabalho é a de que este cria certas condições de acesso, por parte desses seres humanos, ao que é básico. E que a partir daí, eis o desejo máximo de Cerqueira, "que elas possam decidir o que fazer da vida delas".

A mulher rural para ela é aquela que trabalha com a terra, embora enfrente cotidianamente a imagem da trabalhadora rural ligada à noção de carência, o que dificulta, conforme seu relato, o trabalho com as jovens lideranças, visto que estas têm vergonha de serem identificadas como trabalhadoras rurais, pois querem ser reconhecidas como meninas do programa *Malhação,* da Rede Globo. Nessa linha, Cerqueira também se inquieta com a percepção de que essa mulher rural consegue se transformar em uma boa liderança somente para fora do espaço de casa, pois "para dentro da unidade familiar ela tem que se transformar, inclusive, em mil marias para participar do Movimento."

Cerqueira alinha esse impasse, configurado como uma dificuldade de conversar no interior da sua família, a um outro, que seria o fato de que a maioria dessas mulheres é analfabeta, tem uma formação básica limitada, expondo a falta de políticas educacionais e dificultando o trabalho, como ela mesmo explica: "Falam bem no microfone, lutam, mas não conseguem ler uma peça orçamentária da Câmara de vereadores da prefeitura e, então, não conseguem saber se sua proposta foi aprovada. Como fiscalizar?"

---

[9] CERQUEIRA. Alvaíza. In: Entrevista já citada. (Ver nota 8)

Entre outras dificuldades, Cerqueira aponta uma oscilação, um certo retrocesso que parece rondar as mulheres, quando cita o caso de uma militante que tanto fez por si no Movimento e que vê uma filha grávida de 16 anos em casa, que sente a pressão de novo sobre ela para não sair de casa, para deixar de participar do Movimento. Outra inquietação que aponta é o fato de que muitas mulheres se ressentem pelo fato de o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais ser hoje pouco lúdico e "mais político". Ou seja, as mulheres sentem falta do lúdico no Movimento, sentem falta, também, por conta da ampla agenda de reuniões e encontros, de um tempo mais livre.

Com relação ao trabalho em parceria com o Mulieribus, Cerqueira informa que as relações são mais "pontuais que seqüenciais." Que o ponto chave é o 8 de março e que a parceria forte com a UEFS é na área de Educação, visto que, inclusive, muitos técnicos do MOC são professores desta universidade. Mas, com relação ao setor de gênero e o Mulieribus, essa parceria poderia ser maior. Afirma que algumas vezes recorre à assessoria de fora da região, por vezes nacional e às vezes internacional, por falta de uma maior relação, nessa linha específica, com o Mulieribus da UEFS.

Da perspectiva de integrante do setor de gênero do MOC, e, inclusive, como ex-estudante da UEFS, afirma Cerqueira: "A gente acha que as universidades são um lugar privilegiado para construção de conhecimento e de um conhecimento que a gente necessita também, mas as universidades não estão voltadas para o conhecimento dessa realidade". Continua relatando que, certa vez, precisava de "alguns dados sobre a violência da mulher em Feira de Santana" e que não os encontrou, não encontrou uma atuação da universidade nesse âmbito, ou não encontrou uma publicização disponível para movimentos sociais como o MMTR e também o MOC. Cerqueira afirma que, na falta desse conhecimento acadêmico importante, o próprio MOC teve que construir o conhecimento para trabalhar, porque embora tivesse Centros de produção para tal, esses não tinham relações com a realidade local.

Mais uma vez, de quem fala da perspectiva de trabalho com gênero, e considerando as grandes parcerias vigentes com o Mulieribus nas atividades do 8 de março, bem como o seu impacto, ela conclui: "Ou a gente constrói o nosso próprio conhecimento para atuar, ou a gente sensibiliza a universidade. Mas é toda uma batalha já de algum tempo. A UEFS demorou, mas já está começando a atuar."

Do ponto de vista do Mulieribus (Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Relação de Gênero - UEFS, também sediado em Feira de Santana, segunda maior cidade do estado e distante 150 km de Santa Luz) talvez devêssemos começar dizendo que este é o meio de o NEIM-UFBA (Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher/Universidade Federal da Bahia) chegar ao semi-árido sisaleiro, mais especificamente em Santa Luz, distante 257 KM de Salvador. As mulheres que compõem o Mulieribus tiveram as integrantes do NEIM como professoras, orientadoras, examinadoras de teses e dissertações, incentivadoras e parceiras na formação-divulgação do grupo e na formação profissional de muitas delas.

O raio afetivo do NEIM, o raio de alcance legitimador é percebido nos encontros que reúnem/contam com a participação de pesquisadoras do Mulieribus, nos Seminários que este propõe, nos currículos e nas dissertações, teses de mulheres que integram ou integraram a equipe do grupo da UEFS. Como segundo grupo de estudos sobre a mulher e as questões de gênero criado no país e o primeiro ininterrupto, com atuação desde 1983, já se podia imaginar sua importância e inter-relação com o Mulieribus, que segue a sua linha enquanto grupo de estudos, e constrói sua diferença conforme contexto e demandas específicas. A respeito do NEIM, a professora Sônia Lima, integrante do Mulieribus e uma das suas fundadoras, recorda:

> A maioria das professoras do Mulieribus foram alunas da UFBA e passaram pelas professoras do NEIM. (...) Fizemos disciplina especial do Mestrado com Cecília Sardenberg, com as professoras do NEIM e nós fomos discutindo esses textos aqui em Feira já partindo de nós mesmas. (...) O NEIM tem contribuído para a construção de outros núcleos. As discussões anuais nunca faltaram[10].

O Mulieribus teve seus estudos iniciados em 1994 e seu reconhecimento, conforme relato da professora Sônia Lima, em 1996. Ela aponta, já de início, a dificuldade de constituição e permanência do grupo, o preconceito que sofreu e sofre dentro da Universidade Estadual de Feira de Santana: “Dentro da Academia havia grande discriminação, dizia-se que esse grupo era de mulher e homossexual, e daí muitos teóricos que diziam que iriam participar não terem participado. E sofremos até hoje”

[10] LIMA, Sônia. In: Entrevista citada. (Ver nota 8)

No Seminário que o Mulieribus promoveu, na UEFS, na III Semana das Mulheres em 2007, promovida em um regime de parceria entre Mulieribus, MOC, MMTR, CATRUFS (Centro de Apoio ao Trabalhador de Feira de Santana), FETRAF (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), Fórum Baiano da Economia Solidária e outras organizações, a professora Sônia Lima tornou a reafirmar esta dificuldade do Mulieribus de se fazer existir na UEFS, quando, como segundo núcleo da instituição, o grupo "era esquecido pelo Reitor". Com isso, parte para um ataque contra o fechamento das universidades aos movimentos sociais: "O tema da mesa está errado: não é 'feminismo e os movimentos sociais', mas 'feminismo nos movimentos sociais'. Nós começamos a falar deles e fazemos parte deles. Sou contra a separação. Essa só existe no momento da pesquisa"[11].

Entretanto, considero uma pena que essa fala não tenha podido ser ouvida pela maioria das mulheres trabalhadoras (lembrando que tinha uma delas na mesa) e suas outras parceiras, as mulheres do setor de gênero do MOC, as mulheres do Pólo Sindical, por exemplo, pois estas estavam participando do seu Seminário, seus debates, que aconteciam separadamente: aquele no auditório da universidade, este em uma área aberta, da mesma universidade, e a três "módulos" de distância.

A professora Sônia Lima, que afirma estar, dentro do Mulieribus, mais atrelada às mulheres rurais, também retoma, na entrevista, o seu início em um projeto de pesquisa, com uma pessoa do MOC, a respeito das trabalhadoras rurais. E nessa linha, de adentrar na universidade e provocar nela aberturas, afirma que "a universidade está começando a descobrir o potencial de trabalhar com os movimentos sociais" e que muitos acadêmicos não se vêem neles, se vêem "apenas como acadêmicos". Nesse contexto de relações de forças, afirma que começou a se inquietar com a classe trabalhadora, antes só composta de homens trabalhadores, mas que o grupo começou a abrir essa noção de classe.

Na linha de serem nomeadas como grupos de homossexuais e, por isso, serem também rejeitadas, começaram a ampliar-estudar os transgêneros, a participar das passeatas

[11] LIMA, Sônia. In: III Semana das Mulheres – Seminário do Mulieribus, realizados na Universidade Estadual de Feira de Santana, no período de 06 a 09 de março de 2007. A III Semana apresentou a seguinte temática: *Territorialidade, Economia Solidária e Feminismos* e o Seminário do Mulieribus, como parte da programação da referida III Semana, foi denominado de *Feminismos no Brasil: histórias e trajetórias.*

gays, e a propor o Seminário sobre a Diversidade Sexual, que já faz parte do calendário do Mulieribus, assim como o “8 de março”.

Nesse movimento, Sônia Lima situa o Mulieribus como um grupo aberto, inclusive a pessoas de outras instituições e cita os exemplos de Railda Macedo Matos e Anna Kaufman, que não são professoras da UEFS e integram o grupo, esta última com forte vínculo com o NEIM e com o MST, atuando constantemente nos seus acampamentos nacionais, seja no campus da UFBA, seja em outros espaços. Lima situa também a dificuldade de manutenção do grupo. Afirma que houve uma época que, assim como o NEIM, precisou capacitar seus membros, entrar em contato com outras estantes de livros, outras idéias para criar as suas próprias, para lembrarmos a personagem Conceição em Rachel de Queiroz. O Mulieribus teve, conforme Lima, que dar uma parada, por conta do distanciamento de suas integrantes para fazer mestrados e doutorados: “ainda estamos assim, umas saindo, outras voltando, teve uma época em que eu fiquei sozinha e o núcleo foi segurado através da extensão”.

A manutenção do Núcleo reflete a dificuldade de romper com uma ciência patriarcal, bem como com o sucateamento das universidades. A professora Acácia Batista[12], em Seminário já citado, em uma mesa que dividia as experiências do Mulieribus com representantes do NEIM e do grupo responsável pela revista de Estudos Feministas em Florianópolis, afirma que tal núcleo da UEFS passa por diversas dificuldades, por exemplo, de meios digitais, o que seria fundamental para estar publicizando suas ações, disponibilizando um acesso em rede. Batista ainda acrescenta que, para concretização de certos projetos, o grupo tem recebido, da Reitoria, apenas a sugestão de que se busque recursos externos.

Com isso, denuncia: “estamos vivendo dos bolsistas, mas precisamos também de apoio para reestruturação. As teses, na biblioteca, estão com as páginas caindo”. Após mapear diversas formas de atuação do Mulieribus, apontando para pesquisas, inclusive, sobre a violência da mulher e as trabalhadoras rurais, bem como da UEFS e de seus outros grupos voltados para questões como saúde feminina, a professora retoma a questão da falta

[12] Os trechos da fala da professora Acácia Batista, transcritos neste tópico, foram registrados durante seu relato sobre o Mulieribus no Seminário já citado, incluso na programação da III Semana das Mulheres, também já referida.

de estrutura, de condições adequadas, afirmando a busca constante de apoio para a produção.

Em nossa entrevista a professora Sônia Lima conclui que “está na hora de organizar para oferecer serviços, para socializar a produção” do Mulieribus, que se apóia em duas grandes áreas: história e educação. Entretanto, novamente retomando a linha dura que os participantes do grupo precisam romper, que enfrentam todos os dias por conta de uma ciência patriarcal burguesa, elenca os entraves burocráticos, a falta de dinheiro e desabafa: “O grande esforço que a gente faz: tirar dinheiro do nosso próprio bolso para fazer um trabalho de extensão, para realizar um evento! (...) Nossas universidades estão falidas, não só financeiramente, mas também de idéias”.

Com isso, reconhece o papel que organizações não governamentais têm desempenhado junto à sociedade civil, como o MMTR, mas alega que o Mulieribus também já ajudou a organizar e assessorar grupos sociais. Que a linha do núcleo, como já dito, por algum tempo foi o da extensão e que há um “descrédito” na academia para com esta, que é vista como “assistência:” “Só tem valor a pesquisa, mas o que a gente faz também é pesquisa!” Para Sônia Lima a questão de gênero, apontando para a construção das diferenças tem quebrado a homogeneidade da teoria. E a perspectiva de capacitação por ela é rejeitada, preferindo falar em orientação, que, aliás, enquanto demanda, segundo Lima, tem sido crescente.

No que diz respeito à relação com as mulheres trabalhadoras rurais, quando perguntada sobre o que aprende com elas nessa interação, responde: “A gente aprende muito. Se eu tivesse a coragem dessas mulheres (...), andar não sei quantos km, de sol a pino, para reivindicar, cantando”. E, comparando com as relações na academia, afirma sobre as trabalhadoras rurais: “são articuladoras, corajosas, organizadas, são mais solidárias. Na academia para a gente se articular... cada um com a sua teoria!”

Ampliando a comparação para com as mulheres da zona urbana, afirma que estas têm dificuldade de se articular e que, aquelas, “têm consciência dessa luta, têm bandeiras fixas”, que são muito “briguentas no sentido de conseguir” o que querem. Constata que elas são “vaidosas, guerreiras, alegres, não são aquelas feministas marxistas”. E que têm uma “autonomia relativa,” visto que se encontram com outras mulheres, andam sozinhas, têm

sua própria agenda, “mas as ONGs estão nessa agenda. Elas têm uma autonomia relativa, mas já é alguma coisa, é muita coisa”.

Quanto à questão do trabalho de orientação, Sônia Lima diz que atua sempre na perspectiva de estar discutindo definições, que é muito mais fácil trabalhar com as pessoas do campo e que tem observado que as mulheres do MMTR, “citam muitas palavras como gênero, mas não sabem o que é”. Acrescenta que “a teoria social é muito difícil de compreender”. E, continuando a referir-se ao conceito de gênero, repete que as mulheres rurais “entendem o sentido, mas o que é, qual é a origem, não”. Assim, sentindo falta desse saber “acadêmico” nas mulheres trabalhadoras rurais, Sônia Lima continua falando sobre o que ouve dessas mulheres e o que mais percebe em seu Movimento.

No Seminário da III Semana das Mulheres na UEFS, aponta como dificuldades entre os movimentos feministas e os sociais o adentramento na Academia, a reprodução pelas próprias mulheres da ótica patriarcal, a masculinização das mulheres para serem respeitadas e a dificuldade de compreensão por parte dos movimentos sociais. Na esteira desse último ponto de impasse, acrescenta que tem escutado a seguinte frase das mulheres rurais: “fale a nossa língua”, apontando, conforme sua constatação, para uma necessidade de entendimento por parte destas. Com isso, se pergunta: “O que eu faço com a linguagem acadêmica?” Ressalta que a linguagem funda o gênero, que ela é estruturante e estruturada. E, na entrevista, reforça esse impasse, dizendo que não se trata de falar “errado”, mas, sim, de “como transferir a linguagem da ciência para o senso comum”. Nesse sentido, argumenta, finalizando: “o bom orientador tem que usar uma linguagem simples”.

Continuando essa linha de escuta para cartografarmos a perspectiva do MMTR de Santa Luz e seu posicionamento frente a essa multiplicidade de leituras, textos, idéias, ou seja, essa estante disponibilizada pelo MOC – em seu regime de parcerias diretas ou indiretas com o setor de gênero, entre elas o Mulieribus - distribuímos alguns questionários[13] entre as participantes luzenses do Movimento, realizamos entrevistas e participamos de alguns dos seus encontros e ações.

Nos questionários, para a pergunta feita a elas - “como você se via antes e depois de participar do MMTR”? - obtivemos como respostas o sentido de transformação, de mudança, atrelada, em sua grande maioria, à obtenção de informações, conhecimentos

[13] Sobre o uso de questionários na pesquisa de campo, ver nota 8.

outros que apontam para percepção de direitos, para desinibição, coragem, principalmente de falar, de enfrentar o público. Eis algumas das respostas que configuram essa visão de si "antes" e "depois" da participação no Movimento:

> Antes de participar do MMTR:
> - Uma mulher desinformada sem conhecimento dos meus direitos e deveres.
> E depois:
> - Eu me vejo depois do MMTR, uma mulher informada, conheço os meus direitos e deveres.
> (Simone do Nascimento, 34 anos, casada, cursando a 4ª série, do ensino fundamental)
>
> Antes de participar do MMTR:
> - Uma pessoa à toa e parada, não tinha disponibilidade, desenvolvimento...
> E depois:
> - Bem desenvolvida, conhecimento aberto, feliz e uma grande lutadora, guerreira.
> (Cristiane Reis, 21 anos, casada, cursando o ensino médio)
>
> Antes de participar do MMTR:
> -Vida sedentária e sem expectativas de melhora, de obter informações.
> E depois:
> - Com expectativas de melhora de vida e muito mais informada.
> (Aldete da Costa, 26 anos, solteira, ensino médio completo)
>
> Antes de participar do MMTR:
> - Me sentia com medo de falar, pensava que tudo que ia falar estava errado e ali me calava e não falava nada, voltava para casa com vontade de falar.
> E depois:
> - Me sinto uma mulher com muita coragem de enfrentar a vida que nunca tive. ...já aprendi muita coisa...
> (Maria Rizoleta Gomes, 34 anos, casada, 7ª série do ensino fundamental)
>
> Antes de participar do MMTR:
> - Tinha vergonha de enfrentar a platéia, era muito inexperiente e muito tímida.
> E depois:
> - Hoje falo para platéias, perdi a timidez, já sou até presidente da associação da comunidade.
> (Ana Paula dos Reis, 22 anos, solteira, ensino médio completo)

Antes de participar do MMTR:

- Uma pessoa desinformada e sem conhecimento.

E depois:

- Uma pessoa esclarecida sobre o que acontece em nosso país e comunidade e sobre a situação da mulher brasileira.

(Lucinete Carneiro, 30 anos, solteira, 5ª e 6ª série – aceleração - do ensino fundamental)

Antes de participar do MMTR:

- Uma pessoa sem informação dos direitos e deveres da mulher e sua importância dentro da sociedade.

E depois:

- Apesar de pouco tempo freqüentando, já me vejo uma outra pessoa.

(Fabiana Trabuco, solteira, ensino médio incompleto)

Antes de participar do MMTR:

- Tinha dificuldade para me relacionar com as pessoas, tinha medo de me expressar no meio das pessoas.

E depois:

- Uma pessoa confiante... agora tenho facilidade para interagir com as pessoas da sociedade em que vivemos, tenho uma visão totalmente diferente da sociedade que habitamos, do que antes.

(Maísa da Silva Santos, 18 anos, solteira, cursando o ensino médio)

Antes de participar do MMTR:

- Uma pessoa com pouca informação, sem conhecimento dos movimentos sociais, uma mulher sem esclarecimento da atual realidade da mulher.

E depois:

- Uma mulher comunicativa, participativa, com conhecimento, participando de cursos.

(Valmira Souza Lopes, 22 anos, casada, cursando 3º ano do ensino médio)

Antes de participar do MMTR:

- Eu me via como uma pessoa desinformada, que conhecia muito pouco sobre os direitos da mulher.

E depois:

- Sou uma pessoa com mais informação que conhece direitos e deveres da mulher.

(Vanusa Santos, 21 anos, casada, ensino médio completo)

Antes e depois de participar do MMTR:
- Quando eu não participava eu me sentia muito assim, tipo sozinha, quando eu comecei, agora eu tenho amigos e não me sinto sozinha.
(Jaciara Carvalho, 17 anos, solteira, cursando o 1º ano do ensino médio)

Antes e depois de participar do MMTR:
- Quando eu não participava era muito ruim porque eu não me divertia o bastante.
(Luzivan Abreu, 32 anos, casada, cursando a 2ª série do ensino fundamental)

Antes de participar do MMTR:
- Sem nenhuma ocupação produtiva para aproveitar o tempo.
E depois:
- Tenho uma ocupação produtiva onde, através do artesanato, gero renda para complementar nas despesas do lar.
(Marizete Souza, 41 anos, casada, embora tenha só assinado o nome, cursa a 4ª série do ensino fundamental[14])

Antes de participar do MMTR:
- Eu me via assim, uma pessoa que não sabia de nada.
E depois:
- Eu me sinto hoje uma pessoa que estou sabendo um monte de coisas novas.
(Avilina Carvalho, 51 anos, casada, nem mesmo assina o nome)

Os depoimentos apontam para uma vontade de falar, uma fala que tem sentido de enfrentamento da vida, que sugere coragem. Funcionam, tais depoimentos, como sintomas de quem estava presa, reclusa, não se relacionava, não falava, vivia sozinha, não convivia com o público, não tinha ou sabia dos seus direitos, nem mesmo dos deveres, que já deviam ser naturalizados em uma exclusão da vida regida em sociedade. Apontam para o sentido de uma vida antes, restrita ao espaço do lar, e uma vida depois de potencializar seu movimento, uma vida com coragem de enfrentar o público, com a descoberta de que se é guerreira, lutadora. Uma vida em movimento que questiona um suposto sedentarismo anterior, que traz possibilidade de diversão, de aproveitamento do tempo, de se ver como produtora, de se ver outra pessoa, com a possibilidade de ser outra, de se reinventar.

[14] Mulheres que somente assinaram ou assinam o nome, ou nem isso fazem, preencheram os questionários com a ajuda das colegas, que transcreviam suas respostas orais para o mesmo.

Tais depoimentos apontam para uma anulação de si no antes, “eu (...) não sabia de nada”, para um conhecimento atrelado a uma melhoria de vida, um conhecimento atrelado à vida. É nesse intento que assimilam as idéias outras a elas disponibilizadas, que selecionam os livros da estante visibilizada. Nessa perspectiva de transformar, de melhorar no sentido principal de poder cuidar de si, dos seus destinos, multiplicam esses outros saberes, essas outras possibilidades nos locais em que vivem.

As mulheres do MMTR, do povoado Miranda em Santa Luz, têm sido convidadas por outras comunidades para falar do outro conhecimento de si que estão experimentando; têm, juntamente com mulheres de outras povoações, fomentado a criação de padarias comunitárias e mesmo de um mercado em rede no próprio Miranda, a partir do momento em que incitaram um acordo tácito entre os moradores, o qual reza que toda a produção ali feita seja em parceria. Ou seja, isso se efetivaria comprando os materiais necessários à feitura do produto no próprio local, dos próprios moradores dali, ao invés de ir buscar fora da comunidade o que ali se tinha ou podia produzir. O regime de cooperativismo discutido nos cursos era ali difundido e a possibilidade de parceria, a partir da descoberta de outros papéis para as mulheres, era experimentada, divulgada.

Sobre essa multiplicação de saberes sobre si e de suas implicações na relação homem/mulher, Sonete Silva[15], uma integrante do MMTR de Santa Luz, relata: “Alguns deles questionavam para gente: - Vocês estão indo para lá a fim de ensinar minha mulher a aprender outras coisas? - E a gente dizia: - Não, a gente está indo para lá a fim de ensinar o papel delas”. Frente à possibilidade de essencialização na expressão “o papel delas”, preferimos pensar o emprego desta como estratégia de driblar uma fiscalização dos maridos. “Ensinar o papel”, entre elas, pelo movimento que trilham, seria o papel da abertura, da revisão das funções, da possibilidade de produção de conhecimentos sobre outros papéis, e, logo, da criação-valoração de outras atividades, da percepção de que o papel é um ensinamento, aprendizagem, construção que pode ser refeita ou abolida. Nesse ensinamento multiplicado ou experimentação conjunta, de produção de outros papéis, a avaliação de si emerge, como nos diz Sonete Silva:

[15] Sobre entrevista com mulheres do MMTR, ver nota 8.

> Elas sempre diziam que não faziam nada. Porque para elas, fazer um trabalho e não ter dinheiro, não era nada. Então, com essa relação que a gente fazia, do papel do homem e da mulher, é que elas viam que trabalhavam mais que o homem. Porque ela levantava cedo, fazia café, preparava a marmita do marido, dava banho na criança, levava filho na escola... E era de domingo a domingo. Por que a mulher faz uma atividade e desmancha: se varre a casa, depois volta e desmancha de novo, torna a fazer de novo! (...) Também elas iam para roça, para plantar feijão, colher milho, e tinha umas que diziam que o marido vendia e elas não pegavam no dinheiro, não sabiam quanto tinha sido. (...) Elas mesmo se avaliam. (...) Tem uma delas que citou que o marido falava que o Movimento estava ensinando demais as mulheres, porque elas já estavam questionando, porque os maridos sempre diziam que elas não faziam nada, aí elas já começaram a questionar: - Não faço? Faço sim, porque eu fiz isso, isso e isso hoje[16].

A naturalização de um papel era desconstruída, visibilizada em sua multiplicidade de formas, em sua limitação e extorsão; com isso, a possibilidade de outros saberes era encenada, não deixando de lado uma parceria, uma solidariedade para com os homens, os companheiros, na linha de uma igualdade diferencial. Isso também era possível perceber na seguinte fala de Sonete Silva: "O papel da mulher seria igual ao do homem. Direitos iguais, mas claro que tem diferenças. (.. .) Antes você não tinha espaço... agora a mulher está ocupando espaço. Como agora que eu sou presidente do CEAIC (Centro de Apoio aos Interesses Comunitários)". Eqüidade com diferença, diferenças não respeitadas, muitas construídas em cima do seu próprio apagamento, sugere a crítica de Silva.

Nessa linha de rastrear o posicionamento de mulheres do MMTR de Santa Luz, frente a essa estante de idéias que é disponibilizada às mesmas, frente a essa perspectiva de reinventá-las, reorientá-las, percebemos ruídos nessa inter-relação que apontam para um movimento fora-dentro do Movimento, bem como para um movimento limitado pelo Movimento.

Em um encontro do MMTR[17] de Santa Luz, realizado em uma Associação de moradores na sede, com representante do setor de gênero do MOC, um ruído que passou despercebido nos chamou a atenção. A reunião, que seria de avaliação, começou, como geralmente acontece, com uma ciranda em que todas cantam e participam da roda,

---

[16] SILVA, Sonete. In: Entrevista citada, ver nota 8.

[17] Encontro realizado na Associação de Moradores do Bairro Castro Alves, em Santa Luz-BA, em 09/01/2006.

configurando um dos elementos da denominada mística do Movimento, ou ritualística política diferencial das mulheres do MMTR. Após a ciranda foram distribuídos uns recortes de cartolina para todas, de modo que fosse ali escrito o que foi positivo ou negativo dentro do Movimento, naquele período anual que passara. Chamou-nos à atenção o fato de uma das mulheres ali presentes afirmar que não escreveria nada, visto que não estava bem. “Hoje eu não estou boa”, foi a frase pronunciada por ela. Frase que me levou a observar qual seria o tratamento a ser dispensado àquela mulher e ao seu desabafo pessoal. E o que se seguiu foi uma não escuta generalizada da sua fala. As pessoas continuaram a reunião como se nada tivessem ouvido. A presença da representante do MOC, solicitando a auto-avaliação, principalmente quantitativa (quantas participaram do curso tal? Quantas foram para tal encontro? Quantos grupos de produção?) da participação delas, tomava a cena, incitando o raciocínio das mulheres que se esforçavam, principalmente as que coordenavam, para contabilizar as respostas e oferecer o resultado numérico.

O MMTR de Santa Luz, que ainda luta por sua legalização, se via interrogado por uma certa estrutura organizacional burocrática nos moldes de uma certa institucionalidade, uma certa demanda por relatar numericamente todas as ações, de forma a compor, satisfatoriamente, os relatórios anuais, que deveriam ser apresentados à comunidade e, certamente, também às agências de financiamento dos projetos. Entretanto, o que não passou despercebido é que o “pessoal” - que era tão bem revelado pelo Movimento de mulheres na sua história, pelo feminismo, pelo MMTR, como questão política que deveria ser vista, que merecia ser discutida, haja vista o conhecido jargão revolucionário de que “o pessoal é político” - era, ali, esquecido, tornado irrelevante, subsumido em prol de outra demanda.

Ficou perceptível que não havia por que estranhar a fala daquela mulher. Lembrando a cena do romance de Rachel de Queiroz aqui transcrita, talvez disséssemos que havia ali uma marca excessiva de casa, entretanto, uma casa que expulsava dela o ruído no cotidiano, o tornava familiar, naturalizava-o, ignorava-o. Ainda lembrando Rachel de Queiroz, perguntaríamos: Como ficar atenta a isso, desvencilhando-se de idéias e demandas alheias que se tornam tão nossas?

O meu estranhamento também se deu durante o processo de entrevistas e de aplicação de questionários, quando interroguei sobre o posicionamento dessas mulheres em

relação ao MOC, enquanto articulador maior da organização no município, procurando saber delas sobre questões e sugestões que faziam ao mesmo. Uma das respostas também apontava para um estranhamento, uma inquietação, na relação com o MOC e seus parceiros, que era traduzida na seguinte fala: "são tantos cursos, tanta coisa a nos ensinar a pescar e a gente não pesca!"

Entretanto, a maioria dos depoimentos reforçava uma dependência para com tal entidade nos moldes de que "não saberia viver sem o mesmo", que "o MOC é tudo", levando-nos a lembrar a perspectiva dessa ONG, que incide justamente em uma proposta de autonomia dessas mulheres, de possibilidade de que elas possam "pescar" o destino que lhes convém. A fala de Alvaíza Cerqueira a respeito das mulheres rurais ainda ressoa: "Que elas possam decidir o que fazer da vida delas!"

Isso também nos leva a retomar a fala da professora Sônia Lima, quando diz perceber no MMTR uma "autonomia relativa", visto que, embora esse andasse sozinho, as ONGs estavam presentes no seu caminho e, finalizava, afirmando que essa autonomia relativa já era alguma coisa. Somos levados a refletir mais sobre essa autonomia, tomando como princípio o próprio movimento dessas mulheres, o depoimento de uma delas dizendo que antes de participar do movimento se sentia sozinha e a fala de Rachel de Queiroz sobre Conceição, como uma provocação: as idéias próprias que culminavam em um isolamento.

Nessa proposta de reflexão, Maria da Glória Gohn, no seu mapeamento dos novos movimentos sociais, vai dizer que estes construíram um entendimento sobre a questão da autonomia diferente do que existia nos anos 80. Segundo ela, "ter autonomia não é ser contra tudo e todos, estar isolado ou de costas para o Estado, atuando à margem do instituído; ter autonomia é, fundamentalmente, ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação"[18]. Para Boaventura de Souza Santos e César Rodríguez o que está em causa ainda é a questão moderna, a emancipação social, visto que:

> ao imaginar e lutar por sociedades nas quais a exploração seja eliminada, ou pelo menos drasticamente reduzida, as práticas e teorias críticas do capitalismo - acrescentadas a outras

[18] Cf. GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GHON, Maria da Glória. (Org). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*, p. 16-17.

> cujo alvo são outras formas de dominação, como o patriarcado e o racismo - mantiveram viva a promessa moderna de emancipação social[19].

O problema é que, conforme alerta, ainda estamos pensando tal questão da mesma forma que antes. A proposta, então, seria de reinvenção da emancipação social, o que, segundo ele, essa globalização alternativa, contra-hegemônica, constituída de redes e alianças locais-globais, tem feito emergir.

Essa perspectiva, de reinvenção da emancipação social, que aponta para uma solidariedade de alianças, logo para um não "andar sozinho" "contra todos e tudo", que aponta ainda para uma luta contra formas de dominação, nos leva a refletir se nessa inter-relação com o outro, nessa proposta de tornar as mulheres rurais autônomas, ou empoderá-las, ou orientá-las, capacitá-las, estamos fazendo a devida revisão dos métodos com os quais estamos pensando-efetivando essas questões, essas relações; se estamos realizando o devido questionamento da marca excessiva de casa que atribuímos a certas idéias sem estranhá-las.

Nessa linha, é oportuno retomar o alerta da professora Petilda Vazquez em uma mesa de seminário intitulada: "Empoderamento das mulheres no mundo de trabalho".[20] Nessa mesa, enquanto se colocava a perspectiva de empoderamento para libertação, emancipação, Vazquez afirmava, repetindo, que não era contra essa proposta, mas que era preciso estranhá-la, era preciso desconfiar, sempre. Que, na sua pesquisa, quando perguntou às mulheres por quem elas mais foram humilhadas, obteve como resposta a figura de uma outra mulher. Isso a levava a refletir sobre as empoderadas de hoje, a perceber mulheres em cargos de chefia repetindo um poder masculin(izad)o, um poder reativo.

Em nosso contexto, essa questão tratada por Vazquez também nos leva a pensar sobre as possíveis ciladas em um curso para formar lideranças. Ou os sentidos patriarcais fixados na noção de líder, pois sabemos que muitas das mulheres que participam de determinados grupos populares não conseguem se ver como líderes, dizendo ter dificuldades para se encaixar no perfil de tal posição, visto que não apresentam requisitos

---

[19] Cf. SANTOS, Boaventura de Souza, RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura (org) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, p. 24

[20] Esta mesa estava inclusa na programação do XII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero - *Empoderamento das mulheres: construindo cidadanias* – promovido pelo NEIM, em Salvador, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no período de 30 de outubro a 01 de novembro de 2006.

como, por exemplo, uma fala grossa. Atributos pautados, portanto, em uma masculinização da noção de liderança. Nesse ponto, é oportuno lembrar a fala da professora Sônia Lima chamando a atenção para a masculinização como uma questão a ser considerada, visto que esta tem sido utilizada por muitas mulheres como uma via para serem respeitadas. Uma via que, quando não usada como provocação, estratégia provisória, ainda assim merecendo uma atenção redobrada, vira uma segunda natureza, uma cilada.

Com isso, é preciso pensar em uma forma de autonomia, de liderança, de poder, que aponte para uma autodeterminação na hora de lidar com vários interesses. Nessa linha, é preciso ter em conta uma perspectiva não harmônica, mas solidária, de vivência, que quebre com a idéia de que autonomia é acabar com os conflitos, com as tensões, ainda que para isso o sujeito envolvido na trama tivesse que se isolar. Seria preciso perceber as tensões, o não isolamento, como algo constante, que aponta justamente para o relacional, o encontro-confronto, inclusive em si mesmo, fazendo emergir o acontecimento das idéias próprias. A perspectiva de autonomia aponta, então, para a pergunta contínua de como lidar com o outro, o outro em si mesmo, a imagem que recai sobre si. Autonomia enquanto certo sentido de liberdade, talvez esse seja o "peixe" a ser pescado, para lembrarmos uma inquietação de uma das integrantes do MMTR; autonomia enquanto criatividade, domínio do domínio.

Nesse sentido, para além de falar bem em público, como aponta Alvaíza Cerqueira, seria preciso perguntar-se: como lidar com uma imagem depreciativa sobre a mulher rural, sem se deixar sugar por uma espetacularização homogeneizadora e interessada de programas como os da Rede Globo? Como lidar com as forças de dominação também em casa? Retomando imagens das apropriações e dos usos que as mulheres rurais fazem dos outros saberes que selecionam, diria que é preciso se perguntar pelas estratégias, pelas artimanhas. E ainda indagar: como lidar com as forças de dominação também entre mulheres e mulheres, entre elas e os seus mediadores? Sobre esse propósito, para além de posicionamentos diferenciados, a representante do MMTR que compôs a mesa do Seminário Acadêmico na III Semana das Mulheres na UEFS, Maria José Araújo Silva[21],

[21] Os comentários feitos por Maria José Silva foram por nós anotados, durante sua explanação no Seminário do Mulieribus, incluso na programação da III Semana das Mulheres, já citada.

encenava de outra forma estas perguntas, visto que chamava a atenção para a briga por espaço de poder nos movimentos sociais, nos movimentos de mulheres.

Na perspectiva de mediação, de ajudar a reinventar mulheres, a proposta de estranhar sempre, vai, no sentido de se pensar que, ao procurar empoderar, capacitar uma mulher, pode se estar negando seus (micro)poderes, denominando-a de incapaz, negando-a enquanto sujeito, repetindo um olhar que não percebeu, não considerou, o movimento sempre existente das mulheres. Estranhar, então, aponta para a perspectiva de cuidado conceitual, metodológico, teórico-prático; configura-se como um alerta, no sentido de chamar a atenção para as ciladas, como nos confirma Alvaíza Cerqueira ao registrar que "todo mundo escorrega"; como nos lembra Margareth Rago ao dizer que "as operárias eram consideradas, até mesmo pelas feministas, como incapazes de produzir alguma forma de manifestação cultural"[22].

Dessa forma, atenta às ciladas, mas também às possibilidades de oscilações ativas de sentido, de contrapoderes contra a fixação do mesmo, se posiciona Millie Thayer[23]. Na esteira de Boaventura Santos, a autora também vai advogar em favor da inter-relação e, com ela, de uma outra face da globalização caracterizada, no contexto de sua escrita, como um feminismo transnacional. Vai falar dessa globalização produtiva, do potencial libertador da migração transnacional de discursos e recursos dos movimentos sociais. Mas também vai falar das ciladas, dos riscos a se correr com ela, bem como das possibilidades de negociação, dos ruídos, dos estranhamentos, das apropriações, das artimanhas, apontando para uma não passividade das mulheres trabalhadoras rurais em relações entre aliados, relações pautadas por um misto de tensão e diálogo, conflito e colaboração.

Mais precisamente, Thayer discute os laços do MMTR-NE com entidades de financiamento e com ONGs, enfocando a autonomia do primeiro na medida em que ele se defende contra as imposições das agências de fomento, ao negociar o acesso a recursos e transformar discursos políticos dentro do próprio contexto da organização rural. Thayer informa-nos que o alcance da questão feminista é que permitiu essa cooperação internacional, alcance que, inclusive, impulsionou a sociedade civil a pressionar fundações

---

[22] Cf. RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História das mulheres no Brasil*, p.591.

[23] Cf. THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. In: *Revista de estudos feministas*, p. 103-130.

a darem apoio a iniciativas de organização de mulheres de outros países. Entretanto, Thayer não deixa de enfatizar os riscos, os interesses que, por vezes, funcionam como imposições:

> ainda que bem intencionados, os diretores com poder de decisão nas agências internacionais amiúde ignoravam as realidades locais, trabalhavam sobre pressupostos políticos derivados de condições típicas dos Estados Unidos ou da Europa, e impunham suas próprias exigências burocráticas[24].

Em um tópico intitulado "Defendendo a autonomia", Thayer relata como uma integrante do MMTR-NE se posicionou, frente a representantes de agências de financiamentos, em um encontro que reunia MMTR, ONGs e tais agências:

> Acusando-os de ter um pensamento colonizador, ela lhes criticou a arrogância e o desrespeito à dignidade e à autonomia do MMTR. Denunciou as mudanças súbitas nas diretrizes das agências, que deixaram sem recursos muitas organizações, a imposição de critérios quantitativos para avaliar mudanças de consciência qualitativas, além de exigências absurdas de resultados imediatos em processos necessariamente de longo prazo. Eram as mulheres mesmas, disse Vanete, que deveriam decidir seu próprio caminho e avaliar suas experiências; o papel das agências era dar a elas condições para isso [25].

A exposição de Tahyer serve como alerta para o nosso contexto. Instiga-nos a perguntar pelas proximidades registrando as diferenças, as especificidades singulares. Nesse intento, percebemos que os recursos transferidos ao MMTR de Santa Luz chegam geralmente via MOC e seus projetos, com incentivos ao Movimento a exercer uma autogestão também no sentido financeiro. No movimento do MOC, observamos a necessidade de feitura dos seus relatórios, os quais servem para prestar contas do que foi feito, a todos os seus colaboradores, como também contribuem para fazer circular uma outra imagem em movimento dessas mulheres trabalhadoras rurais e para potencializar sua rede comunicacional.

Alvaíza Cerqueira deixa claro, em entrevista, que há sempre uma negociação com as agências de fomento, a fim de se definir as propostas de pauta para as mulheres rurais. É

---

[24] Idem. Ibidem., p. 117.
[25]Idem. Ibidem., p.117.

observado se o que é proposto interessa ao contexto de destino e avalia-se as possibilidades de adaptação do uso deste recurso, projeto, discurso. No movimento inter-relacional, que aqui estamos mapeando, fica perceptível que não há unilateralidade, embora sempre haja relações de poder que podem apontar para uma dominação-apagamento de um ruído, um estranhamento, de um sujeito sob(re) o outro, por vias diversas.

É por isso que Elenaldo Teixeira[26], analisando a tessitura social do território do sisal, sugere ouvir as mulheres, seus alertas, contra uma voz unilateral que se impõe. Mais especificamente, contra o perigo de cooptação na relação local-global, chama a atenção para a política subjetiva de mulheres em secretarias sindicais de trabalhadores rurais, que aqui ampliamos para grupos de mulheres, mulheres em movimento. É seguindo essa sugestão que procuramos ouvir, dessas mulheres, suas inquietações, seus ruídos, sua fala singular, suas idéias estranhas e a possível marca de um excesso de casa. Procuramos cartografar sua política subjetiva, sua produção inter-subjetiva, na qual a linguagem é ponto-chave.

E é a questão da linguagem que nos remonta para a perspectiva de conhecimento que circulou nos depoimentos aqui entrelaçados. Observamos que a noção de conhecimento, por vezes, aparece como somente quantificação, aparece com lugar pré-definido, a universidade, ainda que na falta dela, se possa produzi-lo. O conhecimento, aqui esboçado, aponta também para uma conceitualição que remonta a uma origem, uma definição do que seja gênero. Ao mesmo tempo, há um questionamento de um conhecimento que se volte para a realidade, que se alie aos movimentos sociais. Nessa linha, perguntamos junto com elas: como tem se posicionado as nossas universidades, as nossas escolas, destinadas *a priori* a lidar-produzir conhecimento? De que forma lidam com a realidade ao seu redor, realidade dos seus alunos, professores? De que formam lidam com os outros saberes? De que forma não repetimos em nós certo saber, certa perspectiva escolar, universitária que nos formou e que queremos combater? Ao mesmo tempo, apropriando-se do discurso de dona Inácia, sob outra perspectiva, perguntaríamos com ela: para que uma moça precisa saber disso? Para que precisamos saber disso e daquilo?

Às primeiras perguntas, não só os desabafos, os relatos das experiências de Alvaíza Cerqueira e da professora Sônia Lima respondem, como também as falas das mulheres do

---

[26] Cf. TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã.*

MMTR, quando comparam esse outro saber produzido no movimento, com aquele vivenciado nas escolas, emitindo significações para ambos. Uma delas, Jessicleide Nascimento, assim se expressa: "o que a gente aprende no Movimento, não aprende na escola. Se aprende é de uma forma que não fica. Das coisas que eu aprendi: (...) às vezes a gente está com o poder nas mãos e não sabe." Outra integrante do MMTR, Sonete Silva, suplementa: "O conhecimento que a gente adquire nele nunca vai acabar. A gente aprende e pratica".

Com isso, perguntaríamos: nas escolas e nos centros acadêmicos se aprende a produzir ou a reproduzir conhecimentos? Qual a importância da pesquisa e da extensão voltadas para a ação ou percebidas com um certo sentido de ação? No nosso trajeto com as mulheres do MMTR, em Santa Luz, também notamos uma indiferença do saber escolar para com o saber produzido por tal movimento, um distanciamento reativo, mesmo estando algumas dessas mulheres nas salas de aulas dessas escolas. Em relação a isso, também a professora Maria Helena Teixeira da Silva[27], moradora da cidade, vai se inquietar e pesquisar na comunidade local as formas de relacionamento do saber escolar com os produzidos pelos movimentos sociais e por que, neste contexto, a forma de (não) relação estabelecida não tem gerado uma ação articulada para transformação.

Nesse sentido, retomando os depoimentos de mulheres trabalhadoras, poderíamos transformar em pergunta suas inquietações: Por que o saber aprendido em determinados lugares não fica e por que o que se aprende no movimento nunca vai acabar? Elas mesmas sugerem respostas: porque o do movimento se pratica, se vive, porque nos fazem perceber com o poder nas mãos, ou seja, o poder de também produzir conhecimento, de perceber sua provisoriedade. Na esteira de tudo que já foi dito, nos alerta Foucault[28], ao falar do modo de existência, em nós, desses discursos que podem afrontar o real: são conhecimentos que devemos ter "à mão", que seja possível de se recorrer aos mesmos quando precisarmos.

Isso nos ajuda a responder, também, à pergunta de dona Inácia. Resposta que pode ser suplementada, contando com os primeiros depoimentos aqui transcritos sobre os modos de as mulheres rurais se verem antes e depois de ingressarem no Movimento. Como vimos,

---

[27] Cf. SILVA, Maria Helena Teixeira da. *A (des)articulação entre escola e comunidade: as implicações para o desenvolvimento local no município de Santa Luz*.

[28] Cf. FOUCAULT, Michel .A hermenêutica do sujeito. In: *Resumo dos cursos do Collége de France (1970-1982)*, p. 128.

a maioria responde, de diversas formas, que adquiriu conhecimento para melhorar a vida, conhecimento para a vida, para se sentir melhor, conhecimento que lhe possibilita se dizer melhor, se atribuir melhoria. Isso nos remete ao livro de Roberto Corrêa dos Santos[29], que já no seu título anuncia a especificidade da produção de modos de saber que são modos de adoecer. Com isso, vai nos instigar a pensar em exterior, em arte, em signos e superfícies contra uma prática de conhecer que aponta para uma vontade de verdade, vontade de origem, de escavamento rumo a uma interiorização, a profundezas. Roberto Corrêa dos Santos vai nos falar em seu livro de saber e saúde.

Nessa linha, contra a proposta platônica de reter a possibilidade de outra seleção-produção de saberes definindo o original, Deleuze[30] vai nos falar da potência do simulacro, da invenção constante. Invenção, inclusive, por parte de Platão, que se escondia (escondia o princípio de interpretância) na noção de origem. E é por isso que a pergunta de dona Inácia pode ser pensada como uma provocação ativa de Rachel de Queiroz a ser constantemente feita: para que saber disso? E novamente é a escrita outra dessas mulheres que nos leva a responder, em tons nietzschianos, contra um saber disciplinante e um catecismo platônico: para afirmar a vida!

Assim, o que está em jogo são os usos, os modos de saber. Para além de serem generólogas ou não, o que está em jogo, para lembrar Sônia Alvarez[31], quando discute os feminismos nos movimentos, são as relações de poder-saber, poder e disputa pelo conhecimento, prescrição do conhecer, criando divisões drásticas nos Movimentos, que, quando não bem aproveitadas, enquanto tensão crítica, provocam auto-destruições, dominação.

É nesse sentido que Margareth Rago, quando lembra as possíveis repetições reativas do mesmo, de uma outra rejeição, exclusão, dominação, nas nossas inter-relações entre mulheres, nos alerta: “As trabalhadoras pobres eram consideradas profundamente ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas, as quais, por sua vez, eram consideradas menos racionais que os

---

[29] Cf. SANTOS, Roberto Corrêa dos. *Modos de saber, modos de adoecer*.
[30]Cf. DELEUZE, Gilles. Platão e o simulacro. In: *Lógica do sentido.*
[31]Cf. ALVAREZ, Sônia. A ‘globalização’ dos feminismos latino-americanos. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Orgs.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras.*

homens”[32]. Margareth Rago vai afirmar que “o discurso das feministas liberais afetava muito pouco o conceito que elas próprias tinham das operárias e demais trabalhadoras pobres”[33], vistas sempre como “analfabetas. Excluídas por natureza”. É também nesse sentido, que Sônia Maluf, ao tratar das fronteiras entre academia e militância, afirma:

> um passo importante ainda a ser dado nessa discussão é analisar o quanto às diversas, e por vezes antagônicas teorias feministas na academia, correspondem diferentes teorias “locais” de gênero, contrapondo o senso comum de que só a academia é capaz de produzir teorias, e de que só a militância e a experiência localizada são capazes de gerar ação[34].

Isso serve para refletirmos sobre essa predestinação de lugares: a teoria, só na universidade; a prática, só nos movimentos sociais. E com essa territorialização, a perspectiva de ação, de transformação, fica ligada somente aos espaços onde são considerados que haja prática, militância; assim também a produção de conhecimento é vista como somente realizável na academia, vista, ainda por muitos, como espaço de não ação, no máximo instrumento teórico a ser oferecido aos movimentos que, distanciados da academia, fazem a revolução.

Nessa linha, seria preciso pensar em uma certa teoria, um saber, que amortece, que domina instintos revolucionários. Mas, acima de tudo, pensar em um saber, onde quer que ele seja produzido, que incite e provoque mudanças. Esses movimentos de mulheres que analisamos nos levam a contrapor, questionar, desterritorializar estes lugares. Nos levam a visualizar a prática teórica transformadora nas ruas, em casa, comunidades, em ONGs, em universidades... Ainda que percebamos certos separatismos na vontade de não mais separar.

Isso também nos leva a tomar o feminismo, como nos sugere Céli Regina Pinto, enquanto perspectiva, luta, ação “de transformação da condição da mulher na sociedade[35]” e visualizá-lo em outros tantos movimentos que rejeitam, inclusive, a denominação de feministas, como, para citar também a prática teórica de transformação da literatura, a

---

[32]Cf. RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org) *História das mulheres no Brasil*, p. 589.
[33] Idem. Ibidem., p.591.
[34] Cf. MALUF, Sônia. Os dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância. In: *Revista de estudos feministas*. Florianópolis, v. 12, n. especial, p. 241, 2004.
[35] Cf. PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*., p.11

movimentação textual de Rachel de Queiroz. Esta, claramente antifeminista confessa,[36] se pôs a reinventar personagens femininas sertanejas contra uma naturalização dos seus destinos, se pôs a reinventar a si e a nos fornecer essa possibilidade de, pela (re)invenção-ficção, sermos sujeitos-personagens. Nessa linha diferencial transformadora, também se confirma a teoria-práxis revolucionária não-feminista das mulheres anarquistas e o seu perfil radicalmente feminista.

Sobre elas, sobre esses outros espaços nos fala Céli Pinto:

> É nesses espaços revolucionários, não feministas em princípio, que se encontravam, nas primeiras décadas do século XX, as manifestações mais radicalmente feministas, no sentido de uma clara identificação da condição explorada da mulher como condição das relações de gênero. Diferentemente da luta das sufragistas, essas mulheres apontavam sem meias palavras a opressão masculina. (...) Já naquele momento, a questão de gênero era percebida como um aspecto organizador de um dos elementos estruturantes das desigualdades presentes nas relações de trabalho [37].

É nesse sentido de percepção de um saber outro, transformador, que visualizamos as mulheres do MOC, do Mulieribus, as mulheres trabalhadoras rurais, em movimentos, em um movimento diferencial. Movimento que irrompe contra diferenciações excludentes, que encontra em seu caminho essas condições que impossibilitaram o acesso, por exemplo, ao código escrito, à possibilidade de leitura, como nos diz Alvaíza Cerqueira. Impossibilidade de leitura-escrita da vida, para a vida, como mulheres e homens já registraram, nesse nosso texto de diálogos, respondendo à dona Inácia.

Leitura-escrita de si como formas de apropriação dos ensinamentos, dos livros, da estante, como ensina Foucault[38], chamando a atenção, nesse processo, para a importância de escutar, como modo de reter o que acaba de ser dito; de escrever, como algo pessoal, feito caderno em que se anota o que se ouve e se faz a si mesmo, cadernos com temas considerados importantes; bem como para a importância da leitura sobre si que, transfigurado em caderno anotado e reanotado, torna possível, vez por outra, a sua releitura fazendo-se um exame das riquezas que aí, nesse caderno-livro subjetivo, foram depositadas.

---

[36] Cf. Entrevista de Rachel. In: *Cadernos de Literatura Brasileira*.
[37] Cf. PINTO, Céli Regina Jardim. Op. cit., p. 34
[38] Cf. FOUCAULT, Michel. Op cit.

Ou seja, leitura-escrita-leitura-escrita de si. Foucault chama a atenção, ainda, para o si nesse processo, para o cuidado de si. Para um saber que, na leitura de Joel Birman,[39] sobre Foucault, estaria submetido ao cuidado do sujeito consigo mesmo. Como já foi dito, e como nos alerta Foucault, portanto, não se trataria, pois de um conhecimento, um saber, um discurso outro para afrontar o real, pautado em uma decifração: o que é gênero, o que é a mulher?...

É, nesse sentido, que queremos refletir sobre a questão do conflito de linguagens acadêmicas e não acadêmicas na relação com as mulheres rurais, bem como sobre o seu analfabetismo, levando em conta, acima de tudo, esse saber outro, sobre si, sobre um cuidado consigo, que o movimento dessas mulheres tem produzido. Primeiro, talvez devêssemos dizer que qualquer prática de alfabetização, de ensinamento do código escrito para as mulheres rurais devesse, ao mesmo tempo, passar em revista esse código, os seus usos, seus sentidos, suas constituições subjetivas, na esteira de uma releitura de si, considerando sua formação via esse código, esse saber escolar, acadêmico. Aqui vale retomar, pois vai nessa linha, ecos da fala da professora Sônia Lima: "precisamos rever a nossa formação, precisamos ser criativos!" Rever a formação, logo, aponta para criar, apagar o caderno de notas sobre si e anotar outras coisas, outros saberes, selecionar outros textos na estante, rejeitar uns já decorados, formatados em nós.

Significa enriquecer as estantes dos nossos centros de conhecimentos, a partir do encontro com outros saberes não alfabetizados, do que emerge nesse confronto, a partir da prática de alfabetizar (na linha de orientar-capacitar) outras também se realfabetizando ou desalfabetizando, para lembrar, mais uma vez Foucault[40], quando ele nos diz que a preocupação consigo se impunha em razão dos defeitos da pedagogia. E isso aponta para um trabalho consigo, uma outra formação, na qual estariam contidas a função terapêutica, enquanto cuidado de si, a função de luta, enquanto combate permanente; e a função crítica, enquanto eliminação dos maus hábitos ou a desaprendizagem.

Nesse sentido, o movimento não é unilateral, aponta para um aprender que nos leve a desaprender, para uma luta, ou combate constante contra as possíveis forma(ta)ções reativas, que não afirmam a vida, apagam o outro, inclusive em nós. Incide em uma

---

[39] Cf. BIRMAN, Joel. *Entre o cuidado e saber de si: sobre Foucault e a psicanálise.*
[40] FOUCAULT, Michel. Op. cit.

subjetivação de mão dupla, entre mediador e mediado, entre professora e aluna, para restringirmos ao movimento de mediação entre, principalmente, mulheres. E entre estas e as estantes outras que, transfiguradas em sujeitos e espaços, são questionadas, combatidas, também desconstruídas por esse movimento subjetivo dessas mulheres a produzirem outros saberes sobre si.

Saberes de si, saudáveis, pois não cerceadores de suas vidas. Conhecimentos que rompem, por exemplo, como nos lembra Margareth Rago[41], com um saber médico, que já postulou, com suas bases científicas, que o crânio feminino, assim como toda constituição biológica, fixava o destino da mulher: ser mãe e viver no lar, obrigatoriamente cuidando da família.

Assim, é seguindo esse movimento diferencial rastreado nessas mulheres, que queremos pensar a inquietação da professora Sônia Lima, que disse ouvir, das mulheres rurais, em seus cursos, a frase-pedido: "fale a nossa língua!". Para além de se pensar sobre as formas de transfiguração de um discurso acadêmico em um discurso mais simples, sobre as formas de uma proximidade com as mulheres rurais, com as mulheres também de ONGs envolvidas em movimentos sociais, queremos suplementar tais inquietações sugerindo uma forma mais radical de romper com certos fechamentos acadêmicos discursivos que, de forma diversa, também estão formatados em diversos outros espaços e sujeitos.

Queremos pensar o "fale a nossa língua" como uma possibilidade de produzir "idéias próprias sem isolamento", como uma possibilidade de ir minando por dentro, de ir contaminando os espaços, os sujeitos, as instituições, como fazem esses movimentos de mulheres que, ao procurar reinventar outras se reinventam e reinventam seus espaços de trabalho, o MOC, a universidade.

É assim que percebemos essa língua diferencial, intervalar, e seu vínculo com um movimento subjetivo que também aponta para uma perspectiva antropofágica, como nos sugere Sueli Rolnik, ao associar a subjetividade, nos moldes de Deleuze e Guattari, implicada em uma crítica clínica, ao princípio constitutivo da subjetividade brasileira que, conforme suas palavras, seria o princípio antropofágico:

---

[41] RAGO, Margareth. Op. cit., p. 592.

> estendido para o domínio da subjetividade, o principio antropofágico poderia ser assim descrito: engolir o outro, sobretudo o outro admirado, de forma que partículas do universo desse outro se misturem às que já povoam a subjetividade do antropófago, e na invisível química dessa mistura, se produza uma verdadeira transmutação[42].

Nesse sentido, as mulheres em relação, mediadoras e mulheres rurais, "tomam nota", "engolem" partículas dos saberes visualizados de umas e de outras, de suas artes, estratégias, artimanhas, ensinamentos e se ajudam na sua reinvenção[43], na reinvenção dos espaços que habitam, em que trabalham. Espaços transversalmente marcados por gênero, marcados subjetivamente, por uma ótica patriarcal, um saber falocêntrico e logocêntrico, que apregoou um universal distanciado, uma prática teórica que camuflava sua ação, seu particular generalizado, que escondeu, por fim, a possibilidade de abertura. Essa mulheres engolem o sentido ativo da pergunta de dona Inácia e vão abrindo espaços, se abrindo ao encontro radical com as outras, compondo seus saberes diferenciais.

É assim que Alvaíza Cerqueira vai aprendendo, com as mulheres rurais, a repensar a sua contagem de tempo, de resultado esperado de transformação, quando afirma, para sua ânsia de modificação, já introjetando os saberes vivenciais das mulheres do MMTR: "que não é bem assim". Nessa antropofagia subjetiva, também se utiliza da força das mulheres rurais para desestabilizar o fechamento do MOC, para possibilitar sua abertura mais radical e fazê-la atravessar suas estruturas programáticas:

---

[42]Cf. ROLNIK, Sueli. Esquizoanálise e antropofagia. In: ALLIEZ, Eric (Org.) *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*, p.452-453.

[43]Essa reinvenção, enquanto processo antropofágico de constituição de subjetividade, poderia também ser associada ao pensamento de Oswald de Andrade, autor de o *Manifesto Antropófago.* Para o autor a utopia caraíba seria no presente e estaria vinculada ao Matriarcado de Pindorama, o qual se configuraria na imagem do bárbaro tecnizado. Com isso, poderíamos pensar nas mulheres do sertão tendo acesso a outros recursos e discursos, a outras tecnologias, a outros conhecimentos, engendrando, com essa relação, um mercado das trocas intersubjetivas, modos de intervenção, outros saberes, outra perspectiva de sujeito e de sociedade no agora. No seu manifesto citado, Andrade ainda nos incita a pensar em um matriarcado não numa linha antropológica, nem numa linha meramente inversiva de poderes, visto que o Matriarcado de Pindorama que descreve, fundado no princípio antropofágico, que conforme já dizia, une a nós todos, insurge tanto contra o Patriarcado quanto ao poder reativo da "mãe dos Gracos"; contra a propriedade privada e ao regime matrilinear. Conforme o autor, o Matriarcado de Pindorama investe na experiência renovada, na revolução caraíba enquanto unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem, contrapondo-se à memória enquanto fonte de costume. É nessa linha, seguindo essas pistas, que buscamos visualizar um diferencial no devir matriarcal que, nessas mulheres, rastreamos. Pistas de um matriarcado enquanto retorno em diferença, enquanto devir e revolução permanente.

> Uma coisa sou eu, técnica do MOC, tentar convencer Milton ou outro técnico, outra coisa sou eu Alvaíza fazer esse processo e o Movimento de mulheres ir em uma reunião e lá brigar, questionar... Então isso vai possibilitando um conjunto de mudanças. (...) Foi ele, Milton, vendo o Movimento de mulheres que ele passou a respeitá-lo. Conversávamos aqui e ele não cedia, foi vendo a importância do Movimento para que se conseguisse, em determinado local, o Projeto 1 milhão de cisternas...[44]

Foi com o movimento de mulheres que a questão de gênero, a preocupação com a exclusão e inclusão daquelas, passou a se fazer presente na entidade e, inclusive, a garantir recursos próprios para o setor de gênero, fazendo emergir sua autonomia e sua transmutação naquele ambiente subjetivo, como declara Cerqueira:

> Hoje a gente tem o nosso próprio orçamento para trabalhar. O orçamento era vinculado a determinado programa, então dependia se aquele programa achasse aquilo interessante para você realizar determinadas atividades. Existiram muitas dificuldades, mas houve muitas mudanças[45].

Também nessa linha, de trocas subjetivas, de movimento antropofágico, de tomar nota do que diz-faz o outro e reler-recriar sua formação, para que se possa trair a cartilha-catecismo pregada por dona Inácia, para que se possa "respirar" na Academia e noutros centros de produção de conhecimento, é que a professora Sônia Lima no encontro do 8 de março[46] na UEFS com as mulheres rurais e as mulheres do MOC e de tantos outros movimentos, afirma em tom de aprendizado: "duas palavras são fundamentais como oxigênio: solidariedade e parceria".

É a partir desse encontro-confronto que se pode pensar uma abertura radical na UEFS para acolher as mulheres em movimento, para ouvir-reter o que estão dizendo-fazendo. A partir desse encontro-confronto, podemos contabilizar a fala da Professora Sônia Lima, em entrevista, sobre pontos de transformação do Mulieribus: "só agora temos no núcleo um professor homem, os outros são estudantes ou voluntários". Com isso, a professora retoma as ações ampliadas do grupo destacando a atuação local, a interseção com o movimento social, as aberturas para as feiras de Mulheres empreendedoras da

---

[44] CERQUEIRA, Alvaíza. In: Entrevista citada, ver nota 8.
[45] CERQUEIRA, Alvaíza. In: Entrevista citada, ver nota 8.
[46] Encontro realizado na III Semana das Mulheres, já citada.

agricultura familiar, os simpósios sobre cultura sexual, as caminhadas de 8 de março nas ruas da cidade, resultando na produção de um Manifesto[47] conjunto e em tudo aquilo que foi aqui transcrito.

O encontro-confronto serve também para pensar o porquê de não haver um diálogo mais profícuo, como disse, instigando reflexões, a professora Acácia Batista, em relato sobre o Mulieribus: falta de contato entre outras universidades, entre outros grupos nelas existentes, atentando, nesse sentido, para a ausência de informações. E isso nos leva a pensar na falta de recursos já aqui relatada, na falta de condições, na dificuldade de sair do campo disciplinar, da vigilância dos maridos, dos colegas, na dificuldade de se reler, rever a formação de si. Mas nos leva a pensar, também, na vontade que percebemos em todas essas mulheres de uma abertura: de portas de universidades, de ONGs, de movimentos sociais de mulheres, deglutindo criativamente esse emaranhado de signos e movimentando os movimentos, transvalorando seus valores!

É nessa perspectiva que queremos, então, retomar o grito: "fale a nossa língua!" Sim, porque aqui, se pondo a ouvir esse movimento, é possível dizer que ele funciona como um grito, como nos diz Michel de Certeau, quando, ao associar dor e prazer na experiência deslocada e a se deslocar em contraponto a uma certa institucionalidade, a um discurso da lei, a um amor do censor, nos convoca: "seria necessário procurar, do lado dos gritos, aquilo que não é refeito pela ordem da instrumentalidade escriturística"[48].

É nesse sentido, que o movimento é um grito, porque vai contra uma instrumentalidade escriturística que prescreveu destinos, papéis, de homens e mulheres. Vai contra uma formação, uma sintaxe, com dor e prazer, como nos lembra uma dessas mulheres, Maria Rizoleta Gomes, quando diz do seu medo e de sua vontade de falar. "Fale a nossa língua", diz, portanto, não só de conquistar um lugar de fala, de enfrentar um público, de ser visto como gente, com direitos e deveres, mas de uma questão de vida ou morte, de vontade-vida e medo-cerceamento-morte.

"Fale a nossa língua" é um grito de quem está soterrada, cerceada e quando advém, só pode ser como erupção, sopro diferencial de vida. É sinônimo de revolução, de uma

---

[47]Como exemplo de Manifesto produzido conjuntamente, MMTR, Mulieribus, entre outros grupos e entidades, podemos citar o "Manifesto 08 de março," feito em 08/03/2005, durante a I Semana das Mulheres – "Mulheres lutando por cidadania, em busca de crédito e geração de renda" – realizada em Feira de Santana-BA.

[48] Cf. CERTEAU, Michel de *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, p. 242.

literatura menor, como nos sugere Deleuze[49], e como também visualizamos a escrita de Rachel de Queiroz e dessas mulheres. Tem sentido de feminização da escrita[50] a se aliar com o devir mulher do homem contra uma sintaxe universal e homogeneizadora, nos moldes de um patriarcalismo, de um saber falocêntrico a (se) fixar (n)as estantes. Aponta para a reinvenção dos outros e de si, para a produção de idéias próprias no confronto antropofágico. Tem sentido, portanto, de anarquia sígnica-subjetiva, de movimento-grito que não quer calar: Fale a nossa língua!

---

[49] Cf. DELEUZE, Gilles *Por uma literatura menor* In: DELEUZE, Gilles; GUATARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*.

[50] Sobre esse conceito confira RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*, p. 127 -141.

ARTE, MERCADO E CULTURA: LIÇÕES DAS MULHERES DE FIBRA(S)

"Viemos para fazer a diferença"

Valmira Lopes, integrante do grupo Mulheres de Fibra

Pretendemos neste tópico cartografar as trilhas do grupo Mulheres de Fibra, composto por integrantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) da cidade de Santa Luz, situada no território do sisal, semi-árido baiano. As mulheres que formam o grupo residem no povoado Miranda, distante 20 km da sede.

A nossa visita[1] ao povoado foi em um dia de segunda-feira e lá chegando fui recebida na Associação dos Moradores, onde elas estavam desenvolvendo o trabalho de artesanato. A primeira cena do trabalho artesanal que visualizamos, e que aqui queremos reter, diz respeito ao momento de produção da peça de sisal: as bolsas que o Mulheres de Fibras está produzindo. O artefato não é feito isoladamente; pelo contrário, sempre é feito de maneira coletiva. São mulheres em duplas, às vezes em trio, tecendo a mesma bolsa, e o pequeno salão repleto de artesãs num delicado trabalho, num delicado trançado a múltiplas mãos.

A outra cena seguinte, que ficamos a observar, é o momento de acabamento, arremate final daquela peça, que é feito por cada uma das mulheres artesãs. É o momento da singularização, do toque específico-criativo que é dado por apenas uma delas, aquela que grafa seu nome na etiqueta logo abaixo do grifo "Mulheres de Fibra". Visualizávamos então, um artesanato coletivo e individual. Nenhuma peça era feita isoladamente por apenas uma mulher, assim como todas as peças recebiam o nome de uma mulher especificamente na sua etiqueta, aquela que finalizava o produto e que, portanto, deixava sua marca visível no artesanato. Assim, as mulheres trançavam com as outras, depois, individualmente, trançavam-se consigo mesmas.

Com essas duas cenas em mente ficamos a pensar que lições aquela primeira imagem do artesanato das Mulheres de Fibras já nos apontava. Para quem está buscando

[1] Como parte da pesquisa de campo, fizemos, nessa visita realizada em abril de 2006, diversas entrevistas, gravadas em fita cassete, com as integrantes do grupo Mulheres de Fibra, bem como com outros membros da comunidade, a exemplo do Presidente da Associação de Moradores do povoado. Os relatos e os depoimentos colhidos serão transcritos no decorrer do texto.

refletir sobre devir matriarcal, invenção de sujeitos femininos e procura o grupo no interesse de saber como se configurava, naquele lugar específico, a produção de subjetividade de mulheres sertanejas, a primeira pista que esse grupo nos dava com o seu movimento era a imagem do devir enquanto uma produção coletiva.

Nesse sentido, a noção de escrita de si, sempre em relação com o outro e a importância significativa desse "si" num processo de subjetivação, articula-se a partir de pistas deixadas por Michel Foucault[2] ao retomar as artes de si mesmo ou a estética da existência, em seus estudos da cultura greco-romana no século II de nossa era. De um lado, o "conheça-te a ti mesmo" socrático transvalorando-se em "cuide-se de si mesmo" numa radical relação com o outro; de outro lado, ou como suplemento, ou seguindo essas pistas: um radical artesanato de si desenvolvido por mulheres que desfibrilam o sisal, reinventando a si e a subumanidade a que foram relegadas em contexto patriarcal, latino-americano e nordestino.

Dessa forma, buscamos visualizar melhor essa estética das mulheres sertanejas, das mulheres de fibras, rastreando o processo de reinvenção de si no movimento, as formas de reescrita de um texto prescrito para essas mulheres, os jeitos de lidar com uma memória colonizadora, as artes de reinvenção, as transformações subjetivas, as novas e velhas paisagens e interações, as demandas, os conflitos ou nós desse artesanato.

Já de início, poderíamos nos perguntar pela mulher trabalhadora rural que uma história a contrapelo tem nos feito enxergar e que ali não víamos. Aquela que, além do trabalho doméstico, do trabalho com os "miúdos" ou com a agricultura familiar (cuidar do quintal, da horta, de pequenos animais etc.), enfrentava, junto com o homem, o sol quente do sertão, o trabalho no roçado. Víamos mulheres que, naquela segunda-feira, em tempo integral, se encontravam na Associação de Moradores desenvolvendo um trabalho de artesanato.

Entretanto, para Gema Galgani Esmeraldo,[3] a mulher rural já não é mais a mesma, está procurando outras formas de se identificar como tal, está se articulando com diferentes

---

[2] Cf. FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor*, p.129-160 e, também de Foucault, *A hermenêutica do sujeito*.

[3] Intervenção oral de Gema Galgani Esmeraldo no debate ocorrido após a mesa-redonda: Trabalho feminino, agricultura familiar e políticas públicas para as trabalhadoras rurais, do XIII Encontro da Rede Feminista do Norte e Nordeste (REDOR), - *Feminismo: políticas públicas, desenvolvimento e meio ambiente* - realizado em Recife-PE, de 22-24 de novembro de 2006.

atores sociais, como ONGs e outros parceiros mediadores. Para Maria Dolores Mota Farias[4], a questão é complexa se for considerado que o campo não é mais exclusivamente agrícola e, logo, seria preciso vê-lo amplamente além das atividades tradicionais de agricultura, pecuária e extrativismo. Ou seja, a organização econômica e social do campo, recentemente, tem se diferenciado através da constituição de escolas, postos de saúde, associações, sindicatos, cooperativas, comércio e serviços diversos que passam a adquirir importância naquele contexto e a contar com muitas mulheres que desenvolvem, além do trabalho agrícola, também a função de professoras, secretárias, artesãs, entre outras. Maria Dolores Farias, que pesquisou a construção da coletividade de trabalhadoras rurais enquanto unidade de identificação política, assinala que tal diversidade do trabalho feminino no campo, acompanhado do seu desvalor, tem dificultado o reconhecimento da identificação da trabalhadora rural tanto por elas mesmas, como pela comunidade e órgãos governamentais.

Já Carmem Foro[5] destaca, nessa constituição do "novo mundo rural," os efeitos que o modelo de desenvolvimento urbano-industrial implementado no Brasil, especialmente nos anos 30-50, pautado na industrialização dos centros urbanos e na agroexportação para o campo, provocou na zona rural quando acrescido do acelerado processo da globalização, no final dos anos 80 e início dos 90. Para Foro os efeitos foram os seguintes:

> Manutenção do modelo agrícola concentrando a terra e a renda, gerando a exclusão social, êxodo rural e degradação do meio ambiente;
>
> Aumento da competitividade pautada pela necessidade de expandir a produção e ganhos em produção de escala;
>
> Concentração da produção e dos investimentos por grandes produtoras e empresas no agronegócio;
>
> Exposição da agricultura familiar à competição desigual de acesso aos mercados;
>
> Precarização das relações de trabalho no meio rural, com redução do emprego assalariado com vínculo, proliferação de ocupações de baixa renda, trabalho assalariado sem registro de carteira, flexibilização de direitos trabalhistas, previdenciários e perdas de conquistas

---

[4]Cf. FARIAS, Maria Dolores Mota. *Sem medo de ser mulher: a experiência e a construção das mulheres trabalhadoras rurais como categoria política*, p. 14.

[5] Cf. FORO, Carmem Helena Ferreira. As transformações na relação de trabalho e cidadania no campo: produção, reprodução e sexualidade. In: LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; et. al. (Orgs.). *Transformando a relação trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade*, p.175-181.

> históricas. Entre 1992 e 1995, o número de ocupados na agricultura teve redução de 2% (346 mil postos de trabalho);
>
> Ampliação da desigualdade de rendimentos entre homens, mulheres e jovens assalariados rurais, com as mulheres sendo as mais prejudicadas[6].

Associado a este quadro, Foro acrescenta, ao lado da precarização e exclusão social, outros fenômenos que se confirmam no meio rural como a feminização da pobreza, masculinização do campo, envelhecimento das pessoas com diminuição de taxa de natalidade e uma migração da juventude rural, principalmente as mulheres, para os centros urbanos periféricos em busca de outras alternativas de vida. Como coordenadora da Central Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nacional, Foro afirma que o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) vem sendo orientado para investir em uma ampla e massiva reforma agrária, bem como em uma expansão e um fortalecimento da agricultura familiar como estratégia de enfrentamento do latifúndio e da agricultura patronal.

No que diz respeito ao contexto do território do sisal, nordeste da Bahia, mais especificamente no município de Santa Luz, as mulheres rurais também se relacionam com essas forças, são afetadas e reagem a uma predestinação patriarcal capitalista. É Miridan Falci[7] quem nos alerta para a diversidade de mulheres do sertão nordestino, enfatizando diferenças entre brancas pobres, ricas, instruídas e negras escravizadas, ao mesmo tempo em que reforça a discriminação de gênero, os percalços, por conta dessa construção, como um traço pertinente na história de todas elas, podendo, muitas vezes, ser atenuado ou não com suas diferenças ou outros marcadores sociais.

Já Cláudia Fonseca[8] procura descrever o que é ser mulher quando também se é mãe-pobre, destacando a realidade da pobreza como peso e força que impulsiona a emergência de contra-forças radicais, outras noções, outros sentidos, outra moral alternativa. A encruzilhada da mulher pobre pode ser configurada como a não saída provocando a saída

---

[6] Idem. Ibidem, p.176.

[7] Cf. FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) *História das mulheres no Brasil*, p. 241-277.

[8] FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) *História das mulheres no Brasil*, p. 510-553.

contra a univocidade de uma imagem prescrita para a mulher. O contato com o limite, a falta de condições mínimas para viver gera uma liminaridade que possibilita outras práticas, brechas em um tecido regulamentado, em uma vivência naturalizada. Alguns textos[9] já sinalizam o movimento diferencial, em terras secas, de mulheres sertanejas como as com quem estamos lidando; suas estratégias, bem como as formas de não reconhecimento dos seus atos, de neutralização, de captura.

Portanto, o sertão é lugar onde a distribuição da riqueza não chega, onde o patriarcalismo se assenta, tem lugar diverso na figura do coronel, do latifundiário, do jagunço, do trabalhador, do *pater* poder enquanto prática ainda constante. Por conta disso, as mulheres foram limitadas por um foco que recalcava, inclusive, as artimanhas das matriarcas, suas linhas de fuga mesmo na repetição. Os estudos feministas reafirmam a transversalidade de gênero em diversos espaços, homens e mulheres marcados por uma construção perversa, por um sistema de exploração que é repetido entre os assujeitados por ele, na exclusão da mulher, na sua invisibilização enquanto trabalhadora, também produtora.

As mulheres do sisal de que estamos falando também enfrentam isso. Seu cotidiano é demarcado por trabalho, geralmente não reconhecido como tal. Levantam por volta das seis horas, arrumam tudo em casa, preparam a comida e seguem para a roça para trabalhar no motor de sisal: foi o que me disseram quando perguntei pelo trabalho pré-identificado como rural. Às vezes almoçam por lá mesmo, comendo com os maridos o que cedo ou de véspera prepararam, a "bóia-fria" (como também já foram identificadas). Isso quando não cozinham por lá em fogo aceso no campo ou quando não voltam no intervalo de meio-dia, afinal também têm os filhos para cuidar.

Retornam definitivamente para casa às cinco horas da tarde para darem continuidade aos trabalhos domésticos e irem para a escola, que é no turno da noite. Entretanto, algumas estão sem estudar, porque não estão enxergando bem, o que sinaliza a ausência, naquela comunidade, de políticas públicas sociais e de saúde adequadas, as quais parecem estar condicionadas aos interesses eleitoreiros do poder oficial local. O Presidente da Associação de Moradores onde elas estão desenvolvendo o artesanato, José Roberto S.

---

[9] Cf. FISCHER, Izaura Rufino. A estrutura familiar e a seca. In: AMARAL, Célia Chaves Gurgel do, et. al. *Múltiplas trajetórias: estudos de gênero do 8º Encontro da REDOR*, p. 169-192, e também BRANCO, Adélia de Melo. *Mulheres da seca*: luta e visibilidade numa situação de desastre.

de Matos, esclarece que o povoado fica entre os municípios de Santa Luz e Araci e, como tem eleitores de ambos, as responsabilidades sociais são jogadas de um para o outro, ficando, por fim, como percebemos, o atendimento precário ou absolutamente inexistente.

Mas com relação ao dia de trabalho das mulheres, estas, ainda, se responsabilizam pela agricultura familiar que ampara a subsistência. Nessa luta parece não se ter nenhuma valia simbólica, nem renda suficiente para um sustento mais adequado. São reconhecidas, às vezes por elas mesmas, como simples ajudantes dos maridos no campo, porque em casa e adjacências, como, por exemplo, o quintal, a atividade é anulada por total, já que é comum identificá-las como donas-de-casa que, como tal, não trabalham. Onilza Braga[10] responde, contra essa anulação do trabalho desempenhado pela mulher em casa, com uma lista enorme de funções, às quais, tendo em vista à realidade social em questão, como é o caso do diverso cotidiano sertanejo, podem, ou não, contar com a ajuda de muitos dos eletrodomésticos, que, aliás, no seu boom de lançamento, funcionaram como artifício para prender a mulher no seu reino "natural", o lar.

A região da qual estamos falando é conhecida pelo trabalho infantil no sisal, na extração de pedras e por conta disso alguns projetos foram implantados, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Programa que, associado ao "Bolsa Escola", atende a quase todas as integrantes do Mulheres de Fibras, conforme nos afirmou Valmira Lopes, uma das componentes do grupo: "Só duas mulheres não recebem porque não têm filho; a gente, que tem, recebe R$ 15,00". Entretanto, a exploração e desumanização, como produto do sistema capitalista, não ocorre somente com as crianças. O desrespeito ao trabalhador e à trabalhadora do sisal, contribuindo para as suas condições mínimas de vida, faz parte da lógica da dizimação capitalista. E no que diz respeito à mulher do sisal, a desigualdade de gênero passa pela noção de complementaridade que é atribuída a sua força de trabalho, invisibilizando, por fim, seu potencial de produção e sua dupla jornada de trabalho.

A pesquisadora Gilza Lima[11] nos ajuda a descrever a paisagem do trabalho com o sisal na região, destacando a atuação das mulheres. O sisal, que veio do México e que tem como nome científico Agave, se adaptou bem ao semi-árido, onde o índice pluviométrico

---

[10] Cf. BRAGA, Onilza. Um dia como os outros, no "lar doce lar". In: *Rainha do lar? Uma ova!*, p. 39- 43.
[11] Cf. LIMA, Gilza das Mercês. *O trabalho feminino na produção de sisal: complementar ou substituto*?

anual é de 500 mm. Já teve seus tempos áureos na década de 60 e 70, quando foi considerado “ouro verde do sertão” e, por conta da concorrência com as fibras sintéticas que dominaram o mercado e fizeram o seu preço cair, decaiu nos anos 80. Entretanto, com o crescimento da demanda por produtos naturais e ecologicamente corretos aumentou, nos últimos anos, a procura pela fibra. Mas isso não mudou a situação econômico-social na região. O preço continua baixo para o pequeno produtor, mais baixo para o dono do motor e baixíssimo para o trabalhador. Os custos de produção elevados, uma dependência do mercado externo interessado, como de costume, na matéria-prima e uma tecnologia rudimentar (o motor) responsável por um batalhão de homens sem dedos, sem mãos e sem braços na região.

O sisal passa por dois processos antes de chegar à indústria. Primeiro, são cortadas as palmas da planta e estas são levadas no lombo de um jumento para serem desfibradas, ainda no campo, no citado motor, também conhecido como “paraibana”. Depois, estas fibras são estendidas em cercas que servem de varais para secagem. O segundo momento se dá em uma “batedeira”, que é uma espécie de depósito-galpão com altura próxima de um edifício de um andar, geralmente situada na cidade e de propriedade de alguém com mais posses ou mesmo de um latifundiário. Neste local se firma o pagamento ao pequeno produtor e/ou dono do motor, isto se a produção já não for do próprio proprietário da batedeira, pelas fibras de sisal ali entregues, as quais serão escovadas e classificadas antes de serem enviadas para a indústria.

As trabalhadoras e trabalhadores do sisal recebem do dono do motor pelo processo feito no campo e a divisão sexual de trabalho se configura da seguinte forma: as mulheres trabalham em quase todas as etapas, com exceção do desfibramento no motor, que é considerado de risco e de grande esforço; entretanto, na disputa pelo trabalho, quando há mais demanda por emprego que oferta, elas ou concorrem somente em funções que são consideradas mais propícias para o feminino, pois não exigem força física, concorrem, portanto, com outras mulheres, ou deixam de ser consideradas candidatas, visto que a primazia é do homem que precisa sustentar a família, ficando estas livres somente para cuidar da casa, seu atributo “natural.” As tarefas destinadas às mulheres lembram posturas e afazeres típicos dos trabalhos domésticos. Assim, os homens geralmente são transportadores, cevadores (desfibradores no motor), resideiros (que recolhe os resíduos do

desfibramento) e as mulheres em sua maioria são estendedoras e cortadoras, ou seja, estendem as fibras nos varais para secar e cortam as palhas do sisal, esta atividade penosa que exige uma postura curva, requer paciência, agilidade e muito cuidado para não terem os seus olhos perfurados pelos espinhos da planta.

O argumento do excessivo esforço físico como justificativa para que as mulheres não realizem determinadas funções não se sustenta, visto que o transporte do sisal através de animais de carga poderia ser tocado pelas mulheres. Dessa forma, o que fica perceptível é a crença patriarcal que distribui para a mulher o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos, considerado o trabalho reprodutor, e, para o homem, o trabalho produtor e o peso de ser, unicamente, o provedor da família. Aquele que vai para o espaço público trazer o sustento, enquanto a mulher fica no espaço privado exercendo a sua função "natural", e "nada trabalhosa" de mãe, dona-de-casa e esposa. Como se essa crença já não fosse traída, como se esse sustento já não fosse conseguido também pela mulher, tanto financeira como simbolicamente. Por vezes, inclusive, conseguido somente por ela. Entretanto, o patriarcalismo persiste, é afetado, mas continua na base, não deixa de se reerguer, de reestruturar as naturezas, as divisões, os poderes, a invisibilidade das mulheres, de suas ações.

Lima conclui que, embora o serviço da mulher possa substituir o do homem, ainda é visto como complementar, como ajuda, como não trabalho. Isso em um contexto em que os salários são projeções de penúria. Os trabalhos considerados mais pesados como o do cevador, aquele que coloca a palha de sisal no motor para ser desfibrada, e o do resideiro, que pega os resíduos da palha processada no motor, têm remuneração maior; os considerados menos forçosos, menor. Por desempenharem atividades como essas últimas, as mulheres receberiam menos, mas essa diferença não é por sexo, visto que o cortador e a cortadora têm suas remunerações dependendo somente da produção.

Assim, além do salário indigno para ambos, uma média de R$ 18,00 por 1.000 kg produzidos, por exemplo, para a função de cortador, seja ele homem ou mulher, fica perceptível que a discriminação de gênero se faz não pela diferença salarial que emerge como resultante, mas pela distribuição de funções, que chega a ser nenhuma para as mulheres no sisal em tempos de maior procura masculina por emprego no motor. A linha para chegar nesse ponto é decrescente. A respeito disso, nos fala Valmira Lopes: "A gente

tira R$ 20,00 por semana no motor, mas agora que o tempo tá difícil, com a seca, a gente consegue R$ 10,00 por semana, quando consegue".

As políticas voltadas para mulheres perfiladas por perspectivas de desenvolvimento que, inclusive, apostam em uma redistribuição e na solidariedade, ainda são perpassadas por contradições e ranços patriarcais. As questões de gênero ainda não são bem vistas, bem assimiladas, como mostra Graciete Santos[12], coordenadora da Casa da Mulher do Nordeste e membro do Fórum de Economia Solidária, ao fazer um mapeamento dessas linhas contextuais e propositivas.

Para Santos, da década de 1940 a 1960, passando de um enfoque no bem estar social, no crescimento acelerado da economia e na modernização da agricultura como perspectiva de desenvolvimento, esta ainda mantém uma matriz patriarcal da divisão sexual de trabalho com programas voltados para as mulheres com enfoque em sexismo, beneficiamento passivo, especificidade na área de nutrição, saúde, economia doméstica e planejamento familiar. Tal perspectiva de desenvolvimento e tais programas foram propostos em épocas marcadas pelo conceito de subdesenvolvimento, avanço e combate do comunismo, difusão de classe como categoria útil de análise, guerra fria, golpe militar, teorias da modernização e da dependência e mesmo uma retomada do movimento feminista.

A partir da década de 1970 as perspectivas de desenvolvimento enfatizavam o crescimento com redistribuição através da criação de emprego; e as propostas de programas visualizavam não só o beneficiamento, mas também a resolução da pobreza e, com isso, estimulavam as atividades produtivas femininas no sentido de complementar a renda familiar; isso em uma década que ficou conhecida como a da mulher e em que já eram introduzidos os primeiros estudos sobre o conceito de gênero.

Nos anos 80 o planejamento se pautava numa redução dos gastos do Estado com políticas sociais através de uma proposta de eficiência econômico-produtiva e ajuste estrutural, bem como no enfoque de Mulher e Desenvolvimento. Programas para a mulher estimulavam a participação voluntária, a qualidade para o mercado e a dupla jornada em um momento de crescimento do Movimento feminista e de promulgação da nova

---

[12] Cf. SANTOS, Graciete. A insuficiência da política de produção e renda para as mulheres. In: SILVA, Carmem; et al. *Mulher e trabalho*, p. 83-96.

Constituição brasileira. Já na década de 1990 o desenvolvimento ganha enfoque de gênero e de globalização, em um momento de fim da guerra fria e no qual se falava em Desenvolvimento humano, local e sustentável. Os programas apontam para uma tecnocratização da perspectiva de gênero e um crescimento do setor terciário, sobretudo dos serviços domésticos.

E para o Novo milênio, nessa linha, ainda de contradição e ranços patriarcais, Santos registra como perspectivas de desenvolvimento um redirecionamento da atividade produtiva para a indústria armamentista, em detrimento de ações direcionadas ao desenvolvimento sustentável, um fortalecimento da política econômica neoliberal mundial com ameaças à soberania nacional a partir dos acordos de livre comércio, bem como uma contraposição ao capitalismo neoliberal e um fortalecimento de um novo projeto político e econômico para o mundo, pautado na igualdade e na solidariedade.

Como programas contraditórios, ainda destaca uma política bélica de reforço às guerras, aos valores conservadores e, ao mesmo tempo, uma política dos direitos humanos, como direito ao aborto e à liberdade sexual; os programas de ações afirmativas, de promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, de formação de agentes de ATER (Assistência Técnica Rural, cota de 30% para mulheres) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); a formulação de um Plano Nacional de Políticas para Mulheres e, em contraponto, linhas que ameaçam os direitos das mulheres. Isso em uma década em que ocorreram a Conferência Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), o governo do presidente Luis Inácio da Silva, a instalação da Secretaria de Políticas para Mulheres e da Secretaria Especial para Igualdade Racial, a realização das Conferências Nacional, Estadual e Municipal da mulher, os Fóruns Sociais Mundial e Nordestino, bem como a queda das torres do World Trade Center e a reeleição do presidente (George W. Bush) dos Estados Unidos.

Santos chama a atenção para os sentidos políticos em que são fundamentadas as políticas públicas para geração de emprego e renda, analisando como estas “se constituem em instrumentos fundamentais, tanto para a reprodução das desigualdades entre homens e mulheres como nos avanços para sua superação”[13]. Diríamos até, suplementando Santos, que o político nos sentidos - aqui entendido como possibilidade de deslocamento semântico

[13] Idem. Ibidem, p.87.

e de posicionalidade organizada por indivíduos, tribos, nações - bem como os sentidos na política funcionam como vetores tanto para uma repetição do mesmo quanto para uma radical transformação desse estado de coisas. E, nessa linha de análise, percebemos no roteiro de destaques feitos por ela um misto de contradições, contraposições, que se expressam nas permanências e nas mudanças, fruto de um processo de interação, mobilização e participação na esfera pública, inclusive institucional.

Para Maria de Lourdes Novaes[14], o institucional, as políticas e programas, precisam ser perscrutados por um olhar que dê conta das construções de gênero gerando desigualdade, opressão dentro da classe, da família, dos diversos espaços. Afirma como pontos negativos, que limitam o reconhecimento social do trabalho feminino, o fato de que o meio rural tem sido relegado pelas políticas públicas e pela academia, assim como tem se dado um tratamento isolado às questões de gênero.

Como evidência do desligamento das políticas públicas com relação às mulheres no meio rural, cita a desatualização de dados que embasam programas como o PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), oriundos do Censo Agropecuário de 1995-1996, o qual não traz referências sobre as mulheres, o que confirma a sua percepção de que a produção oficial de estatísticas com recorte de gênero é quase nula. Com isso, afirma que as categorias de produção e reprodução e a subordinação das mulheres produzidas historicamente pelo patriarcalismo e o sistema capitalista continuam orientando as estatísticas, as práticas sociais e políticas voltadas para o âmbito rural.

Com relação à academia, denuncia que a desatenção desta para o meio rural não tem ajudado no avanço dos movimentos sociais que carecem desse conhecimento para realimentar suas práticas, ficando, também, ao afastar-se dos processos sociais concretos, sem o realimento da sua teoria. Já com relação ao isolamento das questões de gênero, alerta que a intervenção, considerando a transversalidade das relações de gênero, na prática não acontece, que mesmo com várias inserções em espaços oficiais, com significativas mudanças nas formas de participação e mobilização, o gênero ainda é tratado de forma segregada. Não há informações articuladas por sexo nos diversos organismos, sejam órgãos governamentais como INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária),

---

[14] Cf. NOVAES, Maria de Lourdes. O trabalho da mulher na agricultura familiar. In: LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; et al. *Transformando a relação trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade*, p. 151-166.

MDA, como organizações e movimentos sindicais e sociais como CUT, FETAG-STR (Federação dos Trabalhadores da Agricultura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e MST (Movimento dos Sem Terra).

Percebemos, portanto, um não reconhecimento social do trabalho feminino; uma não escuta atenta para o que dizem-fazem muitas mulheres rurais; uma repetição de um mundo fundado em um patriarcalismo, que torna limitada a luta contra o capitalismo, visto que o repete de outra forma; uma não percepção para outras formas de luta, mais amplas, contra esse sistema; uma não atenção para o tecido relacional que toca nas mulheres, que costura outros modos de ser mulher, de ser homem também e, com isso, modificar o mundo em que se vive. O Gênero, o caráter de construção histórica, de produção, ainda é segregado, como se isso fosse somente restrito à mulher, e que, portanto, devesse ficar isolado, por fim, excluído.

O movimento relacional, que dinamiza as palavras, as coisas, os estados, os comportamentos, só é considerado, reconhecido, unilateralmente, a partir de um único pólo, o masculino e, ainda assim, somente quando há um interesse em reconhecê-lo, em considerar seu jogo dinâmico. Essa dinâmica do movimento, da troca de correspondências, diria Foucault[15], é apagada, naturalizada. E isso é uma pista para se pensar o reducionismo e a ineficiência de certas políticas. Dessa forma, Novaes chama a atenção para o distanciamento que há entre a institucionalização das políticas públicas e sua efetivação, ressaltando não só a lacuna entre o direito instituído e sua concretização, bem como a correlação entre a conquista desses direitos e a organização, o movimento, de mulheres rurais. Por conta disso, também chama a atenção para o poder de pressão-mobilização-invenção dessas mulheres. O poder, diríamos, de reescrita, do artesanato de si.

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) é uma dessas organizações de mulheres rurais, da qual faz parte o grupo Mulheres de Fibras. As mulheres do sisal encabeçam essa luta a favor de acesso, de reconhecimento, de direitos. O MMTR-

[15]Cf. FOUCAULT, Michel, A escrita de si. In: *O que é o autor*?, p. 149-150. Neste texto o autor chama a atenção para a correspondência, troca de cartas, funcionando como um adestramento de si próprio pela escrita, entretanto, além disso, a correspondência se constituiria em uma certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros. A escrita seria, então, também uma forma de mostrar-se, de dar-se a ver. No nosso contexto a troca de correspondências diz do jogo relacional, de como nesse entrelace, nessa dinâmica, as mulheres rurais se vêem e são vistas, se fazem perceber, se mostram a si mesmas, se reinventam, reinventam outros e outras, revitalizando suas vivências.

BA[16], na sua articulação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do estado, construída em 1992, aponta como principais ações: a formação e a capacitação, o acesso das mulheres à terra, a questão do meio-ambiente e da geração de renda, bem como a ampliação do alcance do Sistema Único de Saúde. Na agenda do MMTR-NE[17], ainda se acrescenta a construção de mecanismos para ampliar a participação das mulheres trabalhadoras rurais no âmbito estadual, regional, nacional e latino-americano. Para o Movimento de Organização Comunitária (MOC)[18], agente maior no assessoramento e organização do MMTR da região do sisal, na linha da articulação estadual e regional, a ênfase está na construção e na defesa, através da mobilização, dos direitos civis, políticos, sociais e econômicos das mulheres.

Nessa luta articulada, duas campanhas marcam sua trajetória: "Nenhuma trabalhadora rural sem documentos" e "Trabalhadora rural, declare sua profissão". Tais campanhas incidem em uma identificação, enquanto trabalhadora rural e enquanto mulher com nome próprio, data de nascimento, registro de filiação reconhecidos legalmente através de carteiras de identidade, cpf, entre outros documentos. Incidem em uma estratégia de legitimação, de visibilidade, pois perante os órgãos legais muitas nem existiam (e ainda não existem), o que dificultava/dificulta a reivindicação de direitos trabalhistas-previdenciários, fato considerado um dos entraves na luta dessas mulheres.

A propósito dessa questão, Maria Dolores Farias[19] nos esclarece que a comprovação da condição de trabalhadora rural depende, para o INSS – órgão responsável pela concessão da aposentadoria e outros benefícios –, da apresentação de carteira de trabalho assinada, do título de posse ou propriedade, ou de uma pesquisa de campo (uma espécie de verificação,

---

[16]Cf. MMTR-NE. Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Bahia- MMTR-BA. In: *Agenda – 2006-20 anos MMTR-NE*: Mulheres organizadas combatendo mentalidades de submissão. Neste documento encontramos registrado o ano de 1986, período em que ocorreu o I Encontro da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, como a data em que se firmou a articulação de mulheres trabalhadoras rurais de micro-regiões de Pernambuco (MMTR – Sertão Central) e Paraíba (MMTR Brejo) constituindo o MMTR – NE. Já na Bahia, tal articulação de movimentos regionais de mulheres trabalhadoras (principalmente dos municípios de Feira de Santana e Santa Maria da Vitória) constituindo o MMTR-BA, teria se estabelecido em 1992. Como vimos, o Movimento de mulheres Trabalhadoras Rurais na região de Feira de Santana já existia, o que confirma ser o trabalho do MOC, com tais mulheres, bem anterior a esta data, remontando `a década de 1980 e mesmo à segunda metade de 1970, quando dava seus primeiros passos nesse sentido, como relatou, no tópico I deste capítulo, via entrevista, a coordenadora do seu Programa de Gênero Alvaíza Cerqueira.

[17]Cf. MMTR-NE. Objetivos. In: *Agenda – 2007 – Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste*.

[18]Cf. sítio do MOC, http://www.moc.org.br/, acessado em 20 de maio de 2006. Confira no sítio o item "Programas" e o subitem "Gênero-Mulheres do campo".

[19]Cf. FARIAS, Maria Dolores Mota, op cit.

na comunidade onde mora a solicitante, por funcionário do INSS) que constate a atividade agrícola exercida pela requerente. Tal pesquisa de campo, rumo a uma constatação da identidade da trabalhadora rural de diversas formas, parece ser a mais comum, visto que a maioria dessas mulheres não tem carteira de trabalho assinada, nem título de terra.

Farias ainda acrescenta que os funcionários do INSS usam como métodos nessa avaliação, por exemplo, o testemunho de pessoas, através de conversas na comunidade, que conheçam a pleiteante e que confirmem que esta trabalha na roça. A questão é que, como o trabalho da mulher é considerado uma ajuda e esta ainda realiza outras atividades - como costura, artesanato e trabalho doméstico e de fundo de quintal –, "normalmente ocorre uma descaracterização da natureza do seu trabalho rural em razão dessas outras atividades que ela realiza e que não são classificadas como agrícolas.[20]"

No encontro de trabalhadoras rurais[21] (que contava inclusive com a presença do MMTR de Santa Luz, com o grupo Mulheres de Fibras), em que se discutia previdência, era comum ouvir-se as histórias que explicitavam a dificuldade por que as mulheres rurais passavam para conseguir provar que eram trabalhadoras do campo. Relatos que apontavam para tipos de testes comprobatórios que avaliavam, por exemplo, uma mobilidade física da solicitante que o tempo duro de trabalho não deveria permitir, do tipo conseguir pegar uma caneta no chão ou o estado das suas mãos, a serem vistas e/ou tocadas pelo avaliador.

Os relatos tinham tom de incredulidade e refletiam uma sensação de afronta irônica pela qual essas pessoas tinham passado. Estavam ali, junto a um representante do INSS que estava na mesa, reivindicando seus direitos. Reivindicando também, e seu trajeto de luta nos faz perceber isso, uma maior percepção do seu movimento, de sua permanente reinvenção de si e do cotidiano. Reinvenção que aponta para um cuidado de si, cuidado das mãos, da sua saúde tão precariamente atendida, tão desconsiderada.

Até mesmo por conta de medidas exteriores, forças contextuais diversas, programas de governo, de Estado, as mulheres se modificam, se reinventam e imprimem mudanças também nesse conjunto de forças citadas. O movimento de fluxo-refluxo, de correspondência, não poderia deixar estanque o sujeito dessa dinâmica, sujeito que pode ser observador-participante, avaliador/INSS-trabalhadora rural, a não ser que tal sujeito seja

---

[20] Idem. Ibidem., p. 63.

[21] Encontro realizado na III Semana das Mulheres na Universidade Estadual de Feira de Santana, em 9 de março de 2007.

apagado de/em tal dinâmica; que tal sujeito não perceba o jogo inter-relacional e a sua possível participação nele. Ou seja: sua possibilidade de alterar os papéis, modificar as regras, enfim, de ser jogador. Daí, por conta dessa falta de percepção, encontro mais um motivo para se observar o artesanato das mulheres de fibras, também mulheres trabalhadoras rurais. Mais um motivo para observar como tais mulheres percebiam a importância de reivindicar políticas públicas, de criar estratégias unificadoras, ainda que se defrontassem com o movimento enquanto sinônimo de diferença(s), de mobilidade. Ao mesmo tempo estas mulheres no seu artesanato aglutina(va)m para mobilizar, para fazer reconhecer as diferenças, reconhecer outros sentidos sobre si mesmas, para que esses sentidos outros fossem-sejam vistos. Criam estratégias, o próprio MMTR é uma delas, como nos diz o MOC a respeito do movimento no território do sisal[22]. Criaram campanhas, as quais, como argumentávamos, incidiam e incidem também em um trabalho específico com e entre elas, na medida em que as levam a reconhecer a sua força de trabalho, fazendo com que estas sejam as primeiras a se auto-identificarem como trabalhadoras, e no caso específico, trabalhadoras rurais.

Por conta disso, estas mulheres, com suas diversas parcerias, promovem encontros, fóruns, grupos de estudo e de planejamento, diversos eventos articulados que apontam para o seu posicionamento publicamente diferencial, bem como para o reconhecimento da diferença, para sua junção com a eqüidade, ao invés da sua desvalorização. Além das reuniões, utilizam como estratégias diversas dinâmicas participativas que mexem também na forma já tradicional de se fazer política. Ao invés da seriedade repetida por algumas das companheiras, muitas vezes transformadas em líderes, geralmente se observa um clima de alegria e descontração aliadas à discussão de problemas cotidianos da trabalhadora. São várias as artes de se apresentar e intervir em um cotidiano político-cultural-subjetivo. Utilizam-se de cantos, cirandas, brincadeiras que, para além de serem apenas formas de descontração, serem apenas formas de fugir ou adiar a pauta do dia, são modos de inserção, de fala, de abertura de possibilidades de outra inclusão, que requerem um olhar mais sensível, uma politização da percepção política. Logo, são modos de encontro e de confronto.

---

[22] Informações relacionadas ao MOC e MMTR disponíveis em http://www.moc.org.br/, acessado em 20 de maio de 2006. Confira no sítio o item “Programas” e o subitem “Gênero-Mulheres do campo”.

Dos eventos que, em parceria com diversos outros atores e MMTRs, tais mulheres realizam, e nos quais se mostra a potencialidade das articulações, destacam-se a insistência do "8 de março" contra a fetichização do Dia da Mulher - dia de aglutinação para celebrar as conquistas, reivindicar os direitos e mostrar que a luta contra a invisibilização é de todo dia - e a "Marcha das Margaridas" - símbolo de luta contra o poder patriarcal unido ao capital, homenagem a uma trabalhadora rural assalariada, Margarida Alves, que lutou em defesa dos seus direitos e por isso foi assassinada, momento em que estrategicamente se reúnem para bradar, na capital federal, junto ao presidente da república, o direito à inclusão.

Em 2007, a marcha, no seu terceiro ano, reafirma o lema móvel "2007 razões para marchar", e aponta para o acréscimo constante e atualizado da politização contínua das subjetividades marcadas nas políticas públicas e nas vidas instituídas, tendo como pontos em destaque: soberania e segurança alimentar e nutricional; terra, água e agroecologia; trabalho, renda e economia solidária; garantia de emprego e melhores condições de vida para assalariadas rurais; política de valorização do salário mínimo; defesa da saúde pública; e educação no campo e combate à violência sexista[23].

Para Carmem Foro[24], a pauta entregue teve 107 questões, mas entre elas, 13 são cruciais para as mulheres rurais e precisam ser respondidas com urgência. Dentre elas, considerando as que já foram citadas acima, percebemos a reivindicação de direitos no sistema previdenciário e a ampliação do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural. Esse programa, por sinal, já representa a política de documentação assumida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), uma conquista do movimento que conta, dentro deste setor, com o apoio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre-MDA).

Tal Ministério, em co-relação com o referido Programa, vem respondendo de alguma forma aos direitos reivindicados pelas mulheres trabalhadoras rurais. Conforme Andréa Butto, procurando ampliar o número de atendimentos do Programa de Documentação, após reivindicação feita, "o Ministério está adquirindo 30 unidades móveis para utilização durante os mutirões de documentação. São ônibus e barcos, estes últimos

---

[23]Cf. MDA. *Cassel reafirma a pauta da Marcha das Margaridas como um desafio positivo*–25/07/2007. Disponível em www.mda.gov.br/aegre/ Acesso em 02/08/2007.

[24]Cf. MOC. *Marcha das Margaridas: 2007 razões para marchar*– 29/08/2007. Disponível em: www.moc.org.br/ no item "Notícias – Arquivo 2007." Acesso em 10/09/2007.

destinados à região Norte do país, que deverão chegar a todos os estados em 2008”[25]. Butto ainda afirma que Pará, Piauí e Bahia serão os primeiros a receber as unidades móveis.

Como resposta também a todo esse movimento alavancado, desde a década de 1980, pelas mulheres trabalhadoras rurais, que reivindicam um outro olhar para o campo, o Ministro do MDA, Guilherme Cassel, anuncia para 2008 a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (I CNDRSS), cujo tema será: “Por um Brasil rural com gente: sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade e solidariedade”[26].

O anúncio foi feito em Recife (PE), estado sede do MMTR-NE, em solenidade que contou com diversas entidades e autoridades, entre elas o secretário de desenvolvimento territorial, Humberto Oliveira, que, embora tenha afirmado que a Conferência será uma releitura que se fará do que é o meio rural brasileiro, procurando tratar não apenas de reforma agrária e agricultura familiar, mas também de saúde, educação, cultura, gênero, juventude entre outros temas importantes para o meio rural, o grupo de trabalho de gênero do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), procurou promover também, durante tal lançamento, a Campanha “Brasil Rural com Igualdade para as Mulheres”. Isso seria uma forma de divulgar tal conferência junto às mulheres trabalhadoras rurais e suas organizações e assegurar a presença ampla destas na preparação e realização daquela, através de muitos debates prévios, inclusive sobre a ampliação da participação e o controle social das mulheres nas políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.

Seguindo essa linha da busca de interação, participação, intervenção e muita atenção para o que tem sido proposto, ou não, para o âmbito rural, principalmente com promessas de desenvolvimento, as mulheres trabalhadoras rurais, em toda sua rede de relações e inter-composições têm percebido motivos para realizar suas marchas conjuntas, e têm percebido também os frutos advindos delas.

Dessa forma, para Roselita Costa, agricultora integrante da coordenação executiva da Articulação no Semi-Árido (ASA), é de grande importância estar se juntando a outras mulheres agricultoras de todo o país, especialmente do semi-árido nordestino. Na sua fala

---

[25]Cf. MDA. *Ppigre reúne movimentos de trabalhadoras rurais – 03/10/2007.* Disponível em www.mda.gov.br/aegre/ Acesso em 05/10/2007.

[26] Informações sobre o lançamento e preparação da Conferência disponíveis em: www.mda.gov.br/aegre/. Acesso em 05/12/2007.

avaliativa da situação das mulheres no semi-árido fica perceptível o impacto da movência relacional que elas potencializam: "A gente ainda vive situações de opressão, de violência, de não reconhecimento das mulheres. Mas eu acho que é uma situação que vem mudando. Acho que já tem, inclusive, perspectivas de mudanças a partir das ações que a gente está fazendo.[27]"

A Marcha das Margaridas de 2007, produção e produto dessa movência, contou com diversas parcerias na sua realização, como o MMTR-NE, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), o Movimento de Mulheres da Amazônia (MMA), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (REDELAC), a Coordenação das Organizações dos Produtores Familiares do Mercosul (COOPROFAM), entre outras. A delegação da Bahia contou com o apoio do MOC, da CUT, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares e participou não só da marcha como da Feira Solidária no Pavilhão de Exposições. O tema da Marcha das Margaridas, realizada em agosto de 2007, foi: "Contra a fome, a pobreza e a violência sexista".

Como vimos, assim como se repete o patriarcado de formas diversas, repete-se o capitalismo, até mesmo quando, por vezes, estes são questionados, visto que a base continua latente enquanto sentido de natureza. Com isso, permanece o desrespeito para com as diferenças entre homens e mulheres, permanece a desigualdade, permanece a fome. Assim, as mulheres de fibras também tocadas por essas forças contextuais, subjetivas, excludentes, lutam contra a feminização da pobreza. Com o mísero salário que recebem pelo trabalho no motor, participam das marchas do MMTR e inventam formas, dribles, trilhas, artes para sobreviver.

É disso que vai falar Boaventura Santos[28], das alternativas, dos caminhos da produção não capitalista, caminhos que questionem sua base latente, de uma produção para a vida, das trilhas que aqueles e aquelas que vivem na sobrevida, em parceria com tantos outros em diversos espaços que se correlacionam, têm inventado contra a força

---

[27]COSTA, Roselita. Acesso aos recursos naturais é reivindicado por mulheres na Marcha das Margaridas. Entrevista realizada por Gleiceane Nogueira – 24/08/2007. Disponível em: www.asabrasil.org.br/ Acesso em: 25/08/2007.

[28]Cf. SANTOS, Boaventura de Souza. Prefácio. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.) *Produzir para viver:* os caminhos da produção não capitalista.

aniquiladora da globalização neoliberal, constituindo assim, nesse regime inter-relacional, regime de parcerias, uma globalização alternativa de onde estariam vindo respostas outras.

Segundo Santos, seria preciso perscrutar e "fomentar formas de produção e de distribuição de bens e serviços alternativos às formas capitalistas, uma vez que estas nunca foram tão excludentes e nunca deixaram os excluídos em condição de tão grande vulnerabilidade (as populações descartáveis)"[29]. Como as mulheres do motor do sisal que, em certo momento, por um capital patriarcal, são descartadas; que têm o seu trabalho, seja na roça, no motor, na agricultura familiar, em casa, aproveitado, mas desvalorizado, não reconhecido; como as operárias que, em tempos de outrora, quando eram bem-vindas às fábricas, somente o eram para serem duplamente exploradas, por serem "mulheres" e "trabalhadoras", através do barateamento da sua força de trabalho, paga por um salário para além do injusto.

E o que seria um salário justo? Esta é a pergunta que Marx[30] faz e que se amplia em outra: o que é para a Economia Política burguesa um salário justo por uma jornada justa? Para Marx, é preciso desconfiar da igualdade pregada por essa ciência percebendo as falácias, as discriminações criadas no processo. Para tanto, elege como primeira premissa os pontos de partida desiguais, visto que na relação operário e capitalista, se há desentendimentos, este consegue sobreviver, enquanto que o operário não teria possibilidade, já que só tem seu salário para viver, de maneira que está obrigado a aceitar o trabalho, quando, onde e como se apresenta. Para o argumento de que a taxa salarial e a jornada de trabalho são determinadas pela concorrência entre empregadores e operários no mercado livre, tem-se a percepção de uma concorrência que parte de pontos desiguais, um mercado livre que é falacioso, pois restrito a alguns e um liberalismo enquanto liberdade de se sobrepor ao outro, de explorá-lo e escravizá-lo.

Como segundo ponto, Marx vai nos dizer que o capital cria um exército de reservas que faz com que a tal concorrência (que regularia o salário, o trabalho de forma "justa") seja por ele controlada, impedindo um aumento de salário ou valor justo para a força de trabalho cedida. O emprego de outras forças mecânicas, máquinas mais aperfeiçoadas deixa um grande número de operários sem trabalho, o que constitui uma mão de obra excedente

---

[29] Idem. Ibidem., p.16.
[30] Cf. MARX, Karl. Abolição do sistema assalariado. In: *Sindicalismo*: Marx e Engels.

que funciona como um exército de reserva para o capital assegurar sua potência na luta contra o trabalho. Quando os negócios vão mal, os desocupados morrem de fome; se vão bem, o exército de reserva é usado para aumentar a produção. E enquanto houver desempregado, os salários estarão comprometidos pela concorrência deste exército de reserva, os salários serão mantidos, não aumentados, tendo como amparo o exército de reserva criado.

Como terceiro ponto fundamental, Marx pergunta com que paga o capital os salários "justos". A resposta dada seria com o próprio capital. Mas Marx nos leva a refletir sobre o fato de que o capital não produz valor, este seria fruto da terra ou do trabalho, únicas fontes de riqueza. Dessa forma, o capital só é produto acumulado do trabalho. Por conseguinte, os salários do trabalho são pagos com o trabalho do próprio operário; este é remunerado com o produto do seu próprio trabalho. Assim, o salário do operário deveria corresponder à totalidade do produto do seu trabalho, mas a Economia Política burguesa não considera isso justo. Nessa linha, o capitalista se apropria do trabalho do operário e este recebe não mais do que o estritamente necessário para subsistir. E o resultado é que o produto dos que trabalham se acumula nas mãos dos que não trabalham e se converte na arma mais poderosa para reforçar a escravidão dos que são os verdadeiros produtores. Marx conclui que a justiça dessa Economia Política está de um lado só, o do capital, e conclama a todos para uma apropriação dos meios de produção: a matéria-prima, as máquinas e as fábricas.

Para Isabele Guérin[31], que investiga grupos de mulheres cooperadas na França e na África, as invenções de uma outra economia que não privilegia o capital, e sim aquilo que é o trabalho humano, ou melhor, o sujeito humano, têm assumido diferenças na relação Norte e Sul, visto que, enquanto no primeiro espaço geográfico citado, se luta por um emprego que não seja fonte de novas desigualdades, no segundo, a luta é pelo acesso aos direitos econômicos e sociais básicos.

Enquanto Guérin dicotomiza, Paul Singer[32] encara a nossa precariedade para extrair dela a sua potencialidade. Parte do interesse por aqueles que nem no exército de reserva estão. Ou seja, aqueles e aquelas que não têm (mais) o seguro desemprego para poder sobreviver como desempregado, que não se encaixam nessa categoria, que há muito, para

---

[31] Cf. GUÉRIN, Isabele. *As mulheres e a economia solidária*, p. 23-26.
[32] Cf. SINGER, Paul. *Globalização e desemprego:* diagnóstico e alternativas.

não morrerem de fome, já inventaram outras formas de trabalho, sobrevivendo de bicos, criando alternativas que os constituem como grande maioria que já vive, de certa forma, à parte do sistema capitalista, que não tem condições de se encaixar na sua engrenagem a reforçar o salário "justo", a exploração. Singer reforça que o exército de reserva é um mecanismo do capitalismo atrelado aos ajustes estruturais da economia, aos efeitos da globalização, às revoluções tecnológicas. Seu interesse é pelas outras formas de trabalho inventadas, de ocupação, diferenciadas do emprego assalariado, que, como vimos, de justo nada tem.

É nesse contexto de forças que incidem sobre as mulheres rurais delineando-as como seres descartáveis, por vezes não vistas, não reconhecidas a não ser como objetos de sujeição; contexto de precarização do trabalho, de desregulamentação de emprego, de fome e de não saída para aquela natureza estanque, predestinada a morrer ressequida pelo sol do desenvolvimento que chega a certos sertanejos, que as Mulheres de Fibras inventam artes de sobreviver, saídas onde não haveria saídas, fugindo literalmente de espaços predestinados para as mesmas. As mulheres do povoado Miranda criam o grupo de artesanato Mulheres de Fibras, uma cooperativa gerada pela e com a "arte da precisão", como nos sugere Matos[33] na sua pesquisa sobre as artesãs do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais.

O grupo, que poderia ser classificado dentro dos padrões da informalidade, correndo o risco de se tornar, na sôfrega busca pela sobrevivência, uma modalidade perversa de vida, por conta de tantos outros trabalhos realizados, se ampara nos princípios da economia solidária e conta com o apoio de uma rede de parcerias. Isso nos remete à pesquisa de Rocha[34], na medida em que ela pergunta sobre quais os caminhos para mulheres trabalhadoras diante dessa crise de trabalho: voltar para o lar, porque se tornou descartável no processo de instabilidade de emprego ou recorrer a uma informalidade solitária, que aposta em trabalhos em casa e que, por conta disso, novamente aprisiona a mulher no lar para lidar, simultaneamente, também com o trabalho doméstico e ser responsabilizada pelo

---

[33] Cf. MATOS, Sônia Missagia de. Artefatos de gênero na arte do barro: masculinidades e feminilidades. In: *Revista de Estudos feministas*. Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 56-81, 2001.

[34] ROCHA, Ana Maria Santos. A necessária valorização do trabalho da mulher. Comunicação oral feita no GT: Gênero, trabalho e movimentos sociais do XIII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero - Feminismo e transversalização de gênero -, promovido pelo NEIM-UFBA e realizado em Salvador, nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2007.

lucro, pelo fruto de ambos? Para Rocha, depois de conseguir adentrar no mercado de trabalho esta seria mais uma tática do capitalismo e toda sua rede de fatores conjugados para fazer retornar a mulher ao espaço da casa. Diante dos imperativos das funções do lar que o naturalizam em consonância com a mulher, Rocha pergunta, em sua finalização, pelo papel do Estado nessa situação.

Com relação ao nosso contexto, guardando alguns questionamentos de Rocha, talvez fosse importante esclarecer que, em nosso caso, não se trata de mulheres que não estão no exército de reserva porque conseguiram uma estabilidade no mercado, logo estariam acima dele, ou, por conta da instabilidade desse, se enquadram nessa categoria. Embora sejam mulheres que vez ou outra ganhem salários trabalhando no motor de sisal, estas estão muito mais próximas do que nos diz Singer, fora dessa reserva, procurando se sustentar de outra forma.

É também preciso lembrar que, no tocante ao grupo Mulheres de Fibras, não são mulheres que na informalidade tornam-se patroas severas de si mesmas, tentando isoladamente sobreviver. O grupo, como já me referi, pauta-se em princípios da economia solidária que, como nos diz Singer[35], sempre esteve presente, de formas diversas, entre as pessoas pobres, ressurgindo com mais força e sistemática em tempos de desindustrialização e forte desemprego nas décadas de 1980-90. Diferentemente de um modo de produção capitalista que tem como princípio o direito à propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual, resultando, com isso, em competição e desigualdade, o modo de produção da economia solidária elege como seus princípios a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, que resultaria em solidariedade e igualdade, cuja reprodução exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda.

Em termos sucintos, ao contrário do capitalismo, essa outra economia não separa capital do trabalho e, contra a competitividade, elege a solidariedade alinhada por valores de cooperação, democracia e autogestão. Nessa linha, as trabalhadoras criam o grupo Mulheres de Fibras para desenvolver o artesanato confeccionando bolsas de sisal. Decidem em conjunto quais os fios que devem ser usados, como fazer, como dividir as horas de trabalho e o lugar para tal atividade. No início disseram-me que tinham dificuldade em encontrar um espaço para trabalharem, buscavam ansiosamente um lugar até que a

[35] SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*.

Associação dos Moradores foi cedida para elas. Decidiram que o dia para realizarem o trabalho seria na segunda-feira, momento em que se encontram para trançar em conjunto e consigo mesmas; nesse dia geralmente preparam um almoço ou lanche que é partilhado entre elas em meio à troca de conversas.

Também em conjunto, procuram dividir os rendimentos. Tomam conhecimento de todo o processo e, desenvoltas, viajam até a cidade vizinha para observar os fios fabricados pela Associação de Pequenos Produtores de Valente (APAEB), na fábrica que integra o complexo associativo que construiu e que se estende em inter-relações com diversos outros gupos-agentes sociais, como o grupo de artesanato de Miranda. Decidem também como fazer com a falta de um maquinário adequado para forrar as bolsas. Também contam das suas estratégias para fazer render o forro, ou seja, utilizam um tom neutro de pano para forrar muitas bolsas, a fim de não desperdiçar com cortes e retalhos, visto que o dinheiro é pouco.

As integrantes do grupo também me falaram da luta constante para ter acesso ao microcrédito junto ao SICOOB (Sistema Cooperativo do Brasil), Banco cooperativo de Santa Luz e microrregião. Discutem e tomam as decisões em grupo, em regime autogestionário e democrático sem a presença ou hierarquia de um chefe; pelo contrário, contam com a parceria trabalhada entre elas e com seu maior agente potencializador, o MOC, que procurou integrar essas diversas mulheres do território do sisal em uma rede, chamada primeiro de Rede de Produtoras, e, mais tarde, quando oficializada a cooperativa, COOPEREDE – Cooperativa da Rede de Produtoras da Bahia.

Na época da fundação da COOPEREDE, que abrange 32 empreendimentos solidários em 17 municípios do interior do estado, em março de 2007, Valmira Lopes, do Mulheres de Fibras, que atua como secretária na rede, dá o seguinte depoimento:

> Foi um momento de muita alegria e festa, mas para nós, um momento marcado também por muitos desafios. Agora é tocar os processos e buscar cada vez mais qualidade na produção de todos os nossos produtos. Viemos para fazer a diferença e contribuir no desenvolvimento da nossa região[36].

[36]Cf. MOC. *Rede de Produtoras cria cooperativa* – 28/03/2007. Disponível em: www.moc.org.br/ no item "Notícias – Arquivo 2007." Acesso em 05/04/2007.

As mulheres vão constituindo uma rede diferencial que abarca não só mulheres, mas uma série de homens que, por meio dos organismos em que atuam, apóiam e assessoram o movimento dessas mulheres, levando-os também a uma movência, ainda que pareça que a festa (se a tomarmos enquanto transformação conseguida) seja somente delas. Assim afirmou o secretário executivo do MOC, Naidson Baptista, também nesse momento: "Este é um dia de festa para as mulheres que estão vendo a concretização do seu trabalho, mas também é preciso estar em busca de uma certificação para dar mais garantia aos produtos que são comercializados pela rede"[37] .

No dia da fundação da COOPEREDE, que contou também com outras atividades, entre elas a apresentação de um grupo de mulheres trabalhadoras rurais da região do sisal, Grupo "Mulheres que cantam e encantam", e um seminário sobre certificação de produção ministrado pelo presidente da UNICAFES-Bahia (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), a fala de Valmira Lopes, bem como do secretário do MOC, apontam para uma perspectiva de inserção no mercado, apostando na qualificação do produto.

Isso nos faz pensar na proposta diferencial de mercado que a economia solidária propõe, bem como nas discussões acerca da sua convivência com o capitalismo e sua crença em transformá-lo. Enquanto estudiosos do assunto alertam, contra os mais apressados, que a transformação de um modo de produção, do capitalismo para a economia solidária, não se faz de forma instantânea,[38] outros, como Singer[39], sem tirar os pés do chão, efusivamente apostam no seu potencial de mudança, sem deixar de levar em conta que antes, até como estratégia, essa outra economia precisa conviver-competir-existir com/no capitalismo. Ela precisa ser competente, ter qualidade; ela precisa ser solidária-cooperada-associada, visto que isoladamente não se consegue existir perante o capital, afrontá-lo, e isso não impede, pelo contrário, a criação do mercado alternativo que, com ela, se almeja.

Dessa discussão fica a sensibilidade de quem apóia primeiros passos, iniciativas embrionárias ou problemáticas nessa nova maneira de gerir os negócios e as relações; fica o alerta para o vírus capitalista destruindo talvez o mais forte nesse outro modo de produção

---

[37]Cf. MOC. *Rede de Produtoras cria cooperativa* – 28/03/2007. Disponível em: www.moc.org.br/ no ítem "Notícias – Arquivo 2007." Acesso em 05/04/2007.

[38] Cf. GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista, p. 181-211.

[39] Cf. SINGER, Paul. Economia dos setores populares: propostas e desafios, p. 143-165.

social, seu pilar: solidariedade-democracia-autogestão-igualdade. E, também para nós, perseguindo o vírus patriarcal, fica o convite, enquanto pista, para se pensar essa encenação sócio-político-cultural para além da geração de emprego e renda, enquanto outra forma de relações sociais produtivas. Nesse raciocínio, a fala de Valmira Lopes também nos convida a refletir sobre o tipo de desenvolvimento local diferencial que o Mulheres de Fibras está apontando. Nessa linha de reflexão, uma solicitação se esboça: é preciso, sem fetichismo, ouvir as mulheres de fibras, observar o seu artesanato, a sua escrita, a linha diferencial do seu desenvolvimento sustentável, o mercado das trocas e seus vários sentidos.

As bolsas do Mulheres de Fibras, em conjunto com vários outros produtos artesanais e alimentícios em sua maioria, são expostas e comercializadas em diversos lugares através das feiras itinerantes que são criadas por intermédio dos articuladores da economia solidária, como por exemplo, o Ciclo da Agricultura Familiar e Economia solidária realizado em Feira de Santana – BA, de 10 a 12 de maio de 2007. Nesse período aconteceu simultaneamente a feira da Rede de Produtoras, na qual o grupo Mulheres de Fibras esteve presente comercializando as bolsas de sisal, participando de palestras, de exposição de experiências para convivência com o semi-árido, bem como da troca solidária, que encenava radicalmente um mercado alternativo, uma outra sustentabilidade através da troca de saberes, de produtos, diretamente ou utilizando uma moeda própria, considerada uma moeda social.

A coordenadora pedagógica do MOC, Célia Firmo, avalia a feira como um sucesso, inclusive por ter rompido o desafio de fazê-la em um espaço aberto, público: "Até então nós fazíamos a feira em espaços fechados pensando na proteção das mulheres, achando que seria perigoso. Quebramos essa barreira das portas dos espaços fechados e hoje essa é a grande prova que nós temos organização para estar em qualquer lugar[40]"

A busca também era por um espaço fixo para a rede, no sentido de que facilitasse o acesso, o mercado dos produtos artesanais. Nesse intento, também foi uma conquista a sede, em Feira de Santana, do MMTR e COOPEREDE como mais um lugar de encontros, estudos, debates, bem como de divulgação e comercialização dos produtos feitos pelos diversos grupos dos municípios da região, como o Mulheres de Fibras de Santa Luz. Sobre

---

[40] Cf. MOC. *Mulheres sertanejas inauguram sede em Feira de Santana* – 17/10/2007. Disponível em: www.moc.org.br/ no item "Notícias – Arquivo 2007". Acesso em 20/10/2007.

isso Neide Santos, do MMTR de Retirolândia, também região do sisal, ressalta: "Agora que estamos mais unidas, lutamos juntas pelo nosso espaço, pela dignidade da mulher e seu crescimento financeiro e humano"[41]. Nessa cooperação, a rede se encarrega de divulgar os produtos das cooperadas e recentemente teve seu trabalho escolhido em todo o país como empreendimento que representaria o Brasil na X Expomundo Rural em Santiago, no Chile, o que representou, para sua coordenadora, um reconhecimento; certamente mais um espaço de inserção e visibilidade.

Com esse outro modo de vida e de trabalho inventado, já é possível nos perguntarmos, novamente, pelo impacto provocado em um e em outro na inter-relação, pelo artesanato de si, pelas produções subjetivas, os impasses ou conflitos no traçado e retraçado dessas mulheres. Em conversa também com outras pessoas da comunidade, rastreamos os ecos dessa poética sobre a paisagem local, as pessoas, o cotidiano.

Uma das primeiras questões que pensamos dizia respeito à relação em casa, com os companheiros. Perguntei quem fazia os trabalhos domésticos naquele dia de segunda-feira em que elas passavam ali juntas, bem como nos dias em que elas estavam participando das feiras, das reuniões do MMTR, das marchas em Brasília, Feira de Santana, Santa Luz e tantas outras cidades, e obtive a seguinte resposta de uma das integrantes chamada Simone Nascimento: "No início foi difícil, mas eu fui jogando, dizia em casa: - Se vocês chegarem e o feijão estiver queimando é porque eu estou no grupo, se vocês chegarem e o feijão estiver cru é porque eu estou no grupo. Fui jogando, jogando..."

Mas Simone Nascimento complementa, afirmando que hoje a resposta é a seguinte: "Eles se viram!" Diante de tal imperativo, após toda uma tática prévia, insisti na questão e contando com o olhar atento do Presidente da Associação, José Roberto Matos, que também marido de uma delas, participava da conversa, dirigi-me a ele querendo saber como lidava com aquela condição circunstancial provocada pelo intempestivo "se vire". O mesmo, sob os olhos da esposa, afirmava que procurava "dar um jeito, com os meninos pedindo comida, procurava fazer um macarrão", o que a mulher completou: "grudento". E o mesmo retrucou: "A gente faz, a gente procura fazer". Ele repetia a frase e nós

---

[41] Cf. MOC. *Mulheres sertanejas inauguram sede em Feira de Santana* – 17/10/2007. Disponível em: www.moc.org.br/ no ítem "Notícias – Arquivo 2007." Acesso em 20/10/2007.

percebíamos que ele, incorporando a força prático-discursiva de Simone, “se virava”, era levado, não sem nenhuma resistência, a “se virar”. Ainda que nos outros dias elas se encarregassem das atividades domésticas, pensávamos naquele dia, bem como nessa malha de atividades políticas, como uma possibilidade de rasura, um rasgo que se imprimia nesse mundo cristalizado, nessa convivência naturalizada e cotidiana.

Com relação às crianças, os filhos, que por sinal nos acompanharam desde a entrevista, na Associação, como na escuta-visitação da comunidade, elas diziam que o pai cuidava, ou a avó, ou a vizinha, ou, como naquele dia, levavam consigo. Isso nos fazia lembrar-ampliar a pergunta de Rocha[42]: qual o papel do Estado nessa situação, quem sempre foi responsabilizada pelo cuidado dos filhos? Observávamos a ausência de políticas públicas, como, por exemplo, a criação de creche.

Perguntamos também como os companheiros reagiam a esse movimento de suas companheiras, discutindo, saindo constantemente, negociando, insistindo em estudar. Elas me respondiam que uns apoiavam, outros não gostavam muito, mas elas saíam assim mesmo. Simone Nascimento relatava que o marido perguntava o que ela iria fazer depois daquele estudo, aquela série escolar, ao que ela assim respondia: “Não sei, vou continuar, vou até o Japão!” A segurança, a afronta enquanto prova de destemor, o desejo de se direcionar, de ultrapassar o que foi dado como limite de vivência de outras experiências, ressoava na fala de Simone Nascimento e no desejo de outras quando afirmavam que iriam continuar com o artesanato no grupo, quando afirmavam a importância de estarem no movimento.

Apesar disso, perguntando por outras mulheres que saíram do grupo, e até mesmo conversando com essas na comunidade, percebemos que o fator que as tinha motivado a não continuar era o fato de o grupo não gerar lucro, não gerar renda suficiente. Isso novamente nos levava a pensar na importância da geração de renda na vida dessas mulheres, mas, acima de tudo, na importância de se pensar para além da renda: na importância de se descobrir o ponto singular do artesanato das mulheres de fibras.

Pensando ainda na relação com outras mulheres, lembramos dos vários eventos realizados no 8 de março em Santa Luz, dos quais participamos e não víamos a presença das mulheres do Sindicato de Trabalhadores Rurais em meio a elas. Pelo contrário,

---

[42] ROCHA, Ana Maria Santos. Op. cit.

ficávamos sabendo pelas mesmas que as atividades das “mulheres do sindicato”, como chamavam, seriam em outro dia, diferente da data que elegiam para se reunirem em manifestações. Perguntadas sobre o porquê dessa separação, respondiam que elas discutiam outra coisa, que não debatiam gênero.

Isso nos leva a lembrar Farias[43], quando rastreia a constituição do MMTR detectando a força conjunta, apesar de diferenças, de mulheres trabalhadoras rurais sindicalistas com mulheres dos MMTRs na potencialização do movimento de mulheres trabalhadoras rurais em eventos, ocasiões estratégicas, importantes. E essa junção potencializadora víamos, inclusive, em alguns encontros e em eventos como 8 de março, Marcha das Margaridas, feiras, seminários, dentre outros, dos quais participava o MMTR de Santa Luz, em outras cidades, como Feira de Santana.

Também pensávamos, com essa questão, na rasura que tais mulheres imprimiam no sindicato, na dificuldade de serem aceitas naquele espaço, como seres capazes de fazer-discutir política, como mulheres trabalhadoras, rasura que fez com que alguns sindicatos até incorporassem o termo “trabalhadora” como compromisso com a linguagem performativa, demarcando a percepção-abertura para uma existência. Com isso, alguns sindicatos passaram a se denominar Sindicato dos Trabalhadores “e Trabalhadoras” Rurais. Por conta disso, também sabemos da dificuldade de se discutir naquele âmbito a importância da transversalidade de gênero, da percepção da supremacia da questão de classe sobre gênero, considerando este, como nos confirma Paola Giulani[44], como algo menor ou sem importância política.

Também pensando nessa (não)relação entre as mulheres do sindicato e as Mulheres de Fibras do MMTR de Santa Luz, procuramos saber sobre o tipo de parceria que se estabelecia com a Associação dos Moradores, para além do uso daquele espaço para o desenvolvimento do artesanato. O Presidente, José Roberto Matos, prontamente pôs-se a falar que a associação procura apoiar o trabalho das mulheres. Sobre a participação destas na associação, inclusive com relação à divisão de funções, este diz que elas ainda não ocupam os cargos de chefia, que as mulheres (do grupo) participam falando com liberdade - o que todas confirmam em alto som - e algumas delas, ele continua, ocupam cargos como

---

[43] FARIAS, Maria Dolores Mota. Op cit.

[44] Cf. GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História das mulheres no Brasil*, p. 640-668.

de secretária, mas que, entretanto, apresentam grande probabilidade de chegarem à presidência. Sobre isso, assim se expressa: “do jeito que elas vêm trabalhando, até mesmo com o grupo, eu não duvido que nas próximas eleições uma delas seja eleita presidente, é bem possível”.

Instigada por uma imagem na camisa que elas vestiam, apontando para o acordo de união entre Associação e grupo Mulheres de Fibras, através do registro, em cima, do nome da Associação, depois o do grupo e, embaixo, a pintura de duas mãos se entrelaçando, procuramos saber mais sobre a inter-relação, a correspondência entre ambos. O que novamente é respondido com fluência pelo Presidente, que diz que as mulheres começaram a ser conhecidas pelo trabalho que desenvolvem, que o grupo passou a ser visitado por mediadores, interessados, pesquisadores de diversos lugares, e, com isso, também a Associação e a comunidade passaram a ter relevância. Nessa trajetória de luta da Associação, a comunidade teria conseguido que se instalasse energia elétrica e posto telefônico.

Na fala do Presidente José Roberto Matos percebemos que de início há um reconhecimento da importância do grupo Mulheres de Fibras em uma produção de maior visibilidade da Associação e, logo, da comunidade e de suas demandas. Entretanto, no decorrer da sua fala, percebemos que todo o crédito dessa produção de visibilidade e os frutos por ela gerados são destinados à Associação, como símbolo da unidade, subsumindo, portanto, no seu discurso, o protagonismo das mulheres na conquista de beneficiamentos para o povoado. Mais uma vez lembramos da (não)relação entre gênero e classe, da transversalização do primeiro, do segundo fator (que pode assumir outros sentidos) fazendo-a subsumir; lembramos do símbolo da camisa: igualdade com diferença, ou unidade apagando esta ultima? Um convite contra a segregação, contra os guetos? Conflitos reativos entre as partes ou um acordo afirmativo que promete?

É preciso registrar que o Presidente José Roberto Matos é visto pelo grupo como grande parceiro, afinal foi contando com o apoio dele que as mulheres conseguiram o espaço para desenvolver seu artesanato. Além disso, como marido de uma delas, como também participante de movimentos sociais, ele acompanha em alguns momentos o grupo, participando, prestigiando e comentando suas atividades. Ainda que, de outro lado, tenha algumas resistências por conta das saídas de sua companheira, como membro do

Movimento, forçando-o a “revirar-se” em casa, a ter que lidar com serviços domésticos, como fazer a comida.

Na relação, de uma forma geral, com a comunidade, percebemos um certo fetichismo para com o movimento das mulheres, que se traduz nos eventos do 8 de março, quando ocupam a Câmara Municipal e os vereadores e vereadoras fazem discursos elogiosos ou prudentes, tentando transparecer uma atenção dispensada. No entanto, quando somamos os marços em que ali elas estiveram, quando iniciamos o outro dia, o outro mês, parece que toda a encenação ficou restrita ao “Dia da Mulher”. A impressão é que não houve uma escuta devida, não houve uma inter-relação. Essa é a sensação que também tivemos em algumas conversas com os moradores do povoado.

Ainda que nos tivéssemos deixado guiar pelas mulheres do grupo, bem como pelo Presidente da Associação, indicando-nos algumas pessoas a serem entrevistadas, percebíamos que tais pessoas, quando indagadas sobre a importância do grupo no povoado, a importância daquele trabalho, daquele artesanato, enunciavam falas do tipo: “É uma conquista delas!”, “É importante para elas!” Ainda que o grupo tenha sido importante na luta para se conseguir os serviços de instalação de energia e telefone no povoado, parece que a atividade delas não interfere na comunidade, logo, “a conquista” é somente “delas”, o artesanato somente as envolve. Mais uma vez pensamos em uma (não)relação, em uma não atenção ao trabalho diferencial dessas mulheres, em uma não escuta desse rumor que atravessa a poética de Valmira Lopes: “Viemos para fazer a diferença”.

Diante de tais percepções podemos nos perguntar: Quais os empecilhos para que essa diferença, de fato, faça a diferença e para que as portas realmente estejam abertas? Quais as demandas para um artesanato sustentável? Que lições ativas e reativas destacar do movimento dessas mulheres? Na conversa com os membros da comunidade, nessa linha de reflexão, uma fala nos chamou a atenção: o depoimento de um ex-integrante, homem, José Reis dos Santos, do grupo. O mesmo afirmou que participou do trabalho em conjunto com aquelas mulheres, aprendeu a fazer o artesanato, já estava produzindo peças, mas, depois de determinado tempo, saiu. Quando perguntei o porquê de tal saída, primeiro ouvi um silêncio, mas, diante da minha insistência com a pergunta, depois de algum tempo, ele respondeu: “o pessoal ficou zoando, os companheiros, dizendo que eu estava fazendo artesanato, bolsa de artesanato, que era coisa de mulher, então eu sai”.

Isto nos remete à pesquisa de Matos[45] com as artesãs do Vale de Jequitinhonha, suas especificidades, os sentidos marcados nas práticas e a ressignificação refixando lugares, funções, sujeitos. No Vale, o grupo de mulheres começou a prosperar com o trabalho de artesanato, ganhou reconhecimento na região e dinheiro suficiente para fazer com que os homens, precisando sobreviver, adentrassem no artesanato antes considerado só feminino, "coisa de mulher". Ao fazerem-no, ao invés de neutralizar-apagar a prescrição "artesanato é coisa de mulher", redistribuem as funções no ofício, agregando às suas atividades, a seus produtos, maior valor simbólico e comercial.

Ou seja, na produção artesanal do Vale, às mulheres ficou restrito o artesanato principalmente de panelas, que passou a ser considerado "coisa de mulher", de menor valor, enquanto que os homens, quando entraram, procuraram fazer somente esculturas (figuras), contribuindo, em parcela significativa, na fixação da marca de gênero, do sentido-valor superior na palavra-ser homem e seus considerados correlatos, como essa tipologia de peça. Ficou perceptível o arte-fato de gênero, a produção dessa marca constituindo naturezas em objetos, sujeitos, existências. Também perceptível é a artimanha da refixação enquanto renaturalização, nos levando a pensar nos impasses para se chegar ao humano para além das marcações de classe, gênero, geração, raça-etnia; nas estratégias de intervenção; em um outro sentido-potencial do artesanato como oposição à naturalização impressa pelo patriarcado e sua reificação capitalista.

Lembrando da imagem trazida por uma das co-organizadoras das feiras solidárias de mulheres produtoras, a respeito de se ter rompido com o medo do espaço público, de as feiras não mais acontecerem em espaços fechados, retivemos essa figuração do espaço público fechado e o imenso desafio que isso implica em termos de abertura subjetiva associada às transmutações sociais. E, com isso, podemos fazer algumas reflexões-constatações a respeito do artesanato, sobre o qual já comentamos, no Vale e no território do sisal descrito.

Nessa proposta de reflexão, podemos dizer que as portas abertas do artesanato das mulheres do Vale fizeram com que homens adentrassem no grupo e as fechassem, redividissem as portas. O grupo Mulheres de Fibras também deixa as suas portas abertas e um homem adentra, mas sai, pois não suporta, não sabe como lidar com os valores-sentidos

[45]Cf. MATOS, Sônia Missagia de. Op cit.

atribuídos às práticas, aos comportamentos, aos sujeitos, a si, ao trabalho de artesanato com mulheres, e sua tessitura com as fibras do sisal. Com isso, as portas, abertas, ganham o sentido prático de fechadas. A imagem, que nos inspira a partir da fala da co-organizadora da feira e que aqui reaparece, é a do espaço-público cerceado. Quais os desafios a se romper? Como lidar com esses signos que nos constituem? Qual a nossa parcela (enquanto homens, mulheres, mediadores...) nesse artesanato? Como descobrir com as Mulheres de Fibras o ponto autosustentável, singular, do seu trançado?

Nessas linhas de desnaturalização, fruto de inter-relação, de uma certa correspondência, com diversas forças prático-discursivas oriundas de diversos lugares, percebemos, observando o artesanato das mulheres de fibras, que os impasses, os conflitos, as estratégias, as negociações, os tempos diferenciados constituem as trilhas. Foi com esse raciocínio que recebemos a notícia, já no final da tese, de que as mulheres do grupo, enfim, tinham conseguido, depois de tantas reivindicações, um ponto na feira, no mercado municipal situado na sede, em Santa Luz, para vender as bolsas de sisal, levando o nome de cada uma delas naquele trançado, levando a proposta de um outro consumo, de um bem simbólico para além do sentido de mercadoria e seu fetichismo. Também ficamos sabendo que conseguiram provocar um incipiente mercado, no povoado, contra um capital global patriarcal, na medida em que tinham compactuado-estimulado todos e todas a comprarem entre si, ao invés de adquirirem os mesmos produtos de outros compradores externos. Na medida em que elas tomavam a cena naquela inter-relação, provocavam uma correspondência mais solidária entre os membros da comunidade.

Com isso, mesmo considerando os impasses, as repetições do mesmo pelas próprias mulheres, as demandas, nos convidando, acima de tudo, a uma ampliação dos nossos canais de escuta, procuramos, também nessa linha, destacar os saldos produtivos, a desconstrução, o artesanato inclusive do próprio termo artesanato, que aqui emerge com outros sentidos.

Para o artesanato visto como oposição à grande arte, tomada como criação original e aquele como cópia de segunda categoria, procuramos pensar o artesanato enquanto arte, também criação, como nos sugere Bartra[46], na sua pesquisa sobre as recriações de Frida Kahlo feitas por artesãs, as quais, a princípio, desvalorizadas por serem consideradas cópias, passam a ter outras percepções-sentidos, na medida em que se começa a observar

[46] Cf. BARTRA, Eli. Arte popular y feminismo. In: *Revista de Estudos Feministas*, p. 30-48.

diferenças naquela repetição, uma traição do modelo, da memória que se faz esquecida. Começa-se a perceber outras Frida Kahlos, o movimento artístico-criativo-diferencial no trabalho das artesãs. Também aqui começamos a perceber outras mulheres rurais no trabalho de si, na re-criação do seu artesanato: essa atividade das mãos que tecem em conjunto a si mesmo e o outro em relação, para além, portanto, de uma certa noção de arte que institui a contemplação e o conformismo, as marcas de classe e a cultura do gosto e se naturaliza enquanto mera representação da barbárie.

Para essa imagem artesanal de uma mulher rural impedida de circular no espaço público por uma moral excludente que lhe atribuía conotações de perdição, prostituição, temos uma outra mulher rural que afronta esse fantasma, circula em diversos espaços, inclusive procurando modificar seus sentidos moralistas e falsamente democráticos, politizando o cotidiano e a própria política.

Para a imagem memorizada, como norma a ser seguida, de que dinheiro não era coisa de mulher e sim de homem, de que quem, do seu meio, negociasse era mal vista, de que lugar da mulher era na cozinha, no lar, somente cuidando dos afazeres domésticos e das funções consideradas reprodutoras, temos, assim, uma outra imagem em movimento dessas mulheres afirmando-se como produtoras, com capacidade de comercializar, gerenciar, inclusive de forma diferenciada, seu empreendimento.

Para uma mulher rural vista como isolada, atrasada, alienada, por vezes como sexo frágil, sem capacidade de decidir, passiva, indefesa, sem direitos, sem existência enquanto trabalhadora, emergem mulheres rurais articuladas com diversos atores-forças locais, regionais, globais; que buscam estudar, cientes das relações entre saber e poder; que lutam por seus direitos, inclusive como trabalhadoras, no sentido de serem reconhecidas como tal em suas diversas funções, em sua outra configuração de trabalhadoras rurais.

Foi com Maria de Lourdes Conceição Santos, de Inhambupe, que aprendemos a olhar de outra forma as mulheres de fibras. Dela ouvimos: “eu não sei ler nem escrever, mas sei a arte de sobreviver[47]”. Foi buscando a arte da sobrevivência que encontramos a escrita do corpo dessas mulheres, nas suas trilhas os signos da arte que, como nos alerta

[47]Ouvimos tal fala de dona Maria de Lourdes Conceição Santos em Inhambupe – BA, em setembro de 2006, durante um dos encontros preparatórios para o I Fórum de cultura microrregional – Criatividade popular e transformação social - que o Núcleo de Estudos da Subalternidade (NUES), do qual sou vice-coordenadora, realizou na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus II – Alagoinhas- BA, em dezembro de 2006.

Deleuze[48], modificam os signos mundanos. Nessa linha, reescrevem, reinventam a si e a um cotidiano; trançam com os outros, consigo e, logo, com a paisagem com a qual interagem.

Para um sertão com migração principalmente de mulheres, concentração da produção e renda, com latifúndio e agricultura patronal, com pobreza, desigualdade, competitividade, precarização do trabalho e exclusão social, temos as mulheres de fibras lutando por outra forma de inclusão, encenando uma redistribuição, uma democratização de todos os espaços; encenando alternativas de vida, igualdade com diferença, solidariedade, uma outra noção de trabalho e de desenvolvimento. Para um sertão de secura, onde parece que não tem-tinha gente - haja vista o título da I Conferencia Nacional sobre Desenvolvimento Rural Sustentável - ou somente existiam objetos descartáveis, temos a força dessas mulheres e todo o seu artesanato para se fazer perceber nesse âmbito, para além de sujeitos, masculinos e femininos, com seus superhomens e supermulheres, apenas sujeitos humanos começando a dar mostras de uma outra humanidade possível e em movimento.

Para Guérin[49], a Economia Solidária tem grande importância nesse artesanato, pois pode ser uma verdadeira mola do processo de igualdade entre sexos. Conforme a pesquisadora, esta igualdade real, que não se consegue somente com o acesso a atividades de geração de renda, enfrenta três obstáculos principais: o caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições, e, por fim, a desigualdade na divisão das obrigações familiares. Entretanto, as atividades proporcionadas pela economia solidária fazem emergir funções intersticiais que podem favorecer a eliminação desses bloqueios.

Contra o caráter multidimensional da pobreza, uma justiça de proximidade que vise diminuir as lacunas de uma justiça centralizada e padronizada, interferindo, portanto, em um acionamento deficiente dos direitos, fator primordial dessa desigualdade. Contra a inadequação das instituições, a necessidade do diálogo social, que, na economia solidária, se encena por meio dos espaços de discussão e deliberação democráticos que se apresentam como modo de acesso à fala pública e, por conseguinte, meio de expressão e reivindicação coletivas que podem participar da transformação das instituições, legislações e normas sociais. Por fim, contra a desigualdade na divisão das obrigações familiares que ainda

---

[48] Cf. DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*.
[49] GUÉRIN, Isabelle. Op cit., p.16-23.

persiste, a necessidade de se revalorizar as práticas reciprocitárias, na medida em que se redefine a articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, de forma também a se conciliar melhor vida familiar e vida profissional.

Guérin nos fala de igualdade enquanto acesso, por todos, aos direitos, direito inclusive de fala, reivindicação e modificação das normas sociais, chamando todos à responsabilidade, a uma rearticulação sobre os cuidados cotidianos, a uma prática de reciprocidade contra uma desigualdade naturalizada que beneficia a uns e a outros não. Enfatiza que é preciso romper a perspectiva financeira, embora esta seja importante, e visualizar a potência da economia solidária enquanto espaços de mediação, no sentido de se quebrar fronteiras.

Com isso, pensamos na dura jornada de trabalho das mulheres trabalhadoras rurais de Miranda, bem como no seu movimento para um outro tipo de produção de relações trabalhistas e sociais; na implicação de seus atos para se refletir sobre uma (re)articulação entre diversos atores em um trabalho cooperativo, com práticas reciprocitárias, que leve em conta diversas esferas, principalmente a esfera doméstica que é relegada só às mulheres. Pensamos, por conseguinte, na politização que fazem do cotidiano, na quebra de fronteiras entre privado e público, monetário e não-monetário.

Para Adriana Oliveira[50], a economia solidária aumenta o poder das mulheres, no sentido psicológico, enquanto auto-valorização; no sentido social, enquanto obtenção de informação; e no político, no sentido de adquirir um lugar de fala e agir em coletividade. Para nós, as mulheres de fibras se potencializam e potencializam a economia solidária, pois, ao mesmo tempo em que propõem e inspiram um outro sentido de humanidade, nos levam a pensar em uma ampliação do capital humano, ou em um não esquecimento do que este pode apagar, funcionando, apenas, e como sempre, como um espaço público com portas fechadas.

Em meio ao emaranhado contextual que as afeta, percebemos diversas artes de sobrevivência, lições que se disseminam na sua escrita, que configuram suas trilhas em um movimento criativo, duplo: ao mesmo tempo em que buscam, enquanto membros do MMTR, uma inserção, como trabalhadoras rurais, nesse mundo, com o artesanato que

[50]OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária, p. 157-177.

fazem, o modificam, inventando, com isso, um outro mundo, uma outra paisagem subjetiva e social. Movimentam-se nesse entremeio, nesses entre-pontos, o que configura uma estratégia intervalar, assim como manifesta-se Silviano Santiago a respeito do discurso ativo e revolucionário latino-americano: "artelatina manifesta também uma estratégia de inserção. Não é origem nem fim, é entre[51]". Ou seja, a arte latina é uma questão de entre(!) Um entre-lugar, enquanto deslocamento, e uma busca de lugar, no sentido de uma certa inclusão.

Trata-se daquela reinvenção de lugar configurada na fala de Gema Esmeraldo[52], quando relata essa necessidade de sair de casa que envolve as mulheres num assentamento do MST, aquela necessidade de se construir um galpão para o desenvolvimento de outras atividades que não as naturalizadas. Nessa linha, uma das fundadoras do MMTR-NE, Maria Auxiliadora Cabral, afirma, quando perguntada pela maior conquista do movimento: "a maior conquista foi tirar a mulher do fogão[53]".

Também no MMTR de Santa Luz, nas Mulheres de Fibras, mulheres da Rede de Produtoras, percebemos a busca de espaço para a sede, para negociar, para se encontrar, busca de espaço de reconhecimento, que para nós, agora, lembrando do cenário do artesanato consigo após trançarem com as outras fibras, vai se complexificando. Como diria a personagem Conceição, do romance *O Quinze* de Rachel de Queiroz, vista por dona Inácia como aquela que rejeita certos papéis destinados à mulher, se pondo a "torcer a natureza": "A gente precisa criar seu ambiente, para evitar seu excessivo desamparo... (...) é preciso criar seu ambiente... (...) É tão complexo isso de ambiente...[54]"

A complexidade sugerida por Conceição nos ajuda a perceber os sentidos que fazem funcionar esse tal ambiente no artesanato das mulheres de fibras. É desse lugar, intervalar, que Valmira Lopes nos fala, que se trança, se pensa diante do confronto com forças mediadoras que projetaram, em praça pública de uma cidade vizinha, a sua imagem no Movimento: "eu nunca tinha me visto antes, só no espelho!". Nesse sentido, a relação

---

[51]Cf. SANTIAGO, Silviano. Artelatina (Manifesto). In: MARQUES, Reinaldo; VILELA, Lúcia Helena. (Orgs.). *Valores: arte, mercado, política*, p. 59.

[52] ESMERALDO, Gema Galgani. *O MST sob o signo de uma economia subjetiva: o assentamento José Lourenço.*

[53] CABRAL, Maria Auxiliadora Dias. Entrevista com Maria Auxiliadora Dias Cabral, uma das fundadoras do Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Entrevista realizada por Allana Coutinho – 08/03/2007. Disponível em: www.asabrasil.org.br/ Acesso em: 20/03/2007.

[54] Cf. QUEIROZ, Rachel. *O Quinze*, p. 81-82.

especular era transferida do espelho de casa, para o telão em praça pública. Era aquela tela que assumia a função de espelho, que, enquanto cópia, seria sempre um simulacro, como também o é o original. É a imagem disforme do espelho que é mostrada na tela. Assim, a tela teve essa função de mostrar o simulacro, a imagem daquela mulher em movimento, a possibilidade de simulação, naturalizada, congelada pela força de um espelho diverso que repete o mesmo. Espelho que quer deixar de ser espelho, espelho que só foi possível em outra tela que ressaltava o movimento e que permitia a relação deslocada consigo já deslocando-se.

Por isso a admiração de Valmira Lopes. É como se ela tivesse dito: eu nunca tinha me visto antes como possibilidade de ser outra, de movimentar-me, de transformar-me, de ver-me transformada, reinventada. Nesse sentido, nunca tinha se visto antes, porque o antes apontava para o mesmo. E o sujeito Valmira Lopes, que se expressa nessa frase-constatação de vida, é o sujeito como subjetivação, movimento. Por isso, mais uma vez repito, esta nunca tinha se visto antes, pois só via antes o mesmo, o inerte, a cópia ignorada na sua diferença, o espelho sem sua função de espelho. A relação especular só pôde ser ativada diante da imagem que ressaltava o movimento, visto que somente assim, com o movimento, poderia haver o deslocamento para a configuração do si, e, com isso, somente com o movimento, repito, poderia se ver não o ser, mas o sendo, o vir a ser, o devir.

Nesse ponto, talvez pudéssemos insistir na pergunta que ecoa: que lições podemos selecionar no artesanato de Mulheres de Fibras? De qual matéria prima elas se apoderam? De quais meios de produção? Nessa economia cultural, qual a mais-valia simbólica que queremos juntamente com elas enfatizar? O tempo da segunda-feira, o espaço da associação, como lugar-momento de fazer o artesanato, lugar saudável, de amparo e auto-sustentabilidade, onde, para além de se pensar na geração de renda, no trabalho estipulado, se troca conversa com as outras, consigo, é símbolo do espaço-tempo subjetivo, tão necessário, que as Mulheres de Fibras nos ensinam. Espaço–tempo subjetivo que se configura como ponto deslocado de emergência delas próprias, apropriação das fibras discursivas que as constituem, ponto de acabamento do artefato criativo da vida como obra de arte, ponto singular desse artesanato de si.

No final da minha visita elas ainda fizeram questão de me lembrar-retificar, dizendo: “o nome do grupo é Mulheres de Fibra! Por que nós somos fortes, nós podemos!”

Bem, essa lição nós já tínhamos aprendido, ela se (des)embaraça na escrita de si dessas mulheres, na sua poética, como ponto de entrada e de saída desse artesanato nos fazendo o tempo todo pensar: Mulheres de Fibra(!): de personagens conceituais a sujeitos concretos nos convidando a assumir e a partilhar essa arte de tecer um outro sentido para a potência de criar!

CONCLUSÃO

As mulheres de fibra não dão moleza!

Simone do Nascimento, integrante do MMTR (grupo Mulheres de Fibra) de Santa Luz – BA.

Minhas mulheres são danadas, não são? Talvez seja ressentimento do que não sou e gostaria de ser.

Rachel de Queiroz, Cadernos da Literatura.

A saúde como literatura, como escrita, consiste em inventar um povo que falta.

Gilles Deleuze, *Crítica e clínica*.

Enfim, como se configura o devir matriarcal em Rachel de Queiroz? Como se dissemina no movimento de teóricas feministas, da crítica literário-cultural feminista, dos estudos de gênero no Norte e Nordeste, na Bahia, no semi-árido sisaleiro, aqui representados pelo NEIM (REDOR) e Mulieribus, em ONGs como o MOC, e no MMTR de Santa Luz? Seria o devir matriarcal em Rachel de Queiroz uma inversão do patriarcalismo? Ou, como nos incitou Heloísa Buarque, uma configuração de uma ilha matriarcal? Que lições aprender com ela?

Rachel de Queiroz nos ensinou o devir matriarcal enquanto anarquia sígnica. Ensinou-nos a devir, a fazer devir ativo o reativo, a selecionar outras imagens de si-sobre si, a perlaborar reescrevendo-se, a praticar uma memória que conjuga um esquecimento ativo, a nos perceber no processo de reinvenção, a nos tornarmos sujeitos, a exercitar nosso personagem conceitual.

Com isso, nos ensinou a questionar a inversão, nos fazendo perceber que a subjetivação deve ser uma luta sempre pela diferença, pela liberdade, pela possibilidade de criar. Ensinou-nos a questionar a configuração de uma ilha, mostrando-se sempre em relações de forças, engendrando-as e sendo por elas também engendradas. Aprendemos com ela que matriarca é sempre uma força sígnica, uma invenção constante, uma potência criativa a emergir entre forças que querem soterrar um grito, uma linguagem estrangeira,

um pensamento-sentimento-ação, um personagem conceitual. Nesse sentido, não se pode responder-dizer o que é a matriarca, pois esta é o devir. Pode-se dizer o que ela não quer ser: uma imagem do patriarca, visto que dessas forças matriarcais aqui reunidas ouvimos de diferentes modos: “viemos para fazer a diferença”.

Rachel de Queiroz, também para nós, foi lição de vacilo: de sujeição à armadilha. De tanta militância em prol de uma liberdade, de um compartilhamento, militância contra a exploração, a dominação, a ditadura, por exemplo, do Estado Novo, torna-se adepta do militarismo. De revoluções constantes experimentadas com o trotskismo, apóia o golpe de 1964 no Brasil considerando-o também uma revolução, considerando que estava agindo contra a mesma ditadura de antes, que parecia voltar. Vê-se alinhada a forças disciplinadoras, cerceadoras, que tanto combatera, que não suportara, mesmo no Partido Comunista, que ajudara a fundar no Ceará, quando este censurou seu romance, sua criação-vazão de personagens e histórias outras.

Rachel de Queiroz foi lição de alerta nos fazendo perceber que qualquer um de nós está sujeito a cair na armadilha, mesmo aqueles que (não) se percebem como sujeitos históricos, ou críticos críticos, para lembrarmos o olhar que a julgou, que não considerou seus outros movimentos. Mesmo aquelas mais combatentes, podem ter linhas de seu combate capturadas por uma rede familiar, de formação, de sedução, de ressignificação.

Dessa forma, Rachel de Queiroz nos chama a atenção para o perigo da inversão. O perigo reativo da privatização do espaço público quando se busca um espaço de domínio próprio, o perigo dos sentidos fixados, da lógica patriarcal sendo reproduzida em nossos pensamentos, da repetição de um disciplinamento institucional, de sua burocracia, de sua lógica quantitativa, produtivista, repetição de separatismos como corpo-linguagem-experiência-natureza x mente-homem, ou teoria x prática, ou ainda saber x não-saber repetindo um centralismo do conhecimento, da ação prático-política, da linguagem, de imagens estereotipadas para com as mulheres com as quais nos inter-relacionamos, que ora tanto combatemos, que tanto nos esforçamos para desconstruir.

Chama-nos a atenção para o perigo da ilha, que pode ser visualizada no gueto, no espaço fechado, no investimento em um sistema literário próprio do feminino, na fixação da identidade, da essência, da natureza, do papel, do lugar da diferença, na não abertura no interdisciplinar, na não relação. Não relação com as forças contextuais nas operações

teórico-práticas, não relação com outras mulheres, com outros feminismos, na exclusão de outros saberes, do movimento fora do Movimento, de outras vozes, outras epistemologias evitando a tensão ativa, e, logo, outros acontecimentos.

Alerta-nos para o perigo da coronela. O perigo da mesma coronela sob diversas capas. A liderança masculinizada, a militar da linguagem, a coronela do conhecimento, a generóloga hierarquizando suas subalternas, a matriarca capitalista, a patroa severa de si mesma, a poderosa que empodera as sem poder, a capacitada que capacita as incapazes. A repetição de um poder reativo, dominador-anulador-explorador de outras mulheres, de uma imagem da matriarca, na linha do patriarca, que tanto é combatida por essas próprias mulheres.

Mas, acima de tudo, Rachel de Queiroz nos ensinou a lutar contra as forças patriarcais, militares. Deu-nos o antídoto, nos ensinou que é possível reinventarmo-nos. Suas armas são exibidas: a literatura, a linguagem, a escrita. Ainda que estas sejam, por vezes, vistas sem potencial de transformação prático, basta ampliar seus sentidos, observar o movimento textual dessas mulheres para percebermos o quanto elas se fazem presentes: são modos de desconstruir, de ressignificar as práticas institucionais, a realidade semiótico-discursiva, a memória prescrita, o sujeito (feminino) demarcado.

Por isso, quando ouvimos de Rachel de Queiroz: “minhas mulheres são danadas, não são? Talvez seja ressentimento do que não sou e gostaria de ser”, é como se, no seu estilo controverso, na contradição discursiva do sujeito, isso funcionasse como um convite para percebermos seu intertexto, para melhor analisarmos seu texto-vida, para percebermos o grau de liberdade, de domínio de si que esta se exigia. A vazão disso na sua força criativa. Força que nos ensinou a suspender os sentidos e visualizar também a possibilidade de uma coronela ativa, aquela que busca, contra todas as forças, a liberdade, que luta contra as forças que dominam, que busca dominar o domínio.

Nesse sentido, com Rachel de Queiroz, pensamos em estratégias. Por exemplo, sua estratégia de adentramento no campo das letras, de reconhecimento como escritora, estratégia que, por vezes, joga com a inversão, mas também combate o essencialismo feminino, a escrita típica feminina nos deixando vê-la como produção. Suas estratégias nos fazem pensar, como já dissemos, no perigo reativo que as circunda, mas também na potência que engendram. Fazem-nos pensar em outras estratégias, as das mulheres aqui

reunidas. As estratégias dos núcleos de estudos sobre mulheres, das teóricas feministas inserindo na cena científica questões antes relegadas, a estratégia de produção de um saber diferencial, de investimento em ensino, extensão e pesquisa nesse campo, abrindo uma outra tradição, diferencial, na academia. Estratégia primeira do NEIM em investimento em um mestrado e doutorado no País, na área de estudos de gênero e seus correlatos. Estratégia de outra formação para pesquisadoras(es) sobre o assunto e de publicização das pesquisas na Bahia através do seu centro de documentação. Estratégia de articulação dessas pesquisadoras do Norte e Nordeste, através da REDOR, como forma de romper com o isolamento que as abatia, de garantir outros saberes e uma interlocução com os centros do sul e do sudeste. Modos de inserção, de reconhecimento, de visibilidade, de diferenciação.

Estratégia de criar-potencializar movimentos organizados, como o das trabalhadoras rurais, a fim de se garantir os direitos mais básicos, a fim de que sejam consideradas pela Constituição brasileira, pelo poder público brasileiro, como gente, como cidadãs. Campanhas estratégicas para isso, marchas, mobilizações. Criações de cooperativas, de rede de produtoras com o propósito não só de serem inseridas no mercado, de competir com o capital patriarcal que as excluía do mundo da produção, do exército de reserva, mas como forma de experimentar, solicitar, vivenciar, um mercado diferencial, um mundo mais solidário, mais eqüitativo.

As mulheres trabalhadoras rurais de Santa Luz criam o grupo *Mulheres de Fibra*, criam o artesanato, criam artimanhas para lidar com a vigilância militar dos maridos, assumem o jogo como estratégia-arte da sobrevivência. Nas suas atividades de multiplicação rizomática com outras mulheres da comunidade, jogam com o sentido do "papel" prescrito para elas e esperado pelos maridos, ensinando, estimulando outras funções para as mesmas, insuflando uma abertura. Jogam para sair de casa, para conseguirem se desligar do fogão, para conseguirem, taticamente, que aquela função, naturalizada para elas, cozinhar, fosse também compartilhada pelos companheiros. Usam da ironia, recorrem à afronta, quando percebem a importância da escola, quando percebem que podem continuar ou voltar a estudar.

Fazem parcerias, acordos, não só entre elas, mas principalmente com os vários movimentos de mulheres, grupos, núcleos, secretarias... de modo que a estratégia da articulação force outras estruturas a democratizarem mais os seus espaços, seus

conhecimentos, seus recursos, suas políticas. Potencializam as articulações e, com isso, ampliam as universidades, as ONGs, as políticas públicas, os direitos. Garantem uma outra forma de inserção, um certo reconhecimento. Uma forma de globalização alternativa contra o massacre da neoliberal.

Rachel de Queiroz nos ajudou a estranhar, a complexificar, quando afirma-se antifeminista, quando nos incita a rever essa naturalizada "marca de casa", quando, com Conceição, diz-nos que o ambiente buscado não é um simples ambiente, de costura, por exemplo, mas algo mais complexo, que nos ajuda a pensar no artesanato de si, na desconfiança para com a familiaridade dos conceitos, de uma teoria-práxis, alertando-nos, como sempre, para a possibilidade de vacilos, repetições do que combatemos.

Possibilitou-nos visualizar uma outra noção de saber: enquanto produção, invenção. Modos de saber que percebemos nos movimentos dessas outras mulheres, embora algumas ainda afirmem uma vontade de verdade, de origem, de raiz sobre, por exemplo, o que seja gênero. O movimento de produção de outros saberes que realizam vai contra isso. Afirma uma provisoriedade, uma contingência, um interesse marcando tal ensinamento-aprendizagem. Nesse sentido, Rachel de Queiroz nos ajudou a desconfiar do já dito, a girar as assertivas, as negativas, as perguntas a nosso favor. A expandir o que limita: "para que saber disso?" diria dona Inácia, já dominada por nossas forças contra-domínio, nos levando a pensar no saber que aprisiona, que nos propõe uma recusa da vida ao invés de afirmá-la, que recalca o grito da vida. Dessa forma, Rachel de Queiroz nos ajuda a gritar, a "torcer a natureza", diria, repetindo dona Inácia.

A noção de saber que nela visualizamos vai contra um saber epistemológico, afirma um saber dramático e enunciativo, contra as metanarrativas que desenham ilusoriamente uma totalidade para o sujeito. Um saber que nos ajuda a pensar nos relatos, que nos incitou a reunir aqui os relatos, os fragmentos, as cenas, as anotações, as fibras discursivas dessas mulheres. Instiga-nos a compor, visualizar, a poética dessas mulheres sertanejas, de um local que perde a raiz e não perde o crivo, distende o olhar, torna-se rizoma. Rachel de Queiroz nesse meu processo de recomposição, de associação, aqui, dessas mulheres, de proposta de encontro entre todas nós, torna-se personagem conceitual. Ela vive, ela insiste, lembremos Deleuze. Ela dissemina o devir: o devir matriarcal em diferença. O devir revolucionário, louco, a quebrar os parâmetros, a linearidade, a temporalidade fixada. Com

essas mulheres relemos Rachel de Queiroz, também a reinventamos, não nos ausentando da cena. Reaprendemos e desaprendemos com elas.

Com essas mulheres de fibras aprendemos que o devir é uma produção coletiva, que exige uma maquinaria, um artesanato, uma desnaturalização, uma anarquia sígnica. Logo, aprendemos a percebê-las enquanto texto, artesanato, trançado e retrançado, produção, subjetivação. E, enquanto tal, percebemos sua marca genérico-sexual revelando o ativo princípio de identificação simbólico-cultural, revelando as marcas de uma hegemonização cultural masculina dominante, os traços desse operativo de violência sociomasculino na linguagem, nas normas culturais, jogando por terra qualquer idéia de neutralidade e de transcendência. Percebemos, na poética dessas mulheres, as marcas de uma feminização da escrita extravasando a retenção da significação masculina, desregulando a tese do discurso majoritário.

Nesse sentido, observando suas camadas textuais, percebemos os traços se entretecendo, os apagamentos, as rasuras, a subjetivação: mulheres na academia, conquistando espaços, provocando aberturas nesse âmbito, encenando uma outra imagem para a intelectual, mulheres sendo reconhecidas como teóricas, como militantes, como pensantes, mulheres saindo de casa, ganhando o espaço público, sendo percebidas como produtoras, como trabalhadoras, com direitos a direitos, mulheres negociando, em auto-gestão, liderando processos cooperativos, incitando outros modos de produção, outros modos de relações sociais, mulheres perdendo o medo, mulheres sendo ouvidas, ensinando, afetando outros, selecionando saberes, aprendendo com outras... Diferentes mulheres em movimentos de trocas subjetivas, reinventando a si e a outras(os).

Percebemos, assim, mulheres se apropriando das fibras discursivas que as constituem, tomando pé do seu destino ou trazendo à mão, no corpo, as armas, os conhecimentos que lhes interessam, internalizando uma verdade que lhes faz bem, que lhes restitui a auto-estima. Dessa forma, percebemos, acima de tudo, a visão de si, a imagem que constroem para si: “Somos mulheres de fibra, porque somos fortes, nós podemos!” Imagem-linguagem que se transfigura nos atos, nos movimentos, no corpo, como outros modos de fala, como linhas intertextuais.

Por conseguinte, observamos a restituição dessa potência do-no sujeito feminino. Potência que foi e é apagada, recalcada pelas forças militares que podem se diferenciar:

críticos críticos, maridos vigilantes, as donas Inácias reativas, os campos disciplinares, colegas de trabalho, certas forças institucionais, certo sistema literário... o capital patriarcal mundial integrado, o vírus patriarcal que introjetamos em meio a ventos relacionais, ventos colonizadores. Percebemos o apagamento dessa potência no espelho, quando este perde a sua função especular e transita por todos os espaços, fazendo com que essas mulheres não se vejam, enquanto sujeito sempre em movimento. Espelho disseminado que estanca a subjetivação.

Com isso, também aprendemos que a subjetivação, o devir, implica em dores, conflitos, ritmos e graus diferenciados de deslocamentos, de abertura: a dificuldade de sair de casa, de abandonar o fogão, ainda a múltipla jornada de trabalho, a dificuldade de se ver, de sair do campo disciplinar, de rever a linguagem nas práticas sociais, na relação com as coisas, de pensar nosso pensar, de expandir a ficção, de rever a formação, rever criticamente o projeto moderno, iluminista, contra o qual se luta, mas sob o qual se foi estruturada, dificuldade de lidar com o esquecimento, ainda que ativo, visto que foram esquecidas na história, dificuldade de lidar com a noção de humano, porque por ela foram apagadas, de lidar com a noção de sujeito descentrado, difuso, instável, visto que nunca puderam ser centro e, com isso, buscam enfim um porto seguro, dificuldade de romper com dicotomias, através das quais fomos subjugadas, de encetar uma contranarrativa radical quando ainda se sonha com uma metanarrativa de emancipação que regularize as mulheres nas suas diferenças.

Dificuldade de ressignificar, de gritar, visto que, como nos diz Deleuze, “os gritos da linguagem dos signos marcam essa luta das paixões, das alegrias e das tristezas, dos aumentos e diminuições de potência.”[1] Mas, nós ouvimos os gritos, em vários tons, estamos ouvindo o ressoar desses movimentos de mulheres: “fale a nossa língua!”. Um pedido para ouvir uma outra língua na língua, esse devir minoritário, do homem, da mulher, esse devir molécula, uma língua liminar situada na zona textual de uma marginalidade limítrofe.

Seguindo essa linha, na tensão criativa das relações de forças que agenciam os sujeitos, percebemos a reversão. A reversão política, ampliando a luta de classes, politizando o cotidiano, a casa, a universidade, a literatura, a leitura, a escrita, as organizações, as relações entre pessoas, as relações no trabalho, as relações institucionais.

---

[1] Cf. DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*, p. 163.

Uma politização da política apontando para a mais-valia simbólica nessa economia cultural, para a matéria-prima subjetiva como ponto primaz dessa política, como necessidade de um devir revolucionário nas pessoas. Inclusive para se pensar de outra forma a autonomia.

A política como "a luta das forças imperceptíveis, forças em nós e em nossa volta, forças em conflito contínuo"[2], nos diz Elizabeth Grosz; a política como a liberdade, como nos sugere Hannah Arendt[3]; como possibilidade de lidar com as forças de dominação, as forças militares, de uma liberdade falsa, contra as imagens projetadas para a mulher, e também para o homem, por um mercado global homogeneizador; possibilidade de lidar com as forças de dominação, transformando o espaço de domínio próprio, em um espaço de relação consigo, um espaço próprio para conter o domínio, que de formas sorrateiras busca vetar o devir matriarcal em diferença.

Isto também nos levou a pensar na demanda da mediação, na necessidade de nos percebermos em relação. O artesanato nos alerta para isso, as cenas dos diversos trançados nos convocam para isso: percebermo-nos no artesanato, percebermo-nos como produção e produtor, sujeito e artefato. Percebermo-nos, nessa inter-relação subjetiva, que podemos ajudar a fazer algo por nós mesmos, que somos marcados por forças bem próximas e bem distantes, forças de organismos internacionais, forças internalizadas no modo que por vezes usamos para combatê-las, forças imperceptíveis. O sentido de mediação que emergiu nesse encontro-confronto de mulheres apontou para isso: o mediador não como aquele que, distanciadamente, abre espaço para o outro.

No caso do NEIM, o mediador que, ao falar de outras mulheres, em certo sentido também fala de si. No MOC e Mulieribus fica mais perceptível a troca subjetiva com o MMTR, o aprendizado mútuo, o processo subjetivo antropofágico. Da relação com os colegas de trabalho, com os companheiros, os maridos, fica mais perceptível o apoio, a não declarada aprendizagem, mas a mobilidade do discurso, do corpo, forçado, por partículas lançadas, a um "revirar-se." Revirar-se de um texto, como de Rachel de Queiroz, que, antifeminista, inventa personagens (para si) de tamanha abertura para épocas e contextos. Rachel de Queiroz que, aqui, também vira mediadora. Tudo isso, é bom lembrar, com limitações, ritmos e graus diversos, em um complexo de resistências.

---

[2] Cf. GROSZ, Elizabeth. Futuros feministas ou o futuro do pensamento. Labrys: Estudos Feministas/Études Feministes. n.1-2, jul.-dez. 2002. (http://www.unb.br/ih/his/gefem) Acesso em: 15 de junho de 2006.
[3] Cf. ARENDT, Hannah. *O que é política?*, p. 38.

Nesse embate, o mediador também funciona como força de intervenção importante, capaz de distribuir espelhos que ofusquem a luz patriarcal. Capaz de reinventar, de inventar um povo que falta. De redistribuir outras imagens sobre mulheres sertanejas, mulheres trabalhadoras rurais, mulheres nordestinas, de contribuir para uma outra redistribuição dos direitos. De contribuir com o devir, se colocando, como nos sugere Certeau[4], na posição de escuta dos gritos, de multiplicação destes.

Escuta da radicalidade do feminismo como crítica da cultura, feminismo que, como nos diz Elizabeth Grosz, "não é uma luta de sujeitos para serem ou serem vistos, para serem o que eles são, mas uma luta para mobilizar e transformar a posição das mulheres, o alinhamento das forças que constituem aquela identidade(...) que se estabiliza[5]".

Seria preciso escutar essa radicalidade, bem como as singularidades, as diferenças, as estratégias, as ambivalências que configuram o feminismo aqui como um movimento de inserção e ressignificação-transformação de um lugar. Uma busca por lugar já deslocando esse lugar, uma vontade de reconhecimento, visibilidade como, por exemplo, trabalhadora rural, acadêmica, quando, ao mesmo tempo já transfigura, já faz devir o que seja uma trabalhadora rural, uma acadêmica, uma intelectual, pondo sempre em suspenso a noção de matriarca. Seriam as diferentes configurações de heterotopias femininas, nos sugere Eliane Moraes relendo Foucault, "como lugares que, mesmo sendo localizáveis, se configuram como um lugar à parte, constituindo uma espécie de contestação[6]", espécie de reserva da imaginação, escrita ficcional, bem próxima da literatura, como, por fim, defende a autora.

Os movimentos dessas mulheres, nas suas especificidades já demarcadas, apontam para uma estratégia intervalar, buscam inclusão no mundo, mas já reinventando esse mundo e os sujeitos (femininos) que nele habitam. Criam redes de solidariedade, um pensamento ação que se percebe no NEIM, no Mulieribus, no MMTR, no setor de gênero do MOC, em Rachel de Queiroz e nas teóricas feministas, contra qualquer prática que apague sua prática, ainda que reativa, contra separatismos, tornando visível a relação. Na percepção desse outro texto trançado no embate com forças patriarcais somos levados a pensar, junto com elas, em uma ciência que afirme a vida, em uma teoria que não nos deixe desarmado, pelo

---

[4] Cf. CERTEAU, Michel de *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, p. 242.
[5] Cf. GROSZ, Elizabeth. Op cit.
[6] Cf. MORAES, Eliane Robert. *A palavra insensata*, p. 49.

contrário, que nos restitua a indignação, o incômodo frente à discriminação, frente à subumanidade no mundo.

Somos levados a pensar, repito, em uma ciência que afirme a vida, e a vida não pode estar sendo afirmada com mulheres ganhando miséria em um motor de sisal, com mulheres se sentindo cerceadas, nulas, sem possibilidade de ampliar seus movimentos, com medo de falar, embora sempre gritassem pelos poros corporais. Com essas mulheres aprendemos, não a julgar através de uma moral coercitiva, mas, para não cairmos em uma neutralidade que também soterra a possibilidade do devir ativo diferencial, aprendemos a transvalorar, a afirmar outros modos de vida possíveis.

Aprendemos a afirmar outras potencialidades para a literatura. Se com Rachel de Queiroz aprendemos que o militarismo, de todo tipo, nos ronda, que qualquer um está sujeito aos vacilos, também, com ela, como já dissemos, aprendemos o antídoto contra esses poderes reativos. Aprendemos a (nos) reinventar, aprendemos que a linguagem fixa, mas reficcionaliza, aprendemos a ver a literatura se espraiando, no cotidiano, na ação dessas outras mulheres, o poder de (re)invenção. Mas, nesse movimento, também percebemos as forças militares, disciplinares, cerceando o campo das letras, impedindo, inclusive, a possibilidade de um outro letramento, uma disseminação de romances de Rachel de Queiroz, uma troca de "estantes" com as outras mulheres de fibras, com as mulheres pouco escolarizadas do sertão do sisal. Para isso a literatura, como nos disse Silviano Santiago[7] em seu manifesto sobre a artelatina, teria que sair de campo e entrar em campo. E é a isso que nos convida a arte da sobrevivência dessas mulheres, a estética da existência das mulheres de fibras: a ampliar a nossa criação.

Convidam-nos a ampliar os modos de percepção, e com isso, afirmar outras poéticas, outros modos de vida que, para além de reduzirem-se a uma subumanidade, encenam um outro humanismo. Uma outra humanidade, e contra a repetição do mesmo que essa possa trazer, contra os perigos reativos de um capital patriarcal global, recalcando a potência criativa local, ensinam-nos uma anarquia sígnica cantando o seguinte refrão: "Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher".

---

[7] Cf. SANTIAGO, Silviano. Artelatina (Manifesto). In: MARQUES, Reinaldo; VILELA, Lúcia Helena (Orgs). *Valores: arte, mercado, política*, p. 58.

Esse é um trecho de uma das músicas que funciona, pelo fato de ser bastante cantada, como um hino do MMTR. Hino que aqui pode ser estendido a essas outras mulheres em movimentos. Hino que aponta para uma estratégia sinuosa, perfilando os espinhos de um essencialismo, mas, que, observando a contranarrativa radical dessas mulheres, funciona como potência anárquica, como enfrentamento da significação fixada em-de suas vidas. Nesse sentido, ensinam-nos que, contra o signo patriarcal, contra uma institucionalidade escriturística, rondando, se fixando, aprenderam, nas relações de forças, na relação com os mediadores, a ter coragem de enfrentar o "ser mulher", desconstruí-lo, desmistificá-lo, desnaturalizá-lo, reivindicando reciprocidade, políticas públicas que as contemplem, seus trabalhos, suas demandas, suas propostas, participando de esferas de decisão, movimentando-se, liberando o devir, e com isso, uma outra possibilidade de sociedade.

Contra os perigos dessa outra humanidade visualizada - enquanto desejo dessas mulheres na linha-pensamento de Noemi, como potência de reinvenção, como grau zero da escritura, sem divisões, demarcações -, não se tornar uma mera inversão da humanidade patriarcal, não se tornar uma ilha de matriarcas, perdendo a possibilidade de devir ativo, ensinam-nos a importância do cuidado de si, não no sentido de um retorno ao individualismo, mas no sentido de uma outra modulação, guiada por esse parâmetro, na relação com os outros.

Ensinam-nos a importância da relação consigo, no espaço-tempo subjetivo, de dobrar a linha do fora, no espaço-tempo do artesanato de si. A importância da politização constante da subjetividade, da radicalidade da autocrítica, do distanciamento ativo, da releitura constante de si, enquanto livro-caderno de notas, de memorizações, de esquecimentos, de reescritas, enquanto possibilidade de, afirmando o aqui e o agora, dispor do futuro e devir matriarcal em diferença.

Por fim, depois desse encontro, um desejo-grito meu: mulheres de fibra(s), desuni-vos, distribuí-vos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana. DELGADO, Didice G; et. al. (Orgs.). *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Companheiras de luta ou 'coordenadoras de panelas'?* Brasília: UNESCO, 2000.

ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALCÂNTARA, Ana Alice. Trajetória e perspectivas do feminismo para o próximo milênio. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ivia; MACÊDO, Márcia. (Orgs.) *Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares.* Salvador: UFBA-NEIM, 1998.

ALCÂNTARA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília. Introdução. In: ALCÂNTARA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília. (Orgs.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

ALCOFORADO, Doralice Xavier. *Belas e feras baianas: um estudo do conto popular*. Salvador: Fund. Pedro Calmon, 2008. (Coleção Selo Letras da Bahia).

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos. (Orgs.). *Olhares e diversidades: os estudos sobre gênero no Norte e Nordeste*. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA; REDOR – N/NE, 1999.

ALVAREZ, Sônia. A globalização dos feminismos Latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ALVES, Lizir Arcanjo. (Org.). *Mulheres escritoras na Bahia: as poetisas 1822-1918*, 2 ed. Salvador: Étera Projetos Editoriais, 1999.

ALVES, Roberta Hernandes. *A cesta de costura e a escrivaninha: uma leitura de gênero da obra de Rachel de Queiroz.* 2005.Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo, São Paulo: 2005.

AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. (Org.). *Teoria e práxis dos enfoques de gênero.* Salvador: REDOR; Fortaleza: NEGIF / UFC, 2004.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.
ANDERSON, Benedict. Memória e esquecimento. In: ROUANET, Maria Helena (Org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1986.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARISTÓTELES. *Poética*. Porto Alegre: Globo, 1966.

ARRUDA, Marcos. Um novo humanismo para uma nova economia. In: KRAYCHETE, Gabriel; et al. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes / Capina / CESE: UCSAL, 2000.

AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: EDUSP/Perspectiva, 1971.

BALIBAR, Etienne. *A forma nação: história e ideologia*. S.m.r.

BALIBAR, Étienne. *A filosofia de Marx.* Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BARBERO-MARTÍN, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura, hegemonia* Trad. Ronaldo Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

BARREIRA, César; LINS, Daniel. (Orgs.). *Poder e violência*. Fortaleza: Editora da UFC, 1996.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1980.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARTRA, Eli. Arte popular y feminismo. In: *Revista de Estudos feministas*.Santa Catarina, v.8, n.1, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. (Orgs.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Trad. Nathanael Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana L. Lima Reis, Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
BHABHA, Homi K. Narrando a nação. In: ROUANET, Maria Helena. (Org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

BIRMAN, Joel. *Entre cuidado e saber de si: sobre Foucault e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

BRANCO, Adélia de Melo. *Mulheres da seca: luta e visibilidade numa situação de desastre.* João Pessoa: UFPB, 2000.

BRAGA, Onilza. Um dia como os outros, no "lar doce lar". In: *Rainha do lar? Uma ova!*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 32 ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*.São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. O que falar quer dizer. In: *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Wanda Anastácio. Algés: DIFEL, 1998.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Helena, o eterno feminino*. Petrópolis: RJ, Vozes, 1989.

BUARQUE, Cristina Maria; VAINSENCHER, Semira Adler. Gênero e ongs: a identidade da pequena agricultura. In: FERREIRA, Mary. et. al. (Orgs). *Os poderes e os saberes das mulheres: a construção de gênero.* Salvador: REDOR, 2001.

BURQUE, Peter. (Org.). *A escrita da história*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CABRAL, Maria Auxiliadora Dias. *Entrevista com Maria Auxiliadora Dias Cabral, uma das fundadoras do Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste*. Entrevista realizada por Allana Coutinho – 08/03/2007. Disponível em: www.asabrasil.org.br/ Acesso em: 20/03/2007.

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, n. 4, *Rachel de Queiroz*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, set./1997.

CADERNOS FEMINISTAS DE ECONOMIA E POLÍTICA., n. 3. – *Feminismo no Nordeste.* Recife: Casa da mulher do Nordeste, 2006.

CADERNO DO MOVIMENTO DE MULHERES UNIDAS NA CAMINHADA (MMUC). *A história do Movimento de Mulheres no Brasil e no mundo.* Santa Maria da Vitória – BA: MMUC/IBRADES, 1999.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento sem-terra*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
CALVINO, Ítalo. A palavra escrita e a não-escrita. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coords.). *Usos e abusos da história oral*, 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGU, 2001.

CANNABRAVA, Beatriz; FADIGA, Hilda; DUALIB, Miriam. *Negócio de mulher: Capacitação em gênero e liderança de trabalho e renda.* São Paulo: Rede mulher, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1998.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

CÂNDIDO, Antônio; CASTELO, Aderaldo. *Presença da literatura brasileira - modernismo.* Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

CASTORIADES, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Trad. Guy Reynaud. Paris: Seuil, 1975.

CATÁLOGO DE PESQUISAS E PESQUISADORAS(ES) SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO NA BAHIA. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA,1997.

CERTEAU, Michel de *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rj: Vozes, 1994.

COELHO, Nelly Novaes. Literatura e linguagem: a obra literária e a expressão lingüística 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. (Orgs) Feminismo, Ciência e Tecnologia. Salvador: REDOR/NEIM – FFCH/UFBA, 2002.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar (Orgs.) *Creche comunitária: uma alternativa popular*. Salvador:NEIM/UFBA; EGBA; SEC, 1991.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar; PASSOS, Elizete. (Orgs.). *Programa de sensibilização e Formação de lideranças femininas*. Salvador, Programa de Desenvolvimento Comunitário da região do rio Gavião - PRÓ-GAVIÃO/ programa de Assessoria em Gênero – PAG: 1999. (Cartilha)

COSTA, Roselita. *Acesso aos recursos naturais é reivindicado por mulheres na Marcha das Margaridas*. Entrevista realizada por Gleiceane Nogueira – 24/08/2007. Disponível em: www.asabrasil.org.br/ Acesso em: 25/08/2007.

COMPANGNON, Antoine. *O demônio da teoria: Literatura e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

CUNHA, Eneida Leal. A estampa originária da dependência In: *Revista Brasil Brazil*. Mercado Aberto: 1995.

CUNHA, Eneida Leal.Literatura comparada e estudos culturais: ímpetos pós-disciplinares. In: ANTELO, Raul; et al. (Orgs.). *Leituras do ciclo*. Florianópolis: ABRALIC, 1999.
CUNHA, Helena Parente. *A mulher no espelho*. São Paulo: Art Editora, 1985.

DANTAS, Francisco. *Os Desvalidos*. São Paulo: Companhia das Letras: 1993.

DÀVILA, Sande Maria Gurgel. *Tecendo a teia do trabalho feminino*. Teresina: O Povo, 2002.

DELEUZE, Gilles. *A lógica do sentido*. Trad. Luz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DELEUZE, Gilles.. *Proust e os signos*.Trad. Antônio Carlos Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

DELEUZE, Gilles.. *Crítica e clínica*. Trad. Péter Pal Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles.. *Nietzsche e a filosofia*. Porto: Rés, s/d.

DELEUZE, Gilles.. *Foucault*. Trad.Cláudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles..*Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Trad. Bento Prado Jr.; Alberto Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença.* São Paulo: Perspectiva, 1971.

DERRIDA, Jacques.*O outro cabo*. Coimbra: Reitoria da Universidade de Coimbra/A Mar Arte, 1995.

DERRIDA, Jacques. *Posições*. S.m.r.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras,1991.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. In: *Revista de estudos feministas.* Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204 , jan./abril. 2004.

ESMERALDO, Gema Galgani. *O MST sob o signo de uma economia subjetiva: o assentamento José Lourenço.* 2004. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2004. (CD-ROM.)

ESMERALDO, Gema Galgani. Representação política do gênero feminino nas direções sindicais: mudanças e permanências. In: ÁLVARES, Maria Luiza e SANTOS, Eunice Ferreira dos. (Orgs). *Olhares e diversidades: os estudos sobre gênero no Norte e Nordeste.* Belém: REDOR, 1999.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2004.

FARIAS, Maria Dolores Mota. *Sem medo de ser mulher: a experiência e a construção das mulheres trabalhadoras rurais como categoria política*, 2001. 279 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2001.

FARIAS, Maria Dolores Mota. Além da fala: imagens e representações no movimento de mulheres trabalhadoras rurais. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACEDO, Márcia. (Orgs.). *Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar.* Salvador: UFBA/NEIM, 1998.

FARIAS, Maria Dolores Mota. Projeto: *A participação das mulheres nos Sindicatos de trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS, s/d.

FARIAS, Maria Dolores Mota. Dia internacional da mulher – 8 de março: anotações sobre mito, política e mulher. In: *Revista do departamento de Ciências Humanas e Filosofia-UEFS*. Feira de Santana: ano 1, n.1, jan.-jun., UEFS, 2002.

FARIAS, Maria Dolores Mota. Nem caladas, nem silenciadas: as falas das mulheres trabalhadoras rurais e a desconstrução de sujeitos políticos. In: FERREIRA, Mary; et.al. (Orgs.) *Os poderes e os saberes das mulheres: a construção do gênero.* Salvador: REDOR, 2001.

FISCHER, Izaura Rufino. A estrutura familiar e a seca. In: AMARAL, Célia Chaves Gurgel do; et. al. (Orgs.). *Múltiplas trajetórias: estudos de gênero do 8º Encontro da REDOR*. Fortaleza: REDOR/NEGIF – UFC, 2001.

FISCHER, Izaura Rufino. *A trabalhadora rural: conscientização política e social na empresa agrícola moderna.* Recife: FUNDAJ – Editora Massangana, 2000.

FISCHER, Izaura Rufino; MELO, Lígia Albuquerque de. *O trabalho feminino: efeitos da modernização agrícola.* Recife: FUNDAJ – Editora Massangana, 1996.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Pós-modernismo e política.* Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1992.

FERREIRA, Silvia Lucia; et al. Apresentação. In: *Enfoques feministas e o século XXI: feminismo e universidade na América Latina*. XI Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero. Salvador: NEIM/UFBA, 2005. (Livro de resumos)

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

FONTE, Eliane Maria Monteiro da. As políticas de desenvolvimento rural no Brasil a partir de 1930. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. (Orgs.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas.* Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

FORO, Carmem Helena Ferreira. As transformações na relação de trabalho e cidadania no campo: produção, reprodução e sexualidade. In: LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; et. al. (Orgs.). *Transformando a relação trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade*. São Paulo: CUT/BR, 2007.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, Michel. A hermenêutica do sujeito. In: *Resumo dos cursos do Collége de France* (1970-1982). Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. Trad. Márcio Fonseca e Salama Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Nietszche, Freud e Marx: Theatrum Philosophicum*. São Paulo: Princípios, 1987.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Trad. Antônio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1992.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*, 4 ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, MEC, 1967.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica. In: *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

FREUD, Sigmund. Uma nota sobre o Bloco mágico. In: *Obras completas*. V. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: *Obras completas*. V. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar. In: *Obras completas*.V. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. In: *Caderno CRH* n. 39. Salvador: Centro de Recuros Humanos /UFBA, 2003.
GAIGER, Luís Inácio. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel; et al. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes / Capina / CESE: UCSAL, 2000.

GALVÃO, Walnice Nogueira, *A donzela-guerreira: um estudo de gênero*. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileir*a*. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasi*l. São Paulo: Contexto, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, Maria da Glória. (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ongs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2003.

GORZ. André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica.* Trad. Ana Montoya. São Paulo: Annablume, 2003.

GREENHALG, Laura. *Chiapas, sudeste mexicano: vítimas da miséria cotidiana, as mulheres indígenas rompem com um passado de subordinação e partem para a luta*. S.m.r.

GROSZ, Elizabeth. Futuros feministas ou o futuro do pensamento. *Labrys: Estudos Feministas/Études Feministes*. n.1-2, jul.-dez. 2002. (http://www.unb.br/ih/his/gefem) Acesso em: 15 de junho de 2006.

GROS, Fréderic. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; NETO-VEIGA, Alfredo. (Orgs.).*Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUATTARI, Félix. Restauração da cidade subjetiva. In: *Caosmose: um novo paradigma estético*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. Trad. Suely Belinha Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Cartografias do desejo*. Rio de Janeiro. Vozes, 1999.

GUÉRIN, Isabele. *As mulheres e a economia solidária*. Trad. Nicolas Campanário. São Paulo: Loyola, 2005.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1997.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tadeu Aguiar da. (Org.). *Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão*: guerra e democracia na era do Império. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HEIDEGGER, Martin. *Que é isto? – A filosofia? Identidade e diferença*, 2 ed. Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Ethos de Raquel. In: *Cadernos de Literatura Brasileira.Rachel de Queiroz*, n.4. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Políticas da Teoria. In:__(org) *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Ed. ROCCO, 1992.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Feminismo em tempos pós-modernos. In:__(org) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Ed. Rocco, 1994.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Patrulhas ideológicas*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HUYSSEN, Andréas. *Memórias do modernismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

JAMESON, Frederic. *Sobre os estudos da cultura*. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n 39, jul./1994.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras: Malleus Maleficarum*. Trad. Paulo Fróes, 13ª ed. Rio de janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1998.

LAFETÁ, João Luiz. Modernismo: projeto estético e ideológico: In: *1930: a crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia* (1870-1920). Salvador: Quarteto, 2005.

LIMA, Gilza das Mercês. *O trabalho feminino na produção de sisal: complementar ou substituto?* 2000. 97 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas - BA: 2000.

LIMA, Rachel Esteves. Tendências teóricas da crítica contemporânea. In: *Revisitações*; Edição comemorativa -30 anos da Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 1999.

LINS, Daniel. *Lampião: O Homem que amava as mulheres*. São Paulo: Annablume, 1997.

LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminismo*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-etruturalista.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUZ, Madel T. (Org.) *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MACEDO, José Rivair. *A mulher na idade média*, 4 ed. São Paulo: Contexto, 1990.

MALUF, Sônia Weidner. Os dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância. In: *Revista de estudos feministas*. Florianópolis, v.12, n. Especial, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família ou Crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores*. Trad. Sérgio José Schirato. SãoPaulo: Centauro, 2001.

MARX, Karl. Abolição do sistema assalariado. In: *Sindicalismo: Marx e Engels*. Trad. José Roberto Marinho. São Paulo: CHED, 1980.

MARX, Karl. *O Manifesto comunista*. Trad. Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1998.

MARX, Karl. *A ideologia alemã.* Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARQUES, Reinaldo; VILELA, Lúcia Helena (Orgs.). *Valores: arte, mercado, política.* Belo Horizonte: UFMG/ABRALIC, 2002.

MASSI, Marina. *Vida de Mulheres: cotidiano e imaginário*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MATOS, Sônia Missagia de. Artefatos de gênero na arte do barro: masculinidades e feminilidades. In: *Revista de Estudos feministas*. Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001.

MDA. *Cassel reafirma a pauta da Marcha das Margaridas como um desafio positivo*– 25/07/2007. Disponível em www.mda.gov.br/aegre/ Acesso em 02/08/2007.

MDA. *Ppigre reúne movimentos de trabalhadoras rurais – 03/10/2007.* Disponível em www.mda.gov.br/aegre/ Acesso em 05/10/2007.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Catanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: UNICAMP/BOITEMPO, 2002.

MILLÁN, Márgara. Las zapatistas de fin de milênio. Hacia políticas de autorepresentación de lãs mujeres indígenas. In: *Chiapas* 3. IIEc. México: UNEM, 1996. Disponível em: http://www.ezln.org/revistachiapas. Acesso em 20-05-2007.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad. Solange Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MMTR-NE. Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Bahia- MMTR-BA. In: *Agenda – 2006- 20 anos MMTR-NE: Mulheres organizadas combatendo mentalidades de submissão* .S.m.r.

MMTR-NE. Objetivos. In: *Agenda – 2007 – Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste.* S.m.r.

MMTR. Estatutos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos municípios de Araci, Serrinha e Retirolândia. S.m.r.

MOC - *Relatório anual de atividades - 2006: Trilhando caminhos para a convivência com o semi-árido*. Disponível em: www.moc.org.br/ Acesso em 15/06/2007.

MOC. *Relatório anual de atividades - 2005.* Disponível em: www.moc.org.br/ Acesso em 10/06/2006.

MOC. *Relatório anual de atividades 2004*. Feira de Santana: MOC, 2005.

MOC. *Relatório anual de atividades 2003.* Feira de Santana: MOC, 2004.

MOC. *Mulheres sertanejas inauguram sede em Feira de Santana* – 17/10/2007. Disponível em: www.moc.org.br/ Item "Notícias – Arquivo 2007." Acesso em 20/10/2007.

MOC. *Marcha das Margaridas: 2007 razões para marcha*r– 29/08/2007. Disponível em: www.moc.org.br/ Ítem: "Notícias – Arquivo 2007." Acesso em 10/09/2007.

MOC. *Rede de Produtoras cria cooperativa* – 28/03/2007. Disponível em: www.moc.org.br/ Item: "Notícias – Arquivo 2007." Acesso em 05/04/2007.

MOC. *Um ano de mãos que trabalham* – 12/06/2007. Disponível http://www.moc.org.br/ Ítem "Notícias – Arquivo 2007" Acesso em 15/06/2007

MOC. Plantando prosperidade. In: *Bocapiu*, n. 2, ano1, dezembro de 2006. Disponível em: www.moc.org.br/ Item Publicações. Acesso em: 20/01/2007.

MOC. Trocas solidárias resgatam o espírito comunitário. In: *Bocapiu*, n. 4, ano 2, agosto de 2007. Disponível em: www.moc.org.br/ Item Publicações. Acesso em: 11/10/2007.

MOC. A força das mulheres do campo. In: *Bocapiu*, n. 5, ano 2, dezembro de 2007. Disponível em: www.moc.org.br/ Item Publicações. Acesso em: 10/01/2008.

MOLIÈRE. *Escola de mulheres*. Trad. Millôr Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

MORAES, Eliane Robert. A palavra insensata. In: *Revista Cult*. S.m.r

MOREIRA, Osmar. *Folhas venenosas do discurso*. Salvador: Quarteto, 2002.

MOREIRA, Osmar. *Fetichismo da mercadoria e imagem subalterna do trabalho.* S.m.r.

MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos.* Trad. Eliana Lourenço Reis. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta da escravidão*, 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

MST. *Jornada de luta das mulheres do MST: Mulheres sem terra na luta por reforma agrária, agricultura camponesa e por um Brasil sem desigualdades.* São Paulo: MST – Setor de gênero/Maxprint, 2006.(Cartilha)

MULIERIBUS; MMTR et al. *Manifesto 08 de março*. Feira de Santana: [s.n], 2005.

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

NELSON, Cary et al. *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*.(Orgs.) Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. *Das considerações extemporâneas*. S.m.r.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Brasiliense, 1988.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falava Zaratustra*. S.m.r.

NOVAES, Maria de Lourdes. O trabalho da mulher na agricultura familiar. In: LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; et al. *Transformando a relação trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade*. São Paulo: CUT/BR, 2007.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. In: *Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de gênero (NUTEG)*. Niterói: EDUF, v. 5, n.2, semestre 1, 2005.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*, 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PASSETI, Edson. *De conversa em conversa: parrésia anarquista*. Disponível em: http://www.nu-sol.org. Acesso em: 10/12/2007.

PAIXÃO, Ana Lúcia. *Relações de gênero no meio rural.* Centro de estudos do Trabalho e Assessoria do Trabalho – CETRA/MOC, 2002. (Cartilha)

PASSOS, Elizete; et al. (Orgs.). *Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar*. Salvador: FFCH/UFBA/NEIM, 1998.

PASSOS, Elizete. Apresentação. In: *Catálogo de Pesquisas e Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero na Bahia*. Salvador: NEIM-FFCH/UFBA,1997.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PERROT, Michele. Michel Foucault e a história das mulheres. SCAVONE, Lucila; et al. (Orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo: UNESP, 2006.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michele. *Minha história das mulheres.* Trad. Ângela Correa. São Paulo: Contexto, 2007.

PLATÃO. *A República*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Ática, 1989.

PLATÃO. O sofista. In: *Os pensadores*. S.m.r.

PEDREIRA, Jailma dos Santos. *Sob a luz de lampião: maria bonita e o movimento da subjetividade de mulheres sertanejas. 2003.* Dissertação (Mestrado em Letras) Salvador: UFBA, 2003.

PEDREIRA, Jailma dos Santos. As sandálias de Maria Bonita. In: *Agenda-UNEB, 2002*. Salvador: UNEB, 2002.

QUEIROZ, Rachel de. *Obra completa*. Vols 1-5. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1989.

QUEIROZ, Rachel de. QUEIROZ, Maria Luíza de. *Tantos Anos*. São Paulo: Siciliano, 1998.

QUEIROZ, Rachel de. *Rachel de Queiroz – melhores crônicas.* São Paulo: Global, 2004.

QUEIROZ, Vera. *Crítica literária e estratégias de gênero*. Niterói: EDUFF, 1997.

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. (Orgs.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

RAGO, Margareth.. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

RAGO, Margareth.. Foucault e as artes de viver do anarco-feminismo. In: RAGO, Margareth; NETO-VEIGA, Alfredo. (Orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RAGO, Margareth. Foucault, a subjetividade e as heterotopias feministas. In: SCAVONE, Lucila; et al. (Orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo: UNESP, 2006.

RAMOS, Ana Rosa. Estudos culturais e expressões identitárias. In: ANTELO, R; et al. *Leituras do ciclo*. Florianópolis: ABRALIC, 1999.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*, 57 ed. São Paulo: Record, S/d.

REIS, Livia de Freitas; et. al. *VII Seminário Nacional Mulher e Literatura*. Niterói, RJ: EDUFF, 1999. (Anais).

RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: ROUANET, Maria Helena. (Org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

RICHARD, Nelly. Diferença sexual, gênero e crítica feminista. In: *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

ROLNIK, Sueli. Esquizoanálise e antropofagia. In: ALLIEZ, Eric (Org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALLES, Celecina Vera. Gênero e conflito de terra: notas sobre a dinâmica da violência no campo. In: ÁLVARES, Maria Luiza; SANTOS, Eunice Ferreira dos. (Orgs). *Olhares e diversidades: os estudos sobre gênero no Norte e Nordeste*. Belém: REDOR, 1999.

SANTIAGO, Silviano. *Vale quanto pesa*. São Paulo: Paz e terra, 1982.

SANTIAGO, Silviano *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTIAGO, Silviano. *Ora (direis) puxar conversa!: ensaios literários*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SANTIAGO, Silviano. Artelatina (Manifesto). In: MARQUES, Reinaldo; VILELA, Lúcia Helena (Orgs.). *Valores: arte, mercado, política*. Belo Horizonte: Editora UFMG/ ABRALIC, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

SANTOS, Graciete. A insuficiência da política de produção e renda para as mulheres. In: SILVA, Carmem; et. al. (Orgs.). *Mulher e trabalho*. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005.

SANTOS, Roberto Corrêa dos. *Modos de saber, modos de adoecer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SARDENBERG, Cecília. Apresentação. In: *I Seminário Internacional: O feminismo acadêmico em debate* - IX Simpósio Baiano de Pesquisadoras(res) sobre Mulher e Relações de gênero. Salvador: NEIM, 2003. (Livro de resumos).

SARDENBERG, Cecília. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. (Orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM – FFCH/UFBA, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. Marxismo e existencialismo. In: *Crítica da Razão Dialética: precedido por Questões de método*. Trad. Guilherme Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SCAVONE, Lucila. O feminismo e Michel Foucault: afinidades eletivas. SCAVONE, Lucila; et al. (Orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo: UNESP, 2006.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por Subtração. In: *Tradição e contradição*. Rio de Janeiro. Zahar/ FUNARTE, 1987.

SCHMIDT, Simone Pereira. Falar ou falar-se: o corpo do (no) texto pós-moderno. In: SILVA, Alcione Leite da; et. al. (Orgs.). *Falas de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1999.

SCHILD, Verônica. Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas 'novas democracias'. In: ALVAREZ, Sônia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras.* Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SCOTT, Joan. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In: *Debate feminista*, México: s/ed. 1999.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas.* Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1992.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo*: Editora 34, 2005.

SILVA, Maria Helena Teixeira da. *A (des)articulação entre escola e comunidade: as implicações para o desenvolvimento local no município de Santa Luz*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia, Salvador: 2006.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.* São Paulo: Contexto, 2006.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

SINGER, Paul. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; et al. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes / Capina / CESE: UCSAL, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira* 9.ª ed. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Eneida Maria de. *Tempo de pós-crítica*. S.m.r.

SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica cult*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SOUZA, Ilda Ribeiro de. *Angicos, eu sobrevivi: confissões de uma guerreira do cangaço.* São Paulo: Oficina Cultural Mônica Buonfiglio, 1997.

SPIVAK, Gaiatri. Can the subaltern speak? In: GROSSBERG, L; NELSON, C. (Orgs.) *Marxism and the interpretation of culture*. London: Macmillan Education, 1988.

SWAIM, Tânia N. Identidade nômade: heterotopias de mim. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SWAIM, Tânia N. A desconstrução das evidências: perspectivas feministas e foucaultianas. SCAVONE, Lucila; et al.(Orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo: UNESP, 2006.

SWAIM, Tânia N; et al. (Orgs). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Mulheres*; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

TAUNAY, Visconde de. *Inocência* – 26.ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

TÁVORA, Franklin. *O cabeleira*. São Paulo: Ática, 1998.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez: Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

TELES, Gilberto. *A escrituração da escrita: teoria e prática do texto literário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. In: *Revista de estudos feministas*. Florianópolis, v. 9, n. 1, jan./jun. 2001.

TROTSKY, Leon; BRETON, André. *Por uma arte revolucionária independente*. Disponível em: http: //www.culturabrasil.pro.br/poruma.htm. Acesso em 13/10/2007.

TROTSKY, Leon. *Literatura e revolução*. Trad. Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

VASCONCELOS, Eliane. *Entre a agulha e a caneta: a mulher na obra de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

VRIJEA, Maria Jaidopolu. Lãs mujeres indígenas como sujeitos políticos. In: *Chiapas* 9, Era – IIEc, México, 2000. Disponível em: http://www.ezln/revistachiapas Acesso em 30/05/2006.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

YÚDICE, George. A globalização da cultura e a nova sociedade civil. In: ALVAREZ, Sônia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras.* Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ZHDANOV, Andrêi. As tarefas da Literatura na sociedade soviética. Disponível em http: //www.marxists.org/portugues/zhdanov/misc/tarefas.htm. Acesso em 13/10/2007.